



Meiryellem Pereira Valentim

**Trabalho em vertigem:
Ação sindical e saúde do trabalhador em uma
universidade pública federal em tempos de
contrarreformas e de pandemia de covid-19**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro
Agosto de 2022



Meiryellem Pereira Valentim

**Trabalho em vertigem:
Ação sindical e saúde do trabalhador em uma
universidade pública federal em tempos de
contrarreformas e de pandemia de covid-19**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.^a Inez Terezinha Stampa

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Márcia Regina Botão Gomes

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Ana Inês Simões Cardoso de Melo

UERJ

Prof. Marco Aurélio Santana

UFRJ

Prof.^a Rachel Gouveia Passos

UFRJ

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Meiryellem Pereira Valentim

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2005. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, pelo Centro Universitário Anhanguera (UNIPLI/Anhanguera), em 2014. Assistente Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde atuou na Coordenação-Geral da Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador e na Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social. Pesquisadora associada ao grupo de pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus), do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - DGP/CNPq.

Ficha Catalográfica

Valentim, Meiryellem Pereira

Trabalho em vertigem: ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública federal em tempos de contrarreformas e de pandemia de COVID-19 / Meiryellem Pereira Valentim; orientadora: Inez Terezinha Stampa. – 2022.

324 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Trabalho. 3. Precarização. 4. Ação sindical. 5. Saúde do trabalhador. 6. Universidade pública. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para as mulheres trabalhadoras que resistem e lutam
contra toda forma de opressão e exploração.

Para o meu amado filho, Daniel Valentim, por quem eu
luto para que viva em mundo mais justo e a quem
busco inspirar a fazer a diferença.

Agradecimentos

Ao meu Deus, a quem professo minha Fé e confiança. Em tempos de um cristianismo político vexatório, manter a Fé significa conhecer genuinamente a Cristo, a quem escolho seguir.

Ao meu amado filho Daniel, pela parceria, compreensão, paciência, por cada sorriso e palavra de confiança durante toda a jornada de doutoramento. Minha vida pela sua! Amo você!

Ao meu amado marido, Claudio Rodrigo, pelas palavras de carinho e motivação, companheiro incansável em todos os momentos da vida, a quem dedico todo meu amor e meu respeito. Amo você!

Aos meus pais, Gelson e Maria do Carmo, pilar de todas as minhas conquistas, obrigada por não soltarem a minha mão, por me encorajar, por estar ao meu lado. Amo vocês!

A minha irmã Michelly pelo carinho, incentivo, confiança, pelo trabalho árduo que realizou, por estar sempre presente incondicionalmente. Amo você! Ao meu cunhado Valmilson, um camarada que chegou para agregar e alegrar nossa vida.

Aos primos/amigos, Marlon e Ingrid, pela parceria, apoio, carinho, por tornar momentos complexos em momentos leves e alegres! Vocês são sensacionais. A *primarada* aqui representada, todos maravilhosos.

A minha sogra Dilceia, mesmo gravemente adoecida durante todo este processo, manteve-se preocupada comigo, me apoiou em oração, esteve ao meu lado. Toda minha admiração. Amo você!

A Nathalia, minha prima/amiga, por estar ao meu lado e atender aos meus pedidos de socorro nos horários mais inusitados e ainda envolver seus amigos em todo o processo.

Aos meus cunhados Rafael, Tamara e a Estella (princesa da tia), por momentos divertidos que trouxeram leveza e sobriedade a esta jornada!

Aos amigos Silvio e Janete, pelas orações, dedicação e apoio.

A amiga Bianca Janssens, psicóloga da minha vida, como você faz diferença! Obrigada!

Ao primo/amigo Adriel, pelo apoio linguístico e por todo carinho e afeto.

A amiga Rachel Gouveia, pelo incentivo, encorajamento, conselhos e exigência constante de excelência acadêmica.

Ao amigo Leonardo, pela escuta afetuosa, pelos momentos leves e agradáveis que me fazem tão bem, por indicar a Patrícia, uma psicóloga maravilhosa que me auxiliou nesta trajetória.

Ao Daniel, meu chefe e amigo, por estar sempre presente, crescemos e aprendemos juntos em meio às diferenças, você é sensacional, obrigada!

A Ivanilda, mulher de luta e resistência, obrigada pelo apoio, você é minha inspiração!

Às amigas conquistadas durante esta jornada, uma turma de doutorado tão parceira e afetuosa, um carinho especial para Luciana por toda parceria.

Às direções sindicais, coordenações da unidade de saúde do trabalhador, às trabalhadoras terceirizadas, ao professor substituo e ao trabalhador reintegrado, que gentilmente e prontamente aceitaram contribuir para esta investigação.

A Profa. Márcia Botão, por ter iniciado o processo de orientação e aceitado com tanto afeto os novos rumos da pesquisa.

Às professoras Ana Inês, Márcia Botão, Rachel Gouveia e ao professor Marco Aurélio Santana, por aceitarem o convite para a qualificação do projeto, com contribuições riquíssimas que espero ter conseguido assimilar. Agradeço por aceitarem novamente o convite para participar da banca de defesa da tese, fechamos o ciclo de formação em conjunto. Obrigada!

Ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, por fazerem o trabalho com tanto zelo e apoio ao estudante. Agradeço às professoras e aos professores, pelo comprometimento, dedicação e competência, agregaram imensamente à minha formação.

À PUC-Rio, pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

À minha orientadora Inez Stampa, a quem deixo por último para singularizar meu agradecimento, por aceitar a orientação, acreditar nesse trabalho e me desafiar a fazer o melhor. É estimulante observar alguém com tanto conhecimento e, ao mesmo tempo, tanta generosidade. Faz despertar o desejo pela pesquisa, por ampliar o conhecimento e dividir com todos ao redor. Levo essa lição para a vida! Inez, você é incrível!!

Resumo

Valentim, Meiryellem Pereira; Stampa, Inez Terezinha. **Trabalho em vertigem: ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública federal em tempos de contrarreformas e de pandemia de covid-19**. Rio de Janeiro, 2022. 324p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese versa sobre a relação da ação sindical no serviço público federal, mais especificamente em uma universidade pública federal, com a saúde do trabalhador. Parte-se de um cenário de transformações no mundo do trabalho e propagação de ideários ultraneoliberais que incidem diretamente sobre o Estado no bojo do sistema capitalista, agravado pelo impacto da pandemia de covid-19. O caminho teórico construído tem origem na compreensão do trabalho na lógica capitalista, perpassa pela composição do Estado ultraneoliberal brasileiro, que aprovou as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, cujos efeitos reverberam no trabalhador em sua saúde e na sua organização coletiva através dos espaços sindicais. Optou-se pela realização de uma pesquisa de cunho qualitativo, fundamentada no referencial histórico-dialético, em uma perspectiva crítica do sindicalismo e da saúde do trabalhador, considerados a partir da universidade analisada. O estudo de caso foi adotado como metodologia de investigação, situando-a na interface entre a ação sindical e a saúde do trabalhador, compreendida como uma inter-relação necessária. A principal técnica de coleta de dados realizada foi entrevista semiestruturada, previamente elaborada e aplicada remotamente através de videoconferência a 15 (quinze) trabalhadores/as, divididos/as entre os grupos: direção sindical, unidade de saúde do trabalhador, trabalhadores/as usuários/as do serviço de saúde do trabalhador que compõem a base do sindicato docente e do sindicato de técnicos, professor substituto, terceirizado administrativo e terceirizado da equipe de limpeza, e um trabalhador reintegrado. Os resultados da pesquisa permitem apontar algumas direções: as novas configurações do trabalho e as contrarreformas aprovadas fragilizaram a organização dos sindicatos e favoreceram o apassivamento de trabalhadores/as que compõem a base sindical; o avanço das ideologias neoconservadoras contribuíram para o aumento de ações discriminatórias que geram violência e sofrimento no trabalho; a concorrência entre

sindicatos e unidade de saúde do trabalhador impediu o avanço de medidas efetivas de promoção e vigilância em saúde na universidade; a falta de gestão e estrutura eficazes para atravessar o período de pandemia da covid-19 contribui para o aumento do registro de ocorrências de assédio moral no trabalho e desgaste mental dos/as trabalhadores/as, e a atuação de sindicatos mais combativos contribui para a valorização da saúde do trabalhador.

Palavras-chaves

Trabalho; Precarização; Ação Sindical; Saúde do Trabalhador; Universidade Pública.

Abstract

Valentim, Meiryellem Pereira; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **Work in vertigo: syndicate action and worker health at a federal public university in times of counter-reforms and Covid-19 pandemics.** Rio de Janeiro, 2022. 324p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis verses on the relationship between syndicate action in the federal public service, more specifically in a federal public university, with worker health. It starts from a scenario of transformations in the world of work, propagation of ultra-neoliberal ideas, which directly affect the State amid the capitalist system, aggravated by the impact of the covid-19 pandemic. The theoretical path that was built has its origins in the understanding of work in the capitalist logic, it also permeates the composition of the Brazilian ultra-neoliberal State that approved the labor and social security counter-reforms whose effects reverberate in the worker, its health and in its collective organization through the syndical spaces. We chose to carry out a qualitative research, based on the historical-dialectical framework, in a critical perspective of trade unionism and workers' health, all of them were considered from the analyzed university. A case study was adopted as research methodology, placing it at the interface between syndicate action and workers' health, which was understood as a necessary interrelation. The main data collection technique carried out were based on semi-structured interviews, previously prepared and remotely applied through videoconference, to 15 (fifteen) workers, divided between the groups: syndical management, worker's health unit, workers who use the worker's health service that make up the base of the teaching syndicate and the technicians' syndicate, substitute teacher, outsourced administrative, outsourced cleaning team and reinstated worker. The research results allow us to point out some directions: the new work configurations and the approved counter-reforms weakened the organization of syndicated and favored the empowerment of workers who make up the syndical base; the advance of neoconservative ideologies contributed to the increase in discriminatory actions that generate violence and suffering at work; competition between syndicates and the workers' health unit prevented the advancement of effective measures for health promotion and

surveillance at the university; the lack of effective management and structure to go through the covid-19 pandemic period contributes to the increase in the number of occurrences of moral harassment at work and mental exhaustion of workers; the action of more combative syndicates contributes to the valorization of workers' health.

Keywords

Work; Precariousness; Syndical Action; Worker's health; Public university.

Sumário

Introdução	22
1 Trabalho, desenvolvimento capitalista e ingerência do Estado	40
1.1. O trabalho na lógica capitalista: subsídios da teoria marxista	41
1.2. O Estado no contexto do capital	51
1.3. As (novas) configurações do mundo do trabalho e a crise do capital	60
1.4. O Estado neoliberal e as implicações para o trabalho contemporâneo	69
1.5. O Estado ultraneoliberal brasileiro	80
1.5.1. As contrarreformas previdenciária e trabalhista (2016-2019)	94
2. Ação sindical no contexto das universidades públicas federais em tempos ultraneoliberais	105
2.1. Sindicatos como espaço de resistência: considerações a partir de Marx e Engels	106
2.2. O movimento sindical no Brasil e a universidade pública federal	112
2.2.1. Do novo sindicalismo aos governos do PT	113
2.2.2. Ação sindical e as universidades públicas federais em conjuntura ultraneoliberal	131
2.3. Trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados: mulheres em foco	146
3. A saúde do trabalhador no serviço público federal	160
3.1. movimento operário italiano	160
3.2. A saúde do trabalhador no Brasil e as especificidades do serviço público federal	171
3.3. A saúde do trabalhador na universidade analisada	182
4. Ação sindical e saúde do trabalhador: uma inter-relação necessária	215

4.1. Ação sindical na universidade analisada: docentes, técnicos e terceirizados	215
4.2. Ações sindicais pautadas na saúde do trabalhador: um caminho possível	251
4.3. Luta, saúde e resistência em tempos de pandemia de covid-19	267
5. Considerações Finais	289
6. Referências Bibliográficas	298
7. Anexos	315
7.1. Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio	315
8. Apêndices	316
8.1. Apêndice 1 – Roteiro de Entrevistas	316
8.2. Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	322

Lista de ilustrações

Gráfico 1 – Orçamento Ensino Superior	144
Gráfico 2 – Orçamento Capes	144
Figura 1 – Organograma Progep	185
Gráfico 3 – Ocorrência de afastamento por CID-10 referente ao ano de 2019	190
Gráfico 4 – Número de dias de afastamento, por CID-10, referente ao ano de 2019	190

Lista de siglas

ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADPF – Arguição de Descumprimento Fundamental
ADUR – Associação dos Docentes da Universidade Rural
AFEBRAS – Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES – Associação de Reitores das Federais
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Grupo Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CCQ – Círculo de Controle de Qualidade
CDES – Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEREST – Centros de Referência em Saúde do Trabalhador
CFM – Conselho Federal de Medicina
CGIL – Confederação Geral Italiana de Trabalho
CGU – Controladoria-Geral da União
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CISAT – Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho
CISL – Confederação Italiana Sindicato dos Trabalhadores
CISSP – Comissão Interna de Saúde do Servidor Público

CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNST – Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

CONAD – Congresso dos dirigentes das Associações Docentes - Seções Sindicais

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONSU – Conselho Universitário

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas

CTSST – Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DASDP – Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DC – Democracia Cristã

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCN – Diretrizes Curriculares Nacional

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIESAT – Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

DP - Departamento Pessoal

DRU – Desvinculação das Receitas da União

EaD – Ensino a Distância

EC – Emenda Constitucional

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ENDP – Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal e Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPC – Equipamento de Proteção Coletiva

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ERE – Ensino Remoto Emergencial

EUA – Estados Unidos da América

FASUBRA-Sindical – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FG – Funções Gratificadas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNPE – Fórum Nacional Popular de Educação

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

FS – Força Sindical

FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

GAE – Gratificação de Atividade Executiva

GT – Grupo de Trabalho

GTSSA – Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IDA – International Development Association

IFC – International Finance Corporation

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IZ – Instituto de Zootecnia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MET – Ministério do Trabalho e Emprego
MIGA – Multilateral Investment Guarantee Agency
MML – Movimento Mulheres em Luta
MNNC – Mesa Nacional de Negociação Coletiva
MOI – Modelo Operário Italiano
MPL – Movimento Passe Livre
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MS – Ministério da Saúde
MSI – Movimento Social Italiano
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Ministério do Trabalho
NRs – Normas Regulamentadoras
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ON – Orientação Normativa
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil
OS – Organizações Sociais
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PASS – Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PcD – Pessoa com Deficiência
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCI – Partido Comunista Italiano
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDV – Plano de Demissão Voluntária
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PLANSAT – Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PMDB-GO – Partido Movimento Democrático Brasileiro de Goiás

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE – Plano Nacional de Educação

PNSST – Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador

PNSTT – Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

POP – Procedimentos Operacionais Padrão

PPA – Programa de Preparação para Aposentadoria

PPI – Partido Popular Italiano

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROAD – Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROIFES – Professores das Instituições Federais de Ensino Superior

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSDI – Partido Socialista Democrático Italiano

PSE – Programa Seguro-Emprego

PSI – Partido Socialista Italiano

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RENASAT – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RJU – Regime Jurídico Único

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

SD – Sindicato Docente

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SINASEFE – Sindicato Federal dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SINTUFRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

SISOP – Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público

SRH – Secretaria de Recursos Humanos

STA – Sindicato dos Técnicos Administrativos

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

TAE – Técnico-administrativo em Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCU – Tribunal de Contas da União

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UIL – União Italiana de Trabalhadores

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNFT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

UST – Unidade de Saúde do Trabalhador

AOS QUE HESITAM

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo

Distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

Isto você pergunta. Não espere

Nenhuma resposta senão a sua.

Bertolt Brecht

Poemas, 1913-1956

Introdução

A presente tese de doutorado, *Trabalho em vertigem: ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública federal em tempos de ultraneoliberalismo*¹ e de pandemia de covid-19, é fruto de inquietações sobre a relação da ação sindical com a saúde do trabalhador em uma universidade pública federal.

A hipótese central norteadora desta investigação é que o espaço sindical, fundamentado em princípio classista, combativo e organizado pela base, é estratégico para o fortalecimento coletivo e pode contribuir para a valorização da saúde do trabalhador.

As transformações do trabalho no capitalismo são o aporte para a constituição do percurso desta tese. É possível comparar o capital a um vírus que consegue permanentemente sofrer mutações para sobreviver ao meio adverso. Nosso adversário é muito mais sutil, temos que expropriar os expropriadores e unificar a própria forma pela qual a vida material é organizada. Há, portanto, um desafio para a instituição de uma nova sociedade em que o trabalho ocupe outro lugar, o da emancipação social e humana.

O esforço está direcionado para compreender as metamorfoses do trabalho, assinaladas mais intensamente a partir da década de 1970, em decorrência de uma nova crise do capital, fomentada em sua contratendência, um acirramento da exploração do trabalhador e expansão do capital financeiro. O processo de mundialização do capital requer mais centralização de capital e potencializa a competitividade. Em sucessão, a organização do trabalho e as formas de gestão são amplamente modificadas com irrefutável regressão dos direitos historicamente conquistados, o que reverbera na organização sindical, na

¹ Importante deixar claro que, ao tratar sobre o ultraneoliberalismo, esta tese remete-se aos aspectos conjunturais do capitalismo contemporâneo, mais especificamente ao "aprofundamento dos pressupostos neoliberais. Dardot e Laval (2016) não utilizam o termo ultraneoliberalismo, mas concordam que o neoliberalismo se ressignifica e se aprofunda após a crise de 2008. Os marcos políticos dessa virada são, para os autores, a eleição de Trump, nos Estados Unidos, em 2016, o Brexit e a eleição de Bolsonaro, no Brasil, em 2018. O neoliberalismo não só sobrevive, mas se radicaliza, descartando cada vez mais os pressupostos da democracia liberal e dos direitos sociais, ainda que mínimos. Para os referidos autores, isso ocorre porque o neoliberalismo se tornou um sistema mundial de poder que se alimenta das próprias crises econômicas e sociais que gera, porque as respostas a essas crises reforçam e aprofundam indefinidamente sua lógica, bloqueando qualquer alternativa. Dessa forma, nessa fase, que chamam de "novo neoliberalismo", o sistema se aproveita dos questionamentos à democracia liberal, gerados pela própria razão neoliberal, e se apropria das tendências nacionalistas, autoritárias, xenófobas assumindo um caráter hiperautoritário para impor a lógica do capital sobre a sociedade" (STAMPA, 2021, p. 10-11).

organização coletiva dos trabalhadores e na relação trabalho-saúde. Sob estas condições, o Estado é redimensionado, segundo parâmetros neoliberais, e, no Brasil, especificamente em sua variante ultraneoliberal, impulsiona as relações de produção e reprodução do capital e do trabalho.

Esta tese buscou aprofundar as implicações destas contradições do capital para a organização sindical, tendo como referência uma universidade federal localizada no estado do Rio de Janeiro e sua interface com a saúde do trabalhador frente a um cenário de expansão da extrema-direita e avanço de ideologias ultraconservadoras, em meio à conjuntura de pandemia de covid-19. Em específico, objetiva investigar as formas de resistência construídas pelos sindicatos na universidade analisada, considerando as dimensões políticas, econômicas e estruturais; apurar as coligações pactuadas entre os sindicatos dos trabalhadores da universidade analisada e as centrais sindicais a estes relacionadas, em sua conexão, com a saúde dos trabalhadores; examinar a interface entre as ações sindicais e as demandas associadas à saúde do trabalhador, considerando as principais causas de adoecimento responsáveis pelo afastamento do trabalho na universidade analisada, e averiguar as estratégias articuladas pelo sindicato e pela unidade de saúde do trabalhador frente à conjuntura pandêmica.

O fortalecimento das atividades investigativas buscou elucidar algumas indagações, a saber: o que o avanço do neoconservadorismo e um Estado pautado na variável ultraneoliberal representa para o serviço público federal e, em particular, para as universidades públicas federais brasileiras? Quais mecanismos de resistência são construídos no espaço sindical frente a este cenário? As ações sindicais contribuem para valorização da saúde do trabalhador?

O vírus do capital não foi o único a atravessar a construção da tese. O mundo vivenciou o desenvolvimento de uma pandemia de covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020². A alta velocidade de disseminação associada ao insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus gerou incertezas e inseguranças em todo o mundo. No Brasil, as profundas desigualdades sociais e as precárias condições de habitação e saneamento representaram um grande desafio para o enfrentamento da pandemia, além do uso político do momento pandêmico, que acirrou as diferenças

² Histórico completo sobre a pandemia de covid-19 disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

e representou um desserviço no processo de prevenção e cuidados com a doença³.

O momento pandêmico requereu uma série de medidas sanitárias implementadas em escala global. O distanciamento social foi adotado como uma das principais estratégias de contenção de transmissão da doença, assim como o isolamento das pessoas infectadas ou com suspeita de infecção e a quarentena para os que tiveram contato com alguém infectado pelo vírus. No Brasil, as medidas sofreram interferência política, inclusive advindas de órgãos oficiais e da presidência da república, alicerçada em um forte discurso negacionista a respeito da gravidade da doença, propagação de notícias falsas relacionadas a medidas preventivas e ao êxito de medicamentos cientificamente ineficazes. O negacionismo permaneceu também em relação à eficácia da vacina, em verdade, o próprio processo de aquisição das vacinas foi enviesado por questões de corrupção que atravessaram toda a tramitação. Estas ações foram alvo de investigação, culminando com a CPI da Pandemia, em abril de 2021, e o relatório final aprovado sugere o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas, incluindo o presidente Jair Bolsonaro. Há destaque para um pedido de ação ao Supremo Tribunal Federal (STF), incluído no relatório, de afastamento do presidente das redes sociais⁴.

As medidas restritivas foram tornando-se mais severas conforme a propagação da doença, até a adoção do *lockdown* (bloqueio total) das atividades, com paralisação parcial dos serviços de transporte público, suspensão das atividades educacionais, religiosas e recreativas, fechamento das atividades comerciais e econômicas, mantendo apenas as consideradas essenciais. Houve resistência sobre a implantação destas medidas, e logo ganhou visibilidade o falso debate entre economia e saúde. Nakabashi⁵ e outros cientistas econômicos firmaram posição sobre a inexistência da dicotomia economia/saúde, à medida que, para melhorar a economia, seria imprescindível primeiro resolver a questão da saúde pública, reduzindo o contágio e a sobrecarga do sistema de saúde. As determinações sobre as ações de saúde foram descentralizadas, cabendo aos estados e municípios as deliberações finais sobre as medidas restritivas, subsidiadas pela construção de dados epidemiológico locais.

³ O capítulo 4, subcapítulo 4.3, desta tese aborda a temática.

⁴ Relatório final disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>>. Acesso em: 10 maio. 2022.

⁵ Docente da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/na-pandemia-nao-existe-dicotomia-entre-economia-e-saude/>>. Acesso em: 10 maio. 2022.

Outrossim, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tiveram suas atividades suspensas em março de 2020, em decorrência da pandemia e, nesse mesmo mês, o Ministério da Educação (MEC) autorizou que os cursos presenciais adotassem o ensino à distância, e a temática passou a ser debatida no interior de cada IFES. O Ensino Remoto Emergencial (ERE), ou equivalente⁶, até agosto de 2020, havia sido adotado em 80% das universidades federais⁷, como uma alternativa às atividades presenciais para dar continuidade ao calendário acadêmico. Os sindicatos também ficaram com as atividades suspensas e adaptaram suas deliberações para oficializar as assembleias e as plenárias realizadas de forma virtual, em acordo com as orientações da OMS. Dessa forma, o quadro pandêmico engendrou a necessidade de mudanças e ajustes nos percursos metodológicos da pesquisa, além disso, as recomendações de distanciamento social foram seguidas de forma a preservar a saúde dos envolvidos⁸.

Apreender a realidade frente à conjuntura pandêmica representou um desafio sem precedentes. Parte-se da compreensão que a realidade não se apresenta como uma totalidade, mas como um recorte deste conjunto, no qual são expressos os pressupostos do pesquisador, as técnicas de observação, um olhar treinado que se dedica à sua investigação através da utilização de um instrumental metodológico (Victora et al., 2000).

O estudo de caso é uma abordagem iminentemente qualitativa que possibilita a investigação das condições empíricas de uma determinada realidade. Outrossim, se aplica na esfera da compreensão das relações, tendo como premissa a complexidade deste fenômeno, considerando os sujeitos, as condições sociais e o ambiente específico. Para Becker (1993, p. 118), o estudo de caso geralmente tem um duplo propósito, “por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo de estudos” e “ao mesmo tempo também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais”. Contribui, assim, para a compreensão do modo como determinados fenômenos sociológicos se apresentam em um cenário específico,

⁶ O ensino realizado remotamente é a condição, a nomenclatura variou em cada IES, como: Ensino por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), Calendário Complementar, Estudo Remoto Emergencial, dentre outros.

⁷ Dados disponibilizados pela Andifes. Disponível em: <<https://www.ufms.br/andifes-informa-que-80-das-universidades-federais-aderiram-ao-ensino-remoto-de-emergencia/>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁸ As recomendações estão detalhadas e disponíveis em: <<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ou seja, não é proposta apenas a categorização em grupos genéricos, mas, sim, a apreensão do processo no local onde se desenvolve.

Becker (1993) destaca que, para compreender o todo analisado, o estudo de caso necessita ultrapassar a mentalidade única e abarcar as múltiplas divergências decorrentes da variedade de problemas teóricos descritivos e presentes na pesquisa. Tal pressuposto o distingue do modelo tradicional, concebido para testar proposições rigorosas e precisas. A abordagem qualitativa requer observação e concentração do pesquisador para captar os vários fenômenos revelados, de maneira que possam “receber atribuição e relevância teórica” (Becker, 1993, p. 119). Segundo Minayo (2012), a abordagem qualitativa possui maior abrangência de análise, sendo capaz de captar tanto as questões objetivas, como as subjetivas vivenciadas pelos sujeitos, e apurar a realidade social, compreendida como o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.

Nesse sentido, ancorados neste método de pesquisa, foram organizados os desafios e as complexidades desta investigação, cuja construção não está desvinculada dos movimentos e da transformação da sociedade, e sua compreensão ocorre a partir do materialismo histórico-dialético sustentado por Marx e, através do qual, Lukács desenvolve sua compreensão da realidade alicerçado na ontologia do *ser social*. O trabalho é o eixo central para a compreensão do fenômeno, a organização do Estado, neste ínterim, resulta da contradição entre capital e trabalho. A problemática da pesquisa é aportada na perspectiva crítico-dialética, que tem, nas obras marxianas, o aporte teórico principal para a compreensão de conceitos-chave, necessários para análise da sociedade burguesa.

A questão da relação sindical com a saúde do trabalhador na universidade pública federal, objeto desta tese, foi abordada sob esta perspectiva. Marx (1999, p. 6) na obra *Para uma crítica da economia política*, trazendo o entendimento sobre a totalidade, que o difere de teóricos da economia clássica, como Smith e Ricardo, cujo entendimento sobre o indivíduo está relacionado a um ideal de existência que o situa no passado. Para Marx, o indivíduo é o ponto de partida da história, é constituído na inter-relação e, portanto, os fenômenos são compreendidos a partir de suas múltiplas determinações. Como salienta Lukács (2013):

Marx, ao contrário, considera o processo econômico na sua totalidade dinâmica desdobrada, de modo que o homem não pode deixar de aparecer como o começo e o fim, como o iniciador e o resultado final do conjunto do processo, no meio do

qual ele muitas vezes - e sempre na sua singularidade - parece desaparecer entre as suas inundações e, no entanto, apesar de toda aparência, mesmo tão fundamentada, ele constitui a essência real desse processo (Lukács, 2013, p. 116).

Efetivamente, em *Para uma crítica da economia política*, Marx apresenta a lógica do capital, cuja base não está na análise do todo vivo, como a população, a nação, o Estado, pois, ao serem analisados, sobressaltarão as relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor. E, ao serem isolados para investigação, farão surgir os sistemas econômicos que compõem a sociabilidade capitalista, como o trabalho, a divisão do trabalho, o valor de troca, até chegarem ao Estado e retornar o ciclo.

Marx aponta para a inter-relação existente, em síntese: “eis, manifestamente, o método científico correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso” (Marx, 1999, p. 38-39).

Com efeito, Lukács (2013, p. 74) pondera que a economia e a técnica são indissociáveis e coexistem para o desenvolvimento de um trabalho, porém, este fato não elimina a heterogeneidade, que se apresenta na “dialética contraditória entre fim e meio; pelo contrário, muitas vezes acentua sua contraditoriedade”.

A contradição se mostra, para Marx, com um elemento da dialética, e tal concepção é ancorada na obra hegeliana, mas é Marx quem traz uma nova concepção de superação das contradições.

Para Mészáros (2013, p. 58), “a importância e os limites de uma ação, medida, realização, lei etc. só podem ser avaliados em relação a uma apreensão dialética da estrutura da totalidade”, o que implica uma “apreensão dialética das mediações complexas que constituem a estrutura da totalidade”. E, sob essa fundamentação, foram elaborados os caminhos para a contextualização da pesquisa, que apurou o trabalho na sociedade capitalista, reconhecendo as especificidades das transformações do trabalho no Brasil, o momento histórico de avanço do conservadorismo, a propagação de ideários ultraneoliberais e as consequências destas mudanças para a universidade pública federal, considerando a conseguinte reorganização dos sindicatos neste contexto. Este caminho transcorreu em meio a um cenário de pandemia de covid-19, que atravessou todo o processo da pesquisa.

Assim, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizados levantamentos de materiais como jornais sindicais, revistas científicas, artigos e páginas na internet que contribuíram para a constituição dos caminhos de contextualização histórica da pesquisa. O período para análise (recorte temporal)

compreendeu desde as transformações que perpassam os sindicatos no Brasil, principalmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, até o momento atual, onde se vivencia o último ano do governo Bolsonaro, em 2022. Foi considerado, nesse ínterim, as contradições inerentes ao processo, mantendo a compreensão da saúde do trabalhador como um produto histórico transversal a essas condições, pois sempre será acometida pelos fatores sociais, políticos, econômicos e ideológicos que a envolvem. Em acordo com Minayo e Sanches (1993):

Do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera os instrumentos, os dados e a análise numa relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais (Minayo & Sanches, 1993, p. 244-245).

Inicialmente, o levantamento bibliográfico das publicações científicas envolveu o objeto de pesquisa ora apresentado, tendo como base as palavras-chaves deste estudo, elegendo-se, na página da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o portal de periódicos⁹ como mecanismo de busca, em função de ser uma importante ferramenta de pesquisa no Brasil que permite o acesso à base de dados científicos e a revistas científicas de todo o mundo.

Partindo do trabalho como eixo central da pesquisa e do recorte temporal que tem como marco inicial o *impeachment* da Dilma Rousseff, optou-se pelo recurso de busca avançada, com filtro por período denominado *data específica*, ajustado para 01 de agosto de 2016 até 01 de junho de 2022, e foram consideradas as opções *qualquer campo* e *contém*, já presentes nos filtros de busca. O resultado alcançado foi: Trabalho; Precarização — 2.724 resultados; Trabalho; Ação Sindical — 1.401 resultados; Trabalho; Saúde do trabalhador — 10.361 resultados, e Trabalho; Universidade Pública — 53.300 resultados.

Em continuidade, a busca prosseguiu com os mesmos parâmetros, porém, juntando todas as palavras-chaves que determinam o objeto de estudo: Trabalho. Precarização. Ação Sindical. Saúde do Trabalhador. Universidade Pública, e o resultado foi de 178 incidências, sendo 177 artigos e 1 resenha¹⁰. A página ordena a apresentação dos resultados por relevância e, dentre os cinco primeiros artigos

⁹ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

encontrados¹¹, apenas dois abordavam a temática sobre ação sindical, saúde do trabalhador e universidade. São eles: *Oficinas em saúde do trabalhador: ação educativa e produção dialógica de conhecimento sobre trabalho docente em universidade pública* e *Trabalho e saúde de docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical*. Mantendo o mesmo foco já explicitado, foi observada manualmente a sequência dos 50 próximos resultados da página, e apenas os dois primeiros já mencionados abordavam a temática, ambos tendo como objeto de investigação o segmento docente.

Em sequência, as revisões bibliográficas de ambas as investigações, ao relacionarem ação sindical, saúde do trabalhador e universidade pública, apresentam como resultado: precarização da infraestrutura da universidade pública, condições inadequadas para o desenvolvimento do trabalho docente e intensificação do trabalho como as principais constatações de prejuízo à saúde, que se tornaram pauta de luta coletiva entre os docentes. Outro ponto relevante foi a concepção de saúde do ponto de vista sindical, elencada na pesquisa de Rodrigues e Souza (2018, p. 238), apresentada como “movimento permanente de emancipação coletiva”, ou seja, se afasta da concepção individual e da abordagem estritamente biomédica. “Trata-se de uma concepção dialética de saúde que compreende a vida e o trabalho como processo, em permanente transformação na história”.

Doravante, a pesquisa seguiu em sua configuração da contextualização e caracterização do grupo pesquisado. Dessa forma, foi executado um levantamento das ações sindicais que promovessem a saúde do trabalhador nas universidades. Foram investigadas a CSP-Conlutas, central sindical em que o sindicato docente e de técnicos da universidade analisada são filiados; a Fasubra-Sindical, como representação nacional do sindicato dos técnicos; Andes-SN,

¹¹ Registro dos cinco primeiros artigos encontrados com os respectivos autores e a localização do estudo: 1) *Oficinas em saúde do trabalhador: ação educativa e produção dialógica de conhecimento sobre trabalho docente em universidade pública*. Autores: Kátia Reis de Souza, Andréa Maria dos Santos Rodrigues, Maria Blandina Marques dos Santos, Eliana Guimarães Felix, Regina Helena Simões Barbosa, Verônica Silva Fernandez, Walcyr de Oliveira Barros. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/PLHTsn77WQmvJbKmStLmWPv/?lang=pt>>. Acesso em: 05 jun. 2022; 2) *Trabalho e saúde de docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical*. Autores: Andréa Maria dos Santos Rodrigues, Kátia Reis de Souza. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/JhFbJXDgVcdwYhshvMjyQ3J/?lang=pt>>. Acesso em: 05 jun. 2022; 3) *Os incentivos à produção, seus efeitos na segurança e na saúde do trabalho e entre coletivos de trabalho: uma abordagem da formação em ergonomia*. Autores: Pamela Astudillo e Carlos Ibarra. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal/1393>>. Acesso em: 05 jun. 2022; 4) *Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia*. Autor: Marco Aurélio Santana. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60293>>. Acesso em: 05 jun. 2022; 5) *Nem deuses nem heróis: a ação sindical dos trabalhadores da saúde durante a pandemia de Covid-19*. Autora: Patrícia Vieira Trópia. Disponível em: <<https://vlex.com.br/vid/nem-deuses-nem-herois-897158270>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

como representação nacional do sindicato docente, e os próprios sindicatos de técnicos administrativos e sindicato docente da universidade analisada. Foi evidenciado que todos promovem ações em relação à saúde do trabalhador, porém, em proporções e prioridades diferentes, resumidamente:

- a) A CSP-Conlutas possui uma setorial denominada Saúde e Segurança que trata especificamente sobre a saúde do trabalhador. Realizou, em novembro de 2011, o 1º Encontro Nacional de Saúde dos Trabalhadores, que defendeu a unidade na luta contra todas as formas de ataque à saúde no local de trabalho. Em abril de 2021, chega ao 4º Encontro Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a), realizado de forma virtual, em decorrência da pandemia da covid-19. A principal pauta foi sobre a preparação da luta em defesa da vida da classe trabalhadora no período de pandemia. A central aprovou a participação na Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores¹² e assumiu o compromisso de incentivar o debate e a promoção de ações sobre saúde do trabalhador entre os sindicatos filiados.
- b) O Andes-SN realizou, em outubro de 2019, o VII Encontro Nacional do Andes-SN de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, com o tema *O acirramento da luta de classes e a saúde do(a) trabalhador(a) docente*. Abordou temas acerca do desmonte do SUS, o papel da universidade na defesa da Seguridade Social, condições de trabalho, adoecimento docente e estratégias de enfrentamento. Possui um Grupo de Trabalho (GT) denominado Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), que tem implícita a discussão sobre a saúde do trabalhador docente.
- c) A Fasubra-Sindical, em setembro de 2020, promoveu a *live Saúde dos trabalhadores e trabalhadoras no setor público: constitucionalidade e novas formas de trabalho, durante e após a pandemia*. A federação estimula as ações de promoção à saúde entre os sindicatos afiliados e discute o tema em suas plenárias, encontros e congressos. Porém, não foi encontrada a organização de um evento nacional promovido pela entidade para discutir a saúde do trabalhador. Registra-se que, para construção do projeto de qualificação desta tese, foi realizada uma

¹² Trata-se de uma iniciativa estratégica de natureza política e multi-institucional, que visa desenvolver e aperfeiçoar parcerias conceituais e de cooperação entre movimentos sociais, entidades de natureza sindical, instituições, grupos de trabalho e núcleos de estudo e pesquisa que tenham em comum o compromisso de promoção e defesa da saúde e segurança de trabalhadores e trabalhadoras. Disponível em: <<https://www.frenteampplast.com/sobre>>. Acesso em: 24 maio. 2022.

pesquisa exploratória, que subsidiou a construção das hipóteses e o direcionamento deste trabalho e, nesse momento, foi entrevistado o ex-coordenador-geral da federação, Gibran Jordão, em sua declaração, descreveu: “nós debatemos sobre a saúde do trabalhador, mas menos do que seria o necessário, não é uma pauta que tem recebido a atenção devida. O mais comum é atuação acerca do assédio moral no trabalho, uma demanda de saúde que chega com mais frequência e já emitimos nota de repúdio e acolhemos demandas apontadas pelos sindicatos filiados à entidade”.

- d) O sindicato docente da universidade analisada possui um GT que acompanha a organização da representação nacional, ou seja, o Andes-SN tem uma formação local do GT Segurança Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), onde está incluída a pauta sobre saúde do trabalhador. Promove campanhas locais direcionadas pela entidade nacional, a exemplo do dia 28 de abril, Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho¹³.
- e) O sindicato de técnicos administrativos da universidade analisada possui um GT próprio para discutir a saúde do trabalhador. Nesse espaço, são discutidas as condições de trabalho da universidade, a retirada dos adicionais de insalubridade e periculosidade e o assédio moral no trabalho. O sindicato construiu, em 2017, um material informativo intitulado *Diga NÃO ao Assédio Moral!*, amplamente divulgado na universidade, estimulando a denúncia ao assédio moral. Há um trabalho de acolhimento às questões de violência no trabalho e uma busca por parceria com a equipe de saúde do trabalhador. Houve também a produção de jornais locais denunciando casos considerados injustos, relacionados à perícia em saúde.

Em relação à universidade analisada, é importante destacar uma página na internet que registra a organização de um Comitê de Saúde do Trabalhador, em 2014, formado por membros da unidade de saúde do trabalhador, sindicato docente, sindicato de técnico administrativo, e aberto à participação da comunidade universitária. O referido comitê, oficialmente, atua em defesa de

¹³ Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu o dia 28 de abril como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho. No Brasil, a Lei nº 11.121/2005 também instituiu o mesmo dia como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

melhores condições de trabalho, contra toda e qualquer prática e/ou política que coloque em risco a saúde do trabalhador e registra: “agora tem um espaço de organização e luta em defesa de sua saúde”¹⁴. Em dezembro de 2014, foi promovido um fórum na universidade, organizado pelo comitê, que propunha discussões sobre violência no trabalho e saúde do trabalhador, e tinha como pauta: assédio moral, doença laboral e precarização no trabalho. Esta ação foi a única registrada pelo comitê.

Através do exercício realizado, foi possível contextualizar a pesquisa ora proposta, evidenciar a problemática em torno do objeto de pesquisa e identificar a baixa produção acadêmica científica que expressa a relação entre ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública. Há um destaque relevante que associa a universidade ao trabalho docente e não considera os demais trabalhadores que compõem a universidade, como os trabalhadores técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados. Foi possível perceber a dicotomia no tratamento da temática saúde do trabalhador pelas entidades sindicais em nível nacional e local. Há um esforço das entidades sindicais, principalmente CSP-Conlutas e Andes-SN, em nível nacional, em pautar o debate sobre a saúde do trabalhador na universidade, porém, esta iniciativa não se reproduz com a mesma intensidade no sindicato local, como será exposto no quarto capítulo desta tese.

É relevante notar que a precarização do trabalho nas universidades atravessa a temática em todas as suas expressões, estando associada à relação trabalho, saúde e doença. Esta afirmativa esteve presente nas propostas de estudo dos grupos de trabalho em exercício nos espaços sindicais, nas temáticas dos encontros nacionais de saúde do trabalhador promovidos pelas entidades sindicais e nos artigos científicos pesquisados junto à Capes, com destaque para a relação trabalho e universidade pública que, como já assinalado, registrou 53.300 incidências de trabalhos científicos.

Diante do exposto, foi subsidiada a escolha estratégica para eleger os sujeitos que compuseram a pesquisa. A proposta era abarcar a diversidade de trabalhadores que integram a universidade, contemplando cada unidade a ser investigada na pesquisa. Com este objetivo, a pesquisa de campo, que compõe o processo investigativo, foi composta pelo uso de entrevista semiestruturada, articulando uma abordagem dirigida para questões que compreendem o universo da pesquisa, porém, facultando o espaço livre para as impressões do entrevistado. A entrevista “não significa uma conversa desrespeitosa e neutra, uma vez que se

¹⁴ Página própria do Comitê em redes sociais.

insere como meio de coletas dos fatos relatados pelos atores, sujeitos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (Neto, 2012, p. 57). Optou-se pela entrevista semiestruturada, em que nenhuma intenção está totalmente aberta ou fechada, mas obedece a um roteiro previamente organizado pelo pesquisador (Minayo, 1993).

Em relação aos setores que compõem a universidade, foram investigados o sindicato dos docentes, o sindicato de técnicos administrativos e a unidade de saúde do trabalhador, haja vista serem os setores que materializam as ações sindicais e as práticas de valorização de saúde do trabalhador, objeto desta pesquisa. Ratifica-se que, a fim de preservar o sigilo da unidade investigada, não foi exposta a nomenclatura oficial dos sindicatos e do setor de saúde do trabalhador, denominados para fins desta pesquisa exclusivamente como: sindicato docente (SD), sindicatos dos técnicos administrativos (STA) e unidade de saúde do trabalhador (UST). Quanto aos sujeitos entrevistados, os critérios de escolha tiveram como prioridade os locais a serem investigados (sindicatos e unidade de saúde do trabalhador).

Desse modo, a decisão caminhou no sentido de entrevistar os dirigentes sindicais de ambos os sindicatos, totalizando quatro entrevistas, sendo dois coordenadores-gerais do STA, a presidente e o vice-presidente do SD. Em relação à unidade de saúde do trabalhador, foram entrevistados os responsáveis por cada eixo que compõe o setor: promoção em saúde, vigilância em saúde e segurança do trabalho, perícia oficial em saúde, e a coordenação-geral do setor, representando um total de quatro entrevistas. A opção por entrevistar trabalhadores que ocupam posição de gestão decorre do entendimento de que esta posição detém um lugar privilegiado de conhecimento sobre as limitações, avanços e desafios que envolvem seu espaço ocupacional, possui a prerrogativa de escolha sobre as deliberações a serem coletivizadas, além de entender que é um lugar marcado por contradições que podem potencializar ou diminuir o debate sobre saúde, adoecimento e sofrimento no trabalho.

Em continuidade, optou-se por incluir a assistente social da unidade de saúde do trabalhador como sujeito da pesquisa. A justificativa para tal inclusão está pautada na reflexão sobre o disposto no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que tem o marco de sua maturação e análise crítica profissional expressos em seus instrumentos legais: o Código de Ética Profissional do Assistente Social (Lei nº 8.662/1993); a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, também de 1993, e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. Ao

observar os princípios fundamentais da profissão que versam sobre uma atuação contra-hegemônica, vinculada ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, em compromisso com a equidade e a justiça social, que são balizadores da atuação profissional, é que sustentamos a opção pela inclusão deste profissional na pesquisa. Acredita-se que o assistente social é capaz de, criticamente, apreender as complexidades que atravessam a atual conjuntura política/econômica do Brasil e, assim, contribuir para a investigação deste campo de pesquisa, dado o entendimento sobre a ação sindical e a saúde do trabalhador estarem inseridos no bojo das transformações do trabalho próprias do capitalismo.

Além dos nove entrevistados supramencionados e a fim de ampliar e fundamentar a pesquisa que pressupõe investigar a relação entre ação sindical e a saúde dos trabalhadores, foram acrescentados como sujeito-objeto da pesquisa trabalhadores com vínculos contratuais diferenciados junto à universidade analisada que tiveram a prerrogativa de vivenciar experiências vinculadas aos respectivos sindicatos. Nesse sentido, foram incluídos mais seis trabalhadores: um docente e um técnico do quadro efetivo da universidade, um professor substituto, um trabalhador terceirizado do quadro técnico, um trabalhador terceirizado que pertencesse ao quadro de serviços gerais e um trabalhador reintegrado. O total de entrevistados para a pesquisa foi de quinze trabalhadores.

Destaca-se que, por estar vivenciando um período de pandemia de covid-19, foram observados os ajustes aos procedimentos e a condução das entrevistas realizadas. Neste cenário, as entrevistas foram efetivadas de forma remota, por meios digitais, através de videoconferência, e não presencialmente, como era praticado em tempos anteriores à pandemia. Foi utilizada a plataforma conferência WEB da RNP¹⁵, em função de ter o acesso gratuito, restrito e permitir privacidade na condução das entrevistas, facultando o resguardo necessário do sigilo¹⁶. Tais cuidados coadunam com o compromisso firmado de não identificação dos participantes e confidencialidade dos dados coletados¹⁷. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com a devida autorização dos entrevistados, sendo possível o registro fidedigno das falas, entendendo a importância dessa “matéria-

¹⁵ Trata-se de uma plataforma gratuita da Rede Nacional de Ensino de Pesquisa que permite o agendamento das entrevistas previamente, além de possibilitar sua ocorrência de forma privada, garantido o sigilo necessário ao processo. Disponível em: <<https://conferenciaweb.rnp.br/>>. Acesso em: 04 maio. 2022.

¹⁶ Compromisso firmado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II) assinado pela pesquisadora e pelo entrevistado após os devidos esclarecimentos e apresentação dos objetivos da pesquisa.

¹⁷ A pesquisa obteve o parecer com aprovação pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio exposto no Anexo III desta tese.

prima para uma boa compreensão da lógica interna” da coletividade estudada (Minayo, 1993, p. 273).

Vale ressaltar que, em função do momento pandêmico, algumas outras questões atravessaram a pesquisa. Pessoalmente, a angústia e a ansiedade relacionadas aos cuidados com a saúde e do iminente risco à vida, o que foi compartilhado por todos os seres humanos em diferentes graus de profundidade. Em relação à pesquisa de campo, requereu a adaptação do processo investigativo, e as entrevistas, que seriam realizadas presencialmente, foram transferidas para o meio remoto, conforme condução supracitada. Contudo, alguns trabalhadores não estavam familiarizados com este meio de comunicação, o que, em alguma medida, gerou desconforto e demandou mais tempo de entrevista para serem vencidos os obstáculos do distanciamento. A investigação em lócus precisou ser adaptada para participação em assembleias virtuais, um desafio para a percepção do coletivo. Em contrapartida, os agendamentos com os entrevistados foram mais flexíveis, por não demandarem deslocamento. Como estratégia, foi possível realizar a ampliação da revisão de literatura e dos levantamentos de dados, em função de muitas atividades estarem acessíveis virtualmente. Em síntese, o momento pandêmico gerou adversidades, mas não comprometeu o resultado da pesquisa e estimulou a busca de novas estratégias de abordagem.

A condução das entrevistas seguiu em consonância com os roteiros previamente elaborados, que procuraram contemplar as especificidades de cada setor investigado¹⁸. Assim, foram elaborados os eixos e categorias criados para cada segmento estudado:

Para as direções sindicais e para o docente e o técnico atuante na base sindical¹⁹: 1) os dados de identificação: identificação pessoal dividida por idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade; e identificação do setor; 2) a conjuntura política de formação do sindicato; 3) as estratégias de enfrentamento adotadas pelos sindicatos; 4) a formação de parcerias; 5) a atenção à saúde, e 6) o trabalho em tempo de pandemia da covid-19.

Para os gestores da unidade de saúde do trabalhador e o assistente social: 1) os dados de identificação: identificação pessoal dividida por idade, orientação

¹⁸ Detalhamento completo dos roteiros constam no Anexo I desta tese.

¹⁹ Em relação ao docente e aos técnicos atuantes na base sindical o roteiro contempla os mesmos eixos e categorias. Contudo, a perspectiva em cada eixo é diferente, objetiva tratar a temática a partir da percepção do trabalhador entrevistado.

sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade; e identificação do setor; 2) a organização e processo de trabalho; 3) o mapeamento sobre doenças relacionadas ao trabalho; 4) a formação de parcerias; 5) as estratégias de enfrentamento adotadas pela equipe de saúde do trabalhador, e 6) o trabalho em tempo de pandemia da covid-19.

Para os trabalhadores terceirizados: 1) os dados de identificação: identificação pessoal dividida por idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade e identificação do setor de atuação; 2) a participação em sindicato da categoria; 3) as estratégias de enfrentamento adotadas pelos trabalhadores; 4) a atenção à saúde, e 5) o trabalho em tempo de pandemia da covid-19.

Por conseguinte, a hipótese central orientadora desta tese é que um sindicato combativo²⁰, que tenha por primazia a participação e a organização do trabalhador pela base, contribui para a valorização da saúde do trabalhador. Esta condição orientou o processo investigativo, fundamentado na premissa de que os resultados alcançados tanto podem consubstanciar essa afirmativa, como podem trazer elementos que levem a caminhos opostos.

Neto (2012, p.62) registra que a plena realização de um trabalho de campo requer várias articulações a serem estabelecidas pelo investigador. A pesquisa não está restrita ao uso de instrumentos apurados de coleta e requer articulação e “interação entre o pesquisador e atores sociais envolvidos no trabalho”. Minayo (2012, p. 14) descreve que há “um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”. Assim, para apurar a direção e os resultados alcançados com a pesquisa, é necessário considerar a relação da pesquisadora como o campo de pesquisa.

A pesquisadora é servidora pública federal no cargo de assistente social na universidade analisada há 13 anos, dentre os quais, nove anos com atuação em saúde do trabalhador e, destes, sete na função de coordenadora da unidade de saúde do trabalhador, onde permaneceu até 2017. É também atuante no espaço sindical de técnicos da universidade, com participação em assembleias da categoria, eleita como delegada sindical para plenária da Fasubra, e, também, eleita para participar do Encontro Nacional de Mulheres, promovido pela Fasubra em 2019. Há também um engajamento político na universidade, haja vista sua

²⁰ O termo *sindicato combativo* utilizado nesta tese refere-se à organização sindical independente do Estado e das empresas, cujo posicionamento e ações são construídas a partir da base dos trabalhadores, de forma coletiva e autônoma, e compreende um sindicato de base classista e contra-hegemônico.

eleição como representante dos técnicos administrativos, por dois mandatos consecutivos, para o Conselho Universitário (CONSU), o órgão máximo de consulta e deliberação coletiva na universidade, funcionando como última instância recursal. Esta representação contribuiu para aproximação de pautas próprias do sindicato docente e pautas priorizadas pelos discentes, além dos técnicos em prioridade, o que configura uma posição de capilaridade na universidade.

Atuar como pesquisadora no mesmo local onde desenvolve o trabalho profissional engendrou situações de vantagens e desvantagens presentes no processo de investigação. Como vantagem, pontua-se: livre acesso aos diversos setores da universidade, aceitação do grupo onde a pesquisa foi desenvolvida e relação de confiabilidade durante as entrevistas, o que propiciou um ambiente favorável para que todas as questões fossem espontaneamente elucidadas pelos trabalhadores. As desvantagens relacionam-se ao fato da figura da assistente social, com experiência em saúde do trabalhador e atuante no espaço sindical, sobrepujar a da pesquisadora, provocando em algumas ocasiões desabafos de cunho pessoal por parte dos sujeitos entrevistados, relacionados ao descontentamento com o trabalho e com a universidade. Como estratégia, fez-se necessário esclarecer os parâmetros e objetivos da pesquisa e a busca constante pela escuta ativa do trabalhador.

Deslandes (2012, p. 31) pondera que “um projeto de pesquisa constitui a síntese de muitos esforços intelectuais que se contrapõe e se complementam” e, nesta direção, buscou-se ordenar os resultados alcançados com a pesquisa. Para o autor, a pesquisa qualitativa, apesar de separar um momento para análise, sua constituição ocorre em meio ao processo e durante a fase de coleta de dados. Assim, os resultados serão apresentados no transcorrer do estudo, vinculados a cada categoria anunciada. Sua organização foi distribuída em quatro capítulos expostos não como a ordem do estudo foi realizado, e, sim, como constituição didática de apresentação e reflexão sobre a temática.

O primeiro capítulo, *Trabalho, desenvolvimento capitalista e ingerência do Estado*, busca contextualizar historicamente o trabalho, eixo central da tese, a partir da concepção marxista. A compreensão sobre as transformações do trabalho e sua inferência para os trabalhadores e para a organização sindical ocorre desde sua concepção na lógica capitalista, perpassando pelo Estado no contexto do capital, apurando as (novas) configurações do mundo do trabalho e a crise contemporânea do capital, as implicações do Estado neoliberal para o trabalho contemporâneo. E finaliza com a reflexão sobre o Estado ultraneoliberal

brasileiro, com destaque para as contrarreformas previdenciária e trabalhista (2016-2019).

O segundo capítulo, *A ação sindical no contexto das universidades públicas federais em tempos ultraneoliberais*, apresenta um panorama sobre a organização sindical, compreendida como um espaço de resistência, e se debruça sobre o movimento sindical no Brasil e a universidade pública federal. Com recortes a partir do novo sindicalismo e dos governos do PT, apura os desafios para a ação sindical em meio à conjuntura ultraneoliberal e seus rebatimentos para os trabalhadores sindicalizados, com foco também nas mulheres no espaço sindical.

O terceiro capítulo, *Saúde do trabalhador no serviço público federal*, investiga o percurso histórico de estruturação da saúde do trabalhador no serviço público federal e seu estabelecimento na universidade analisada. Aborda a constituição do conceito de saúde do trabalhador e as contribuições do movimento operário italiano, apresenta a saúde do trabalhador no Brasil e as especificidades do serviço público federal e finaliza alavancando as especificidades da unidade de saúde do trabalhador na universidade analisada.

O quarto capítulo, denominado *Ação sindical e saúde do trabalhador: uma inter-relação necessária*, expõe, com mais densidade, o resultado empírico da pesquisa, já distribuído ao longo da tese, e assinala os elementos essenciais para a construção de uma identidade sindical baseada no pluralismo de ideias. É organizado de forma a refletir sobre a ação sindical na universidade, a partir dos trabalhadores que a compõem, contemplando os diferentes vínculos contratuais, e busca apreender as especificidades do trabalho e da saúde no momento pandêmico.

A constituição desta tese representa um esforço em discutir cientificamente a questão sindical. O desaparecimento deste espaço estratégico de organização coletiva do trabalhador é aviltado constantemente, e é exatamente por entender suas potencialidades na constituição e a formação da consciência de classe que o capital acirra os ataques a essa entidade. Assim, ratifica-se a necessidade de que estudos relacionados aos sindicatos retornem ao meio acadêmico, inclusive como um ato de resistência. Nesse sentido, destacamos alguns autores com notoriedade nessa área e que inspiraram a tese a ser apresentada: Iram Jácome Rodrigues (2011, 2015); Marco Aurélio Santana (2001, 2003, 2015); Ricardo

Antunes (2009, 2015, 2018, 2019); Roberto Vêras de Oliveira (2011, 2014), Inez Stampa²¹ (2007, 2010) e Giovanni Berlinguer (1983)²², dentre outros.

²¹ Destaca-se a escolha por Inez Stampa, orientadora desta pesquisa, em função de ser uma pesquisadora da temática sindicato vinculada diretamente ao serviço social.

²² A obra de Berlinguer, *A saúde nas fábricas*, está relacionada à saúde, e não à questão sindical propriamente estabelecida, mas seu estudo correlacionando as dimensões da organização do trabalhador, o saber técnico do médico e a construção de conhecimento a partir desta intersecção é inspirador para os nossos objetivos de pesquisa.

1

Trabalho, desenvolvimento capitalista e ingerência do Estado

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram - Karl Marx²³.

O capítulo inicial desta tese objetiva contextualizar historicamente o trabalho na concepção marxista, sendo este o eixo central para constituição das demais categorias que sustentam esta pesquisa. É no capitalismo que a vida humana tem a centralidade no trabalho. Marx, no cômputo de sua obra, relata que a essência deste modelo de sociedade é exterior ao homem, pois é dada a partir das relações com o meio, que é constituído na lógica do capital. É neste cenário que, para a grande indústria, o trabalhador se transforma em objeto, e o objeto se transforma em sujeito, e esta indústria ainda “revoluciona continuamente com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho” (Marx, 2013, p. 557), a fim de valorizar o valor e de ampliar a lucratividade do capital.

O debate sobre o trabalho e o valor trabalho, a relação entre capital e trabalho, a exploração do homem pelo homem vigente no sistema capitalista e as contradições próprias deste sistema são a base de sustentação para o desenrolar das lutas, que ganham novos contornos a partir da organização e da percepção do trabalhador como classe²⁴. O valor é também uma forma automediadora, que age sobre a estrutura e a objetividade do mundo, e seus resultados são expressos nas formas política, jurídica, filosófica, ideológica e religiosa, moldadas no espírito do capital para garantir o desenvolvimento capitalista.

Mészáros (2011) destaca que o poder do capital é exercido como uma força opressora, o autor expõe as formas de controle e domínio da força de trabalho que foram aprimoradas no capitalismo através de mecanismos de produção e o incremento de novas tecnologias de gestão, que reverberam sobre os elementos

²³ Marx, Karl [1818-1883]. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

²⁴ Ao utilizarmos a ideia de classe, remetemo-nos ao conceito constituído por Marx ao longo de sua obra, construído a partir do encontro com a classe trabalhadora, com a qual elaborou “um conjunto de análises e um método de entendimento das sociedades humanas em sua dinâmica histórica que tiveram na categoria ‘classe sociais’ um de seus alicerces fundamentais” (MATTOS, 2019a, p. 21).

objetivos e subjetivos dos trabalhadores neste processo. Estas (novas) configurações do mundo do trabalho foram abordadas ao longo deste capítulo. Para apreender a produção e reprodução do sistema capitalista, é preciso compreender a dimensão da totalidade e o movimento dialético que envolve as relações econômicas, sociais e políticas; e o Estado tem um lugar estratégico nesta equação.

É nesse sentido que a compreensão sobre o Estado no contexto do capital, a sua face neoliberal e as implicações para o trabalho contemporâneo foram elementos essenciais para construção desta tese. O Estado se tornou “a expressão política do capital, a forma de organizar e viabilizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre as classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizassem a produção da mercadoria” (Mészáros, 2015, p. 10). Dessa forma, é possível concluir, sem nenhum exagero, como diz Mészáros (2015, p. 36), que a “continuidade da importância histórica do quadro teórico marxiano depende da capacidade de realização (ou não) de sua preocupação com o fenecimento do Estado”.

É sobre esse fio condutor que consideramos o trabalho na lógica do capital e situamos o Estado como estratégico para expansão do capital. O capítulo encerra apresentando elementos do Estado em sua face ultraneoliberal no Brasil, através da qual foi subsidiada a aprovação das contrarreformas previdenciária e trabalhista. Avaliamos ser este o aporte teórico necessário para construir os percursos da pesquisa, delineando os constructos históricos experienciados pelos homens, sob o qual foi construído sua própria história, tal qual sinalizado por Marx (2011, p. 25) na epígrafe deste capítulo, os homens: “não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

1.1.

O trabalho na lógica capitalista: subsídios da teoria marxista

Os estudos de Marx são o ponto de partida imprescindível para a compreensão do capitalismo e para a apreensão do trabalho. Parte-se da premissa de que sua concepção é ampla e complexa, contrariando o diminuto conceito propagado pela economia política. Nessa proposição, todas as categorias possuem uma dependência ontológica em relação ao trabalho, sendo

este o precursor do ser social²⁵. A relação do homem com o trabalho é abordada por Marx (2013), que destaca sua capacidade teleológica de projeção e análise dos resultados antes mesmo de sua execução. “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 255). O homem, ao alterar o meio em que vive, também é transformado à medida que adquire conhecimento e habilidade no decorrer da atividade laboral.

O ato teleológico é quem instaura o ser social. Lukács (2013, p. 82) revela que, como ser biológico, o homem é um produto do desenvolvimento natural e, “com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social”. Ele pressupõe a interação com a natureza e, a partir dela, sua objetivação fundamental que é o trabalho. Para Lukács (2013), há uma complexidade nesta relação, a teleologia manifesta-se na relação do homem com a natureza com vistas a sanar suas necessidades básicas elementares (como fome e sede) e, também, se expande para suprir outras demandas oriundas da complexidade cultural própria da vida em sociedade.

[...] a estrutura originária do trabalho está submetida a mudanças essenciais, enquanto o pôr teleológico não está mais dirigido exclusivamente à transformação dos objetos naturais, à aplicação de processos naturais, mas quer induzir outros homens a realizar por si mesmos determinados pores desse gênero. Tal mudança se torna qualitativamente mais decisiva quando o desenvolvimento conduz a que, para o homem, o próprio modo de comportamento e a própria interioridade passam a ser o objeto do pôr teleológico. O surgimento progressivo, desigual e contraditório desses pores teleológicos é um resultado do desenvolvimento social (Lukács, 2013, p. 110).

Ainda segundo Lukács (2013, p. 43), “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”. Assim, o autor segue, a partir da obra marxiana, explicitando sobre a centralidade do trabalho e destaca: “é por isso que julgamos correto ver no trabalho o modelo de toda práxis social, de qualquer conduta social ativa” (p. 62). Nas palavras de Netto (2017, p. 187), “É a práxis que expressa a especificidade do ser social. Seu desenvolvimento e complexidade crescente é o indicador do desenvolvimento e complexidade crescente do ser social”.

²⁵ Ser social é compreendido como um ser não apenas orgânico, mas formado por intuição, instintos, metabolismos que se traduzem em ações. Contudo, estas ações não são naturais, mas, sim, reguladas por determinações econômicas, sociais, entre outras, expressas através da linguagem regulada.

O trabalho surge como parte do processo de evolução e sociabilização da humanidade, mas, no contexto de uma sociedade mercantil constituída pela propriedade privada, os pequenos proprietários independentes são expropriados dos meios de produção, potencializando o aumento do número de trabalhadores “disponíveis” para os detentores dos meios de produção, transformando o trabalho em um meio de subsistência. Ao olhar para a sociedade e a diversidade de trabalho, é possível ver o trabalho social, e o produto do trabalho social aparece como riqueza social e cômputo do que é produzido.

Marx sustenta uma severa crítica à ordem burguesa, fundada na compreensão de classe e na exploração do proletariado. A ontologia do ser social marxiana reestabelecida por Lukács tem a centralidade na categoria práxis, e o trabalho é sua forma ontológica primária. O autor traz o trabalho como uma forma de práxis social, existente a partir das relações sociais constituídas em prol de um objetivo, de uma necessidade que lhe seja útil e comum. “No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (Lukács, 2013, p. 44). O trabalho ultrapassa a esfera da produção e se relaciona à subjetividade do ser social, como pontua Netto (2017):

O *processo de trabalho* como modelo de práxis, abrindo de vez a via para compreensão do modo de ser e reproduzir-se do ser social enquanto gestor de totalidades complexas, concretas e dinâmicas, como legalidades próprias e estruturas particularizadas historicamente. É essa concretização que permite a Marx uma crítica radical à ordem burguesa na contração da teoria social de que o capital será a pedra angular (Netto, 2017, p. 185).

Em *O capital*, Marx inicia sua análise mais profunda sobre o capitalismo, e seus estudos partem da mercadoria, sendo esta elementar para apreensão da produção capitalista. A mercadoria é expressa a partir de seu duplo caráter: valor de uso e valor de troca, sendo o valor de uso compreendido pela utilidade da mercadoria, que “se efetiva apenas no uso ou no consumo” (Marx, 2013, p. 114); e o valor de troca, como uma “relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo [...]”. Ele parece, assim, ser algo accidental e puramente relativo, imanente à mercadoria” (Marx, 2013, p. 114). Este duplo caráter revela uma contradição, ainda que abstrata, e esta encontra-se presente em toda complexidade da formação do capitalismo. Em verdade, Marx compreende a sociedade a partir dessas contradições, conforme aponta Lukács (1979).

[...] vimos que o processo de troca das mercadorias implica relações contraditórias, que se excluem reciprocamente. O desenvolvimento da mercadoria não supera essas contradições, mas cria a forma dentro da qual elas podem se mover. É esse, em geral o método com o qual se resolve as contradições reais. Por exemplo, é uma contradição que um corpo tenda constantemente para outro e dele se afaste com igual constância. A elipse é uma das formas de movimento na qual essa contradição se realiza e, ao mesmo tempo, se resolve. Nessa concepção, puramente ontológica, a contraditoriedade se apresenta como motor permanente da relação dinâmica entre complexos, entre processos que surgem de tais relações. Portanto, a contraditoriedade não é apenas, como em Hegel, a forma de passagem de um estágio a outro, mas também a força motriz do processo normal (Lukács, 1979, p. 21).

A partir da compreensão da mercadoria, Marx busca aclarar os fundamentos para o entendimento da produção e reprodução da riqueza na sociedade capitalista e do trabalho como elemento central nesta sociabilidade. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais” (Marx, 2013, p. 120). A mercadoria, portanto, é determinada por ações humanas, sem as quais não seria possível se formar; o valor contido na mercadoria, por conseguinte, é estabelecido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção²⁶, assim, “[...] a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizada e na razão inversa da força produtiva deste trabalho” (Marx, 2013, p. 119).

Hão de ser considerados, para compor o valor de uma mercadoria, as matérias-primas e os meios de produção necessários para o processo produtivo e a força de trabalho empregada para sua produção. O mais-valor é produzido pelo trabalhador. A máquina e a matéria-prima contêm valores que são repassados na composição do custo final da mercadoria, mas é o trabalhador quem produz valor, gerando o trabalho excedente, não pago, assim, o mais-valor é o tempo de trabalho não pago.

Não obstante, a mercadoria assume um lugar de protagonismo na sociedade capitalista; as relações entre os produtores de mercadoria assumem a forma de relações sociais entre os produtos do trabalho e aparecem como relações reificadas, materiais, entre pessoas e relações sociais entre coisas, o que Marx (2013) chama de fetichismo. Para o autor, “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge [...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (p. 148). À primeira dimensão, fetichismo se refere a esse fenômeno, os produtos do trabalho parecem ser dotados de vida própria, os objetos

²⁶ Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2013, p. 117).

aparentam existir e serem providos de poderes mágicos, e essa relação social se expressa no mercado. A segunda dimensão é que dessa relação que os sujeitos reificados estabelecem entre si no mercado surge uma dinâmica, a dinâmica de expansão do trabalho. A relação que os objetos estabelecem entre si no trabalho é expressa nas relações dispostas pelos sujeitos.

O mercado, assim como a mercadoria, é produto da ação humana, mas os homens são completamente dominados pelos produtos de suas próprias mãos. Os produtos de seu cérebro parecem dotados de vida, como figura autônoma que mantém relação entre si e com os homens. Os pressupostos que compõem a mercadoria dão origem à contradição que marca originalmente esta forma de produzir, a contradição entre o caráter privado e o caráter social da produção. O trabalho privado só se confirma como parte dos trabalhos a partir da troca. A igualdade do trabalho humano fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho, uma forma singular e fortuita de expressão do valor.

Na lógica do capital, é possível afirmar que o trabalho é, em si, uma mercadoria. Marx (2013, p. 255) assinala que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe”. Dessa forma, a força de trabalho é também uma mercadoria, que se revela como valor de troca para o trabalhador e valor de uso para seu comprador, logo, o capitalista, “[...] assim como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor” (Marx, 2013, p. 263).

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele (Marx, 2013, p. 245).

O consumo da força de trabalho torna-se, então, crucial no capitalismo, ou seja, o cerne do processo de produção. Trabalho é, para Marx, uma categoria ontológica que evidencia como se produz e se reproduz a sociedade burguesa. Como assinala Netto (2017, p. 184), “somente quando elucidou a ontologia do ser social, Marx pôde apreender o concreto movimento do capital na ordem societária que ele comanda”. O trabalho sobrepuja a esfera da produção, ele abarca a subjetividade do ser social, é uma categoria fundamental para a análise da sociedade burguesa em sua totalidade, e este processo histórico é presente no capitalismo, mesmo que manifesto em tempos diferentes: “o que diferencia as épocas econômicas não é o *que* é produzido, mas *como*, “com que meios de

trabalho” (Marx, 2013, p. 257). Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha.

O trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, e o processo de produção, que é formado a partir de complexos processos, se gesta. Marx (2013, p. 256) assinala que, em sua forma mais simples, os momentos do processo de trabalho são “[...] em primeiro lugar, uma atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”. A matéria-prima é objeto de trabalho do homem, embora nem todo objeto seja matéria-prima, mas torna-se ao sofrer a ação do homem mediada pelo trabalho. Os meios de trabalho e os instrumentos de trabalho são coisas ou complexo de coisas existentes entre o homem e a matéria-prima. A atividade orientada é a apropriação de um elemento natural para atender às necessidades humanas, individuais e coletivas, comum a todas as formas sociais. O capitalista é possuidor de todas as partes que compõem o processo de trabalho; o trabalhador labora sob seu controle, que é efetivado para que não seja desperdiçada a matéria-prima e o meio de trabalho seja conservado, “isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho” (Marx, 2013, p. 262).

Destaca-se que a forma primeira de manifestação do capitalismo é a manufatura, é nela que se inicia a desqualificação do trabalho. O trabalhador obtinha uma maior compreensão e propriedade sobre os procedimentos e técnicas que compunham o processo de trabalho, ele é quem determinava o ritmo de trabalho, quem tinha o controle, a ferramenta era um apêndice de seus próprios membros. Porém, é na manufatura que o trabalhador começa a ter suas habilidades questionadas à medida que as atividades eram repetitivas e não lhe propiciavam um conhecimento amplo das complexidades que envolviam todo o processo de trabalho, logo, já não tinha domínio sobre o produto final a ser elaborado.

O produto final desse processo torna-se estranho ao trabalhador, o que Marx (2013) define como trabalho alienado: o trabalhador não se identifica como parte do processo de trabalho, não se identifica com seu próprio trabalho e nem com o produto final realizado. Para Mészáros (2011), a concepção de alienação do trabalhador é perpetuada no capitalismo a depender de circunstâncias históricas específicas, que podem ou não ser exercidas pelo capitalista, ou por trabalhadores que reproduzem a lógica do capital e, dessa forma, enfrentam e dominam o

trabalhador. Segundo o autor, as condições necessárias para se conceber esta dominação são:

(1) a separação e a alienação das condições objetivas do processo de trabalho do próprio trabalho; (2) a imposição de tais condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce comando sobre o trabalho; (3) a personificação do capital como “valor egoísta” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria autoexpansão, com uma vontade própria (sem a qual não poderia ser “capital-para-si” como controlador do sociometabolismo); [...] e (4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos trabalhadores como “trabalho” destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital) (Mészáros, 2011, p. 720-721).

Em efeito, a alienação está relacionada à divisão do trabalho e à acumulação do capital; o trabalhador não domina o resultado final do seu trabalho, é alheio ao processo de construção, o produto pertence ao dono do capital, tornando-se estranho a este trabalhador. Assim, sua participação é restrita à necessidade de venda da força de trabalho e esta condição é própria do capitalismo e inerente à organização econômica desta sociedade, o que implica maior opressão ao trabalhador.

Entrementes, a questão da valorização do valor é precursora das diferentes formas de expropriação do trabalhador. Valor é a forma específica da riqueza no capitalismo. A classe plenamente estabelecida em sua totalidade só existe no capitalismo, e essa categoria classe social é posta pelo seu valor e sua dinâmica. Em outras sociedades, havia exploração e dominação, como na escravocrata ou a dominação exercida pelo senhor feudal; contudo, na sociedade capitalista, esta existe de forma mais sutil, porém, para além deste algo, há um elemento que lhe é específico: é o valor, porque ele é quem a coloca como abstrata das coisas sobre os homens, ele é quem estabelece o fetichismo da mercadoria, que desperta uma forma de vida alienada, na qual o homem é subsumido às coisas que ele produz. Essa é a forma específica de dominação que impede a verdadeira emancipação humana.

Marx (2013) desvela que as mercadorias possuem uma forma para valor em comum, a forma-dinheiro, e neste processo o dinheiro é também mercadoria²⁷. O que se produz no mundo dos homens são mercadorias necessariamente trocadas por dinheiro, logo, uma lógica que constrange os indivíduos humanos. Em seu

²⁷ Para Marx (2013), ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a *trabalhar* como se seu corpo estivesse possuído de amor (MARX, 2013, p. 271).

relato, o autor pontua a relação do processo de produção, que tem a compra da força de trabalho associada ao assalariamento do trabalhador:

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele [ihm selbst entfremdet], apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que comprem pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado (Marx, 2013, p. 645-646).

Ao destacar o trabalho assalariado, Marx está assinalando um elemento crucial para a sociedade burguesa, haja vista que o valor da força de trabalho é variável e os mecanismos para controlar seu valor são contínuos e perversamente aprimorados. Ao se investir em maquinários que substituem o agente humano, prolongam a jornada de trabalho e interferem nas condições objetivas e subjetivas do trabalhador, o resultado é o aumento no número de trabalhadores desempregados e um excedente de mão de obra disponível a um custo cada vez menor para o capital, gerando o chamado *exército industrial de reserva*, conforme assinalou Marx.

Assim, quanto maior o mais-valor gerado pelo dono do capital, mais a classe trabalhadora empobrece e se miserabiliza, e não apenas é despossuída do produto de seu trabalho, como espoliada e constrita a atuar na ampliação da produção de riquezas. No modo de produção capitalista, a força de trabalho é a única mercadoria responsável por gerar mais-valor ao capital, uma contradição peculiar e própria do capitalismo, o que revela a exploração presente nesta relação.

O valor é a forma específica de dominação do capitalismo em seu nível mais fundamental, que não é simplesmente direta de classe (embora também o seja), mas é a dominação das coisas que os homens produzem, uma dominação abstrata da qual ninguém escapa. Os laços sociais no mundo do capital e os laços entre as pessoas são dados em seu nível mais fundamental pelo dinheiro pela inserção do indivíduo no sistema produtor de mercadoria; na sociedade capitalista,

as relações sociais são indiretas, e a forma específica de dominação é abstrata. Marx expõe esta relação em resumo:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, 2013, p. 707).

O autor assinala que a “tendência do capitalismo é reproduzir e alargar a própria base do capital, já que consiste em transformar em capital o mais-valor extorquido dos proletários” (Marx, 2013, p. 49). No capital, é o valor a forma mediadora e autoestruturante; a partir dele, é que se gestam as classes, o Estado, o aparato jurídico, ideológico e filosófico. A luta de classes assume o protagonismo na sociedade capitalista; a exploração é o cerne desta sociedade, mas ela é inserida na lógica do valor que medeia as relações, sendo o valor ontológico em Marx, e são essas complexidades que formam a sociedade em suas muitas camadas.

É imperativo para o capitalista *valorizar valor*, pois ele personifica a lógica do capital para que sobreviva e não seja ultrapassado por outra empresa ou por outro capitalista concorrente, assim, as formas de extração do mais-valor e as técnicas de produção são modificadas e aprimoradas a todo tempo, a fim de produzir maior quantidade de mercadorias, contendo a menor quantidade de trabalho por unidade. Isto ocorre através da mecanização do processo produtivo e da inclusão de máquinas que necessariamente implicam dispensa de trabalhadores, haja vista que o custo final de produzir com máquinas é menor do que produzir com o trabalhador.

Nessa perspectiva, especialmente no que se refere à espoliação do trabalhador, é preciso notar que o capitalismo é orientado para a superacumulação do capital, utilizando, para tanto, a extração do mais-valor, oriunda da exploração do trabalho vivo, conforme destaca Marx (2013):

Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor, reside, portanto, uma contradição imanente, já que, dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Esta contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social e regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é esta contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disto, a prolongar mais

intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto (Marx, 2013, p. 480).

Marx (2013) expõe que o mais-valor absoluto é a extração do mais-valor pela extensão da jornada de trabalho e pelo aumento do número de horas e do tempo de trabalho excedente, o que significa um ataque direto à vida do trabalhador. O autor pontua que tal fato não ocorre sem a resistência dos trabalhadores, há uma “reação da sociedade, ameaçada em suas raízes vitais, e, com isso, a fixação de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada” (Marx, 2013, p. 491). Vale ressaltar que a resistência da classe trabalhadora é organizada pela luta sindical operária que marcou uma época²⁸, sendo vitoriosa, porém, não rompe com a lógica do capital no mundo e não elimina o capitalismo, que busca novas formas de exploração. Outra forma de extração do mais-valor relativo é a circunstância na qual o valor da mercadoria força de trabalho é reduzido, sem a extensão da jornada de trabalho, o que muda é a composição da jornada de trabalho necessária e excedente, provocada pela própria dinâmica de acumulação do capital.

Os meios para essa extração do mais-valor são aprimorados mediante a organização e racionalização do trabalho, incremento de tecnologia e nas formas de controle da atividade laboral. Para aumentar a taxa de mais-valor, o capitalista tem alguns artifícios: estender a jornada de trabalho, aumentar a densidade do trabalho e reduzir o valor da força de trabalho. E, com este propósito, a sistematização do processo de trabalho no capitalismo preconiza a fragmentação do trabalho e a divisão das ações, a fim de operar a produção no menor tempo possível. Dessa forma, a organização social e técnica do trabalho potencializa a produtividade e coopera para um maior acúmulo de capital.

²⁸ Destaca-se que, na Europa, berço da luta contra o capitalismo vivenciada por Marx, há, nesse período, um movimento de organização dos trabalhadores, com destaque para o *ludismo*, que teve como líder Ned Ludd, em 1811, que se posicionou contra a mecanização nas fábricas e a intensa jornada de trabalho. Em 1824, é aprovada a lei que possibilita a organização dos trabalhadores através da criação de sindicatos e, posteriormente, o Modelo Operário Italiano (MOI), que surge na Itália e que preconiza uma organização de luta que contribuiu, inclusive, para o movimento de reforma sanitária no Brasil e para a saúde do trabalhador. Estas questões serão retomadas no capítulo 3 desta tese.

1.2.

O Estado no contexto do capital

Os modos de produção predecessores do capitalismo já dispunham da figura do Estado e, através do uso de ferramentas de coerção, era possível sujeitar a sociedade politicamente, além de exercer o domínio econômico. Mandel (1982, p. 335) assinala que “O Estado é mais antigo que o capital e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias”. Ocorre que, até o feudalismo, os cânones teológicos eram quem detinham o poder político, e este preceito muda na era moderna, com ascensão e centralização do poder real. Ocorre a ruptura com os princípios da divindade na vida política, tal como presente no clássico *O Príncipe*, de Maquiavel. Gradualmente, é construída a estrutura legal e burocrática sob a qual é regida o certame entre a governança absolutista e a progressiva ambição burguesa. O avanço da política burguesa é propagado e marca o domínio político e econômico da sociedade e a urgência do capitalismo.

Na lógica capitalista, o Estado dispõe de um lugar de mediação (ainda que ilusório na prática), presente nas relações de troca de mercadorias, nas relações entre o vendedor e comprador da força de trabalho e nas relações sociais, econômicas e políticas. Para Mandel (1982, p. 333), o Estado é produto da divisão social do trabalho e surge a partir da “autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção”.

Mészáros (2015, p. 23), ao examinar a constituição histórica do Estado, retrata sua função sempre relacionada às “diferentes formas em que as modalidades de tomada de decisão em geral, com os seus benefícios ou suas desvantagens rivalizantes, podiam ser elogiadas ou criticadas”. Os debates promovidos a partir de Platão e Aristóteles apontam nesta direção, assim como as teorias de *Estados ideais* desenvolvidas na Grécia antiga. O autor assinala uma mudança significativa nesse padrão por volta do fim do século XVIII, quando o Estado começa a se tornar o objeto de reflexão crítica, em oposição à ideia de um Estado como árbitro dos assuntos que são fundamentais.

Mandel (1982) explicita sobre a origem do Estado capitalista não estar diretamente vinculada à circulação de mercadorias, e, sim, ao domínio político que a classe burguesa passa a exercer sobre a máquina estatal. Nas “sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao

desenvolvimento da produção de mercadorias” (Mandel, 1982, p. 335). O Estado burguês é, então, um produto direto do Estado absolutista exatamente em função do uso político da maquinaria institucional pela classe burguesa. Mas há um processo de negação que provém do fato de o estado burguês clássico experienciado na época vitoriosa do capital industrial ser considerado um “estado fraco” por excelência, pois “se fazia acompanhar para demolição sistemática do intervencionismo econômico dos estados absolutistas, que impediria o livre desenvolvimento da produção capitalista enquanto tal” (Mandel, 1982, p. 335).

Ianni (1977, p. 4) pondera que “o modo pelo qual Estado e a economia se relacionam exprime necessariamente as relações e influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico”. Neste caminho, é possível aferir que o conceito de Estado é amplo e complexo, não há unanimidade em sua definição, pensar criticamente no Estado exige recorrer a diferentes autores que se dispuseram a investigá-lo. Há análises divergentes e interpretações teóricas que são concorrentes entre si e buscam aclarar as dimensões que compõem a sociedade capitalista e como estes pressupostos reverberam em todo o mundo.

Entre os pensadores que retratam o Estado, há os que são críticos do Estado burguês, os vinculados à economia política clássica e os liberais, embora seja necessário salientar a dificuldade apontada por Carnoy (2013, p. 36) em separar a doutrina *clássica* da doutrina *liberal*, “a ponto de os próprios termos poderem ser arbitrários”. Serão destacados, neste íterim, os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau, que analisaram o Estado a partir de sua relação com a sociedade, e o liberalista econômico Adam Smith. Entre os

críticos do Estado burguês, evidenciam-se Marx e Engels como precursores dessa análise.

Bobbio e Bovero (1986), em seus estudos sobre a sociedade e Estado na filosofia política moderna, entendem que, entre os contratualistas, “o tema de suas obras é quase exclusivamente o direito público, o problema do fundamento e da natureza do Estado” (p. 14). Os contratualistas apontam para a necessária desvinculação das manifestações religiosas sobre o político e salientam que o “objeto do contrato ou dos contratos é a transferência de todos ou de alguns direitos que o homem tem, no estado de natureza, para o Estado, de modo que o homem natural se torna homem civil ou cidadão” (Bobbio; Bovero, 1986, p. 71).

De acordo com Hobbes, o Estado é uma instituição consolidada através de contrato firmado entre os homens, com a função de limitar impulsos egoístas, e autocentrados. O filósofo autor do clássico *Leviatã* defende a ideia de um Estado

absoluto, por meio do qual são definidas as regras de convívio social e autoridade política na figura do soberano:

Pois, graças à esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força, que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do testado, a qual pode ser assim definida: uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum (Hobbes, 2022, p. 61).

Locke se opõe às ideias de Hobbes no que se refere à natureza do soberano, ele entende que um Estado absoluto, gerido por um monarca, é antagônico a um governo civil. Para o autor, a sociedade política não determina a forma de Estado, mas antes somente seu princípio fundamental dos direitos individuais. Sobre essa sociedade, assinala:

[...] o poder político é aquele poder que todo homem detém no estado de natureza e abre mão em favor da sociedade, e ali aos governantes que a sociedade colocou à sua frente, impondo-lhes o encargo, expresso ou tácito, de exercer este poder para seu bem e para a preservação de sua propriedade (Locke, 2001, p. 188).

O também contratualista Rousseau se diferencia relativamente das concepções de Hobbes e Locke. Ele propõe um Estado harmônico, um lugar de fortalecimento das instituições; o direito político é necessariamente participativo, os espaços, os assuntos, as soluções precisam ser coletivos e atender aos preceitos de todos os envolvidos. Mesmo que não seja uma decisão unânime, a democracia deve ser respeitada, o poder soberano pertence ao povo e o governo precisa seguir sua decisão. Destaca ser primordial o processo de conscientização dos cidadãos, presente desde a infância. Pondera que a distinção entre os interesses particulares e coletivos deve ser mediada por leis que vislumbrem os direitos individuais, e, neste caminho, a religião é posta no campo das particularidades, e não do interesse coletivo.

É no governo que se encontram as forças intermediárias, cujas relações compõem a todo com o todo, ou do soberano com o Estado. Pode-se representar esta última relação pela dos extremos de uma proporção contínua, cuja média proporcional é o governo. O governo recebe do soberano as ordens que dá ao povo, e para que o Estado permaneça em bom equilíbrio, é necessário que, tudo compensado, haja igualdade entre o produto ou o poder do governo, tomando em si mesmo, e o produto ou poder dos cidadãos, que por um lado são soberanos e por outro, súditos (Rousseau, 1999, p. 73).

Carnoy (2013) avalia que, enquanto para Rousseau a sociedade civil tinha como base a competição e a troca de interesses que a levava à corrupção, dando força à necessidade de um contrato social, “um Estado com a atribuição de regular tal competição e comércio, ou pelo menos controlar as consequências necessariamente corruptas da competição” (Carnoy, 2013 p. 38), Smith incorpora os argumentos de Mandeville, antecipa a concepção da *mão invisível* e entende que “nem toda paixão, particularmente a da aquisição (avareza), é necessariamente imoral” (Carnoy, 2013, p. 38), além de sutilmente abandonar as considerações de Locke e de Rousseau sobre a sociedade sem classes como fundamento para a teoria política. Para Bobbio (2000), a doutrina dos limites das tarefas do Estado é entendida por Smith considerando o princípio da liberdade do indivíduo com respeito ao poder soberano e, em consequência, sobre a subordinação dos deveres do soberano aos direitos ou interesses do indivíduo. O autor revela que, “segundo o sistema da liberdade natural”, Smith estabelece três deveres de grande importância “[...] a defesa da sociedade contra os inimigos externos, a proteção de todo indivíduo das ofensas que a ele possam dirigir os outros indivíduos, e o provimento das obras públicas que não poderiam ser executadas se confiadas à iniciativa privada” (Bobbio, 2000, p. 23).

Smith considera que homens são impulsionados pelo desejo do ganho econômico, e que esse desejo é a base para estabelecer suas relações. O resultado das ações coletivas é a expressão de um inconsciente individual motivado pelo enriquecimento pessoal. O filósofo considerou a configuração dos sentimentos humanos: o princípio básico da sociedade é o amor do homem por esta sociedade e pela ordem por ela estabelecida.

O respeito às regras gerais de conduta é o que se chama propriamente senso de dever, princípio da maior importância na vida humana, e o único pelo qual a maioria da humanidade é capaz de ordenar suas ações. [...] O homem que recebeu grandes benefícios de um outro pode, pela natural frieza de seu temperamento, experimentar apenas um grau muito pequeno do sentimento de gratidão. Porém, se recebeu uma educação virtuosa, com frequência lhe terão feito notar como parecem odiosas as ações que denotam falta desse sentimento, e como são amáveis as contrárias (Smith, 1999, p. 195).

A liberdade em relação ao Estado pressupõe a extensão da liberdade do indivíduo frente às instituições públicas e uma emancipação crescente da sociedade civil em relação ao Estado. Smith, em relação ao Estado, apreende que sua função era periférica quando comparada à “dinâmica social fundamental, a ‘mão invisível’ do mercado livre não apenas não deveria sofrer interferência, mas exigiria, ao contrário, uma ‘loucura’ humana extrema para fazer retroceder

significativamente sua capacidade inexorável de prover ganho pessoal” (Carnoy, 2013, p. 40).

Marx se opõe à concepção de Estado posta por Smith, embora o autor não escreva uma obra específica sobre o assunto, o que promove inúmeras controvérsias acerca de sua intelecção sobre o tema. Contudo, é incontestável seu posicionamento em relação a questões econômicas, políticas, sociais, presentes no capitalismo e pilares para a construção dos estudos marxianos no que diz respeito ao Estado. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels estabelecem uma percepção contrária aos pensadores que os precederam, pois rompem com a ideia do Estado como representante dos interesses particulares e coletivos, apontando ser ilusório esse lugar de representação do coletivo, haja vista o fato de estar “sempre vinculado à classe dominante e constituir o seu órgão de dominação” (Marx, 2001, p. 31).

Em *O manifesto comunista*, os autores ponderam que o Estado é “o comitê administrativo dos interesses comuns da burguesia” e, neste cenário, o Estado é apresentado por Marx e Engels como um espaço estratégico para manutenção da hegemonia capitalista, posto à mercê da ordem hegemônica, ou seja, o “Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa economicamente e que, graças a ele, se torna a classe politicamente dominante” (Lenin, 1970, p. 3).

O posicionamento de Marx e Engels parte da compreensão do Estado como totalidade social, contemplando as contradições presentes na esfera política e econômica, com abrangência para as áreas da política, cultura, religião, meios de comunicação, dentre outras que vislumbrem o campo das ideias, denominado por Marx como superestrutura. Nesse contexto, está a apreensão da subjetividade dos sujeitos, enleada pela historicidade; a consciência não é deslocada do ser pensante, há uma interação com sua realidade, com os conflitos sociais que formam o ser social.

A relação subjetividade/objetividade coexiste na totalidade social, interação presente na relação entre estrutura/superestrutura, é nesse movimento que está firmado o Estado em Marx e Engels, pois devem ser considerados todo o método de sua pesquisa, com as contradições presentes no modelo capitalista, e as categorias por ele abordadas, o que traz a coerência para compreensão total da obra e o lugar das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil.

Portanto, cada nova classe consegue apenas estabelecer seu domínio sobre uma base mais ampla do que a classe que dominava anteriormente; mas, em compensação, a oposição entre a classe que passa então a dominar e as classes que não dominam só tende a se agravar mais profunda e intensamente. Donde se conclui o seguinte: o combate a se travar contra a nova classe dirigente tem como

finalidade, por sua vez, negar as condições sociais existentes até então de um modo mais decisivo e mais radical do que puderam fazer todas as classes que ambicionavam o poder anteriormente (Marx; Engels, 2001, p. 51).

Destaca-se que Marx vivenciou um Estado e uma sociedade divergentes do Estado em vigor no século XX. O século XX é marcado pela presença maciça da sociedade na vida política, já não é mais possível restringir as decisões políticas à elite burguesa e às classes dirigentes. O capitalismo, para manter o sistema e sobreviver às inúmeras crises, recorre progressivamente a uma maior participação do Estado, conforme previsto por Marx, o que interfere, causando uma mudança significativa na relação entre Estado e sociedade.

Marx, segundo Ianni (1980), capta as dimensões política e intelectual orgânica do Estado ao compreender o Estado burguês como uma “expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo” e revela, ao examinar a investigação sobre o regime capitalista, que o “Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante” e, dessa forma, o monopólio do aparelho estatal de forma direta ou através de grupos interpostos é “a condição básica do exercício da dominação” (Ianni, 1980, p. 32).

Nesse caminho, ao analisar os pensadores considerados críticos que analisam o Estado e suas atribuições no sistema capitalista, cuja base é marxiana, destaca-se Gramsci, que traz uma “concepção dialética da realidade histórico-social, em cujo contexto Estado e sociedade civil são entendidos num contexto de unidade-distinção” (Liguori, 2007, p. 14). Segundo Gramsci, a ideologia liberal apresenta Estado e sociedade civil como duas entidades separadas; o liberalismo contrapõe o Estado à sociedade com a prerrogativa de deixar fluírem as forças econômicas. Gramsci também parte dos escritos de Marx para a construção do conceito de Estado, corroborando seus preceitos e os ampliando para aprimorar sua concepção. Para o filósofo italiano:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa “liquidar” ou submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (Gramsci, 2002, Cc.5, p. 62-63).

Assim, há uma subordinação clara do Estado à sociedade civil, uma vez que está o define e estabelece a organização e os objetivos do Estado, em com as relações materiais de produção (Carnoy, 2013). E, como acrescenta Gramsci, “o Estado *ut sic* não produz a situação econômica, mas é a expressão da situação

econômica” (Liguori & Voza, 2017, p. 1310), pois se “pode falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação” (p. 41).

Em verdade, é ilusório pensar que a sociedade civil concentra o *bom*, e que o Estado, a política *ruim*; há movimentos que nascem na sociedade civil e depois se tornam políticos, se institucionalizam e acabam quase traindo suas expectativas. Dessa maneira, a formação de uma consciência crítica, política, capaz de contrapor o que está posto é essencial.

A superação dessa fase inicia para Gramsci quando: a compreensão crítica de si mesmo é obtida; portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (Gramsci, 2005, p. 103).

O Estado preconiza uma ideologia dominante cuja base tem a função de construir o alicerce interno do Estado e de quem o compõe: Poulantzas (1980), autor também marxista, membro do Partido Comunista da Grécia e entusiasta da obra gramsciana, chama de Estado neutro, que é o “representante da vontade dos interesses gerais, árbitro entre as classes em luta [...]; é a forma que reveste a ideologia dominante nos seios do aparelho do Estado” (Poulantzas, 1980, p. 179). Para o referido autor, o Estado é um lugar de condensação, onde as contradições são evidenciadas, um lugar de correlação de forças entre classes, e não “pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação material específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Poulantzas, 1980, p. 148). Nesse sentido, a materialidade do Estado é construída no ínterim dessas relações, seja com a classe dominante, seja com as massas.

O Estado, condensação material de uma relação contraditória, não organiza a unidade do bloco político no poder desde o exterior, como resolvesse pela sua simples existência, e à distância, as contradições de classe. Bem ao contrário, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado (Poulantzas, 1980, p. 153).

Gramsci expõe um novo conceito de Estado, apresentando o termo *Estado integral* ou *Estado ampliado*, referindo-se ao modelo de Estado em vigor principalmente no século XX entre países capitalistas, socialistas ou até entre os fascistas, quando as relações entre Estado e sociedade são ainda mais entrelaçadas que no século anterior. O termo significa que Estado e sociedade

civil são unidos de forma dialética, há uma influência mútua, e não duas entidades isoladas.

Dessa forma, Gramsci metodologicamente separa sociedade civil de sociedade política, pois a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulação. Assim, Gramsci apresenta uma concepção ampliada de Estado, abrangendo “sociedade civil + sociedade política, aparelhos governamentais coercitivos + aparelhos hegemônicos” conforme assinala Liguori (2007, p. 29), que também expressa:

O “Estado integral” de Gramsci é atravessado pelas lutas de classes; os processos nunca são unívocos, ele também constitui um terreno do embate de classes. “Existe luta entre duas hegemonias, sempre” – escreve Gramsci (Q8,227, p.1084). Portanto, estamos distantes de uma teoria estrutural-funcionalista: tanto o Estado quanto a sociedade civil estão atravessados pela luta de classes, a dialética é real, aberta, o resultado não predeterminado. O Estado é instrumento (de uma classe), mas também, ao mesmo tempo, lugar (de luta pela hegemonia) e processo (de unificação de classes dirigentes). É possível criar momentos de “contra-hegemonia”; é possível para classe, “já antes de ir ao poder, ser dirigente e deve sê-lo quando está no poder, torna-se dominante, mas continua a ser também dirigente” (Liguori, 2007, p. 29).

Liguori (2007, p.19) salienta que, para Gramsci, “o modo de produção capitalista tem a economia como seu motor primeiro [...]; para um marxista dialético, a distinção entre estrutura e superestrutura (e entre Estado e sociedade civil classicamente compreendida) é só metodológica, não orgânica: numa palavra, dialética”. O Estado é, então, uma arena que engloba diferentes disputas e correlação de forças, de organização da vida e de transformação das relações sociais. Para Osorio (2017, p. 27), o Estado “é o centro do poder político porque é nele que se condensa a força social que organiza a vida em comum. Sem o Estado, não seria possível dar forma a nenhum projeto e interesse de classe”.

Gramsci evidencia que a relação do Estado com a sociedade muda de duas formas diferentes. Em primeiro lugar, através da intervenção massiva do Estado na economia, vista como um fenômeno geral de interesse tanto dos estados capitalistas do tipo liberal, como dos sociais-democratas no norte da Europa, como no *New Deal*²⁹ estadunidense, depois da crise em Wall Street, como do estado soviético, e até do estado fascista, no qual o Estado intervém na economia, tentando racionalizar e manter um plano no desenvolvimento econômico. A questão é: o Estado intervém na economia, o velho estado liberal, o estado

²⁹ O *New Deal* foi um pacote de medidas econômicas e sociais adotadas nos EUA para retirar o país da crise de 1929.

mínimo, o estado *laissez-faire*³⁰, e a política em que o Estado deve intervir o mínimo possível não existe mais. Sem a intervenção estatal, as crises periódicas da economia capitalista seriam insuportáveis.

O segundo aspecto apontado por Gramsci aborda a ampliação do aparato estatal. O Estado tradicional do século XIX dispunha de um conjunto de aparatos repressivos, já no século XX, não pode mais se resumir a reprimir as massas. Após a Primeira Guerra Mundial, na Europa, há uma mobilização massiva, um expressivo crescimento da subjetividade e conscientização das massas, o que força as classes dirigentes burguesas a usar o Estado de outras formas, para além da repressão.

É nesse cenário que se gestam os aparatos culturais de consenso, cujo propósito de criação é definitivamente fundamental para a sobrevivência do capitalismo, pois, é através destes aparatos que o senso comum é proliferado, a ponto de reproduzir a ideia de que não é possível outro mundo fora do capitalismo, de que essa sociedade é a única possível, que não há como vislumbrar uma forma diferente de organização social e econômica.

Os aparatos de consenso são construídos ao lado dos aparatos de repressão, como exército e polícia, por exemplo, e podem ser públicos ou privados (o autor não trabalha com a distinção de público e privado). A escola é um excelente exemplo de aparato cultural de consenso, pois não é apenas o lugar de ensino e propagação de matérias técnicas, e, sim, de conformidade, necessária para difundir a aceitação das ideias hegemônicas para toda a sociedade. Outro exemplo de aparato de consenso são as mídias, sobretudo os jornais, em sua época, a imprensa, embora já despontassem as rádios e o cinema, que é precursor da televisão. Há um destaque também para as igrejas e os partidos sindicais que são cooptados a fazerem as massas aceitarem os preceitos do capital. Ou seja, no mundo moderno, os aparatos de consenso ocupam um espaço de maior importância que os aparatos de repressão, pois estes se tornam mais restritos a ações pontuais como golpes, ou são usados para repressão de uma política indesejada pelo capital, como expressa Gramsci:

[...] 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a

³⁰ Laissez-faire é modelo político e econômico que apregoa a não-intervenção estatal, firmado na crença em que o mercado é capaz de se regular sozinho, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado. A expressão em si significa “deixe fazer”.

sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2001, Cc.2, p. 21).

O Estado capitalista, para a análise dos pensadores críticos aos quais subscrevemos, detém a função de administrar as crises do capital, propiciando condições coniventes para produção em favor da classe burguesa de forma a valorizar o valor da maneira mais acelerada possível. Mészáros (2015, p. 28) pontua que o Estado “não pode fazer outra coisa, senão proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defendê-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade”. O Estado é posto como o órgão necessário para estabelecer o equilíbrio do capital, estando ausente no que diz respeito ao trabalhador, salvo por estratégia do próprio capital, porém, ávido para substanciar ganho do capital, ou ainda atua em decorrência dos problemas sociais e políticos criados pela própria expansão do capital (Ianni, 1990).

1.3.

As (novas) configurações do mundo do trabalho e a crise do capital

Ianni (1977, p. 77) ressalta que o “desenvolvimento econômico capitalista abrange tanto a expansão quantitativa como a diferenciação qualitativa do sistema econômico”, e esta expansão é proeminente nas transformações do trabalho em que o binômio capital/trabalho infere mudanças em suas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Os trabalhadores, ao vivenciarem o curso dessa transformação, a modificam e são por ela modificados.

Na esteira das transfigurações historicamente ocorridas, a produção industrial e a forma de organizar o processo de trabalho, a partir da Segunda Revolução Industrial, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX, engendraram um novo processo de racionalização da produção. Pesquisadores de diferentes nacionalidades, com destaque para os americanos, engendram mudanças nas formas de organização e gerência do trabalho. Frederick Wislow Taylor³¹ é quem constrói uma estratégia de produção, controle e organização técnico-científica de gerência do tempo no trabalho.

Braverman (1987) sinaliza que é Taylor o responsável pela instituição desse movimento científico, cujo propósito é o desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho, ou seja, a *gerência científica*, que significava “aplicar os

³¹ Frederick Wislow Taylor, engenheiro mecânico norte-americano, estabelece os princípios da administração científica por métodos cartesianos, propondo a fragmentação dos processos produtivos na fabricação industrial. Viveu no período compreendido entre 1856 e 1915.

métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle de trabalho nas empresas capitalistas” (Braverman, 1987 p. 83). Assim, o taylorismo, como ficou mundialmente conhecido, é caracterizado pela racionalização do trabalho através do controle do tempo e movimento implantados a partir da medição das operações, o que propiciou a decomposição em tarefas elementares e específicas, a fragmentação do processo entre planejamento e execução, a sistematização de métodos padronizados, os uniformes para execução das tarefas e, conseqüentemente, o aumento da produtividade.

Sobre este controle do tempo, Taylor argumenta que os frutos do trabalho pertencem à gerência, pois só os possuidores do capital podem arcar com os custos do tempo de trabalho. “Os possuidores do tempo de trabalho não podem eles mesmos fazer o que quer que seja com ele, mas vendê-lo como meio de subsistência” (Braverman, 1987, p. 106); ao operário, resta apenas a venda de sua força de trabalho ao capital. Como preconizou Marx, o trabalho é posto a serviço do crescimento do dono do capital, e a dicotomia entre trabalho manual e intelectual é ainda mais acentuada.

Neste caminho, em 1914, Henry Ford³² propõe a instalação de uma esteira rolante e a implantação de uma linha de montagem, mecanizando o trabalho com base no sistema técnico-científico concebido por Taylor e que predominou na indústria durante boa parte do século XX. Harvey (1992) avalia que a separação entre gerência, concepção, controle e execução dos impactos desses processos para as relações sociais hierárquicas e para o processo de trabalho já era presente nas indústrias. Contudo, Ford é quem traz a visão singular de um sistema de reprodução da força de trabalho e apresenta “uma nova política de controle e gerência do trabalho: uma nova estética, uma nova psicologia; em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992, p. 121), o diferenciando de Taylor.

Harvey (1992) assinala que Ford acreditava na construção de um novo tipo de sociedade adequada ao poder corporativo. E, para tanto, organiza mecanismos de controle dos trabalhadores extra-fábrica, por isso, em 1916, Ford envia “um exército de assistentes sociais” às casas dos trabalhadores (imigrantes, em sua maioria) para garantir um perfil de trabalhador e “ter certeza de que o ‘novo homem’ da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e ‘racional’

³² Henry Ford foi um empreendedor norte-americano do setor automobilístico, fundador da Ford Motor Company, empresário responsável por aplicar a montagem em série de forma a produzir, em massa, automóveis em menos tempo e a um menor custo. Viveu no período compreendido entre 1863 e 1947.

para corresponder às necessidades e expectativas da corporação” (Harvey, 1992, p. 122).

A lógica de Ford baseia-se em um alto grau de complexidade e burocratização para funcionamento desse sistema e opera com base nos princípios da “lógica da dimensão, a lógica do tempo-mérito e a lógica da hierarquia” (Sennett, 2009, p. 46). E os dispositivos de estímulos aos trabalhadores envolvem o estabelecimento de uma jornada de oito horas de trabalho com incentivos salariais (tais como, os cinco dólares de recompensa vinculados ao alcance dos índices de produção); mudanças nos hábitos dos trabalhadores nas suas atividades extra-fábrica e na organização do tempo dedicado ao lazer, e incitamento ao consumo dos produtos pelos próprios trabalhadores. Gramsci (2008, p. 76) alerta: “toda a ideologia fordiana dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna, somada a um determinado grau de desenvolvimento, e não um fenômeno *primário*”.

Gramsci (2008) discorre sobre esse trabalhador, denominado *operário-massa*, que tem a vida circundada por este novo padrão de produção, o *americanismo*, cujo propósito determina não apenas o ritmo de trabalho, mas todo o processo de racionalização pelo qual a vida é centralizada na produção:

Ford exige uma discriminação, uma qualificação de seus operários, que as outras indústrias ainda não requisitam. Um tipo de qualificação de novo *gênero*, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida pelo próprio tempo médio, que são mais opressoras e mais extenuantes que em outros lugares, e que o salário não consegue compensar, nas condições dadas pela sociedade tal como está (Gramsci, 2008, p. 77).

A industrialização do processo de trabalho no fordismo fragmentou as ações de maneira que o trabalhador não tinha domínio do produto a ser construído e não havia necessidade de os trabalhadores compreenderem esta complexidade. Na verdade, “quanto menos fossem ‘distraídos’ pela compreensão do projeto do todo, mais eficientemente se ateriam aos seus próprios serviços” (Sennett, 2009, p. 45). O estabelecimento dessa rotina rígida engessava os trabalhadores, que só atuavam em pequenos detalhes, nos quais não produziam qualquer modificação no processo de trabalho em que estavam inseridos. Gramsci (2008, p. 69) ressalta que o industrial americano tem o foco na “eficiência física do trabalhador, na sua eficiência muscular e nervosa”, além disso, o propósito é a constante estabilidade, porque “até o complexo humano, o coletivo do trabalhador de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com grande frequência” (Gramsci, 2008, p. 69).

Sennet (2009, p. 48) registra que “o tempo rotinizado se tornara uma arena onde os trabalhadores podiam afirmar suas próprias exigências, uma arena que dava poder”. Assim, as tais medidas de *incentivo* ao trabalho propostas por Ford não alcançaram plenamente o objetivo traçado, em oposição, houve resistência do trabalhador em função do caráter das tarefas repetitivas, massificadoras, intensas e embrutecedoras. É necessário registrar que as medidas fordistas não eram abrangentes à toda a sociedade, ao contrário, Harvey (1992, p. 132) apura que “raça, gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado”, fato que reverberou na organização de inúmeros movimentos e tensões e exigiu uma atuação diferenciada por parte dos sindicatos, cuja atuação deveria contemplar não apenas os direitos dos trabalhadores, mas, sim, “responder a insatisfações das bases” (Harvey, 1992, p. 133).

Nesse cenário, o Estado assume um papel fundamental. Keynes³³ propõe a absorção de novas funções pelo Estado, que passa a favorecer a reprodução da força de trabalho por meio do repasse de parte do lucro pelo capital ao socializar os custos desta reprodução e operar através da implantação de políticas sociais, instituindo o método denominado *welfare state* ou *Estado de bem-estar social*. Para Harvey (1992, p. 129), o governo passa a fornecer um complemento ao salário social “com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção”.

O binômio fordismo-keynesianismo se debruça na reprodução da força de trabalho, onde o Estado intervém através de políticas fiscais e monetárias, com vistas à gestão dos ciclos econômicos e o restabelecimento da economia, além da intervenção na relação capital/trabalho com política salarial e controle de preços e a garantia do superávit para pagamentos das dívidas públicas. Havia um esforço para controlar os ciclos econômicos com investimento em áreas “vitais para o crescimento da produção e do consumo em massa, e que também garantiam um emprego relativamente pleno” (Harvey, 1992, p. 129), representando um equilíbrio de forças para manutenção do crescimento econômico, porém, Harvey (1992) sinaliza:

O financiamento keynesiano da dívida, de início entendido como um instrumento administrativo de curto prazo, usado para controlar os ciclos econômicos, tornou-se, como era de esperar, uma tentativa de absorver a superacumulação, mediante

³³ John Maynard Keynes, economista britânico, idealizador do keynesianismo, se opôs às ideias da economia neoclássica. Suas ideias econômicas foram adotadas pelas principais potências econômicas do Ocidente. Durante as décadas de 1950 e 1960, a popularidade das ideias keynesianas refletiu-se na influência de seus conceitos sobre as políticas de grande número dos governos ocidentais.

a contínua expansão da formação de capital fictício e da consequente expansão da carga da dívida (Harvey, 1992, p. 173).

A década de 1960 representa o início do esgotamento desse modelo, os bens de consumo apresentam uma queda na taxa de venda, que repercute nas empresas e há saturação do mercado para aquisição de bens duráveis, o que aponta, dentre outros fatores, para a demanda por produtos mais heterogêneos, em contraposição à produção em massa. Não obstante, as crises do capital têm, como cerne da questão, sempre o processo de valorização do valor e a materialização da crise varia em cada momento em que ocorreu, estando relacionada à falta de matéria-prima, à falência de grandes empresas, ou à superacumulação, porém, como Mandel (1990, p. 212) assinala, “o detonador não é a causa da crise”, é apenas o fio condutor para desencadeá-la, além disso destaca: “é necessário que coincida toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador” (Mandel, 1990, p. 212) o que acentua a função objetiva da crise.

Nesse caminho, em 1973, eclode a crise do petróleo, incidindo diretamente sobre a inflação, somando-se a essa década, de maneira mais extenuante, fatores como a queda da taxa de lucro devido ao excesso de produção; hipertrofia da esfera financeira; crise do *Estado de bem-estar social*, e o incremento acentuado das privatizações. Gesta-se, então, uma nova fase de reestruturação do capitalismo, decorrente da necessidade de responder à sua própria crise e manter sua hegemonia.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram: o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado; a desregulamentação dos direitos do trabalho; e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]. A isto se seguiu, também, um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho (Antunes, 2009, p. 33).

Antunes (2009, p. 44) ainda destaca a convergência entre o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes como fatores que tiveram um “papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70”. E Netto (2017, p. 42) acrescenta elementos como a crise do socialismo real e “a curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital”. A crise fordista, com seu padrão rígido de produção, evidencia a necessidade de o capital buscar alternativas para novos padrões de produtividade. A essência do modo de produção capitalista permanece, porém, modifica-se com a reorganização de suas

bases de produção e gestão da força de trabalho, no que ficou conhecido como toyotismo.

Antunes (2015) reflete sobre a transitoriedade dos modelos de produção e sobre a resposta do capitalismo à crise. É possível observar uma combinação de processos produtivos e, paulatinamente, a inserção da flexibilização, inferindo mudanças no modo de produzir, no processo de trabalho, nas relações de trabalho e na gerência das ações. Sennett (2009) alerta que, para o entrelace entre os sistemas, a rotina estabelecida seria substituída pela linguagem da flexibilidade, no entanto, destaca que parte da mão de obra permanece inscrita no círculo do fordismo.

Harvey (1992) salienta que há um confronto direto com a rigidez do fordismo, pois se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos produtos e padrões de consumo, e pondera mudanças tanto no padrão de desenvolvimento, como entre regiões geográficas, “criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (Harvey, 1992, p. 140).

A questão da flexibilidade também é abordada por Sennett (2009), relacionando-a com a capacidade de ceder, ou seja, o comportamento humano flexível deve ser adaptável a diversas circunstâncias, de modo a ultrapassá-las. A reestruturação do sistema capitalista, na década de 1980, baseia-se no princípio da flexibilidade e engendra novas formas de exercício e controle do poder em contraponto à rotina burocrática do fordismo. O autor a elucidou a partir de três elementos: “reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível de produção e concentração do poder sem centralização” (Sennett, 2009, p. 164).

O regime de acumulação flexível, ou toyotismo, apresenta como as principais políticas de gestão e organização do trabalho *kanban*; *Just in time*; flexibilização; terceirização; subcontratação; círculos de controle de qualidade (CCQ); controle de qualidade total; eliminação do desperdício; gerência participativa, e o sindicalismo de empresa. O desenvolvimento sobre estas técnicas de gestão possibilita um melhor entendimento sobre o modelo de produção.

O *Just in time* (em tempo, momento exato) consiste na produção vinculada à demanda, somente o necessário para o consumo, aferindo como primordiais o tempo e a qualidade da produção. Esta técnica é possível quando associada ao *Kanban* (automação visível ou cartão), cujo método incide na colocação de um cartão com especificações do produto, um registro visual que permite acompanhar

as etapas da produção, repor apenas o necessário e, assim, propiciar um melhor controle e aproveitamento do tempo. Dessa forma, subsidia a tomada de decisões e possibilita produzir estritamente o necessário no momento exato de sua solicitação, eclodindo na formação do estoque zero, eliminação do desperdício e a manutenção do fluxo contínuo do processo.

A técnica de gestão com foco na qualidade total é direcionada pelos CCQs, um sistema desenvolvido no Japão, na década de 1950, por gerentes de empresas, a exemplo da Toyota. Nesse sistema, os engenheiros do chão de fábrica não têm mais um papel estratégico crucial e a produção passa a ser controlada por um grupo de trabalhadores. “A empresa investe em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade” (Antunes, 2015, p. 35). O trabalhador absorve diferentes funções com características, como polivalência, multifuncionalidade, criatividade e empenho, que devem ser intrínsecos a ele. A atuação é variada, com predisposição para operar várias máquinas ao mesmo tempo, estar envolvido em ações conjuntas de equipe, além de ter presteza e aptidão para soluções imediatas de problemas.

Estas novas características assumidas pelo trabalhador são essenciais para implementação do método CCQs, que consiste em *fazer sempre da melhor maneira*, controlando a produção do trabalho do grupo. As discussões são propostas pela empresa de modo a lhe propiciar um maior custo-benefício. Na prática de atuação, quando um membro do grupo falha, todos perdem o aumento, ou seja, provoca o controle mútuo entre os próprios trabalhadores, que antes era atribuição da chefia. As decisões dos grupos somente são efetivadas quando atendem também ao interesse da empresa, garantindo o objetivo principal do CCQs, qual seja, qualidade e a produtividade.

Heloani (2003, p. 152) atenta para a questão da participação, pois traz um “significado eminentemente político-funcional” à medida que manipula as ambições dos trabalhadores, “direcionando-os para os objetivos da empresa”, de forma a alcançar “redução de custos, melhor qualidade e aumento da produtividade – os principais temas discutidos nos círculos de qualidade” (Heloani 2003, p. 152-153). O autor expõe que a técnica de *participação* se tornou tão eficiente que sua aplicação não é inerente apenas ao chão de fábrica, mas adaptada em outros meios, como serviços públicos, privados, universidades e outros espaços. Sob a égide da gestão participativa, o saber e a criatividade do trabalhador são incorporados como parte do processo de trabalho e absorvidos pela empresa. O trabalhador, em meio a mecanismos de controle mais sutis, transforma em *seu* desejo o desejo da *produção*.

Os sindicatos ocupam um espaço significativo nesse íterim; no Japão, há o registro de fortes representações e greves, a exemplo da ocorrida em 1950, contra as demissões em massa na própria Toyota. No entanto, com a reestruturação do capital, houve uma desestruturação dos sindicatos combativos e a inserção de um *novo* sindicato, denominado sindicalismo de empresa, caracterizado pelo fato de a organização receber incentivos da própria empresa. Antunes (2015) enfatiza que essa condição não é singular, pois era organizado por diferentes empresas, algumas com altas taxas de adesão, enquanto outras não contemplam nem 5% dos trabalhadores. Dentre os incentivos aplicados, destacam-se: a proposta de emprego vitalício para cerca de 30% da população trabalhadora das grandes empresas; compensações salariais vinculadas à produtividade; participação nos lucros, e facilidade de negociações, desde que observassem o crescimento da empresa.

Os sindicatos se institucionalizam e se afastam dos movimentos dos trabalhadores autônomos e das ações desenvolvidas pelo sindicalismo classista e anticapitalista que versam sobre o controle social da produção e “subordinam-se à participação dentro da ordem” (Antunes, 2015, p. 41). O movimento dos trabalhadores, dessa forma, é fragmentado, heterogeneizado e complexificado. Assim, somado a questões como a desconcentração industrial, o aumento do trabalho parcial, temporário, a inserção de mulheres no mercado de trabalho, o crescimento do trabalho informal representa grandes perdas no que se refere aos direitos trabalhistas.

Sennett (2009) traz a compreensão desses elementos do regime flexível a partir da organização do tempo, o chamado *flexitempo*, no qual os horários não são mais organizados por turnos fixos, e, sim, individualizados, impulsionados inclusive pela inserção das mulheres no mundo do trabalho. A admissão de mulheres como mão de obra é um fenômeno que assumiu proporções mundiais, segundo o autor, “em 1960, cerca de 30% das americanas estavam na força de trabalho assalariada, e 70% não; em 1990, quase 60% estavam na força de trabalho assalariada, e só 40% não” (Sennett, 2009, p. 66). A questão do gênero reverbera, mas não é a única a determinar o *flexitempo*, pois essa política foi também extensiva aos homens, gerando modalidades de trabalho por períodos e até mesmo o trabalho realizado em casa. Estas alterações implicam novas formas de controle do trabalhador, “um trabalhador em flexitempo controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo de trabalho em si” (Sennett, 2009, p. 68).

A flexibilização, a terceirização e a subcontratação estão vinculadas à estrutura horizontalizada da empresa, pois foi reduzida a produção nas montadoras e terceirizada a produção por empresas subcontratadas, ou seja, uma nova forma de organização espacial e temporal do trabalho. Tal situação engendra uma maior dispersão geográfica através de fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital. A produção passa a ser predominantemente transnacional e com maior rotatividade da força de trabalho, redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, conforme assinala Harvey (1992):

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 1992, p. 140).

À medida que a lógica do mercado e da produção direciona as ações desse modelo, os efeitos também são estabelecidos. O desemprego estrutural alcança escalas mundiais, afetando, inclusive, o Japão. Entre os trabalhadores que acessam ao mercado de trabalho, há o acirramento da competição, já que o ritmo de trabalho é intensificado e a jornada de trabalho é alterada, impulsionada pela demanda de produção. Para Harvey (1992), o mercado de trabalho passa por uma reestruturação oriunda da instabilidade do mercado, do acirramento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Além disso, o autor ressalta: “os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados), para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis” (Harvey, 1992, p. 143).

Mandel (1990) alerta sobre a necessidade de aumento progressivo do lucro para manutenção do capitalismo. Para o autor, toda crise é resultado do desequilíbrio entre produção de mercadorias e sua circulação e, para retomar esse equilíbrio, o capital faz uso de medidas que perpassam a elevação da taxa de juros, afetando diretamente a classe trabalhadora e tantas mais quantas forem necessárias, como:

[...] eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; redução da fabricação de produtos cuja demanda parece estruturalmente em estagnação ou em declínio, favorecendo a fabricação de produtos cuja procura se revela estruturalmente em elevação; investimentos de racionalização, com economia de matérias-primas, de energia, de mão de obra e de emprego do capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para

aumentar duravelmente a taxa de mais-valia (a taxa de exploração da força de trabalho) (Mandel, 1990, p. 197).

Para Antunes (2015, p. 47), “outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores”. E, não por acaso, há exaltação da individualidade. Os acordos coletivos são favorecidos pelo enfraquecimento do poder sindical e pelo excedente disponível de mão de obra e há uma incidência direta sobre o sentimento e a organização dos trabalhadores e na sua identificação como classe trabalhadora. Mattos (2019a, p. 26), em seus estudos sobre Marx e Engels, demonstra que “a classe trabalhadora foi por ele definida, de forma bastante ampla, como o conjunto de pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho, por meio, primordialmente, do assalariamento”. É possível afirmar, portanto, que a flexibilização difundida nesse período atinge diretamente a classe trabalhadora.

Nesse caminho, busca-se apoio em Mészáros (2011, p. 25) para apreender as consequências das crises vivenciadas pelo capitalismo nos espaços produtivos da “economia real”. Segundo o autor, há um contraste entre a economia produtiva e o “aventureirismo especulativo financeiro”, e este segundo caso refere-se, na verdade, ao “crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e da miséria humana a ele associada”. Nesse sentido, finaliza com a afirmativa: “esperar uma solução feliz para esses problemas, vinda das operações de resgate do Estado capitalista, seria uma grande ilusão”. Enfim, no que se refere à crise do capital, Alves (2013) avalia:

[...] a crise do capital não significa a estagnação e o colapso da economia capitalista mundial, mas sim a capacidade do sistema produtor de mercadorias realizar suas promessas civilizatórias. Tornou-se lugar comum identificar *crise* com *estagnação*, mas, sob a ótica do capital, “crise” significa tão somente riscos e oportunidades históricas para reestruturações sistêmicas, visando à expansão alucinada da forma mais-valor (Alves, 2013, p. 40).

1.4.

O Estado neoliberal e as implicações para o trabalho contemporâneo

A hegemonia da financeirização abarca todas as esferas da vida social e contribui para a reorganização do próprio Estado, que tem sua atuação mais focada na gestão financeira, fazendo uso, inclusive, da coerção para garantir esta função. Os estudos de Marx, em *A ideologia alemã* (1846), demonstram sua análise atemporal sobre o capitalismo e nos revelam o caminho para depreender

o porquê de as ideias neoliberais se sobressaírem no contexto de flexibilização do direito do trabalhador. E é neste cenário de flexibilização que o Estado comporta mais reformulações em favor do capital, apesar de ser um espaço carregado de contradições e complexidades e, em regra, representativo dos direitos dos trabalhadores, sofre de maneira recorrente intervenções que visam manter o ganho do capital, encobertas pelo falso discurso de garantia da continuidade das atividades produtivas e dos empregos dos trabalhadores.

As adaptações e reformulações do modo de produção capitalista inferem mudanças nas funções do Estado. Anderson (1995), ao abordar o contexto do Estado neoliberal, atribui sua gênese ao período iniciado após a II Guerra Mundial como uma reação contra o *Estado de bem-estar social* em suas esferas teórica e política. Ressalta Friedrich Hayek³⁴, em 1944, através da obra *O Caminho da Servidão*, o marco desse processo e posiciona-se contra a intervenção do Estado como uma ameaça à liberdade econômica e política. A proposta de crítica ao caráter intervencionista do Estado não obteve sucesso inicialmente, pois o período demarcado entre as décadas de 1950 e 1960 foi o de maior crescimento do capitalismo e imperou, nessa fase, a política keynesiana. Anderson (1995) destaca que apenas na década de 1970, com a crise do modelo fordista/keynesiano e a onda de recessão do capitalismo, que as ideias de Hayek retomam o cenário.

A partir da década de 1980, o projeto neoliberal se propaga em escala mundial, principalmente onde o capitalismo já era avançado. A Inglaterra é pioneira através do governo Thatcher³⁵, seguida pelos norte-americanos com Reagan³⁶. Anderson (1995) assinala que a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo, ou seja, a centralidade no capital financeiro em sua esfera econômica e política. Acreditava-se no retorno do crescimento financeiro por meio da implantação do ideário neoliberal.

Segundo Laurell (2002), o neoliberalismo é um projeto global de organização da sociedade, cujas características são depreciação das funções do Estado, com privatização dos serviços públicos e empresas estatais; diminuição do investimento do Estado em políticas sociais; mudanças nas relações de trabalho; precarização do próprio trabalho; perda da estabilidade de emprego e acirramento da competição. Anderson (1995) ressalta que tal projeto operou de forma

³⁴ Frederick August Von Hayek foi um economista da Escola Austríaca e fez contribuições para a psicologia, a teoria do direito, a economia e a política. Recebeu, em 1974, o prêmio de ciências econômicas em memória de Alfred Nobel. Viveu no período compreendido entre 1899 e 1992.

³⁵ Primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

³⁶ Presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989.

divergente entre os países em escala mundial, alguns mais cautelosos, outros mais vorazes, sendo o ponto em comum as reformas fiscais, as disciplinas orçamentárias e o corte em gastos sociais. O modelo inglês foi o mais rígido, com a adoção de medidas como elevação das taxas de juros; abolição do controle sobre os fluxos financeiros; elevação do desemprego estrutural; inibição de greves; imposição de leis contra sindicatos; corte em gastos sociais e um amplo programa de privatização de empresas e serviços estatais.

Ao discutir as consequências do neoliberalismo para o mundo do trabalho, Antunes (2015) pondera as mudanças no padrão de produção em seus aspectos econômicos e políticos e afirma ser o período de enfrentamento da mais aguda crise já vivenciada pelo trabalhador, explicitando-a em duas dimensões. A primeira relaciona-se à materialidade e à objetividade da classe trabalhadora, com repercussão no processo de trabalho e acumulação do capital. A segunda vincula-se à primeira, porém, com a peculiaridade de atingir a subjetividade do trabalhador.

A ascensão neoliberal passa a ter um grande peso ideológico e político na desarticulação dos movimentos reivindicatórios, representando uma retração nas articulações cotidianas e, conseqüentemente, o avanço desse sistema. Harvey (1992) evidencia a ideia de promoção do individualismo como um fator preponderante e intrínseco à formação da subjetividade do trabalhador. O autor observa uma mudança geral das normas e valores coletivos no que se refere às organizações operárias e a outros movimentos sociais, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, para um crescente “individualismo muito mais competitivo como valor central, numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida” (Harvey, 1992, p. 161).

A subjetividade do trabalhador é perpassada por questões referentes ao trabalho. Sennett (2009) destaca as situações experienciadas por trabalhadores, tal como o fracasso no trabalho, ao qual qualquer trabalhador está sujeito. Em pesquisa realizada sobre o que denomina “o grande tabu moderno”, fez o seguinte comentário: “Quando entrei nas discussões, eles se sentiam vítimas passivas da empresa; mas, quando as discussões chegaram à uma conclusão, os empregados demitidos haviam mudado o foco para seu próprio comportamento” (Sennett, 2009, p. 149). Os trabalhadores demitidos apresentavam um discurso em que defendiam a falta de lealdade e a traição por parte da empresa. A carreira em colapso influencia suas histórias de vida, vistas como fragmentadas. “Pode-se dizer, finalmente, que esses homens enfrentaram o fracasso no passado,

elucidaram os valores de suas carreiras, mas não encontraram meios para ir em frente” (Sennett, 2009, p. 161).

Harvey (1992) assinala a organização do sistema capitalista para dispersão e mobilidade geográfica em escala mundial, com respostas flexíveis aos mercados de trabalho e consumo. Para tanto, foi determinante o avanço tecnológico, que favoreceu um maior acesso e controle da informação, com respostas imediatas através da análise instantânea dos dados, o que proporcionou a centralidade das decisões mesmo em empresas descentralizadas e localizadas em diferentes países. Outro fator determinante é o acesso ao conhecimento técnico-científico, pois este se torna o alicerce para um mercado competitivo, em que o saber técnico é valorizado.

Harvey ainda registra as adaptações do sistema capitalista e as estratégias para solucionar as crises, nas quais a vertente é sempre em favor do crescimento, porém, com novas estratégias para o alcance desta finalidade, dentre as quais destaca a exploração do trabalho vivo na produção apoiado na “diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria”, e, nesse caminho, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital. O crescimento se apoia, em suma, “na relação entre capital e trabalho” (Harvey, 1992, p. 166).

O incremento da nova dinâmica de circulação provoca expansão de empresas nacionais para multinacionais com atuação em diferentes países e, posteriormente, tornam-se transnacionais, com sede pertencente a um país, porém, com a sua grande massa de produção encontrando-se em filiais espalhadas por todo o mundo. A aceleração do mercado favorece a queda de barreiras alfandegárias e consente a livre circulação de mercadorias e capital.

A mundialização do capital beneficia a coligação de empresas, que, por sua vez, passam a dominar o mercado mundial no gênero que produzem, corroborando para a formação de oligopólios. Em outras palavras, concentram a produção e a renda sob o domínio de uma minoria. Nos estados nacionais, principalmente nos países periféricos, movidos pela força da globalização e ascensão econômica, há uma flexibilização que beneficia o recebimento destas empresas com incentivos fiscais e financeiros para sua instauração. No entanto, estes novos mecanismos de poder enfraquecem os estados nacionais e incitam as grandes transformações nas relações internacionais. Harvey (1992) ressalta tais mudanças como processuais e inerentes ao capital:

O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de

superacumulação, para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. Por intermédio deste mecanismo, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum, exatamente porque sempre se baseou na especulação (Harvey, 1992, p. 307).

Segundo Sennett (2009), a dispersão geográfica do capitalismo pode ser também um fator preponderante para o seu enfrentamento. Os estados nacionais favorecem o recebimento de empresas internacionais, pois esperam, como contrapartida, o crescimento local. Soma-se o discurso disseminado pelas empresas em favor da flexibilização contratual sob a alegação de haver grande oferta de lugares em todo o mundo para sua instalação; no entanto, o autor reflete sobre esta afirmação: “o lugar tem poder, e a nova economia pode ser restringida por ele” (Sennett, 2009, p. 164). Dessa forma, o lugar é um espaço geográfico, um local para a política, onde a comunidade evoca suas dimensões sociais, pois “a ligação social nasce, de forma mais elementar, do senso de mútua dependência” (Sennett, 2009, p. 166). Sennett elucida a questão da dependência do outro, já que requer a manutenção de uma relação, na qual se faz necessária a confiança. O tema afere mudanças sobre as relações pessoais e, também, comerciais, pois as transações comerciais são efetuadas pela troca, tendo como base a desconfiança.

Os problemas de confiança assumem duas formas; numa, a confiança simplesmente está ausente, na outra há uma desconfiança mais ativa dos outros. O laço de confiança, como vimos, desenvolve-se informalmente nas brechas e fendas das burocracias, à medida que as pessoas aprendem de quem podem depender. Os laços de confiança são testados quando as coisas dão errado, e a necessidade de ajuda se torna aguda (Sennett, 2009, p. 169).

Os estados nacionais buscam se reestruturar com privatização de empresas estatais e acordos para administração privada de serviços públicos, além de extinguir o controle do mercado pelo Estado. Os países periféricos do capitalismo, como os localizados na América do Sul, organizam-se para fortalecimento mútuo, firmando acordos entre si de modo a se inserirem neste modelo global, a exemplo do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Esta prática também ocorre entre os países centrais com economia desenvolvida, destacando a União Europeia. A relação internacional mundialmente construída apregoa a instituição de títulos e acordos financeiros e gerência do câmbio em nível global, estabelecidos por meio de garantias contratuais e altas taxas de juros. Através da flexibilização e da oferta de mão de obra disponível em países periféricos, é possível garantir o deslocamento do capital e reorganizar a produção, já fragmentada, com desenvolvimento em diferentes lugares.

Para Anderson (1995), o neoliberalismo não infere mudanças apenas na esfera econômica é também um movimento ideológico com dimensões política, social, econômica e cultural. Segundo ele, o movimento ideológico, em escala global, como o presente no capitalismo, é algo visto no passado, já que se trata “de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (Anderson, 1995, p. 22). Assim, o ideário neoliberal, o processo de reestruturação produtiva do capital e a mundialização inferiram alterações diretas na “questão social³⁷” e, conseqüentemente, na vida cotidiana do trabalhador.

Anderson (1995) assinala uma nova onda de crise do capitalismo ocorrida em 1991. Apesar das medidas do neoliberalismo, dos cortes com gastos sociais, e do investimento maciço na economia, esse período foi marcado pela recessão econômica. A causa foi atribuída à elevação demográfica de aposentados, ao aumento dos gastos sociais gerados pelo alto índice de desemprego e ao aprofundamento das dívidas públicas, inclusive em países ocidentais. No entanto, a despeito das questões apontadas, o neoliberalismo continuou e com grande vitalidade, até mesmo com abrangência em países resistentes, outrora contrários as suas proposições. A resposta do capitalismo à onda de recessão permanece e o sistema adapta-se, porém, sua base ainda está em vigor.

Nesse sentido, qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação, durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios; de que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (Anderson, 1995, p. 12).

As conseqüências das ações neoliberais para o mundo do trabalho foram explicitadas ao longo da própria história de construção do modelo neoliberal, perpassando por aumento do índice de desempregos; queda nos níveis salariais; fragmentação do processo de trabalho; incentivo ao individualismo; retração de

³⁷ Para definir a “questão social”, será utilizada a compreensão de Iamamoto e Carvalho (2000) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe, por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 77).

organizações dos movimentos dos trabalhadores e representações sindicais; aumento da jornada de trabalho com intensificação do ritmo de trabalho e desestruturação de direitos trabalhistas com frágil vínculo contratual. A ideologia neoliberal torna-se hegemônica, dessa forma, os movimentos contrários aos seus ideais lutam para minorar as consequências e atenuar os efeitos sobre o trabalhador. Há defensores do sistema neoliberal que acreditam no desenvolvimento econômico e social através de sua implementação, alavancando uma economia mais competitiva, contribuindo para um maior desenvolvimento tecnológico.

O Estado neoliberal traz à tona a discussão acerca do papel do intelectual orgânico elucidada por Gramsci (1982) em função da construção da hegemonia e contra hegemonia nas lutas de classes que compõem o Estado, haja vista sua capacidade de mobilização organizativa que perpassa esta luta, operando, especialmente, na sociedade civil. Harvey (2014), em sua obra intitulada *O neoliberalismo: histórias e implicações*, elabora um capítulo sobre a construção do consentimento. Elencando a forma como as ideias neoliberais foram aceitas, o autor alerta que “o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais” (Harvey, 2014, p. 49). É possível novamente fazer este contraponto em unidade com as ideias de Marx e Engels já expostas e presentes nos estudos de Mattos (2019a):

Na verdade, Marx pensou tal classe não apenas pela sua dimensão objetiva, mas também em função de sua subjetividade coletiva. Subjetividade que podemos entender em uma dupla dimensão, completamente combinada na prática: de um lado, subjetividade é um termo associado a consciência de classe; por outro lado, não dissociado da primeira dimensão, a classe trabalhadora é um sujeito histórico-social, um sujeito consciente que pode alterar os rumos da história por meio da práxis (Mattos, 2019a, p. 43).

Destaca-se, então, uma disputa que ocorre também no campo das ideias, uma vez que o processo de neoliberalização abalou as formas tradicionalmente estabelecidas de ação estatal e os defensores dessas propostas ocupam espaços de evidência e influência na sociedade, “nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do tesouro e bancos centrais), bem como em instituições internacionais” (Harvey, 2014, p. 13). A propagação dessa doutrina não ocorre de forma linear e igual em todos os países, contudo, permanece, como ponto comum, a histórica contradição entre o desenvolvimento do trabalho e quem o conduz.

Para Netto (2012), o projeto neoliberal é caracterizado pelo tríptico mote: flexibilização (da produção e das relações de trabalho), desregulamentação (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e privatização (do patrimônio estatal), alicerçado no refinamento das formas de expropriação, reforçado pelos aparatos ideológicos que impulsionam as individualidades, desarticulam o coletivo e diminuem a capacidade de oposição e reivindicação. Ou seja, a subjetividade do trabalhador é atacada de forma objetiva. No entanto, não significa a ausência de crises deste sistema. Ao contrário, conforme já mencionado, o capitalismo não sobrevive sem as crises, pois são inerentes ao próprio sistema e não o conduzem ao seu fim. Contraditoriamente, todavia, geram ainda mais capitalismo.

Com efeito, tem-se a estruturação de um Estado que deve “favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e de livre comércio” (Harvey, 2014, p. 75). Suas funções são depreciadas com a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, pois configura-se o desmonte do sistema de proteção social, aumento da taxa de juros e o controle da inflação, prejudicando diretamente sua soberania, entregue sem contrapartida ao mercado global. Fontes (2017 p. 418) observa a complexidade do Estado, que não exerce uma função estática. Ao contrário, é um espaço pelo qual a dominação de classes e suas contradições estão presentes na vida social, apresentando-se como uma “enorme conciliação de contradições”.

Na sociabilidade capitalista, a santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha devem ser protegidos. O Estado tem, portanto, que “usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essa liberdade” (Harvey, 2014, p. 75). O Estado favorece ao dono do capital, e este se utiliza do desejo do trabalhador, que almeja o reconhecimento e o aprimoramento de seu trabalho para espoliá-lo durante todo o processo. Em nome da “autonomia” e da “responsabilização”, ocorrem as inúmeras disfunções de organização e falha no trabalho, e o resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (Linhart, 2014, p. 46). Os serviços públicos, ao serem privatizados, são absorvidos pelo trabalhador, transferindo ao mercado serviços antes prestados pelo Estado, inclusive os essenciais, como saúde e educação.

O Estado interfere na liberdade de mercado sempre que se faz necessário salvaguardar empresas e interesses econômicos. Sua ação só é minimizada ao tratar de direitos sociais e da valorização do trabalhador e do aspecto humano. Harvey (2014, p. 89) assinala que é preciso uma radical reconfiguração das instituições e práticas do Estado, principalmente no que diz respeito “ao equilíbrio

entre coerção e consentimento, entre os poderes do capital e dos movimentos populares, e entre o poder executivo e o poder judiciário, de um lado, e os poderes da democracia representativa do outro”.

O neoliberalismo se apresenta como instável e, nas palavras de Harvey (2014, p. 89), “parece uma forma política de transição” e já não traz resposta a tudo que o capital preconiza. O contragolpe do próprio capital é novamente avassalador do ponto de vista da classe trabalhadora, travestido de uma roupagem popular, buscando aproveitar-se da subjetividade do trabalhador. Para o autor, “no centro do problema reside uma florescente disparidade entre as metas públicas declaradas do neoliberalismo – o bem-estar de todos – e suas consequências concretas – a restauração do poder de classe” (Harvey, 2014, p. 89).

Entre os fatores que concorrem para o desgaste do Estado neoliberal, Harvey (2014) realça a dicotomia entre valorização das liberdades individuais e o autoritarismo das práticas de mercado; a contrariedade entre as funções de um Estado que deve assumir um poder secundário nas funções de mercado e, ao mesmo tempo, criar um clima favorável às negociações; a formação de oligopólios que centralizam e não acirram a competição conforme prevê o ideário neoliberal e o controle do comportamento social, contrariando a ideia de liberdade, que só é respeitada em questões de empreendimentos.

Em continuidade à sua análise, Harvey (2014) assinala que, entre as respostas e ajustes para as contradições presentes no neoliberalismo, ocorre a propagação de um nacionalismo exacerbado, atentando para o fato de que “o nacionalismo necessário para que o Estado funcione efetivamente como entidade corporativa e competitiva no mercado mundial atrapalha as liberdades mais gerais” (Harvey, 2014 p. 89). Além disso, pondera sobre a crescente onda do neoconservadorismo, sendo esta última a de maior propagação:

O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado. Mas ele se afasta dos princípios do puro neoliberalismo, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta ao caos de interesses individuais e, em segundo lugar, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político vis-à-vis de perigos externos e internos (Harvey, 2014, p. 92).

Novamente ancorados em Marx e em seus estudos sobre o capital, reafirma-se aqui a relevância da propagação de sua obra entre os trabalhadores, acreditando que o acesso aos seus estudos é um caminho para a formação de

consciência de classe. Defende-se, assim, a posição de que os trabalhadores, com os ideais marxistas intrínsecos à sua objetivação e luta, não cedem às pressões do capital sem resistência. A perspectiva de Marx (2013) é expressa com este propósito:

Os proletários reconhecerão que sua luta de classe só pode se *opor de maneira antagônica à tendência de agravamento da exploração capitalista*. Reconhecerão que, no que diz respeito ao salário, ou, como dizem os ministros e seus respectivos “economistas”, no que diz respeito ao “nível de vida” ou à “renda”, a luta de classe econômica dos proprietários e de outros assalariados só pode ter um sentido: uma luta *defensiva* contra a tendência objetiva do sistema capitalista ao aumento da exploração em todas as suas formas (Marx, 2013, p. 48).

Fontes (2017, p. 46), reitera o que Marx disse sobre os seres sociais na sociedade capitalista, entendendo que a maioria é convertida em “seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho”. Em verdade, a crise é parte constitutiva da dinâmica do capitalismo e a sequência a uma crise do neoliberalismo é a construção de uma forma ainda mais nefasta de sua aplicação, chamada na atualidade de ultraneoliberalismo, que representa a ampliação de novas formas de valor decorrentes da imposição do sistema financeiro, a diligente devastação dos direitos conquistados pelos trabalhadores e o crescimento em todo o mundo do trabalho intermitente “presentes no capitalismo informal-digital-financeiro, e que, ao contrário de tornarem operante a lei do valor, vêm ampliando suas formas de vigência, ainda que frequentemente sob a aparência do não-valor” (Antunes, 2019, p. 19).

Sem direitos, o trabalhador *digital* recebe apenas pela sua produção, no momento em que produz, o que, para Antunes (2018), gera uma *escravidão digital*, visto que não há pagamento pelo tempo ocioso que compõe o processo de trabalho. Esta é uma prática comum, dentre outros serviços, em restaurantes, *fast-food*, limpeza, transporte etc. Cito, como exemplo, o motorista do aplicativo Uber, que gerou um verbo: *uberizar*, um conceito chamado de *uberização* do trabalho e/ou *uberização* das relações de trabalho, termos utilizados por diferentes autores, dentre os quais cito Antunes (2019) e Fontes (2017). Um trabalho aparentemente democrático, propagado com o atrativo do não assalariamento, sem empregador, com flexibilidade de horário e controle do tempo. O motorista detém os meios de produção — carro, telefone, manutenção do veículo e seguros — e a empresa faz a interlocução com os clientes, envolvendo outras grandes empresas no processo, como o Google, e recebe cerca de 25% de toda a arrecadação do trabalhador: “a

empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção” (Fontes, 2017, p. 56).

Nesta conjuntura de *uberização* das relações de trabalho, a classe trabalhadora se complexifica: é cada vez mais fragmentada, heterogênea, composta por pessoas de diferentes lugares em função do fluxo migratório, indígenas, homens, mulheres (compreendendo a dimensão do gênero), diferenças geracionais, de raça, “composta por seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (Antunes, 2019, p. 91).

Esta formação propicia o aumento do *exército industrial de reserva* e submete à espoliação tenaz pelo capital, que incide de forma diferenciada e significativamente corrosiva nos grupos mais vulneráveis a partir da segregação por raça, etnia e gênero. A valorização e a extração do valor são indubitavelmente os alvos, e esta multiplicidade favorece “*coágulos de trabalho vivo na lógica da acumulação de Capital em sua materialidade, inserindo-os no tempo social médio de um processo de trabalho cada vez mais complexo*” (Antunes, 2018, p. 93, grifos do autor). Para Fontes (2017, p. 57), “há uma centralização absoluta e internacional do comando sobre os trabalhadores e redução dos custos do processo de valorização do valor”.

O tempo ganha uma nova conotação a interesse do grande capital, “a partir do momento em que surge a medição do tempo, em horas, minutos e segundos, pode-se comprá-lo e vendê-lo, ou seja, o tempo se converte em mercadoria” (Cantor, 2019, p. 53). E, não por acaso, investe-se em tecnologia, que submete o trabalhador ao trabalho a qualquer tempo, “o capital rompeu a distância que separava o tempo do trabalho e o tempo livre, ou o tempo da vida” (Antunes, 2019, p. 48). Como resultado, está posta a devastação do trabalho em escala global, assim, a hegemonia financeira não pode eliminar o trabalho, mas o precariza e o dilacera ao limite. Mattos (2019a, p. 79) alerta para as consequências desta conjuntura expressa no aumento da pobreza e da desigualdade social, já que é o dado “mais aterrador sobre o coração do capitalismo”. O autor traz índices demonstrando que, dentre 325,7 milhões de pessoas, no ano de 2017, mais de 146 milhões viviam na pobreza. E considera que os “salários muito baixos e a ausência de representação sindical (ou representação por sindicatos totalmente controlados pelo Estado e empresas) são indicadores evidentes de precariedade” (Mattos, 2019a p. 79).

Antunes (2019) assinala o papel da classe média no bojo da classe trabalhadora, historicamente exercendo um trabalho de cunho intelectual, por

exemplo, médicos, advogados, engenheiros e professores que compreendem à classe trabalhadora, no que o autor define como os herdeiros do *welfare state*. Para o pesquisador, a classe média sonha com os valores que as aproximam da classe dominante, porém, ela está em um processo de corrosão que a aproxima do proletariado, sua concretude é de uma classe trabalhadora assalariada. Ele também pontua o chamado precariado, conforme designação a seguir:

Entendemos que a classe-que-vive-do-trabalho, em sua morfologia, compreende vários e distintos segmentos - diferenciação que não é novidade na história da classe trabalhadora, sempre clivada por questões como gênero, geração, etnia, nacionalidade, migração, qualificação etc. Ao contrário, portanto, de se constituir como uma nova classe, o precariado é um setor diferenciado da classe trabalhadora, em suas heterogeneidades, diferenciações e fragmentações. Nos países capitalistas avançados, os mais precarizados, sejam jovens, imigrantes, negros etc., que compõem o *precariat*, já nasceram sob o signo da corrosão dos direitos e lutam de todos os modos para conquistá-los. Por outro lado, os setores da classe trabalhadora mais tradicionais, herdeiros do *welfare State*, lutam para impedir um desmoronamento ainda maior de suas condições de trabalho (Antunes, 2019, p. 21).

As mudanças na organização e nas formas de produção no processo de trabalho implicam a expropriação do trabalhador, e este fator é invariável no capitalismo. Assim, no âmbito do Estado neoliberal, conservador, de uma economia flexível para o capital e com graves implicações para o trabalhador, este encontra-se cada vez mais precarizado e tolhido em seus direitos diante de um Estado que não absorve as demandas sociais historicamente a ele atribuídas e resultado de inúmeras lutas. No contexto neoliberal, o Estado assume uma função estratégica para a manutenção do capital, perpassada por perdas de direitos para a classe trabalhadora e por inúmeras contrarreformas, e este fato precede um avanço dos ideais capitalistas de forma cada vez mais acirrada e em escala mundial.

1.5. O Estado ultraneoliberal brasileiro

Enquanto no cenário mundial a década de 1970 era de crise do sistema fordista, no Brasil, vivenciava-se um período marcado pela administração do Regime Militar³⁸ e o desenvolvimento do chamado *milagre econômico*, que,

³⁸ Regime Militar ou Ditadura Militar, no Brasil, foi um período compreendido entre 31 de março de 1964, com o golpe militar que derrubou João Goulart, e 15 de março de 1985, com a eleição de Tancredo Neves. Caracterizou-se pela atuação de um regime autoritário, forte repressão aos movimentos sociais e sindicais, avanços econômicos, investimento em infraestrutura, elevação da dívida externa, maiores índices de inflação e uso de métodos violentos para repressão aos opositores.

segundo Ianni (2019, p. 296), “apoia-se na produção inclusive de uma taxa de mais-valia extraordinária, propiciada pela amplitude e brutalidade da atuação da ditadura contra operários e camponeses”.

As ações desse período reverberaram em diferentes esferas: na economia, com: crescimento acelerado, ações em prol do controle dos índices de inflação, implantação de uma política fiscal para estímulo à entrada do capital estrangeiro, contratação de empréstimos e acordos internacionais, flexibilização do controle monetário com fácil acesso ao crédito e abertura para uma cultura de consumo, sobretudo de bens duráveis; na política, é manifesta a intolerância à qualquer forma de oposição através da repressão e o uso de violência, além de censura à imprensa; na cultura, Ianni (2019) remete à visão fascista que os governantes e a grande burguesia possuem em relação à sociedade civil, ao cidadão, o que reverberou em uma repressão generalizada, resultando em prisões, sequestros e assassinatos políticos.

Foi tão acentuado o desenvolvimento da força e organização do Estado brasileiro, que logo se tornou estranho para o povo, o cidadão, as classes assalariadas, os operários e camponeses. À medida que se fortalecia, ampliava, “modernizava”, penetrava todos os recantos da vida econômica, política, educacional, religiosa, cultural, artística, e outros círculos de existência social, mais o Estado se revelava estranho, estrangeiro. Quanto mais forte e ativo, mais repressivo e opressivo (Ianni, 2019, p. 273).

Houve ampliação dos índices de crescimento em áreas como construção civil, transportes públicos, construção de novas rodovias, ferrovias e portos; investimento na produção de energia elétrica, usinas nucleares, telecomunicação, abertura de novas indústrias (principalmente nos setores siderúrgico, metalúrgico e automobilístico), e, também, aumento do contingente populacional. Os estímulos a estes desenvolvimentos são oriundos do apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da chegada de multinacionais ao país e de verbas provenientes do grande capital industrial, além da implantação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que estabeleceu as diretrizes para o período (1972-1974) com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de até 9% ao ano. O objetivo declarado da Ditadura Militar era tornar o Brasil uma potência emergente mundialmente reconhecida.

Contudo, além de não terem alcançado todos os avanços tecnológicos almejados, é um período marcado pela “dissociação mais ou menos profunda entre o poder estatal e amplos setores do povo, principalmente de trabalhadores: é algo inerente ao Estado burguês” (Ianni, 2019, p. 277). Ianni avalia que essa dissociação é histórica na sociedade brasileira, entretanto, em 1964, foi “abrupta

e profunda”, e o divórcio entre o Estado e os trabalhadores e entre o governo e povo nunca foi tão acentuado (Ianni, 2019, p. 77).

Apesar do avanço econômico e estrutural, é notória a ausência de propostas focadas na construção de um modelo de regulação social. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada aumentou, porém, o índice de trabalho informal cresceu em escala ainda maior. A distribuição da renda caracterizou-se pela manutenção da desigualdade na repartição, ou seja, grande concentração sob o domínio de uma minoria, em detrimento da maioria que não conseguiu acessar esta renda, e equilibrar a disparidade econômica no país de forma a propiciar um maior desenvolvimento social. Em síntese, Ianni (2019, p. 282) descreve: “foi essa compreensão fascistoide do poder que se efetivou com a ditadura instalada”. Este histórico contribui para a construção de um novo cenário, na década de 1980, marcado inicialmente pela emergência do desemprego, somado à perda de legitimidade do Regime Militar.

Durante a década em questão, a esfera política é dominada por movimentos reivindicatórios, organização dos trabalhadores, movimentos sociais e representações sindicais. No cenário internacional, os países de capitalismo central têm, nessa década, a implantação do regime de acumulação flexível e o enfraquecimento do movimento sindical, com processo contrário ao vivenciado nacionalmente, cujo foco estava nos movimentos pela democratização do país e forte politização e organização dos trabalhadores.

A problemática internacional repercute no Brasil, com a diminuição do capital estrangeiro, reestruturando-se em momento de crise, tem-se a desaceleração da economia, recessão na área industrial e, conseqüentemente, o aumento do desemprego, principalmente na área urbana. Para Alves (2000), é nessa década que ocorrem os primeiros impulsos do novo surto de reestruturação produtiva no Brasil e se encaminha sua propagação, entre as suas principais determinações destaca:

1. A crise do capitalismo industrial, cuja maior expressão é a crise da dívida externa [...];
2. O processo de luta de classes no país, caracterizado pela ascensão do “novo sindicalismo” voltado para a maior intervenção nos locais de trabalho [...];
3. As novas estratégias das corporações transnacionais nos anos 80, que implicaram a adoção – ainda que em caráter restrito e (seletivo) – por parte de suas subsidiárias no Brasil (no caso da indústria automobilística), de novos padrões organizacionais-tecnológicos, inspirados no toyotismo, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital (Alves, 2000, p. 121).

Os altos índices de desemprego, associados à não estruturação de um sistema de regulação social, engendraram um momento da crise nacional, e a

exploração do trabalho no Brasil assume especificidades históricas em relação aos países capitalistas centrais. Alves (2000) relaciona ao incremento da capacidade produtiva do trabalhador assalariado, haja vista a debilidade da classe operária e de sua organização política sindical, o que propiciou maior apropriação de valor através do incremento de novas tecnologias. Contudo, ainda na década de 1980, há uma maior organização dos trabalhadores e da sociedade civil, um acirramento das reivindicações e uma busca pela reestruturação política, econômica e social de maneira mais equânime.

O ápice das conquistas dessa mobilização foi a queda do Regime Militar e a instauração do movimento democrático através de eleições presidenciais com candidatos civis, e, posteriormente, a promulgação de uma nova Constituição Nacional, no ano de 1988, com abrangência para uma política maior de alcance aos cidadãos, tendo como premissa a justiça social. Em verdade, “em todos os lugares caminha a luta pela democracia, pelas liberdades democráticas, pela reconquista de todos os direitos que a ditadura usurpou do povo brasileiro desde 1964” (Ianni, 2019, p. 352). O autor finaliza registrando que a burguesia nunca permitiu que o povo e principalmente a classe operária e o campesinato a conquistassem.

A constituição reflete o reconhecimento dos direitos sociais; o sistema de proteção social tem intrínseca a seguridade social, cujo tripé compreende à saúde, à previdência e à assistência social. A saúde é estabelecida como um direito de todos os cidadãos, com acesso universal firmado através da criação do Sistema Único de Saúde (SUS); a assistência social é acessada mediante a demanda posta ao Estado, e a previdência é contributiva, seguindo a lógica do seguro social. Fontes (2010, p. 319) assinala que a Constituição de 1988 agrega amplos segmentos da população, firmados através da “regulamentação jurídica futura dos direitos genericamente prometidos” e acrescenta que a grande conquista da população se expressa na “capacidade organizativa de âmbito nacional, que reatualizava o pânico das classes dominantes brasileiras, profusamente difundido pela mídia e ecoado por permanentes ameaças militares”.

Não obstante, a aplicação das conquistas presentes da Constituição de 1988 dá-se em um contexto nacional de precarização do trabalho, desemprego, trabalho infantil, concentração desigual de renda, maiores índices de inflação, com perda do poder aquisitivo da classe média e, mais ainda, da classe trabalhadora; no plano internacional, o desenvolvimento do neoliberalismo gera repercussões nas esferas política, econômica e social. Tais fatores incidem diretamente na classe trabalhadora, pois a extensão do desemprego estrutural repercute no

financiamento da previdência social, sustentada pela contribuição dos próprios trabalhadores, com representação de 60%, sendo o restante repassado ao Estado e empresários.

O que está presente no país são os ideais neoliberais e o *complexo da reestruturação produtiva* já experienciado nos países capitalistas centrais. Alves (2000) pontua que as grandes empresas assumem o pacote neoliberal, como novas estratégias de produção que reverberam sobre o mundo do trabalho; tais medidas atingiram o núcleo do sindicalismo de classe no país, “caracterizando-se como um novo patamar da ofensiva do capital na produção, com resultados disruptivos sobre o mundo do trabalho organizado no Brasil” (Alves, 2000, p. 179).

Segundo Antunes (2009), as práticas neoliberais são sistematizadas, no Brasil, a partir dos anos 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello³⁹ para a presidência da república, que, como consequência, engendra a diminuição da intervenção do Estado, privatizações de empresas e serviços estatais e reformas na recém-promulgada constituição. Estas ações são oportunizadas, dentre outros fatores, pelas influências de acordos internacionais, como o Consenso de Washington, e pelas mudanças estruturais oriundas da reestruturação produtiva, principalmente nos setores industriais e de serviços. Seus rebatimentos geraram alterações na divisão sociotécnica da produção, redução no número de trabalhadores, intensificação dos ritmos de trabalho, em suma, características do período de acumulação flexível, ocorrido nos países centrais na década de 1980. Behring (2008, p. 154) pondera sobre os efeitos deletérios oriundos da abertura comercial, somados à reestruturação produtiva, evidenciando os “impactos sobre a espinha dorsal dos movimentos sociais dos anos 1980, no sentido da sua desmobilização”.

O Brasil vivenciou uma simbiose entre elementos herdeiros do fordismo e novos instrumentos próprios da acumulação flexível. Embora tenha sido uma era de informatização no mundo, houve um avanço da informalização do trabalho, expressa em trabalhadores sem direitos e na ampliação dos números de terceirizados e subcontratados, “potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado” (Antunes, 2018, p. 120). Intensificou-se o processo de espoliação do trabalhador, associado à celebração de contratos empregatícios que não consideram a legislação trabalhista, evidenciando um “traço distintivo do capitalismo brasileiro” (Antunes, 2018, p. 121).

³⁹ Fernando Collor assume a direção do país em 15 de março de 1990 e permanece no poder até 29 de dezembro de 1992, quando sofre o *impeachment*. O vice Itamar Franco assume o tempo restante de seu mandato até 1º de janeiro de 1995.

Os efeitos sobre as questões do trabalho perpassaram a crescente onda de subcontratação e terceirização, estimulados pela inserção de empresas multinacionais no país, o que promove o acirramento da concorrência empresarial e promove o enfraquecimento das empresas nacionais de atuação tradicional nos ramos da indústria têxtil, de calçados e automotiva. Os trabalhadores mais especializados são atraídos pelas multinacionais, sendo aproveitados pelas empresas nacionais aqueles sem experiência profissional. Somado a este quadro, há ainda falta de capital suficiente para concorrer com as multinacionais.

As perspectivas neoliberais permanecem em vigor no Brasil. Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência em 1995 e continua até 2002, aplicando uma política de ajustes fiscais, privatizações e demais ações patogênicas aos direitos sociais. No que tange à contrarreforma previdenciária, as consequências extensivas aos trabalhadores são a redução do valor do *benefício*⁴⁰ e o aumento do tempo de trabalho e de contribuição. Em relação à saúde, especificamente ao SUS, os recursos foram paulatinamente tornados escassos, pois não acompanharam o crescimento populacional e/ou foram destinados a outros fins como pagamento de dívidas e precatórios, além de mudanças dolosas ao princípio da universalidade. Os governos de FHC foram marcados pelos princípios neoliberais e não propuseram negociações coletivas, debates e diálogo, ao contrário, optaram por investir em mudanças na Constituição de 1988, ancorados em um “congresso nacional balcanizado” que flexibilizou a gestão via medidas provisórias. Preferiram, portanto, a via tecnocrata e “decretista”, com forte aquiescência de um congresso pragmático e viciado pelas práticas do “toma lá, dá cá” (Behring, 2019, p. 50).

A redefinição do papel do Estado engendra transformações do trabalho, precariedade nas relações de compra e venda da força de trabalho e uma crescente informalidade nas contratações, aliada à fragilização deste sistema de proteção, que não abarca o atendimento às demandas dos trabalhadores da reserva. Behring (2008, p. 164) informa que, desde a implantação do Plano Real até agosto de 1998, foram extintos 764,1 mil postos de trabalho formal, eclodindo em uma “política econômica de crescimento ainda que pífio – sem emprego”. Tais alterações provocam significativas mudanças nos mecanismos de organização do

⁴⁰ A previdência social é contributiva, ou seja, trabalhadores são taxados para terem acesso aos direitos previdenciários. É a monetarização em casos de acidente, doenças, gravidez, velhice, prisão e morte. Contudo, registra-se a estranheza à nomenclatura *benefícios*. A questão é que a palavra *benefícios* remete a benesses, similar à doação, caridade, contrário à prerrogativa de direito, mesmo que cientes das condições legais para acessá-los.

trabalho e nas qualificações exigidas do sujeito, ou seja, o trabalhador é responsável por manter-se atualizado em relação às exigências do mercado de trabalho.

As configurações do trabalho sofrem novas metamorfoses com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva⁴¹ e a gestão do governo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O ideário neoliberal permanece, mas observa-se um avanço no número de trabalhadores vinculados ao sistema de proteção, com carteira de trabalho assinada e um aumento na realização de concursos públicos, cujo vínculo é vitalício, gerando maior estabilidade e segurança ao trabalhador. Para Behring (2019, p. 52), “houve deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras”, porém, “não houve ruptura com elementos centrais”, “seja no campo da política econômica, seja no campo da política social”. Antunes (2018, p. 228) avalia que o PT deixa de ser um partido da classe trabalhadora e oscila entre a resistência ao neoliberalismo e a aceitação de uma política nova, “muito mais moderado, policlassista e adequado à ordem capitalista típica da era da financeirização”. Inúmeros problemas estruturais permanecem, como a elevada rotatividade da mão de obra, a informalidade nas contratações, a heterogeneidade da classe trabalhadora, que dificulta sua organização como classe unificada, e a permanência de um alto índice de desemprego.

O governo do PT segue na liderança do país com a eleição de Dilma Rousseff em 2011, como reflexo da alta popularidade de Lula, com mais de 80% de aprovação da população e com a conquista de um segundo mandato em 2014, este vencido de forma acirrada, no segundo turno, com 51,4% dos votos, e que fora interrompido por um processo de *impeachment* ocorrido em agosto de 2016. Durante o primeiro mandato, o governo Dilma é marcado pelas manifestações de junho de 2013 ou, como chama Antunes (2018, p. 242), pelas rebeliões de junho de 2013, que “contestaram frontalmente toda a institucionalidade brasileira”.

O Brasil vivencia um momento peculiar em todo o país, um marco para a construção de novos rumos, cujo resultado muda a trajetória política e social do país. Para Gohn (2017, p. 26), as manifestações ganham uma narrativa das demandas e denúncias protagonizadas pelos “movimentos sociais clássicos (operários, sindicais, agrários); ou dos movimentos emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais”. A autora prossegue em sua análise e pondera que estas manifestações “autoproduzem imagens com discursos sem referência a tempos do passado, como se não tivessem outras memórias incorporadas além

⁴¹ Apontamentos sobre o governo Lula serão retomados no capítulo 2 desta tese.

de si próprios. São grupos diferenciados internamente; são fragmentados” (Gohn, 2017, p. 27).

As manifestações de junho de 2013 são alvo de pesquisa em muitos trabalhos. Aqui importa demarcar um momento histórico profundamente contraditório, no qual a aparência inicial permeava uma crítica ao governo e suas práticas neoliberais, haja vista a motivação oriunda do aumento no valor da passagem do transporte público, o que motivou o Movimento Passe Livre (MPL). Porém, a continuidade dos protestos e o aprofundamento de determinadas ações demonstraram a ascensão de novos movimentos opostos à luta pelos direitos dos trabalhadores. Registram-se as muitas elucubrações em torno das pessoas que compunham essas manifestações. A imagem de famílias brancas com as babás negras uniformizadas, empurrando carrinho de bebê, ganhou projeção, deixando a indagação: a quem interessam estas reivindicações? Os símbolos nacionais, como o verde e o amarelo da bandeira, foram apropriados por estes movimentos.

Na apreciação de Gohn (2017, p. 54), é preciso reconhecer que vários dos núcleos ou coletivos utilizaram as redes sociais para organizar a propagação das manifestações, inspiradas em “ideais de autonomistas, anarquistas, libertários, socialistas utópicos, etc. do que as da esquerda tradicional”. Para Antunes (2018, p. 249), as manifestações foram polimorfos e multifacetadas, consideradas “movimentos heterogêneos, polissêmicos e até mesmo policlassistas” (p. 249). E tornou-se pluri-ideológico, acirrando a disputa entre setores da esquerda e da direita, logo, o movimento levou às ruas muitos estudantes que a ocupavam pela primeira vez e houve uma clara articulação para cooptação desses estudantes pela direita.

E, em meio a tensões de diferentes ângulos, em um movimento conciliatório, o governo Dilma, em acordo com avaliação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2015), finaliza o primeiro mandato com saldo positivo no que se refere à geração de empregos e enfrenta um processo de reeleição complexo, com vitória sobre o seu oponente. Movimentos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), obtêm mais visibilidade, inicialmente pelos espaços virtuais, mas, em 15 de março de 2015, estes atores chegam às ruas com expressivo quantitativo de pessoas e bandeiras contra o governo. Gohn (2017) atenta para o fato de o poder Judiciário ganhar protagonismo nacionalmente em função da Operação Lava Jato, iniciada em 2014, e avalia que março de 2015 ressignificou a cultura política de parte da população, “o elemento ‘negação da política’, de políticos, ou da política como

coisa suja, identificada com os gestores públicos, estrutura-se naquele momento como valor” (Gohn, 2017, p. 66-67).

Enquanto, no primeiro mandato, Dilma recebe um expressivo apoio das classes dominantes burguesas, no segundo mandato, as pressões por ajustes fiscais já indicavam uma divisão entre frações burguesas. A nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda representa uma resposta a esta pressão, sinalizando flexibilidade para a agenda financeira. Para Antunes (2018), nesse momento, a crise do governo Dilma é de alta densidade em diferentes dimensões:

Social, porque o descontentamento permeia todas as classes, e frações de classes, ainda que de modo diferenciado e frequentemente antagônicos; política, porque abriu uma fissura (que parece) irreversível na base partidária de apoio ao governo, sendo que vários partidos e grupamentos políticos que, havia pouco tempo, apoiavam o governo, agora estão em campanha aberta pelo *impeachment*; e *institucional*, porque inseriu setores do Parlamento brasileiro em franca oposição ao governo, com riscos de confrontação também entre Legislativo e Executivo, com consequências diretas junto ao Judiciário, visto que o STF está sendo frequentemente chamado a dar interpretação legal aos desmandos do Parlamento, sobre o comando de uma residência da Câmara golpista (Antunes, 2018, p. 241).

Os sindicatos e demais movimentos sociais também ocuparam as ruas, denunciaram o golpe orquestrado para o *impeachment* de Dilma Rousseff e organizaram-se em meio a diferenças, formando frentes estratégicas, “denunciando os perigos do ‘golpe’, a perda de direitos sociais, a mudança na política de inclusão social dos últimos 15 anos” (Gohn, 2017, p. 73), no entanto, já sem força e expressividade para reverter o quadro anunciado. O *impeachment* é perpetrado, o PT deixa a presidência da república após 14 anos na direção executiva do Brasil e, sobre as motivações, Marques (2016) relata:

Porque um modelo tão distinto do nacional-desenvolvimentismo e tão servil à rentabilidade dos segmentos mais expressivos das classes dominantes tornar-se-ia tão perigoso e hostil? E aqui está o cerne da questão! O que se apresenta no cenário contemporâneo é a defesa, pelo grande bloco de composição burguesa (capital financeiro, as novas frações rentistas, o agrobusiness e o capital produtivo), da tese do esgotamento do neodesenvolvimentismo e, portanto, da necessidade de substituí-lo por um outro padrão ideopolítico de regulação estatal: o modelo ortodoxo neoliberal. O repetido mantra “recuperar a credibilidade no governo” para tais setores (dos mais aos menos beneficiados com o ciclo PT) se resume a uma única ação: ajuste fiscal (Marques, 2016, p. 59).

O governo Dilma chega ao fim por meio do *impeachment*, em agosto de 2016, de maneira controversa⁴². Há indícios retratados, durante o processo de

⁴² O golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência da república em 2016 e outorgou este lugar a Michel Temer foi denunciado posteriormente, sem nenhuma implicação legal, entre os meios de

impeachment e após sua consolidação, que apontam para a organização de um golpe com o propósito previamente anunciado, a realização de reformas fiscais em diferentes estruturas. Braz (2017, p. 89) assinala que não se trata de um golpe clássico, com rupturas institucionais significativas, mas, sim, de golpe que “ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo”. A grande mídia apoia o golpe, com maciça programação de oposição ao PT, e apoio irrestrito à Lava Jato, a ideia de um PT intrinsecamente vinculado à corrupção é alardeada por todo o país. Há também apoio de parlamentares para constituição do golpe e, como analisa Fontes (2017, p. 423), a motivação de boa parte dos parlamentares, com denúncias de envolvimento em corrupção, era apressar-se a “prestar quaisquer serviços para adiar ou impedir seu próprio julgamento”. De acordo com Braz (2017, p. 95), o que sinaliza a urgência de acelerar “as condições de aplicação de políticas que destravem os obstáculos (políticos, econômicos, sociais e ideológicos) para a implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora, em todos os níveis”.

É nessa conjuntura que o vice-presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assume a presidência interina do Brasil. O documento “Uma ponte para o futuro”, difundido pelo MDB antes do *impeachment*, já indicava as direções da agenda neoliberal a serem aplicadas em todo o país.

Faz-se aqui uma digressão, o país retira arbitrariamente do poder a primeira mulher a ser presidente do Brasil e assume em seu lugar um homem branco que não hesitaria em formar sua primeira equipe ministerial inteiramente formada por homens brancos⁴³, novamente compondo um perfil que se coaduna com os presentes nas manifestações em prol do *impeachment*. Marques (2016, p. 59) salienta, a respeito de Temer, o que de fato aconteceu: “uma intensa restrição do fundo público à reprodução dos trabalhadores” e “a desvinculação ampliada das receitas se constituirá, a partir da desindexação da Previdência e dos programas sociais”.

Temer promoveu medidas severas aos trabalhadores, à saúde e à educação. Em acordo com o princípio de financeirização do capital mundial, base

comunicação. O documentário *Democracia em vertigem*, dirigido por Petra Costa, é um exemplo de denúncia e foi indicado ao Oscar em 2019. Além do próprio Michel Temer expressar o contexto que o levou ao poder no programa televisionado *Roda Viva*. Conteúdo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W45xyv5qLmE>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

⁴³ Os jornais noticiaram as críticas a esta composição ministerial. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-mulheres-de-negros-em-ministerio-de-temer-criticada-19293761>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

do capitalismo, o governo empenhou-se na aprovação da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto para os Gastos Públicos, conhecida popularmente como *PEC da Morte*, cuja proposta versava sobre o congelamento dos gastos públicos em todas as áreas, incluindo a saúde e a educação por vinte anos, além de prever medidas punitivas para os órgãos públicos que não a cumprissem⁴⁴. Propõe também a reforma do ensino médio; reforma da previdência; reforma trabalhista e o Programa Escola Sem Partido; medidas de opugnação contra os trabalhadores, a educação, a saúde e os conjuntos dos direitos sociais e trabalhistas em vigor. Para Almeida e Furtado (2017, p. 12), o governo Temer avolumou a prioridade ao capital financeiro com o uso de estratégias neoliberais voltadas para o pagamento da dívida pública e ampliação da rentabilidade do capital “através de uma política de saque às riquezas nacionais e aos direitos dos trabalhadores, numa voracidade jamais vista em nosso país” (Almeida & Furtado, 2017, p. 12).

Apesar disso, a agenda de devastação de direitos estava apenas se iniciando, ainda havia o pleito da contrarreforma trabalhista e previdenciária⁴⁵, ataques que mobilizaram as centrais sindicais, movimentos sociais, movimentos estudantis, entre outros agentes, com o propósito único de frear as iniciativas planejadas pelo governo. A contrarreforma trabalhista é aprovada, mesmo após atos de resistência e organização de greves.

Mas o central aqui é que o consenso burguês está na necessidade de acelerar contrarreformas profundas que atendam a quatro objetivos centrais (todos contemplados nas medidas que já tramitam no Congresso Nacional e que devem ser aceleradas): — recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos no sentido de retomada, em condições ótimas, da sua dominância imperialista em nosso subcontinente; — reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho, com base em novas formas de combinação de mais-valia relativa (incremento tecnológico para reduzir trabalho necessário e baratear a reprodução social da força de trabalho) e mais-valia absoluta (sobretudo via flexibilização das relações trabalhistas, com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador); — implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país (Braz, 2017, p. 95).

⁴⁴ Informações sobre a PEC que posteriormente transformou-se na Emenda Constitucional nº 95 estão disponíveis em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

⁴⁵ A Reforma do Estado foi idealizada por Bresser Pereira através do Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, aprovado em setembro de 1995. A prioridade recaiu sobre as privatizações, sobre as leis trabalhistas e sobre a previdência social, em contraponto às medidas presentes na Carta Magna de 1988. Mediante a reforma já utilizada, concordamos com Behring e Boschetti (2011) e utilizaremos o termo contrarreforma, pois trata-se de novas alterações aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. As contrarreformas trabalhista e previdenciária serão abordadas no subcapítulo 1.5.1 desta tese.

Temer ainda manteve firme a proposta de contrarreforma da previdência através da PEC nº 287/16, encaminhada ao Congresso Nacional, porém, “a luta de classes nas suas mais diferentes formas de mobilização (passeatas, atos, pressão aos prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidente), e as denúncias de escândalo e corrupção impuseram o adiamento de sua conclusão” (Granemann, 2018, p. 354). O governo chega ao fim do mandato com o maior índice de rejeição já registrado, com apenas 7% de aprovação⁴⁶.

Em 2018, ano eleitoral, o Brasil vivencia um aumento no número de desempregados⁴⁷, com ampliação do processo de *uberização*, presente não apenas entre os trabalhadores que usam o aplicativo, mas também no avanço do empreendedorismo, que ocupa, inclusive, as periferias. Antunes (2018) caracteriza os empreendedores como proletários de si mesmos, isto é, trabalhadores desprovidos de direitos, subempregados, frutos de um processo de retirada de direitos. E percebe, no governo Temer, o ápice do retrocesso quanto aos direitos trabalhistas, cujas medidas ainda permanecem impulsionadas pelo processo de financeirização que reverbera nos trabalhadores e está presente em diferentes organismos institucionais e não institucionais, e nos governos.

A ferramenta jurídica, sob a égide da justiça, assume o protagonismo no cenário nacional. O Brasil experienciou esta realidade na Operação Lava Jato, responsável pela veiculação de bandeiras anticorrupção e impunidades, cuja história provou ser contraditória e controversa sob rumores de influência ideológica e partidária. O resultado dessa operação culminou na prisão de Lula⁴⁸,

⁴⁶ Pesquisa divulgada em diferentes mídias. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/cniiboep-74-avaliam-governo-temer-como-ruim-ou-pessimismo>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

⁴⁷ IBGE disponibiliza os números e os gráficos comparativos pelo site: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

⁴⁸ A Operação Lava Jato publiciza uma série de corrupções, principalmente vinculadas aos governos do PT, que levaram à prisão de muitos membros do partido e do ex-presidente Lula, consagraram o então juiz Sérgio Moro e aprofundaram a descrença na política tradicionalmente construída. Para parte da população, principalmente aquela identificada como de esquerda, era nítido o uso político da Operação Lava Jato, evidenciado tanto nos alvos que eram investigados, sempre de um mesmo partido, como também na veiculação de informações em datas estratégicas às eleições. A esquerda, mesmo com profundas diferenças, identificou o uso político dessa estratégia. Após a eleição de Bolsonaro, o então juiz Sérgio Moro deixa a função de magistrado para assumir o Ministério da Justiça a convite de Bolsonaro, expondo as estratégias já denunciadas. Em 2019, a agência de notícias *The Intercept* Brasil publica uma série de conversas envolvendo Sérgio Moro, desembargadores e promotores ligados à Lava Jato em uma rede de conversas via aplicativo que orquestra a prisão de Lula, e o caso ganha repercussão mundial. Detalhes em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 04 mai. 2020. Em junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) delibera pela manutenção da suspeição do agora ex-juiz Sérgio Moro nos processos contra Lula, o que garante os direitos políticos de Lula para o processo eleitoral de 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57589331>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

e em uma crescente onda antipetista. Como examina Fontes⁴⁹, “a institucionalidade burguesa, sob o capitalismo, é, a cada dia, mais antidemocrática; mas mantendo, entretanto, um viés legal”. A retomada do conservadorismo, da moralidade e o uso da violência para garantir estes princípios são exaustivamente propagados, além da necessidade de resgate do nacionalismo a todo preço, evocando, inclusive, o período da Ditadura Militar como um modelo ideal. Tais características, que ganharam espaço nas manifestações de 2013, foram amadurecendo nas mobilizações em favor do *impeachment* e, nas eleições de 2018, proliferaram-se e polarizaram o país. Lara e Silva (2019) fazem observações sobre esse período:

Uma onda conservadora, em defesa das regressões sociais no plano laboral e societário, vem crescendo no país, exigindo, do movimento sindical combativo e de seus aliados nos movimentos sociais, uma luta unitária contra o ajuste fiscal e em defesa da democracia, dos direitos sociais, da soberania nacional, da reforma agrária, da reforma urbana, da democratização dos meios de comunicação, da redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, dos reajustes automáticos de salários de acordo com a inflação, da taxação das grandes fortunas por meio de uma reforma tributária progressiva, da auditoria da dívida pública, da redução da taxa de juros, entre outras medidas de justiça social que possam melhorar as condições de vida da classe trabalhadora (Lara & Silva, 2019, p. 499).

Nesse caminho, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), é eleito presidente do Brasil em 2018 e assume a presidência após derrotar Fernando Haddad, candidato do PT, no segundo turno. Ex-militar reformado e deputado federal há 28 anos, se apresenta, em suas palavras, contra o sistema instituído e ineficaz, contra a corrupção, recebendo apoio e ampla adesão popular, principalmente entre os evangélicos. Para Fontes⁵⁰, ele “é a continuidade de Temer, com o aprofundamento da violência e da insegurança. Violência e insegurança que já existem há muitos anos e que pesam mais sobre a maioria da população pobre”. As eleições marcaram a propagação de inúmeras falsas notícias, as *fakes news*, reproduzidas via *Whatsapp*, *Facebook*, *Twitter*, entre outras redes sociais, que circularam em velocidade estrondosa, impulsionadas por robôs e custeadas, possivelmente, por meios ilícitos, atualmente sob investigação⁵¹.

⁴⁹ Opinião dada por Virginia Fontes em entrevista concedida ao site: Combate, Racismo ambiental. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/10/12/virginia-fontes-um-brasil-de-bolsonaro-sera-quebrado-economicamente-isolado-no-mundo-exaurido-e-ensanguentado/>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

⁵⁰ Idem à nota anterior.

⁵¹ Foi criada no senado e na câmara dos deputados uma CPI (mista) para investigar o tema. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

Bolsonaro personifica, desde sua campanha e durante todo o mandato, uma base centrada na religião cristã com protagonismo para pautas conservadoras e direitistas. Registra-se ao final do segundo turno das eleições um total de 59% dos votos de eleitores declarados evangélicos em Bolsonaro, enquanto Fernando Haddad (PT) recebeu 26%; em relação aos eleitores católicos, o candidato eleito obteve 44%, e Haddad, 43%⁵². Vale ressaltar, o Brasil é composto por 50% de católicos e 31% de evangélicos⁵³, ou seja, Bolsonaro dialoga direto com a grande maioria dos brasileiros, e suas falas e manifestações são direcionadas a este público em detrimento ao todo populacional. Seus pronunciamentos e diálogos são prioritariamente propagados pela Record TV, cujo proprietário é o empresário e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo. A imagem projetada e difundida durante a campanha de *um homem de bem* seria o eixo projetado para combater a corrupção no Brasil e *recuperar a moral e os princípios* vinculados à família tradicional brasileira. Não por acaso o *slogan* da campanha era *Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos*.

Desse modo, seus discursos representam o descontentamento de parte da população, as narrativas polêmicas, as acusações de racismo, homofobia, machismo, misoginia, xenofobia, os traços fascistas apontados em suas falas, e o discurso favorável ao armamento são, na verdade, deveras orquestrado. Mattos (2019b, p. 40) relata que “Bolsonaro pode aparentar ser boçal, mas sabe como se localizar politicamente” e acordou com a burguesia “garantir a entrega do projeto ultraneoliberal”, que contempla uma nova rodada de retirada de direitos trabalhistas, reforma fiscal ainda mais agressiva e repressão à organização das classes trabalhadoras. Para Mattos (2019b), há, sim, elementos fascistas presentes no Brasil atual:

[...] feito o balanço, estamos para além da simples analogia: o estudo das elaborações clássicas do marxismo sobre o fascismo histórico, quando confrontado com o quadro atual, permite apontar a presença de um componente (neo)fascista nada desprezível no Brasil do primeiro ano de governo Bolsonaro. Não se trata de um governo homogeneamente fascista, muito menos de um regime político fascista, plenamente implantado, mas o (neo)fascismo não é apenas uma ameaça retórica

⁵² Pesquisa realizada pelo Datafolha, disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

⁵³ Pesquisa realizada pelo Datafolha, haja vista que o último censo demográfico do Brasil foi realizado em 2010, não havendo uma nova contagem em 2020. O motivo estava atrelado inicialmente à pandemia da covid-19, sendo adiado para 2021, porém, não foi realizado devido ao não repasse de verba pelo governo federal ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela realização do censo. Disponível em: <<https://bit.ly/3LDKpSA>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

exibida performaticamente nos discursos do presidente e seus apoiadores mais próximos (Mattos, 2019b, p. 43).

O atual governo não apenas mantém todas as contrarreformas articuladas na gestão anterior, como também amplia as medidas de derrocadas dos direitos sociais e trabalhistas. Logo, na composição ministerial, extingue o Ministério do Trabalho, presente em todos os governos desde sua criação por Vargas, em 1930, e divide suas atribuições entre o Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública, contribuindo consideravelmente para o aumento da precarização do trabalho. Através da Medida Provisória nº 905/2019⁵⁴, propõe a carteira de trabalho verde e amarela, com mais alterações, a saber, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) vinculada a novas desregulamentações e flexibilizações de direitos trabalhistas⁵⁵. São medidas de austeridade, propostas pelo governo, que, para Mota (2019, p. 137), trazem à tona o princípio capitalista de valorização do valor, que acrescenta estar permeado por uma “cultura, saturada de ideologias reacionárias, conservadoras e protofascistas, tem, no governo Bolsonaro, expressões emblemáticas, sob a direção do *ultraneoliberalismo*”.

As contrarreformas e as ações perpetradas pelo governo Bolsonaro, além das narrativas presentes em seus discursos e ações, traçam um caminho obscuro para os trabalhadores em todo o país. E, nesse prisma, é possível evidenciar o crescimento de elementos fascistas em parte significativa da sociedade brasileira, impulsionado pela narrativa e ações governamentais. Arcary (2019, p. 102) assinala: “enganam-se os que pensam tratar-se de um exagero. Bolsonaro é perigosíssimo”. Em seu quarto ano no poder (2019-2022), foi possível confirmar o pacote de medidas neoliberais, dentre as quais, a contrarreforma trabalhista é o destaque a ser evidenciado no subcapítulo a seguir.

1.5.1.

As contrarreformas previdenciária e trabalhista (2016-2019)

Em um cenário de financeirização das relações e de protagonismo de medidas ultraneoliberais céleres, em várias partes do mundo, o Brasil vivencia seu

⁵⁴ Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista e dá outras providências. Revogada pela Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista.

⁵⁵ A Medida Provisória nº 955/2020 foi aprovada na câmara em 15/05/2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/em-meio-a-pandemia-camara-aprova-carteira-verde-e-amarela-que-retira-direitos>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

momento de difusão em um contexto de ameaça à democracia em função do golpe que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff e instituiu Michel Temer como presidente da república, aliado ao enfraquecimento de legitimidade das instituições governamentais, índice alto de desemprego e instabilidade do crescimento econômico. As contrarreformas trabalhista e previdenciária são o ponto alto da agenda neoliberal no Brasil, já que ambas ocuparam o governo Temer como prioridade de ação, conforme apontado no subcapítulo anterior.

Em 20 de março de 2017, seis meses após a posse de Temer, é aprovada a Lei nº 13.429, que versa sobre a terceirização irrestrita, sem regulamentação, atendendo a um preceito presente nas medidas ultraneoliberais, como uma forma de burlar o direito dos trabalhadores. Segundo Marconsin e Cateano (2019, p. 172), repercute no país uma “multiplicidade de determinações que se imbricam entre a história da formação social, a divisão internacional do trabalho e a condição periférica nacional”. Os autores ainda ressaltam, em comparativo, que, durante os 13 anos de governo do PT, houve resistência a essa aprovação. Porém, com o governo Temer, foi a primeira medida a ser votada e aprovada. E seguem: “a terceirização continua a se apresentar como a panaceia do capital para burlar os direitos conquistados pelos trabalhadores em todo o mundo” (Marconsin & Cateano, 2019, p. 173).

A terceirização, em última instância, retira o limite legal que versa sobre o direito do trabalhador em favor do capital. Druck (2020)⁵⁶ expõe que o objetivo central é a “redução de custos e a transferência de responsabilidades pelo vínculo empregatício para outros, ou para um terceiro, que é a empresa contratada”. A autora também ressalta a motivação política do empresariado, haja vista os efeitos sobre a classe trabalhadora, como “a fragmentação dos coletivos de trabalho, a criação de uma divisão e discriminação entre os trabalhadores, que tem levado a uma concorrência entre eles, como se existissem os de primeira e segunda categoria”, o que reverbera sobre a organização coletiva dos trabalhadores e em sua representação através dos sindicatos. Em verdade, a medida atende à mudança radical de caráter ultraneoliberal, dado que propõe a troca de funcionários públicos concursados por trabalhadores contratados via CLT por tempo determinado e por terceirizados, “destituindo o servidor público de sua natureza essencial, que é a de constituir um coletivo público que serve à sociedade, e não aos governos de plantão”.

⁵⁶ Entrevista concedida pela Profª. Dra. Graça Druck à Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET em 07 de fev. 2020. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/terceirizacao-e-precarizacao-do-trabalho-entrevista-exclusiva-com-graca-druck/>>. Acesso em: 05 de jan. 2022.

No dia 28 de abril de 2017, o Brasil vivenciou um dia de greve geral, cuja avaliação feita por diferentes veículos de comunicação foi a de que aquela era a maior greve já realizada⁵⁷. Todavia, as medidas caminharam, mesmo mediante a impopularidade e a desaprovação ao governo. A contrarreforma trabalhista tramitou em todas as instâncias legais. Houve grande mobilização das centrais sindicais, porém, insuficiente para frear os efeitos nefastos sobre os direitos trabalhistas.

Nesse mesmo movimento, em julho de 2017, o pacote é completo a partir da aprovação da Lei nº 13.467/17, que preconiza a contrarreforma trabalhista. O sistema de proteção social brasileiro, tal qual construído na Carta Magna, é desconstruído a cada *nova* reforma proposta pelo Estado, e a regulamentação, até então garantida ao trabalhador, é reformulada em favor dos empregadores. De fato, já ocorreram outras mudanças na redação original da constituição no que se refere aos direitos dos trabalhadores, como destacam Passos e Lupatini (2020). A Lei nº 8.949/94 versou sobre a inexistência de vínculo empregatício entre cooperativas e seus associados; a Lei nº 9.601/98 tratou da contratação por prazo determinado e instituição do banco de horas, e a Lei nº 10.101/2000 aborda a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados. Contudo, as alterações aprovadas no governo Temer são as mais severas já registradas.

Dentre os argumentos que ancoram as mudanças perpetradas na CLT, está a desburocratização dos contratos de trabalho, além disso, há um forte discurso, por parte dos empresários e seus representantes, que aponta para a necessidade de modernização na legislação já ultrapassada, haja vista a CLT ser datada de 1943, o que desconsidera as inúmeras modificações já realizadas na redação original, inclusive na própria era Vargas, expressas no Decreto-Lei nº 8079/1945, que altera o artigo 7º. A narrativa atual é a de que as alterações na legislação favoreceriam a criação de novos postos de trabalho, aprimorariam os mecanismos que incidiam sobre o trabalho informal e ainda propiciariam o diálogo direto entre o empregador e o trabalhador. Porém, para Marconsin e Cateano (2019, p. 174), o objetivo é: “eliminar os (poucos) entraves que a regulação pública do trabalho coloca à exploração capitalista, o que acarretará o aumento da insegurança, da desproteção e a consequente expansão da precarização das relações laborais”.

Toda problemática sobre a contrarreforma ocorre sem nenhuma participação popular, não houve diálogos com coletivos de trabalhadores, centrais

⁵⁷ Exemplo de propagação a respeito disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm>, e através do site: <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/sexta-feira-28-de-abril-de-2017.ghtml>. Além de outros veículos de comunicação. Acesso em: 02 maio. 2020.

sindicais ou quaisquer outras formas de participação. As alterações que incidem diretamente sobre a CLT são sumariamente perpetradas e versam sobre a alteração da jornada de trabalho (Artigo 611A, que trata do pacto quanto à jornada de trabalho e uso de banco de horas); a flexibilização de salários (Artigo 611-A, que permite ampla negociação sobre planos de cargos e salários); aprovação do trabalho intermitente (o Artigo 443, que cria o trabalho intermitente, definindo-o como contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua); alterações na rescisão do contrato de trabalho (diversos artigos inferem sobre a rescisão contratual; o Artigo 477 é revogado, o que extingue a necessidade de homologação, pelos sindicatos, das rescisões de contrato de trabalho) e a representação dos trabalhadores na firma, descentralização das negociações e outros pontos (o Artigo 510, que regulamenta a representação dos empregados na empresa, mas é pouco efetiva em garantir que a comissão eleita não esteja sujeita a pressões dos empregadores, e o Artigo 620 determina que condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva, invertendo a ordem hoje estabelecida)⁵⁸.

Os principais pontos alterados e destacados assinalam um conjunto de mudanças significativas sobre os direitos sociais, que já eram insuficientes para atender à demanda dos trabalhadores. As alterações não são aleatórias, ao contrário, comportam a política de austeridade proposta pelos empregadores detentores do capital, e são articuladas e propagadas pelo governo Temer.

Ainda sobre as alterações expressas na Lei nº 13.467/17, que altera a CLT, é preciso destacar que o negociado se sobrepõe ao legislado, e o trabalhador é visceralmente penalizado. Esta prevalência do negociado sobre o legislado é válida em negociações coletivas e individuais, apesar de haver uma legislação mínima a ser preservada. Esta ação representa uma redução avultada da proteção social e ainda o enfraquecimento expressivo do poder de negociação dos sindicatos, visto os acordos individuais serem permitidos, apesar das negociações coletivas. Para Marconsin e Cateano (2019, p. 174), há um retrocesso a medidas consolidadas no século XIX, “a autonomia das vontades individuais passa a ser preponderante, ampliando-se as margens de liberdade de contratação e, por decorrência, o poder de mando dos empregadores”. A

⁵⁸ Compilação de informações presentes no artigo: Uma visão geral sobre a reforma trabalhista, disponibilizada pelo Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) destaca este artigo e os pontos atingidos pela nova legislação⁵⁹:

IV Direitos reduzíveis por convenção ou acordo coletivo, com prevalência sobre a lei (prevalência do negociado sobre o legislado) - Art. 611-A da CLT: pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; banco de horas anual; intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei 13.189, de 19 de novembro de 2015; plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; regulamento empresarial; representante dos trabalhadores no local de trabalho; teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas recebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; modalidade de registro de jornada de trabalho; troca do dia de feriado; enquadramento do grau de insalubridade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; participação nos lucros ou resultados da empresa.

Ao privilegiar o negociado em detrimento do legislado, torna-se restrita a possibilidade de reivindicação junto à Justiça do Trabalho, o que compromete também o conjunto de jurisprudências já acumuladas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Soma-se a este fato à medida que possibilitou atribuir ao trabalhador a responsabilidade pelas custas judiciais do processo em casos de ausência nas audiências. Desse modo, a precarização do trabalho ganha fundamentação legal e as atividades terceirizadas aumentam exponencialmente, além do número de subcontratados justificados pelos preceitos da lei.

A avaliação realizada *a posteriori* comprova a falácia presente nos frágeis argumentos propagados como justificativa para mudança legal. Ao final do terceiro ano em que a contrarreforma está em vigor, os dados apontam para o estremecimento das relações empregatícias e para a ampliação do trabalho informal, incidindo diretamente na seguridade social e na saúde do trabalhador, além de um considerável declínio nas contribuições sindicais, decorrente das mudanças sobre o recolhimento do imposto sindical. Destaca-se, então, a não concretização da ampliação do número de empregos (no período entre novembro de 2017 e setembro de 2020, foram gerados 286,5 mil postos de trabalho, no entanto, a previsão do governo era a de gerar mais de 6 milhões de empregos no país). Em relação ao desemprego, enquanto, em novembro de 2017, havia 12,6 milhões de desempregados, até agosto de 2020, o número bateu 13,8 milhões. Logo, é imperativo ressaltar que 64% das novas vagas foram para o trabalho

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/32030-reforma-trabalhista-e-o-esvaziamento-de-direitos>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

intermitente. A diminuição na judicialização de ações trabalhistas, em função da mudança na lei, responsabiliza os trabalhadores com aumento dos custos do processo em caso de perda de ação (comparando os dados de janeiro a setembro: enquanto, em 2017, o número de ações passava de 2 milhões; em 2020, houve um pouco mais de 1 milhão, queda de quase 50%). Haveria também a redução no número de pedidos de indenização por danos morais, haja vista que a nova lei impôs o limite de 50 vezes o último salário recebido pelo trabalhador e, em casos julgados pelo juiz como má-fé, o autor da ação pode ser multado em 10% do valor da causa (a proporção das ações por dano moral, dentro do total de processos, oscila entre 17% e 19% desde que a lei entrou em vigor; antes da reforma, a proporção ficava entre 23% e 33% do total). A arrecadação sindical despenca (a arrecadação sindical, considerando as centrais, confederações, federações e sindicatos, caiu drasticamente, de 2017 para 2018, passando de R\$ 2,038 bilhões, em 2017, para R\$ 283 milhões em 2018; e, em 2019, a arrecadação caiu ainda mais, para R\$ 89 milhões)⁶⁰. O que de fato ocorreu, como ressalta Antunes (2019), foi o aumento da informalidade, a propagação do processo de uberização e a precarização exacerbada do trabalho.

No bojo da contrarreforma trabalhista, o governo Temer alinha sua base para aprovação da contrarreforma previdenciária através da PEC nº 287/16. Note-se que a previdência social já havia sofrido alterações tanto no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e, segundo Granemann (2018, p. 351), é possível afirmar que as “contrarreformas foram dirigidas, respectiva e prioritariamente, nos diferentes governos: ao RGPS sob FHC, ao RPPS sob Lula, e por regulamentações infraconstitucionais, contra ambos os regimes, sob Dilma Rousseff”. Desse modo, a agenda devastadora aos trabalhadores permanece, e a contrarreforma da previdência é amplamente propagada.

A argumentação para a contrarreforma da previdência advém da não possibilidade de financiamento da previdência social, sendo esta uma política que o governo não pode sustentar. Contudo, é mister retomar a descrição deste item à luz da Carta Magna de 1988. Em seu Art. 195, a base de financiamento da seguridade social, onde está inscrita a previdência social, é de amplo financiamento composto por toda a sociedade de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de contribuições sociais, com destaque para a obrigatoriedade de integração

⁶⁰ Análise de dados compilados pelo Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/11/11/reforma-trabalhista-completa-3-anos-veja-os-principais-efeitos.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

entre saúde, previdência e assistência social na construção orçamentária. A Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212/91) instrumentaliza a Constituição e define:

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas: I - receitas da União; II - receitas das contribuições sociais; III - receitas de outras fontes. Parágrafo único. Constituem contribuições sociais: a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; b) as dos empregadores domésticos; c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro; e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

Outrossim, o que ocorreu, logo após se estabelecerem as fontes legais de custeio da seguridade social, foi uma corrida para capturar estas mesmas fontes e descumprir as prerrogativas expressas na Constituição de 1988. Fagnani (2017, p. 4) destaca a Emenda Constitucional (EC) que implantou o Fundo Social de Emergência (atual Desvinculação das Receitas da União – DRU), eclodindo na “captura, pela área econômica, de 20% das fontes de financiamento da política social constitucionalmente assegurada em 1988”. O autor destaca também a aprovação da PEC nº 31/2016, que prorroga até 2023 a permissão para que a União utilize livremente parte de sua arrecadação através da DRU, ampliando seu percentual de 20% para 30% de todos os impostos e contribuições sociais federais a partir de janeiro de 2016.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), no documento de *análise da seguridade social* em 2015, pondera novamente o argumento sobre o financiamento da seguridade social e aponta para o uso de recursos que deveriam ser usados para esta finalidade, mas estão sendo direcionados a outros fins, como o pagamento de juros da dívida pública. Segundo a ANFIP, o governo não amplia as fontes de custeios possíveis, como a taxação de grandes fortunas e uma melhor distribuição da carga tributária. Em verdade, a financeirização da política social comprometeu a política de proteção social em favor da expansão do capital financeiro.

Granemann (2019)⁶¹ afirma que “a razão de ser da reforma é a capitalização”. Gentil (2020) concorda com a afirmação e salienta que o estímulo aos fundos privados de previdência foca no rebaixamento do sistema de aposentadorias dos servidores públicos, explícito na alteração que determinou a unificação do teto. Para a autora, a “deterioração do valor das aposentadorias

⁶¹ Palestra concedida ao Andes-SN, texto disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/a-capitalizacao-e-a-razao-de-ser-dessa-reforma-afirma-sara-granemann0>>. Acesso em: 05 maio. 2020.

mais altas sempre foi a estratégia”, pois assim provoca a contratação de aposentadoria complementar junto aos fundos de capitalização ofertados pelos bancos, que “transformaram-se no canal de transmissão da renda das famílias para os fundos administrados por bancos” (Gentil, 2020 p. 429).

A contrarreforma previdenciária proposta no governo de Michel Temer previa mudanças devastadoras aos trabalhadores, dentre as quais estava a unificação das regras para aposentadorias entre homens, mulheres, rurais e urbanos, trabalhadores privados e servidores públicos. A idade mínima prevista era de 65 anos e 49 anos de contribuição para aposentadoria integral. Fagnani (2017, p. 15) pondera que a PEC nº 287/16 “introduz regras mais severas do que as praticadas em nações da OCDE, que aplicam “carência mínima” para a aposentadoria, com valor parcial muito abaixo da pretendida no caso brasileiro”.

O projeto de contrarreforma foi aprovado pela comissão especial da Câmara, porém, não foi encaminhado para votação em plenário. Contribuíram para este fim uma série de denúncias de corrupção, dentre elas, as gravações divulgadas envolvendo o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista, que repercutiram em todo o país⁶², o que a suspendeu da tramitação, em razão, da intervenção federal do Rio de Janeiro; da desaprovação do governo, atrelada à aproximação das eleições para a presidência da República, Câmara e Senado Federal e, claro, as greves, paralisações e manifestações populares em todo o país.

Contudo, a etapa atual do capitalismo é de financeirização, já que a base de acumulação é vinculada à reprodução do capital financeiro, sustentado pela valorização dos valores que reivindicam sobre a renda relativa à sua propriedade e se apropriam dos lucros extraídos da produção. Assim, “delegam a exploração do trabalho assalariado a terceiros, e não podem abrir mão da produção dos excedentes que serão apropriados como renda” (Gonçalves, 2019, p. 151). E, nesse caminho, a pauta da contrarreforma previdenciária é priorizada agora no governo de Jair Bolsonaro, que assume a presidência em 2019, que se inicia tendo como prioridade o processo de contrarreforma previdenciária, como a PEC nº 06/19, que, após a sua aprovação, torna-se a Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019.

⁶² Joesley Batista, em delação premiada, acusa o presidente Michel Temer de encorajar o pagamento de R\$ 500 mil ao ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para que não revelasse informações à Operação Lava Jato. Detalhes disponíveis em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431_030938.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

De acordo com o DIEESE (2019), a PEC modifica tanto o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), quanto os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), segundo três eixos: remissão a futuras leis complementares que regularão a Previdência, aliada à constitucionalização de alguns princípios e regramentos; definição de disposições transitórias até a vigência das leis complementares, e regras de transição. A nota emitida pelo DIEESE reflete os objetivos do governo, que versam sobre ajuste fiscal, reequilíbrio entre receitas e despesas públicas no longo prazo de sustentabilidade do sistema previdenciário e de promoção do crescimento econômico. Todavia, pondera que tais mudanças recaem sobre os princípios de solidariedade, universalidade e provimento público de proteção social, que hoje alicerçam o sistema por princípios baseados no individualismo, na focalização das políticas públicas e na privatização da previdência.

Ainda segundo o DIEESE (2019, p. 6), a contrarreforma previdenciária incide sobre o conceito de seguridade previsto na Constituição de 1988 à medida que amplia o espaço de participação da iniciativa privada na previdência social. A nota técnica expõe que a adesão a um regime privatizado de capitalização, “em contas individuais e com benefícios de contribuição definida, suprime características básicas e bem-sucedidas da política de proteção previdenciária de cunho solidário, hoje existente no país”; tal ação culmina com a “transferência da gestão da Previdência Social a bancos e seguradoras, ou seja, para a privatização desta política social”⁶³.

A ANFIP retoma o estudo, agora no documento sobre análise da seguridade social, em 2021, e avalia que o orçamento da seguridade social está submetido à EC nº 95, que estabeleceu o teto para os gastos públicos. A ANFIP (2021, p. 17) ratifica que o teto não está vinculado à capacidade econômica do país, que pode melhorar, tampouco às disponibilidades fiscais do Estado, que podem ser construídas. Ela, sobretudo, congela as despesas públicas, sem considerar as demandas e necessidades, “criando um ambiente propício para justificar a inação estatal”. Pondera que a seguridade social se manteve superavitária ao longo dos anos, até 2016, período em que os déficits começaram a ser manifestos. No entanto, a “ocorrência é resultado de uma subtração sistemática das receitas da seguridade social, sendo desviadas para outros seguimentos”. Em verdade, “o discurso do déficit na área da seguridade social atende bem o objetivo de socializar os prejuízos e diminuir cada vez mais a cobertura dos benefícios sociais”

⁶³ DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica 203 - PEC 06/2019: a desconstrução da Seguridade Social. Março de 2019.

(ANFIP, 2021, p. 15) e, dessa forma, o papel do Estado provedor, previsto na Constituição de 1988, vai sendo subtraído.

Nesse caminho, com o objetivo de aclarar os principais pontos alterados na versão final da contrarreforma previdenciária, Gentil (2020) organiza um compilado demonstrado a seguir:

1. A idade de aposentadoria para os trabalhadores urbanos do RGPS manteve-se a mesma para os homens (65 anos), mas o tempo de contribuição subiu de 15 para 20 anos. No caso das mulheres, a idade é que subiu, passando de 60 para 62 anos, mas o tempo de contribuição permaneceu o mesmo (15 anos). Essas duas mudanças de parâmetro vão inviabilizar a aposentadoria de milhares de trabalhadores urbanos, porque as condições da estrutura ocupacional (mais deteriorada pela reforma trabalhista e pela recessão) definem a capacidade de contribuir e, portanto, de se aposentar [...]. 2. Os professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio passarão a ter que cumprir o requisito de idade mínima – 60 anos, para os homens, e 57 anos para as mulheres, além do tempo de contribuição de 25 anos para ambos. Na regra anterior, era exigido, apenas, o tempo de contribuição de 30 anos para os homens, e de 25 anos para as mulheres, sem a imposição da idade mínima [...]. 3. Um dos efeitos mais danosos da reforma da previdência é a enorme perda no valor mensal das aposentadorias do RGPS. Esta foi a principal meta perseguida pelo governo – ao contrário do discurso oficial, que pregava a reforma como um mecanismo de eliminação de privilégios dos servidores públicos [...]. 4. O texto da reforma permite a privatização de todos os benefícios não programados, como auxílio-doença, acidente de trabalho e salário maternidade, após a aprovação de lei complementar. O INSS terá exclusividade apenas sobre as aposentadorias e parte das pensões[...]. 5. A pensão por morte passará por queda significativa de valor, prejudicando de forma injustificável viúvas e viúvos. A reforma, ao alterar o cálculo da aposentadoria, atingiu o cálculo das pensões [...]. 6. As aposentadorias especiais foram severamente atingidas. Têm direito a aposentadoria especial os que trabalham expostos a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, fazendo com que as pessoas venham a morrer prematuramente [...]. (Gentil, 2020, p. 434-439).

Gentil (2020, p. 440) afirma que a EC nº 103/2019 “representou o retrato mais bem-acabado da desfiguração da ordem democrática da Constituição Federal de 1988”, sendo uma peça fundamental para o capital financeiro que, a fim de garantir sua expansão, “impõe à sociedade o retrocesso político, a destruição do sistema de proteção social, a violência que decorre da exclusão social e a retração da esperança”. De fato, não há vinculação com a supressão de privilégios de funcionários públicos, mas é exteriorização da ordem política e econômica, submetida ao “aprofundamento da acumulação financeira, que condena o país ao retrocesso, à deterioração das desigualdades sociais e à ausência de democracia” (Gentil, 2020, p. 441). Em suma, as contrarreformas trabalhista e previdenciária estão inseridas em um contexto geral de destituição de direitos, que representa um retrocesso às conquistas historicamente alcançadas.

Na medida que o Estado deixa de exercer suas funções essenciais e os trabalhadores são expropriados de seus direitos, o que decorre das contrarreformas aprovadas, há uma intensificação da exploração no trabalho, crescem as terceirizações, inclusive, nas próprias universidades públicas, transferindo para o mercado funções antes consideradas periféricas e gradativamente outras funções também passam a ser terceirizadas. Existem inúmeras tentativas de mudanças na legislação tramitando na esfera governamental não apenas para terceirizar atividades consideradas primordiais, como para determinar a cobrança de mensalidades em universidades públicas⁶⁴.

Mediante ao exposto, crescem as pautas e as demandas que subsidiam a organização e luta dos trabalhadores, e o espaço sindical é um lugar fundamental não apenas para instituição destas pautas, como para apreensão e formação de uma consciência de classe e a organização dos trabalhadores. Rosa Luxemburgo (2018) traz uma contribuição acerca da *consciência de classe*, pois a autora declara que as grandes transformações históricas não são as fabricadas pelas organizações políticas, mas, sim, que “a consciência de classe é antes criada na ação produzida pela leitura de obras teóricas marxistas, ou de panfletos revolucionários” (p. 78). Portanto, faz-se imperioso o estudo da ação sindical no contexto das universidades públicas federais em tempos ultraneoliberais, a serem abordados no segundo capítulo desta tese.

⁶⁴ Como exemplo, destacamos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 206/2019, que dá nova redação ao Art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao Art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2231221>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

2

Ação sindical no contexto das universidades públicas federais em tempos ultraneoliberais

Nesse momento de gritante retrocesso De um
temerário e incompetente mau congresso
Em que poderes ainda mais podres que antes
Põem em liquidação direitos importantes
Eu quero diante desses homens tão obscenos
Poder gritar de coração e peito plenos
Não quero mais nenhum direito a menos –
Paulinho Moska⁶⁵

Escrutinar as transformações do trabalho decorrentes do sistema capitalista, as ferramentas empenhadas para gerar mais-valor, as implicações do neoliberalismo e suas mutações expressa em práticas ultraneoliberais, a financeirização e a fascistização da sociedade, já expostas no primeiro capítulo desta tese, revelou-nos seu caráter corrosivo para o trabalhador. Interessa-nos, nesta seção, erigir apontamentos sobre o sindicalismo brasileiro, notadamente sobre a incidência nas universidades públicas federais.

Nessa dinâmica, assinala-se que o serviço público federal é administrado diretamente pelo presidente da república, com seus ministros e secretários, estes indicados a partir da eleição daquele. Tem ingerência direta sobre toda a estrutura pública, inclusive sobre as universidades, apesar da autonomia expressa na nossa constituição⁶⁶. Logo, a resistência nestes espaços é tanto complexa, quanto necessária, e levou o presente estudo a elencar algumas ações dos gestores do país, a construção do percurso que os levaram ao exercício do cargo e as repercussões nas universidades, preconizando o posicionamento por parte dos trabalhadores, dos estudantes, e suas representações e como sucedeu a construção de caminhos para exercitar o canto de Paulinho Moska, expresso na

⁶⁵ *Nenhum direito a menos* é uma canção lançada em julho de 2018 pelo cantor e compositor Paulinho Moska e escrita por Carlos Rennó.

⁶⁶ A autonomia universitária é garantida pela Constituição de 1988, que, em seu Art. 207, expõe: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Porém, inúmeros decretos e orientações normativas advindos de diferentes ministérios e órgãos de controle do governo exercem pressão contrária a essa autonomia, manifesta por diferentes formas, tais como: o não repasse de verbas, a extinção de cargos e a interferência na própria escolha de reitores. Há uma luta política intensa sobre o assunto e a autonomia universitária é aclamada a depender dos interesses dos atores que a compõem como resistência às arbitrariedades do governo, ou ainda em favor deste e contrária aos trabalhadores que a compõem, tendo como ponto crucial o reitor responsável por sua gestão.

epígrafe desta seção: “poder gritar de coração e peito plenos; não quero mais nenhum direito a menos”.

Nesta direção, será examinada, neste capítulo, a ação sindical no contexto das universidades públicas federais em tempos ultraneoliberais; os sindicatos como espaço de resistência; o movimento sindical no Brasil e a universidade pública federal com recortes a partir do novo sindicalismo aos governos do PT; a ação sindical e as universidades públicas federais em conjuntura ultraneoliberal, e, por último, a questão dos trabalhadores sindicalizados, com foco nas mulheres no espaço sindical.

2.1.

Sindicatos como espaço de resistência: considerações a partir de Marx e Engels

O sindicato como espaço de resistência é problematizado em diferentes obras por Engels e Marx, que reconhecem seus limites e potencialidades. Engels (2010), ao observar a classe trabalhadora na Inglaterra, resgata o período de introdução das máquinas que desencadeou uma revolução ao mesmo tempo em que transformou a sociedade burguesa e impulsionou o desenvolvimento do proletariado. A postura dos trabalhadores durante os anos iniciais de seu trabalho era caracterizada por uma boa relação com as classes mais altas da sociedade, atitudes singelas e humildes, pois “raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam, apreciavam atividades físicas, escutavam com a tradicional devoção a leitura da Bíblia” (p. 47). Contudo, a introdução da máquina e a consequente Revolução Industrial acirrou a competição na medida em que aumentou a produção e modificou as condições de trabalho, propiciando uma mudança entre os camponeses que abandonavam a agricultura para dedicar-se à tecelagem, mais rentável e promissora.

Engels (2010, p. 117) destaca que a grande parte da pequena burguesia se torna proletária em função da perda de sua condição de produção e a concorrência impulsiona mudança em todas as esferas da sociedade, logo, “é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa”, e continua:

Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram

eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses (Engels, 2010, p. 117).

O autor avalia que a burguesia detém os meios de produção e de subsistência e, através da venda de sua força de trabalho, o proletariado alcança sua sobrevivência, gerando uma relação de dependência, o tornando “escravo da burguesia”, e todo esse monopólio burguês ocorre com o aval do Estado. É nesse contexto que o proletariado reúne esforços para suprimir a concorrência por meio de sua organização em associações, o que gera o “furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes” (Engels, 2010, p. 118).

Marx não produz uma obra específica sobre os sindicatos, porém, há registros que expressam, ao longo de sua trajetória, seus posicionamentos a este respeito. Entre seus princípios, a condição central é a luta, que precisa necessariamente ser baseada na concepção de classe com vistas a transcender o sistema e, para tanto, abarcar sua dimensão política, e não apenas a econômica. Para o autor, conforme já assinalado no primeiro capítulo desta tese, a emancipação e a liberdade humana só serão alcançadas quando a sociedade se livrar dessa forma de sociabilidade, porque ela é um constrangimento. Se o valor nesta sociedade necessariamente precisa se valorizar, então ele submete a vida dos homens diante da obrigatoriedade de valorizar o valor. E, a partir desse princípio, avalia que os sindicatos organizados na lógica do capital tratam sobre o efeito, e não sobre a causa.

É em seu texto sobre *A miséria da filosofia*, publicado em 1947, que Marx expressa a necessidade de uma luta política para os sindicatos para além de uma atuação meramente econômica. Nesse sentido, a associação entre os trabalhadores teria a função de rechaçar a concorrência endógena e fortalecer o coletivo para ação exógena de combate ao capitalismo.

Assim, a coalizão tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para poderem fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo de resistência não foi senão a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas por sua vez se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, a princípio isoladas, formam-se em grupos, e diante do capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que a do salário. Isto é de tal modo verdadeiro, que os economistas ingleses se mostram muito espantados de ver os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos destes economistas, não foram criadas senão para a defesa do salário. Nesta luta — verdadeira guerra civil — reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político (Marx, 2009, p. 189).

Ainda nessa mesma produção, Marx reafirma que a opressão de uma classe é a “condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo das classes” e sua libertação está condicionada ao surgimento de uma nova sociedade, e salienta que “de todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária” (Marx, 2009, p. 189).

No decorrer de suas construções literárias, vivências e amadurecimento teórico, Marx exterioriza, através de um informe, que posteriormente se tornou o folheto, denominado *Salário, preço e lucro*⁶⁷, elaborado para a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)⁶⁸, em 1865, a respeito dos sindicatos (este texto é considerado sua publicação mais direta sobre o tema). E, assim, ele finaliza da seguinte forma:

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

Em agosto de 1866, escreve instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório⁶⁹. Parte do documento analisa o *passado, presente e futuro dos sindicatos (trades' unions)*, e destaca que o capital é força social concentrada, em detrimento do operário, que dispõe apenas de sua força de trabalho. Dessa forma, o contrato firmado entre capital e trabalho não pode ser estabelecido, à medida que as bases da sociedade não são equitativas, pois as condições materiais estão

⁶⁷ Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte em Londres, em 1898. Transcrito da edição em português das obras escolhidas de Marx e Engels, publicada em 1953 pela Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap03.htm#i14>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

⁶⁸ A Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT (ou simplesmente Internacional), foi a primeira organização que pretendeu reunir diversas correntes do movimento operário do mundo industrializado, na segunda metade do século XIX. A AIT existiu entre 1864 e 1876, sendo dissolvida após as disputas ocorridas ao fim da Comuna de Paris, em 1871. O surgimento da AIT ocorreu de forma irônica. Ela foi resultado de um contato inicial entre operários franceses que foram enviados pelo imperador Napoleão III a Londres, em 1862, para participarem da Exposição Internacional organizada pela rainha Vitória. Nessa viagem, os operários franceses entraram em contato com sindicalistas ingleses, debateram suas condições de trabalho e estreitaram laços, o que renderia frutos dois anos depois. Em 1864, foi fundada em Londres a AIT, que consistia em uma federação composta por diversas seções de países europeus, contando com várias organizações de trabalhadores, como partidos, sindicatos, cooperativas etc. Havia ainda uma grande diversidade de correntes do movimento operário, como republicanos blanquistas, democratas radicais, cartistas, marxistas, proudhonianos, cooperativistas e sindicalistas. Foi formado um Conselho Geral da AIT para poder coordenar os trabalhos da Internacional. A liderança do Conselho Geral acabou ficando nas mãos de Karl Marx, que inclusive redigiu os Estatutos da AIT (NETTO, 2020).

⁶⁹ A Associação Internacional dos Trabalhadores era dirigida por um Conselho Geral, formado a partir de um comitê provisório estabelecido na fundação da organização. O Conselho Geral era composto por operários e intelectuais de diversos países e teve como um de seus principais membros Karl Marx, que redigiu os estatutos gerais da organização (NETTO, 2020).

de um lado e a energia produtiva vital, de outro. O poder social do operário está concentrado em seu número, e não por acaso a concorrência é estimulada pelo capital e perpetuada entre a própria classe operária, provocando a desunião, e é nessa direção que nascem os sindicatos com o propósito “de impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência modificando os termos do contrato de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”. Assim:

O objetivo dos sindicatos, às vezes, estava limitado às necessidades das lutas diárias, às defesas contra usurpação incessante do capital, em suma, os problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual: mais do que isso, os sindicatos operários devem generalizar sua ação unindo-se em todos os países (Marx, 1980, p. 13).

A ideia de um contrato individual de trabalho, tal como era construída originalmente no início da Revolução Industrial, é contestada por Marx, pois não há equidade entre as partes, conforme citação supracitada. Nota-se que a contrarreforma trabalhista aprovada no Brasil em 2017⁷⁰ traz como *novidade* a prevalência do negociado sobre o legislado, de forma a evidenciar os acordos individuais para além dos coletivos, o que representa um retrocesso expresso nas formas de exploração estabelecida desde a estruturação do capital, como demonstrou Marx.

Em relação ao futuro dos sindicatos, Marx pondera sobre a necessidade de atuação contra as manobras do capital e afirma a necessidade deliberada de atuarem como “centros organizadores da classe operária com vistas a sua radical emancipação” (Marx, 1980, p. 14), além de contribuir com os movimentos sociais e políticos que compartilhem de uma mesma direção. Ele ainda propõe a organização de uma ação generalizada com incentivo à organização sindical não apenas local, mas em todos os países.

Retomando a constituição dos sindicatos na Inglaterra, o movimento sindical segue em suas ações e o número de greves e manifestações aumentam exponencialmente. A sinalização é, de fato, para a luta política e formação de um espaço de resistência. Marx (2009, p. 189) entende que a “formação dessas greves, coalizões e *trade-unions* caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas”. Contudo, as bandeiras de luta são o aumento salarial e as condições de trabalho, pautas em torno do aspecto econômico, e não contra a estrutura do sistema. Há, inclusive, o uso das greves pelos próprios industriais como estratégia

⁷⁰ Ver capítulo 1, subcapítulo 1.5.1 desta tese.

para atenuar o movimento operário mais combativo protagonizado pelo cartismo, posicionando-se em favor dos sindicatos.

Segundo Engels (2010, p. 353), os sindicatos (*trade-unions*), outrora considerados “uma invenção do diabo”, passam a ser reconhecidos legitimamente pelos industriais, até mesmo como uma ferramenta para “difundir entre os operários doutrinas econômicas saudáveis” e as greves antes reprimidas passam a “ser vistas como úteis em certas ocasiões, em particular se provocadas pelos próprios industriais, no momento oportuno” (Engels, 2010, p. 353).

A conjuntura é marcada pelas revoluções de 1848 na Europa Central, e Engels (2010, p. 353) avalia com estranheza os resultados angariados a partir destas, resumindo: “Luís Napoleão foi obrigado a criar uma Itália unida e independente, Bismarck viu-se compelido a revolucionar – ainda que à sua maneira – a Alemanha e a restituir à Hungria uma certa independência” e, em relação a Inglaterra, o destaque é a força de lei dada à “Carta do Povo”, que foi um movimento protagonizado pelos cartistas que apontavam as demandas dos trabalhadores, como o direito ao voto e, por consequência, a possibilidade de possuírem representação no Parlamento.

Marx e Engels redigem o *Manifesto do Partido Comunista* nesta conjuntura, expondo os princípios da luta revolucionária da Liga dos Comunistas, apontando a necessidade de coalização no âmbito nacional e internacional. O manifesto sinaliza que “os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choques entre duas classes” e, através destes entraves, os trabalhadores se unem contra os burgueses em associações permanentes que os fortaleçam para o embate, e complementa: “de tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente” (Marx & Engels, 2008, p. 23). Entre os resultados deste processo, em 1864, na Bélgica, é instituída a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) como uma frente internacional unificada formada por associações de trabalhadores e partidos a fim de consolidar uma tese de suplantação do capitalismo.

Apesar de não alcançar todos os objetivos almejados, a I Internacional (como também ficou conhecida a Associação Internacional dos Trabalhadores) contou com a interlocução de Marx e apontou para o lugar da resistência na luta contra o capital. Através do movimento, a organização dos trabalhadores foi amadurecida, demonstrando a viabilidade do internacionalismo proletário, as desavenças e polêmicas entre comunistas e anarquistas e a derrota da Comuna de Paris contribuíram para a sua dissolução.

Em 1883, quando Marx já havia falecido, Engels tem destaque na composição da II Internacional, que já não contava com uma frente única, mas com uma federação de partidos socialdemocratas, que, inclusive, se intitulavam marxistas, cujo objetivo era a expropriação dos meios de produção controlados pela burguesia. A organização só é dissolvida por ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando há a quebra do internacionalismo proletário e a deterioração dos partidos socialdemocratas. Destaca-se ainda a continuidade da luta por revolucionários, como Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotsky, que protagonizaram a defesa dos princípios propagados por Marx e Engels, possibilitando, especialmente, a construção da Internacional Comunista, ou III Internacional, oriunda da então vitoriosa Revolução Russa de 1917, almejada pelos bolcheviques, partido defendido por Lênin.

Antes de falecer, Marx ainda discorre alguns apontamentos sobre a organização através de sindicatos, desde uma posição crítica, já durante a década de 1870, quando era evidente o envolvimento da liderança e a direção sindical inglesa em esquemas de corrupção, expresso até mesmo em aprovação de medidas de cunho liberal. O afastamento dos ideais revolucionários é evidente, o que impele Marx a declarar que: ao invés de manifestar o lema conservador “Um salário justo por uma jornada justa! Deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: abolição do sistema de trabalho assalariado!”⁷¹

Marx ainda se manteve firme em suas manifestações políticas em busca da revolução contra o capital e, entre seus adversários políticos, o embate com Proudhon rendeu escritos que expressam seu posicionamento pelo direito de coalizção, uma necessidade decorrente da própria sociedade industrial capitalista, direcionando ainda aos sindicatos, o lugar pelo qual é possível desenvolver a consciência de classe. Nesse ínterim, é escrita, por Lênin, a *Carta a August Bebel* (28 de março de 1875), com o propósito de posicionar-se em relação ao Programa de Gotha (programa político do Partido Operário Social-Democrata Alemão recentemente fundado), entre outras coisas, e diz:

Nem uma palavra pronunciou-se sobre a organização da classe proletária, como classe, por meio dos sindicatos. E este é um ponto fundamental. Os sindicatos são a verdadeira organização de classe do proletariado, onde se educa, e, com ela, efetua sua luta diária contra o capital. Hoje em dia é impossível sufocá-la, nem mesmo com a mais brutal reação (como a que se verifica atualmente em Paris). Dada a importância que esta organização adquire na Alemanha, parece-nos

⁷¹ Texto sobre *Salário Preço e Lucro*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap03.htm#i14>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

absolutamente necessário mencioná-la no programa, e, na medida do possível, dar-lhe uma posição determinada na organização do Partido⁷².

Ademais, Marx e Engels expressaram a necessidade de construção de um outro modelo de sociedade em contraposição ao capitalista e, por isso, defenderam ser imperativo a revolução social. Um mundo social é uma totalidade formada pelas classes, pelas lutas, pelo Estado e pelas ideologias, mas a questão é identificar as causas, e não apenas combater as manifestações. E, por isso, Marx dispensava uma posição crítica ao movimento sindical que lutava contra os efeitos, mas não contra as causas destes, e, assim, não mudam de direção, antes “aplicam paliativos, mas não cura a enfermidade” (Marx, 1980, p. 377).

Em verdade, para os referidos autores, os sindicatos resultam do antagonismo entre capital e trabalho, dos conflitos e contradições inerentes a sua própria constituição, ou seja, em uma sociedade diferente, almejada pela revolução social, não haverá necessidade de organização sindical. Entrementes, esta tese defende a ideia do sindicato como um espaço de resistência, como um instrumento de organização coletiva dos trabalhadores imprescindível na luta contra os efeitos nefastos do capitalismo para a classe trabalhadora, além disso, através do sindicato, é possível atuar em direção à troca de conhecimento e à difusão dos ideais revolucionários.

2.2.

O movimento sindical no Brasil e a universidade pública federal

Ao refletir sobre sindicatos no Brasil, é imprescindível compreender a representatividade dos governos PT, principalmente na era Lula. Não por acaso é extensa a bibliografia destinada à pesquisa desse período. O desafio é apreender o papel das universidades e suas possibilidades de construção de uma nova ordem societária em meio aos avanços ultraneoliberais, inclusive com elementos fascistas que marcam a atual conjuntura brasileira. Para tanto, será apresentado um recorte temporal organizado didaticamente para explorar esta temática.

⁷² Arquivo de Karl Marx e F. Engels: Ed. Instituto Marx-Engels- Lênine. Trecho disponível em Capítulo III - A luta contra o lassalismo e todas as variedades do oportunismo alemão <marxists.org>. Acesso em: 12 jan. 2022.

2.2.1. Do novo sindicalismo aos governos do PT

Enquanto os países desenvolvidos experimentam, na década de 1980, a implantação do regime de acumulação flexível e o enfraquecimento do movimento sindical, o Brasil vivencia um processo contrário, cujo foco estava nos movimentos pela (re)democratização do país, na forte politização, na organização dos trabalhadores, na expansão de movimentos sociais e nas representações sindicais⁷³. A greve de 1978⁷⁴ representa um momento importante de retomada das lutas pelos trabalhadores e de protagonismo do sindicalismo. Para Santana (2001, p. 203), foi “um dos marcos do início de um processo de rearranjo entre as forças atuantes no movimento sindical”. Rodrigues (2015, p. 480) avalia que “o movimento dos trabalhadores, em especial uma parcela dos sindicatos e os movimentos sociais se confrontaram, naquele momento, com o Estado e, com isso, amplificaram suas reivindicações no interior da sociedade civil”.

Nesse período, há uma onda crescente de movimentos sociais e sindicais, conhecida como *novo sindicalismo*⁷⁵, que avança praticamente por toda a década de 1980, gerando uma aproximação com segmentos populares e uma inter-relação, cada qual à sua maneira. Santana (2001) destaca a existência de dois blocos que se consolidavam nesse período, a *unidade sindical*, com destaque para nomes como Arnaldo Gonçalves e Joaquim dos Santos, e, do outro lado, os *autênticos*, liderados por Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar⁷⁶. É também na década

⁷³ Nogueira (2005, p. 111) considera o sindicalismo brasileiro a partir de três fases distintas: “O primeiro, entre 1939 e 1978, definido pela formação das associações corporativas e assistencialistas dos servidores públicos; o segundo, entre 1978 e 1988, dado pelo desenvolvimento do caráter sindical das associações, a formação das novas associações no contexto do nascimento e expansão do novo sindicalismo; e o terceiro, após 1988, dado pela legalização da livre associação sindical do Estado”.

⁷⁴ Conhecida como a greve que mudou o sindicalismo no Brasil. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/scania-1978-a-greve-que-mudou-o-sindicalismo-no-brasil>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

⁷⁵ O novo sindicalismo representa uma oposição aos governos ditatoriais, autoritários, presentes principalmente nas décadas de 1960 e 1970, cujas ações eram voltadas para o assistencialismo, mais burocráticas e distantes da base. A ideia do novo é propor um sindicato mais próximo as bases, mais democrático e combativo. Em acordo com Stampa (2010, p.155), “embora haja controvérsias quanto a ocorrência de rupturas em relação ao velho sindicalismo (refiro-me ao sindicalismo estatal-corporativista, inaugurado na era Vargas), o termo será aqui utilizado para destacar o movimento sindical brasileiro do final da década de 1970 até o final da década de 1980”.

⁷⁶ A disputa pela coordenação nacional do movimento sindical, no final da década de 1970 para início de 1980, foi marcada por tensões entre grupos que divergiam sobre a forma de organização e estruturação das ações. Destacam-se dois blocos que lideraram essa disputa: os autodenominados sindicalistas *autênticos*, reunidos em torno dos metalúrgicos do ABC paulista, mas agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, como Luís Inácio da Silva (dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo), Olívio Dutra (dos bancários de Porto Alegre), Jacó Bittar (dos petroleiros de Campinas) e João Paulo Pires Vasconcelos (dos metalúrgicos de João Monlevade). Associados aos grupos integrantes das chamadas Oposições Sindicais, os *autênticos* compunham o bloco autodenominado *combativo*. De outro lado, estava a Unidade Sindical, que agrupava

de 1980 que há a criação da maior central sindical do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ambos em 1983, além da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, que liderava as lutas pela esquerda com histórico de enfrentamentos e resistência, vivencia, nessa década, uma posição diferenciada mais próxima a negociações e menos perto do confronto, além disso, “assistirá ao intenso fortalecimento da CUT” ao longo de toda a década (Santana, 2001, p. 247).

A resistência é construída por estratégias díspares; o segmento progressista da Igreja Católica denuncia o processo de expropriação através da teologia da libertação; a esquerda se organiza para a criação de novas estratégias e práticas políticas, e ainda há um fortalecimento para liberdade e autonomia sindical (Oliveira, 2015). Os marcos das conquistas oriundas das lutas e mobilizações desse período, em resumo, são o desenrolar de quatro greves gerais⁷⁷; a queda do Regime Militar e a instauração do movimento democrático através de eleições presidenciais com candidatos civis, e a campanha pela Constituinte e, posteriormente, a promulgação de uma nova Constituição Nacional, no ano de 1988, com abrangência para uma política de alcance a todos os cidadãos, tendo como premissa a justiça social.

Em relação ao serviço público, a Constituição de 1988 é emblemática, pois somente a partir de sua promulgação que os servidores conquistam o direito legal de livre associação sindical, expresso no Artigo 37, Inciso VI. O número de associados aos sindicatos é elevado em todo o Brasil em função deste preceito⁷⁸ e traz um novo debate ao centro de discussão dos espaços sindicais. Na avaliação de Rodrigues (2015, p. 480), “os sindicatos saíram fortalecidos e, por extensão, ainda que não no mesmo nível, também os trabalhadores, por conseguirem inscrever várias de suas demandas por novos direitos na Carta Magna, principalmente no que concerne aos direitos sociais”. Para Antunes (1979), a Constituição de 1988 representa avanços, como os já assinalados, em relação aos servidores públicos e ao fato de a lei prever a não exigência de autorização

lideranças mais tradicionais no interior do movimento — muitas delas vinculadas aos setores considerados *pelegos* pelos *combativos* —, além de militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-geral-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

⁷⁷ Informações sobre greves estão disponíveis em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-maiores-greves-gerais-que-o-brasil-ja-viu/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

⁷⁸ Autores como Iram Jácome Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso apresentam estudo a este respeito. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-497920150003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2020.

do Estado para a fundação de sindicatos. Contudo, o autor faz as seguintes ressalvas:

Vê-se portanto que, se houve avanços a partir da Constituição de 88, como a possibilidade da criação de sindicatos (sem que seja necessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho), o direito de sindicalização dos funcionários públicos, a extensão dos direitos sindicais ao campo, a obtenção do direito de greve, houve também a manutenção de aspectos nefastos como o imposto e as contribuições sindicais, a persistência das Confederações, a não obtenção da plena autonomia e liberdade sindical, as possibilidades de restrição ao direito de greve, entre outros (Antunes, 1979, p. 66).

Interessante notar que a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) foi fundada em dezembro de 1978⁷⁹, em meio à Ditadura Militar, como instância nacional de representação dos técnicos administrativos das universidades brasileiras, porém, ainda com atuação de cunho assistencialista. Em 1984, ocorre o primeiro Congresso Nacional da Fasubra, um marco histórico para a federação, que passa a ter uma atuação clássica, sendo denominada Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra-Sindical). A entidade, inclusive, teve membros compondo a primeira diretoria da CUT. Em 1981, é fundada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e, após a legalidade garantida pela Carta Magna, estabeleceu-se o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)⁸⁰. Há um protagonismo das universidades que marca a história do Brasil, cuja visibilidade é promovida até mesmo por estudantes organizados por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁸¹, através de lutas históricas como as *Diretas Já*⁸² em 1983.

⁷⁹ Histórico completo disponível em: <http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2016/10/revista_fasubra.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

⁸⁰ Histórico completo disponível em: <<https://www.andes.org.br/sites/historia>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

⁸¹ Histórico completo disponível em: <<https://une.org.br/noticias/une-lanca-versao-online-do-jornal-nossa-voz-especial-diretas-ja/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

⁸² *Diretas já* foi um movimento político suprapartidário que surgiu durante o final do governo presidencial do general João Figueiredo, em maio de 1983, exigindo a realização de eleições diretas para a presidência da república. O início desse movimento ocorreu em um congresso em Goiânia, para discussão do tema das eleições diretas, presidido pelo deputado federal Ulysses Guimarães (então presidente do Partido Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) e por membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao final do congresso, foi feito o primeiro comício das *Diretas Já* nas ruas da cidade. As eleições diretas para os governos estaduais e para o Congresso Nacional e a vitória da oposição nesses pleitos, realizados em 1982, influenciou a construção da frente única pelas eleições diretas para a presidência da república. As eleições diretas haviam sido suspensas desde a implementação do Ato Institucional nº 2, em 1965, que definiu que os membros do Congresso Nacional elegeriam indiretamente o presidente e o vice-presidente da república. A Constituição de 1967 tornou o processo eleitoral ainda mais favorável aos governos do período ditatorial, pois o presidente passou a ser escolhido por um Colégio Eleitoral, composto por delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados. Desse modo, não se realizavam eleições diretas para a presidência da república desde 1960, quando Jânio Quadros foi eleito. Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

O interesse da burguesia em capitanear as universidades públicas parte justamente do reconhecimento de suas potencialidades, mas com objetivo de usar suas expertises a serviço do capital, em favor das próprias intenções.

A década de 1990 é marcada por práticas neoliberais acirradas a partir da eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992)⁸³ e da reestruturação produtiva que incide sobre as condições de trabalho e sobre a organização dos trabalhadores, além do aumento dos índices inflacionários e da degradação dos serviços públicos. O movimento sindical concentrou as reivindicações, sobretudo, nas questões do trabalho, protagonizadas pela queda salarial, pela desvalorização do trabalhador e pelo aumento do índice de desemprego.

Nesse cenário, a crise política brasileira é de cunho econômico e social, e as medidas neoliberais praticadas pelo governo Collor engendram um efeito deletério para classe trabalhadora e para parte da burguesia. Medidas como o confisco em conta poupança, o fim dos incentivos fiscais e a substituição da moeda *Cruzado novo* foram alvo de críticas e protestos. Contudo, houve uma prevalência da bandeira da ética na política, caracterizando o movimento pelo *impeachment* do então presidente Collor com denúncias de corrupção e falta de moral ocupando o cenário nacional. Nessa conjuntura, o PT já era considerado uma liderança para a esquerda e um dos maiores partidos políticos do Brasil. Martuscelli (2010, p. 548) faz um apontamento em relação à participação do PT no movimento pelo *impeachment*, ressaltando o fato do partido aderir à campanha pela ética na política e censurar o presidente Collor pelo viés da moral, e, assim, “relegou a segundo plano a crítica ao caráter de classe da política neoliberal, satisfazendo-se apenas com a denúncia da política recessiva do governo Collor”. Para o autor, este fato representa a luta contra os efeitos do neoliberalismo, e, não, contra a política neoliberal em si.

Santana (1995, p. 87), ao discorrer sobre a CUT, ressalta seu posicionamento de confronto ao Regime Militar, ainda que já em fase final, de afinidade com o processo de luta combativo contra os pelegos⁸⁴, os patrões e os militares, e sua “identificação com as oposições sindicais que criticavam a estrutura sindical corporativa, o imposto sindical e as lideranças ‘pelegas’ que lhe davam sustentação”. O autor pondera que o discurso sobre a ética na política protagonizado durante o governo Collor foi também estabelecido como pauta

⁸³ Ver capítulo 1, subcapítulo 1.4 desta tese.

⁸⁴ Termo utilizado para designar os líderes sindicais que defendem os interesses do Ministério do Trabalho, ou seja, que desempenham um papel de intermediário entre o governo e o sindicato. Em seu sentido próprio, pelego é a pele de carneiro colocada entre a sela e o lombo do cavalo para tornar a viagem do cavaleiro menos dura. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pelego>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

interna para os cutistas. Desse modo, campanhas como pela *Ética na política*, pelo *impeachment*, pela *CPI contra a corrupção* impulsionaram pedagogicamente uma reflexão global, trazendo resultados relevantes para o debate interno, como o posicionamento contra a verticalização e o autoritarismo das direções sindicais, contudo, muito aquém do que poderia de fato ser modificado, assim:

É quase consenso entre os sindicalistas que apesar das mudanças implementadas, a essência dos sindicatos e de sua ação continuou a mesma: centralizado, verticalizado, pouca transparência para as bases, etc. Um campo fértil para o exercício de práticas pouco transparentes, escolhidas por trás das "verdades absolutas" e das "certezas dos iluminados" de uma cultura política eivada de autoritarismo. Daí termos uma mistura propícia para práticas excludentes nos dois níveis: para os trabalhadores e para as tendências que estão fora ou em minoria nas direções (Santana, 1995, p. 89).

Nesse caminho, é necessário atentar para a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), nordestino, metalúrgico no ABC paulista (onde iniciou grandes greves nacionais), líder do sindicato da categoria, destaque na greve de 1978, partícipe na fundação do PT e na fundação da CUT, deputado federal mais votado do país por São Paulo, em 1986⁸⁵. Lula perde a eleição para a presidência da república, decidida em segundo turno, para Fernando Collor de Mello, em 1989, a primeira realizada após 25 anos de Ditadura Militar. A CUT e o PT, cujas trajetórias são construídas lado a lado, inclusive, tendo a CUT abertamente apoiado todas as candidaturas de Lula, sofrem um significativo impacto a partir da década de 1990 em função dos “processos combinados de implementação da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais” (Araújo & Oliveira, 2014, p. 30) e das implicações para o partido na construção de alianças mais abrangentes em relação ao ideário que fundamentou sua criação.

Outro destaque relevante é a criação da Força Sindical (FS) em 1991⁸⁶, quando a CUT se posiciona mais propensa à negociação e passa a disputar os espaços sindicais: “a novidade trazida pela Força Sindical estava presente tanto em seu projeto político como em sua prática. A nova Central objetiva mudar a sociedade brasileira *transformando a cultura sindical brasileira*” (Antunes & SILVA, 2015, p. 520). No entanto, não como uma proposta de ação à esquerda ou por uma nova ordem societária, e, sim, através das ferramentas presentes no capitalismo, em sua face neoliberal. Foi destaque, em 1991, a organização do

⁸⁵ Bibliografia disponível em: <https://www.ebiografia.com/luiz_inacio_lula_silva/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

⁸⁶ Informações sobre a Força Sindical disponíveis em: <<https://fsindical.org.br/a-historia-da-forca/introducao/>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

movimento universitário unificado quando Fasubra, Andes e UNE, reunidas em Brasília, denunciaram o projeto governamental que tinha por objetivo transformar as universidades em organizações sociais⁸⁷, travando uma greve nacional contra a PEC-56B⁸⁸ com duração de 80 dias.

Ainda na década de 1990, após o *impeachment* de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência em 1992, e, cinco meses após, designa Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao cargo de ministro da fazenda. Sob seu comando, foi implantado o Plano Real, que favoreceu o controle inflacionário, aumentou o poder de compra da população e propiciou a abertura econômica para competição internacional. Tais medidas foram suficientes para garantir sua eleição à presidência da república em 1995, vencendo Lula no primeiro turno do pleito.

Em meio ao avanço das políticas neoliberais, os petroleiros organizam uma grande greve e a deflagram em consonância com a organização de greve de outras categorias do funcionalismo público. FHC assumiu a presidência em janeiro de 1995 e se defronta com a greve em maio do mesmo ano, decorrente do não cumprimento de pautas e acordos pactuados no governo de Itamar Franco e não garantido no governo FHC, envolvendo trabalhadores dos serviços estatais e de produção. Martins e Rodrigues (2000, p. 157) assinalam que “petroleiros, eletricitários, trabalhadores dos correios, docentes e funcionários de universidades federais” organizam uma greve unificada, haja vista partilharem de uma mesma data-base e buscarem fazer valer os acordos anteriormente assinados. Os referidos autores retratam os dados do comando de greve da CUT em números e revelam que, entre os petroleiros, 85% aderiram à paralisação; entre os eletricitários, a participação foi de 80%; entre os telefônicos, cerca de 40%; entre os servidores da educação, foi de 50%; entre os previdenciários, 40%, e destacam que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi uma das mais afetadas pelo movimento.

A resposta governamental à greve foi impactante. Houve recusa ao diálogo e um nível de repressão equiparado às ações ocorridas durante o período do

⁸⁷ Registramos os ataques incansáveis às universidades como parte do projeto neoliberal. Vinte e oito anos depois, em 2019, o governo propõe o *Future-se* com a mesma finalidade.

⁸⁸ Proposta de Emenda à Constituição nº 56-B, de 10/10/1991. Altera dispositivos da Constituição Federal (desregulamentação), dispondo sobre a concessão e a permissão dos serviços públicos de telecomunicação, telefonia, telegrafia, transmissão de dados, a pesquisa e lavra de minério, as normas para celebração de convênio, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, a restrição à empresa nacional, o incentivo ao capital estrangeiro, o monopólio na exploração do petróleo, gás natural, hidrocarboneto, minério nuclear, alterando os Artigos 21, 23, 170, 171, 173, 176 e 177 da Constituição Federal de 1988, desmembrando o denominado projeto do *Emendão* do governo Collor, visando a modernização e a reforma do Estado (por desmembramento da PEC nº 51/1991). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169337>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

regime militar. FHC, que carregava em sua biografia a função de professor universitário, sociólogo, cientista político, escritor e autodenominado socialdemocrata,⁸⁹ inicia o mandato com o objetivo de “quebrar a espinha dorsal do movimento sindical” (Martins & Rodrigues, 2000, p. 159), e segue com as medidas de privatização de empresas estatais, proposta para reforma previdenciária, processo de desregulamentação da economia e embates com o movimento sindical. A *Folha de S. Paulo* publicou um artigo com a opinião de Luiz Marinho, Miguel Rossetto e Tarso Genro sobre a relação entre FHC e o movimento sindical:

O intrigante, aqui, não está na virtual pirataria que FHC pratica quando diz defender a tese da "radicalização da democracia", cuja propriedade intelectual, na experiência brasileira, é obviamente das plataformas partidárias do PT e das outras forças do campo democrático e popular. O intrigante é tentar saber se o presidente diz coisas tão colidentes com o conteúdo prático de seu governo por estar já mergulhado naquelas síndromes de alheamento do real em que muitos dirigentes se abatem ou se estamos num cenário ainda pior, de cinismo confesso⁹⁰.

Oliveira e Araújo (2014) destacam a resistência a FHC, por parte da CUT e de partidos de oposição, no combate a medidas nocivas à classe trabalhadora, perfazendo oposição ao projeto de contrarreforma trabalhista por ele proposto, sendo retirado de pauta e regressando ao debate somente após as eleições de 2002 e posse do novo presidente eleito. O argumento do então governo baseava-se em flexibilizar as relações de trabalho para desburocratizar e gerar mais empregos, curiosamente o mesmo argumento que viria a ser retomado na contrarreforma trabalhista de 2017.

As adversidades experienciadas pelos sindicatos “se expressaram na perda do seu poder de barganha, que os levou a assumir uma posição defensiva no plano das negociações coletivas, na redução da duração e na queda do número de greves, ao longo da década” (Oliveira & Araújo, 2014, p. 34). O resultado foi a adoção de uma posição mais *moderada, negociadora e propositiva*. Para Antunes e Silva (2015), o movimento “promoveu mudanças significativas na cultura sindical e política brasileira ao instituir novas práticas, mecanismos e instituições” (p. 511). Todavia, os autores alertam para o fato de o sindicalismo sofrer grandes transformações ao longo das décadas seguintes, o que altera suas práticas e concepções, e afirmam:

⁸⁹ Biografia completa disponível em: <https://www.ebiografia.com/fernando_henrique_cardoso/>. Acesso em 10 jan. 2022.

⁹⁰ Matéria completa disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/30/opiniaio/9.html>>. Acesso em 10 jan. 2022.

Gradativamente, entretanto, ao longo de mais de três décadas, suas práticas cotidianas de acentuada (ainda que não exclusivamente) tendência confrontacionista – foram sendo substituídas por uma nova pragmática sindical predominantemente negocial, onde o confronto cedia espaço para as parcerias, negociações e incentivo aos pactos sindicais etc. (Antunes & Silva, 2018, p. 511).

Em relação aos trabalhadores do serviço público federal, as análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o governo FHC, publicadas em 2011, registram, em seu primeiro mandato (1995 a 1998), a implementação de um plano de reforma do Estado, que preconizou: a generalização da avaliação de desempenho dos servidores, a possibilidade de demissão do servidor por insuficiência de desempenho e o excesso de quadros, reorganização das carreiras, especialmente nas funções essenciais do Estado, retorno do regime contratual (celetista) para funções não essenciais de Estado e pelos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), fortemente combatidos pelas centrais sindicais. O segundo mandato (1999 a 2002) é marcado por fortes restrições ao gasto com pessoal, entre outras medidas contraproducentes a todos os trabalhadores. Em resumo, foram oito anos sem nenhum reajuste salarial – destaca-se aqui o fato de os trabalhadores do serviço público não possuírem data-base⁹¹, o que torna a falta de reajuste salarial mais grave –, período no qual houve também a realização ínfima de concursos públicos, sem recontração de recursos humanos, em outras palavras, uma tentativa de sucateamento do serviço público.

A respeito das greves realizadas nesse período, registra-se a de 2001, no segundo mandato do governo FHC, quando as universidades federais estiveram em paralisação durante 108 dias. Após 99 dias de entraves e negociações com o governo, a *Folha de S. Paulo* noticia que, apesar do acordo, a volta às aulas ainda estava indefinida em função da tramitação de um projeto de lei que modificava a CLT. O acordo previa um reajuste entre 12% e 13% para a categoria a partir de fevereiro de 2002, além do aumento de 3,5% concedido ao funcionalismo público⁹². Ademais, as gratificações por desempenho entre professores do ensino superior e médio seriam equiparadas, e o governo também aceitou contratar professores a partir de 2003.

Ainda durante o período de negociação, o movimento sindical protagonizou inúmeros embates com o governo. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pede ao

⁹¹ No Brasil, data-base é o período do ano destinado à correção salarial e à revisão das condições de trabalho especificadas por acordo, convenção ou dissídio coletivo de cada categoria profissional. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Data-base>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

⁹² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3011200118.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2002.

governo federal, e em especial ao ministro da Educação Paulo Renato Souza, para que “lancem mão da eficiência demonstrada no passado para resolver o problema da greve dos professores e servidores das universidades federais, que ultrapassa dois meses”, reiterando o apoio ao movimento de paralisação dos “docentes e dos funcionários administrativos das universidades federais, o qual considera justo, oportuno e até tardio”⁹³. Ao fim do período de greve, a Fasubra-Sindical disponibiliza um ofício em que o governo assume compromissos, com destaque para:

01 – Compromete-se o MEC a manter as contratações pelo Regime Jurídico Único e por meio de concursos públicos. 02 - Compromete-se o MEC a encaminhar ao Congresso Nacional, até o dia 22 de outubro de 2001, Projeto de Lei, no qual: propõe-se a incorporação integral da Gratificação de Atividade Executiva – GAE -, aos vencimentos básicos dos servidores das IFE, a partir de 1 de janeiro de 2002; estende-se o benefício desta incorporação a todos os ocupantes de cargos ou empregos técnico-administrativos e técnico-marítimos, ativos, inativos e pensionistas das IFE vinculadas ao MEC; 04. Compromete-se o MEC a providenciar o pagamento dos servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das IFE no dia 19 de outubro de 2001⁹⁴.

Ao final do movimento, a *Folha de S. Paulo* publica a opinião do professor Délcio Vieira Salomon, da UFMG:

Para acabar com a greve no setor público, notadamente nas universidades federais, FHC editou um novo ato institucional. Numa penada, quis mostrar autoridade e acabou demonstrando autoritarismo. Em vez de responsabilidade pela administração da “res publica”, revela arrogância e cinismo. Aliás marcas registradas de seu governo. Como bem declarou o presidente do STJ, este pacote de FHC é “ato de força”. Deu uma de Felipe da Macedônia. Coitado do sucessor de FHC: não será mero administrador de crises, mas reordenador do caos.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTUFRJ), traz uma resenha das lutas dos trabalhadores da universidade federal a partir do olhar do técnico administrativo sobre o governo FHC e pondera:

Os anos FHC (1995-2002) foram de guerra contra o neoliberalismo. Nos primeiros 30 dias de seu governo, FHC propôs: reformar a Constituição, promover uma reforma administrativa e privatizar a universidade. Os anos 1990 foram os piores na vida da categoria (e de todos os servidores públicos), que amargou oito anos sem aumento. As universidades federais foram sucateadas e sofreram um esfacelamento geral. FHC tentou acabar com os sindicatos e suas lideranças. A autonomia universitária foi restringida. Houve alteração no processo de escolha dos reitores, garantindo 70% de peso ao voto dos professores. O Sintufjr deflagrou uma

⁹³ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/10/17/maguito-apela-por-resolucao-imediata-da-greve-nas-universidades-federais>>. Acesso em: 13 jan. 2002.

⁹⁴ Documento completo disponível em: <<https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Termo-de-Acordo-2001-1.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. 2002.

campanha de valorização da universidade pública denunciando a política de FHC de destruição do serviço público⁹⁵.

Os sindicatos universitários seguiram em luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, centralizada na autonomia, democracia e financiamento, representando um espaço de resistência durante todo o governo FHC, conforme retrata Mauses (2015) em seu artigo sobre as lutas travadas pelo Andes-SN. Entre as bandeiras presentes nesse período, a autora destaca: defender a universidade pública, gratuita e de qualidade centralizada na autonomia; lutar contra o desmonte do serviço público e das entidades sindicais e em defesa da liberdade de organização sindical, e reforçar a ideia de que todo e qualquer sindicato autônomo, classista e de luta deve ser contra toda política de pacto social, qualquer que seja o nome que ela venha a adotar. Metas presentes também nos congressos e movimentos liderados pela Fasubra, como o congresso de 1996, intitulado *Universidade: resistir para transformar*, e o de 2002, denominado *O futuro depende de nossas lutas: a mudança do Brasil começa pela educação*, marcando resistência às ofensivas neoliberais presentes no governo FHC.

Em 2003, Lula é eleito presidente do Brasil. Após sofrer três derrotas consecutivas, o então operário, sindicalista e membro fundador do PT alcança a direção máxima do país. O PT, cuja fundação é atribuída à militância de esquerda⁹⁶, chega ao poder após inúmeras conciliações. Na avaliação de Antunes (2018, p. 228), “já não era mais um partido da classe trabalhadora, oscilando entre a resistência ao neoliberalismo e a aceitação de uma ‘nova política’, muito mais moderado, policlassista e adequado à ordem capitalista típica da era da financeirização”. O autor alerta para as similitudes em relação ao *social-liberalismo*. Dessa forma, o ideário neoliberal permanece, embora haja notório crescimento no número de trabalhadores vinculados ao sistema de proteção, com carteira de trabalho assinada e maior investimento em direitos sociais.

O serviço público federal, na gestão Lula, registra um quadro de expansão e melhoramento. Com base nos dados do IPEA (2011), é possível listar alguns avanços: reajustes graduais da remuneração, com destaque para carreiras de Estado; mesas de negociação para questões de gestão de pessoal; reabertura de concursos para trabalhadores temporários e permanentes de órgãos públicos e agências reguladoras; realocação de pessoal na estrutura de carreiras e

⁹⁵ Disponível em: <<https://sintufjrj.org.br/2018/11/guerra-ao-neoliberalismo/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

⁹⁶ Segundo informação divulgada pelo próprio partido. Disponível em: <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

ordenamento das carreiras de Estado; substituição de pessoal ocupado em atividades-fim com contrato informal ou contratado via agências internacionais, e limites legais fixados para despesas com pessoal em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000⁹⁷.

Em um exercício comparativo, por meio da análise dos dados do IPEA (2011), é possível detectar um número de contratação três vezes superior no governo Lula em relação a FHC. O primeiro registrou 155.334 contratações em oposição às 51.613 arroladas pelo segundo, considerando dois mandatos presidenciais de ambos. Observa-se que os números descrevem a contratação via concursos públicos, cujo vínculo propicia estabilidade e segurança ao trabalhador. Todavia, a conciliação de classes gera um efeito pendular, ora com avanços significativos, ora com retrocessos vultosos, tal como a reforma previdenciária liderada pelo governo PT, cuja justificativa pautava-se na existência de um déficit previdenciário⁹⁸.

A reforma previdenciária aprovada no final de 2003 atingiu o serviço público federal diretamente em proporções não alcançadas pelo próprio governo FHC, haja vista sua não aprovação plenamente; o feito foi comemorado pela burguesia⁹⁹. Deriva desta ação uma corrida pela aposentadoria. Assim, apesar do aumento no número de contratações ser de 17,9% entre os servidores ativos, não foi possível equiparar o assentamento histórico de 1992: um total de 683.618, que, após as reformas previdenciárias realizadas em 1991 e 2003, jamais foi repostas. O governo Lula finaliza com um total de 630.542 servidores. A fala de Antunes a uma revista, em 2008¹⁰⁰, expressa o que se busca demonstrar com este comparativo: o “neodesenvolvimento atual é mais regressivo do que foi no passado, quando ainda tinha um certo sentido industrial”; de igual modo, sua expressão acerca da comemoração do primeiro de maio daquele ano expressa que: “CUT e Força Sindical vão transformar o dia do trabalhador num dia de festa de pão e circo”.

⁹⁷ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

⁹⁸ A reforma previdenciária foi difundida como necessária pelo governo em função do déficit em suas contas. Porém, a professora da UFRJ, Denise Gentil, apresenta dados em sua tese de doutorado, que foram amplamente propagados, contestando a existência de déficit. Registra-se também o resultado da CPI que se debruçou sobre a temática e concluiu que o sistema não é deficitário, conforme relatório disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/10/relatorio-da-cpi-da-previdencia-descarta-reforma-e-nao-aponta-deficit-no-sistema-1>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁹⁹ Deixamos uma reportagem, difundida à época, como exemplo de divulgação noticiada pela mídia. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/reforma-da-previdencia-e-a-primeira-grande-vitoria-de-lula,caf9bb6b4572d3bc5d8bb41926e163fflr91owco.html>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

¹⁰⁰ Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1757-ricardo-antunes-2>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

No que tange às universidades públicas federais, registram-se incursões a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, cuja proposta era atingir o percentual de 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Em 2003, houve investimento na interiorização dos campi das universidades federais, possibilitando sua ampliação e descentralização para municípios localizados na periferia das grandes capitais. Como estratégia de ação do PNE, em 2007, o governo federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com a proposta de aumentar o número de vagas para ingresso, reduzir a evasão e ocupar as vagas consideradas ociosas.

As universidades federais se organizaram para alcançar esse objetivo e receber a verba oriunda do Reuni. Assim, entre 2007 e 2011, o número de vagas ampliou cerca de 60% em todo o Brasil. O corpo discente aumentou e, consequentemente, aumentou a contratação de professores e de técnicos administrativos. Porém, ressalta-se que esse crescimento não ocorreu em igual proporção, deixando sequelas em certas áreas, como infraestrutura, para atender ao aumento do corpo discente, à necessidade de ampliação no número de docentes e, principalmente, à de contratação de técnicos administrativos para garantir as atuações nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. O relatório redigido pela Associação de Reitores das Federais (Andifes) e União Nacional dos Estudantes (UNE), intitulado *Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012*, corrobora a afirmação.

Ademais, a eleição de um presidente com histórico de liderança e luta sindical implica a expectativa de um governo que preconize a valorização do trabalhador, a solidificação de direitos em prol da classe trabalhadora e ainda um protagonismo dos sindicatos na representação dos anseios dessa classe. Durante o processo eleitoral, a CUT, a Força Sindical e outras centrais sindicais¹⁰¹ apoiaram a eleição de Lula. A ferramenta adotada pelo governo foi promover um espaço de diálogo para construção coletiva de propostas, como: o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT)¹⁰². Como destacam Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2014, p.64), “a nova

¹⁰¹ A CUT apoiou a eleição de Lula desde o primeiro turno e outras centrais se somaram ao processo a partir do segundo turno.

¹⁰² O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. O FNT contava com a participação de 600 representantes de trabalhadores, governo e empregadores. Dentre os

proposta era mudar a legislação sindical e trabalhista através de uma negociação entre os diferentes agentes sociais envolvidos, organizados em um espaço tripartite”, tal como expresso no FNT.

Em relação aos servidores públicos federais, o governo instituiu a Mesa Nacional de Negociação Coletiva (MNNC), tendo em pauta, inclusive, a discussão sobre a reforma da previdência, trabalho, saúde e educação. Os tensionamentos no interior das centrais sindicais marcaram esse período e a própria CUT experienciou uma derrocada de sindicatos que se desfilaram da Central, baseada na alegação de peleguismo, em função de maior apreço pela defesa dos interesses de governo em detrimento das necessidades postas pelos trabalhadores que compunham a base do sindicato. Houve ainda, em 2004, uma derrocada de afilados do PT, que, após a expulsão da senadora Heloísa Helena, reúne os dissidentes e formam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), oficializado em 2005¹⁰³.

Nesse ínterim, em 2004, nasce a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), formada majoritariamente por sindicalistas ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e ao PSOL. Sua base agregava sindicatos e movimentos populares insatisfeitos com a política de governo proposta pelo PT. Em 2010, no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), a Conlutas é estabelecida como central sindical, passando a denominar-se Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), cuja base agrega o Andes e a Fasubra, ambas representações nacionais das universidades públicas federais. É também instituída, nesse mesmo período, a Intersindical¹⁰⁴, propondo-se uma luta anticapitalista, contrária ao governo conciliatório, cuja base atraiu muitos servidores públicos federais.

objetivos do FNT, destaca-se a proposta de promover a democratização das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical, baseado em liberdade e autonomia. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/fnt/default.asp>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

¹⁰³ Em dezembro de 2003 o Congresso discutia as bases da reforma previdenciária elaborada pela equipe econômica do então presidente Lula, a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 40. Para surpresa e desagrado do PT, três *estrelas* do partido foram às ruas para criticar o projeto: a senadora Heloísa Helena e os deputados Babá e Luciana Genro. Considerados radicais pela cúpula do partido, os três acabaram expulsos do PT. Foi quando Heloísa Helena se movimentou para fundar o PSOL.

¹⁰⁴ A Intersindical posiciona-se como um instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, nascida em 2006, após rompimento com a CUT, e preconiza independência em relação ao capital e seu Estado. Disponível em: <<https://www.intersindical.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

O descontentamento com a CUT, por parte dos servidores públicos federais, decorre, dentre outros fatores, das diferentes greves travadas ao longo do governo PT sem apoio massivo da Central. Araújo e Oliveira (2014, p.43) destacam a reforma da previdência realizada no final de 2003 como o principal momento de tensão, pois “incidiu principalmente sobre o regime especial de aposentadoria dos servidores públicos federais, colocou parte das centrais sindicais e principalmente os sindicatos do funcionalismo público contra o governo”. As mesas de negociações foram esvaziando-se, principalmente a partir do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, que estabelecia como limite para o reajuste salarial dos funcionários públicos o índice de inflação acrescido de 1,5% por um período de 10 anos. Araújo e Oliveira (2014) apontam ainda para o aumento de greves no serviço público, que foi mais frequente que as travadas no setor privado e com maior durabilidade em dias corridos. Para os mesmos autores, “as negociações é o principal fator que explica a diferença, cada vez mais acentuada, do tempo médio necessário à solução dos conflitos entre os setores público e privado” (p. 51).

É preciso notar uma associação entre as frentes partidárias e o sindicalismo universitário, pois há um espaço de tensão e disputas que ocupam as universidades desde a criação das suas representações de docentes e técnicos, como já assinalados, através do Andes e da Fasubra. Há um aparelhamento das bandeiras de lutas que buscam, no espaço universitário, expandir seus projetos políticos. Philippi e Lisboa (2011) destacam o relatório do Congresso dos dirigentes das Associações Docentes - Seções Sindicais (Conad) do Andes com um resumo da Carta de Curitiba referente ao 54º CONAD, realizado em julho de 2009, que enfatiza¹⁰⁵:

a) A construção de uma nova organização para a luta dos trabalhadores, com a participação do Andes no seminário nacional da Conlutas, visando o combate aos elementos da estrutura sindical vigente, incluindo o corporativismo, o economicismo, o cupulismo e a burocratização; b) Reafirmação da luta pela construção do socialismo que deve orientar as lutas de organização da classe trabalhadora; c) Construção de uma Nova Central Sindical; d) Reafirmação do internacionalismo da luta da classe trabalhadora; e) Barrar a Reforma Universitária que tramita no Congresso Nacional pois nela está embutido um modelo mercantil e privatizante, discutindo com o movimento estudantil as formas de enfrentamento para impedir esta reforma; f) Combater o ensino à distância, o Mestrado Profissional, o Reuni e as Fundações ditas de apoio. Além disso, deliberou-se também que o Andes não participará da Conferência Nacional de Educação, em resposta ao convite que lhe foi feito pelo governo neoliberal de Lula (Philippi & Lisboa, 2011, p.187).

¹⁰⁵ Artigo completo disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12725>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Para os autores citados, existe um pragmatismo na filiação de professores o Andes, que envolve a proteção em suas causas trabalhistas, as condições de trabalho adequadas, o envolvimento direto com alunos e a pesquisa. Dessa forma, quando o Andes se posiciona mais propensa a pautas políticas-ideológicas, ela divide “irremediavelmente uma categoria profundamente plural como a dos professores universitários” (Philippi & Lisboa, 2011, p.187). Assim, é evidenciada a disputa política presente dos espaços sindicais universitários, cenário heterogêneo que agrega lutas e tensões. É importante registrar que, em 2004, um grupo de sindicatos universitários rompe com o Andes, com protagonismo para a UFMG, e formam o Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), que, em 2011, se torna uma federação composta por alguns sindicatos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), tendo como proposta uma renovação do movimento docente em busca de uma representação dos interesses da categoria que “combatesse ao que denominou como costumeira política (do Andes-SN) de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar, não como último recurso” (Melo & Tavares, 2020, p. 566)¹⁰⁶.

O governo Lula promove, desde o início de sua gestão, uma agenda controversa para o movimento sindical, ao mesmo tempo em que cria e amplia programas para atender as expressões da questão social, tais como o Programa Bolsa Família¹⁰⁷. Estabelece espaços institucionais para discussão com o movimento sindical, promove mudanças na política econômica que afetam diretamente a classe trabalhadora, como a contrarreforma previdenciária e mudanças na legislação trabalhista (já expostas anteriormente), além de uma conturbada política envolvendo o pré-sal e a Petrobras. Contudo, o governo, até 2010, ainda tem a grande maioria das centrais sindicais compondo sua base de sustentação. Dilma Rousseff assume o governo em 2011 com amplo apoio das

¹⁰⁶ Artigo completo disponível: <<http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/697>>. Trecho retirado da página 566. Acesso em: 15 jan. 2022.

¹⁰⁷ Programa de transferência direta de renda com condicionalidades, instituído no governo Lula pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, beneficiava famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa possuía três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçavam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivavam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários pudessem superar a situação de vulnerabilidade. A gestão do Bolsa Família era descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalhavam em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do programa, instituído pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004. O Programa Bolsa Família foi extinto em 29 de dezembro de 2021, data em que o Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.284, que criou oficialmente o Programa Auxílio Brasil.

centrais sindicais, sob a promessa negociada de reajuste do salário-mínimo, fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho, dentre outras pautas.

Em 2011, no primeiro ano do governo Dilma, o Brasil registra uma desaceleração econômica. De acordo com estudo produzido pelo Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe¹⁰⁸, houve uma redução do volume de investimentos públicos e estímulos ao consumo, potencializada pelo agravamento da crise das dívidas soberanas na Europa e o consequente aumento das incertezas e do investimento privado. O PIB cresce apenas 2,7%, o que acelera a agenda desenvolvimentista do governo, criando medidas de estímulo ao consumo e ao investimento privado, porém, a taxa de crescimento do PIB foi de 0,9% e 2,3% em 2012 e 2013, respectivamente. A política econômica brasileira, apesar da desaceleração, mantinha prioridade ao capital financeiro utilizando do superávit primário para o pagamento da dívida pública e os juros derivados desta dívida. As parcerias público-privadas tinham primazia sobre o público e as centrais sindicais não tinham espaço para diálogo junto à presidência.

Nesse cenário, entre maio e setembro de 2012, é realizada a maior greve nacional protagonizada por docentes do ensino superior das Instituições Federais de Ensino (Ife) representadas pelo Andes-SN. Reuniram-se cerca de 60 instituições com participação de 58 dentre as 59 universidades federais, englobando cerca de um milhão de estudantes e 100 mil professores. Para Mattos (2013), a motivação para greve estava centrada em dois pontos: a definição de uma nova carreira para o magistério federal e a melhoria das condições de trabalho. São muitos os fatores que motivaram a greve, mas é possível destacar o Reuni, lançado no governo Lula com o objetivo de expandir a educação superior que, de fato, resultou na ampliação de vagas para a graduação. No entanto, a estrutura física das universidades e o número de servidores, principalmente o quadro de técnicos administrativos, não acompanharam esse crescimento, propiciando inúmeras críticas a esse respeito. Não por acaso, Fasubra-sindical adere à greve nacional, além dos docentes de institutos de educação tecnológica e de outras instituições de ensino médio, representados pelo Sindicato Federal dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), configurando uma greve nacional das instituições federais de ensino.

Mattos (2013, p. 138) ressalta a intransigência do governo mediante uma greve fortalecida, revelando “quão estratégica é a política para o ensino superior no projeto desse governo; assim como demonstrou o quanto ele está disposto a

¹⁰⁸ Disponível em: Notas sobre a Formalização: Estudo de Caso: Brasil (En Português) (ilo.org). Acesso em: 15 jan. 2022.

arriscar para conter o sindicalismo autônomo representado pelo Andes-SN”. Contudo, através desse movimento, foi possível retomar a organização dos fóruns intersindicais, de mobilizações unificadas do conjunto do funcionalismo federal e ainda fortalecer o Andes-SN como um sindicato combativo, à medida que a Proifes havia ganhado algumas seções sindicais ligadas à Andes-SN. Segundo Mattos (2013), um dos ganhos mais relevantes da greve foi:

Fazer (re)emergir outros valores, pautados pela solidariedade de classe, pelo espírito do trabalho coletivo e pelo comprometimento com um projeto de universidade destinada a contribuir para a mudança qualitativa da sociedade brasileira (Mattos, 2013, p. 141).

Ainda em relação às greves protagonizadas pelo movimento sindical da área da educação pública, o ano de 2013 é emblemático (as manifestações ocorridas nesse período já foram pontuadas nesta tese¹⁰⁹. Ao que já foi aqui mencionado, acrescentam-se os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que imprime uma análise sobre o ano de 2013, atribuindo a esse ano o maior número de greves desde 1984. O Dieese, no balanço geral publicado em 2015, tipifica as greves a partir de sua motivação, qualificando desde uma greve considerada de advertência — “mobilizações que têm como estratégia anunciar antecipadamente a data da paralisação e a do encerramento” (Dieese, 2015, p. 5) — até as que definem a natureza e o propósito de sua deflagração:

Para cada greve, o conjunto das exigências dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com as razões que determinaram sua deflagração. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto. Já os movimentos que propõem apoiar trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores da empresa, são consideradas greves de solidariedade. É preciso mencionar que uma mesma paralisação pode conter mais de um caráter na pauta das reivindicações (Dieese, 2015, p. 8).

Não é propósito desta tese aprofundar-se no domínio de tipificação das greves, mas é necessário contextualizá-las para expor o avanço do movimento direitista sobre o movimento grevista e nas manifestações de esquerda. As greves alteram sua natureza, deixando de ser propositivas para, gradativamente, se tornarem defensivas, culminando em lutas de resistência para manter os direitos

¹⁰⁹ Ver Capítulo 1.5.

arduamente conquistados, sem previsão de ampliá-los. O PT trouxe realizações no campo do combate à pobreza e expansão do número de empregos formais¹¹⁰, superando em muito o governo FHC, porém, de forma menos expressiva que o anunciado pelo partido. Em relação aos direitos sociais, concordamos com Marques (2016, p. 58), o governo PT “permaneceu sob a lógica do benefício dos grandes rentistas, da contrarreforma do Estado, da assistencialização focalizada das políticas sociais e do trato mercantil à reprodução da força de trabalho”.

Ao retomar os avanços liderados por Lula, como a implementação de ajustes salariais aos trabalhadores do serviço público federal, equiparando-os ao mercado privado, após oito anos do congelamento vivenciado na era FHC, houve uma expectativa de avanços para o governo Dilma, como a efetivação da data-base. No entanto, a realidade remete à aprovação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), em detrimento da garantia de aposentadoria integral. Esses ataques motivaram a organização dos sindicatos vinculados à educação, Andes-SN e Fasubra, que, em conjunto com outras entidades, constituíram o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos e impulsionaram greves em todo o serviço público federal¹¹¹. Lara e Silva (2019) ponderam os objetivos intrínsecos aos movimentos propostos pela burguesia e as respostas das centrais sindicais:

O objetivo da burguesia brasileira, associada à burguesia internacional, com a crise social e sua face de “crise política”, apresentada por meio das manifestações por ela organizadas, seria forçar o governo e o parlamento a atender as pautas de reivindicações do grande capital, que destruíram os direitos sociais, a proteção do mercado interno e a soberania nacional. Em contraponto, as centrais sindicais e os movimentos sociais, que se manifestaram com milhares de trabalhadores contra as tentativas de desestabilização da democracia, realizaram um ato nacional em defesa da Petrobras, dos direitos trabalhistas e da convocação de um plebiscito por uma Constituinte para reforma do sistema político (Lara & Silva, 2019, p. 490).

É mediante ao avanço de mobilizações e manifestações em prol do capital que o golpe contra Dilma Rousseff é perpetrado e Temer assume não apenas a direção do país como a agenda neoliberal em seu caráter mais radical, representando um desafio nunca antes vivenciado pelos movimentos sindicais e de resistência em todo o Brasil, provocando também o debate sobre estratégias de enfrentamento nos sindicatos vinculados às universidades federais e

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/01/dieese-classifica-como-favoravel-a-criacao-de-empregos-no-primeiro-governo-dilma-3807/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

¹¹¹ Greve noticiada pela mídia. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Greve-da-educacao-federal-e-dos-servidores-publicos-federais-contr-a-os-ataques-de-Dilma-e-do-PT>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

instituições de ensino público, como os institutos federais de ensino, por todo o país.

2.2.2.

Ação sindical e as universidades públicas federais em conjuntura ultraneoliberal

Em atos contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, as centrais sindicais, e principalmente os órgãos ligados à educação, operaram grande mobilização: os estudantes ocuparam inúmeras universidades públicas federais e particulares em todo o país, onde permaneceram, inclusive, com o apoio dos docentes e técnicos administrativos e suas entidades representativas, Andes-SN e Fasubra¹¹². Temer assumiu o poder no dia 31 de agosto de 2016 e, em dezembro desse mesmo ano, como já assinalado, aprovou a *PEC da Morte*, transformada na Emenda Constitucional nº 95, que, segundo Granemann (2018, p. 358), “congela os gastos sem congelar a arrecadação; com isto, reduzem-se os direitos e aumentam os deveres, sobretudo a quota parte que, no plano do imediato, diz respeito à contribuição por impostos sobre o consumo da classe trabalhadora”. Apesar de toda mobilização e organização dos estudantes e parte dos sindicatos¹¹³, as manobras políticas que obtiveram apoio popular e firmou Temer na presidência, de fato, cumpriram a função de atender aos interesses do grande capital.

A contrarreforma trabalhista, a tentativa de contrarreforma previdenciária e demais medidas em vigor a partir do governo Temer¹¹⁴ incidem diretamente sobre as universidades. Almeida e Furtado (2017, p. 7), ao defenderem a concepção de universidade como um local de excelência e produção de conhecimento, alertam para a necessidade de estabilidade financeira dos pesquisadores, cuja produção serve aos interesses da sociedade e, não, para atender a lógica do mercado e do enriquecimento empresarial. Nesse sentido, “as contrarreformas da previdência, trabalhista e do ensino médio e o ‘novo regime fiscal’ atingem em cheio a Universidade, seus docentes, técnico-administrativos e estudantes”. A terceirização ampliada, aprovada na contrarreforma trabalhista, também atinge as

¹¹² A UNE contabiliza 229 universidades ocupadas. Disponível em: <<https://une.org.br/noticias/brasil-tem-224-universidades-ocupadas-em-luta-contra-pec-55/>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

¹¹³ Mobilização promovida e notificada pela Andes. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8571>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

¹¹⁴ Alterações e medidas governamentais aprovadas no governo Temer foram expostas no capítulo 1, subcapítulo 1.5, desta tese.

universidades, sendo permitida e perpetuada em áreas estratégicas na construção do conhecimento, inclusive atingindo a docência.

Outro ponto relevante para os sindicatos, aprovado na contrarreforma trabalhista, foi o fim do imposto sindical, afetando as centrais sindicais, apesar de haver divergências sobre o tema. As centrais vistas como *pelegas*, como a Força Sindical (FS), posicionaram-se contra o fim da cobrança¹¹⁵ e, após sua aprovação, sofreram significativamente com a perda de arrecadação. A FS alega ter perdido 90% da arrecadação no final de 2018, primeiro ano sem a obrigatoriedade do pagamento do imposto. A CUT, oficialmente, defendeu o fim da cobrança¹¹⁶, mas há relatos de divergências internas sobre a questão, e a Central também teve queda significativa na arrecadação. A CSP-Conlutas alegou ser a favor do fim da cobrança compulsória, indicando que o trabalhador deve contribuir voluntariamente, e as centrais devem buscar meios para o autofinanciamento.

Ocorre que o fim do imposto sindical sobrevém em um período agressivo para a organização coletiva da classe trabalhadora, peculiar ao capitalismo. Considera-se que a cobrança deve ser facultativa, sobretudo, para a formação de uma consciência de classe que motive a luta coletiva e estimule as contribuições voluntárias às organizações. Os sindicatos presentes nas universidades também foram *equivocadamente* atingidos por essa medida. As universidades já atuavam com adesão voluntária entre os trabalhadores tanto de sindicatos de técnicos, como de docentes. Ao optarem pela filiação, eles autorizam que a cobrança seja debitada em contracheque, porém, uma liminar obrigou o pagamento via boleto bancário, alegando a não obrigatoriedade do imposto sindical. A determinação não é aplicada atualmente, justamente em função da voluntariedade na adesão, questão que foi judicializada e gradativamente *resolvida* em algumas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Entretanto, somente passados alguns meses, impactando a organização sindical¹¹⁷.

Houve ainda muitas divergências entre as centrais sindicais ocupando o cenário nacional, a CSP-Conlutas, por exemplo, propôs a organização de uma nova greve geral, não acolhida de forma ampla pelos pares; as mídias

¹¹⁵ Posicionamento da Força Sindical disponível em: <<https://fsindical.org.br/imprensa/sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1o-ano-da-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

¹¹⁶ Posicionamento da CUT disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/o-que-a-cut-e-sindicatos-filiados-pensam-sobre-o-fim-do-imposto-sindical-3977>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

¹¹⁷ A notícia foi veiculada e comemorada pelas universidades. Disponível em: <<https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/justica-federal-do-rio-concede-liminar-que-mantem-mensalidade-sindical-automatica-23508500.html>>. Acesso em: 10 maio. 2020.

denunciaram a *negociação financeira* entre governo e centrais sindicais¹¹⁸, mostrando a estratégia perpetrada pelo uso indevido do imposto sindical¹¹⁹. Andes-SN, Fasubra e Proifes posicionaram-se contrários a mais uma contrarreforma, sobressaltando a devastação na educação nacional, já potencializada pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95. Estes apontamentos alertam para necessidade de unidade de luta construída, apesar das diferenças. Antunes (2018) salienta que os sindicatos são obstáculos para a expansão do capitalismo e, por isso, interessa ao capital a recessão de um sindicato de classe e expansão de sindicatos de negociação aptos para ceder aos princípios do neoliberalismo. A luta sindical foi metamorfoseada, os tipos de greves modificadas, deixando sua essência propositiva para tornar-se defensiva, com estratégias e ações adaptadas à ordem hegemônica.

As deliberações dos governos Dilma e Temer contribuíram, portanto, para o enfraquecimento dos sindicatos e das organizações coletivas, refreando as manifestações e a oposição ao governo em grandes proporções. A mídia, por seu turno, explorou a ideia de uma crise ética, moral, econômica e política atrelada ao governo PT. Somado à expansão do conservadorismo ao consequente avanço da direita, o resultado culmina com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a continuidade de uma política de austeridade para a classe trabalhadora.

Ainda durante o período eleitoral, em 2018, as universidades foram alvo de operações da justiça eleitoral, sob alegação de denúncias de ações de cunho político-partidário, presentes em diferente campus. Os estudantes organizaram um “ato unificado em repúdio à censura nas universidades” e as palavras de ordem definiam: “a nossa luta unificou, é estudante junto com trabalhador”, como um preceito das interferências que viriam a ocorrer nos anos posteriores¹²⁰.

É significativo registrar que a expansão da direita e sua ascensão à presidência da república esteja associada à luta de classes, o que motivou a localização do tema aqui abordado a partir dos princípios de Marx, conforme indicado no início desta tese. A estratégia política de conter a organização dos trabalhadores e interferir em sua conscientização como classe foi determinante

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/3616/em-meio-a-luta-contr-reforma-da-previdencia-temer-promete-r-500-mi-as-centrais>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

¹¹⁹ O Imposto sindical, ou contribuição sindical, estava presente tanto na CLT, quanto na Constituição Federal, e representava a base de sustentação financeira de muitos sindicatos e centrais sindicais. Detalhamento da cobrança e repasse disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/contribuicao-sindical-e-obrigatoria-qual-a-situacao-atual/>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

¹²⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/estudantes-protestam-no-rio-contr-acoes-da-justica-eleitoral-em-universidades.shtml>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

para aprovar o conjunto de ações que retiram os direitos dos trabalhadores. Como avalia Iasi (2018)¹²¹, “o verdadeiro sentido da extrema direita é outro. Acirrar as contradições para vender a alternativa da ordem imposta violentamente, seja pela interferência direta das forças armadas, seja através do controle da ordem institucional, legislativa e judiciária”.

A tentativa de aprovação da contrarreforma da previdência ainda no governo Temer sofreu pressão por parte dos movimentos de oposição, que ganharam as ruas e as redes sociais, e grandes capitais foram ocupadas com ações sindicais que colheram assinaturas contra a contrarreforma, organizando um *Primeiro de Maio* direcionado à temática, distribuindo material explicativo pessoalmente e por meio eletrônico, expondo a fraude do déficit previdenciário. A CSP-Conlutas denunciou um acordo permeado pela liberação de verbas aos parlamentares. Além disso, os canais de comunicação promoveram grandes debates a respeito do tema e as universidades organizaram palestras em todo o Brasil para disseminar informações, buscando ligação e diálogo com trabalhadores, porém, a complexidade é imensa na medida em que muitos trabalhadores não têm acesso a qualquer direito trabalhista e a realidade remete a uma parcela substancial da classe à informalidade.

Quando a contrarreforma previdenciária é retomada no governo Bolsonaro, em 2019, os sindicatos já estão enfraquecidos em reflexo às alterações praticadas pela contrarreforma trabalhista, que afetou sua organização e arrecadação. Registra-se uma queda de 97,5% na arrecadação referente ao ano de 2021¹²², se comparado a 2017, ano imediatamente anterior à contrarreforma trabalhista. Ademais, os sindicatos universitários também são atingidos por interferência governamental, e ainda ocorre que as universidades já praticavam um modelo de adesão voluntária, pelo qual o trabalhador que desejasse a filiação autorizava a cobrança sindical, e o valor era debitado direto no contracheque. Porém, sem nenhum aviso prévio, o governo derrubou, via sistema, a cobrança da cota sindical nos contracheques dos trabalhadores docentes e técnicos das universidades. Além disso, os sindicatos sofreram o impacto direto na arrecadação. O governo passou a exigir que as cobranças fossem feitas via boleto bancário, e, não, com desconto direto em folha. O caminho encontrado para reverter a situação, pelas direções sindicais, foi a judicialização e alguns sindicatos conseguiram uma liminar de forma preventiva, enquanto outros que sofreram a mudança inesperada

¹²¹ Texto expresso no Blog da Editora Boitempo, disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/16/o-fascismo-e-os-homens-bons/>> Acesso em: 05 maio. 2020.

¹²² Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/arrecadacao-com-contribuicao-sindical-cai-975-desde-2017/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

não recuperaram os valores que foram suspensos nesses períodos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2018, informa perda de 1,5 milhões de associados a sindicatos em 2018¹²³, inclusive entre trabalhadores do setor público.

Houve ainda outras ações que marcaram o primeiro ano do governo Bolsonaro, como o desmonte das proteções ambientais, que eclodiu em queimadas de imensas proporções na Amazônia, devastação de florestas por garimpeiros e violência indiscriminada contra povos indígenas¹²⁴, e estas ações ocuparam o noticiário internacional. Sobre o fim do primeiro ano do governo Bolsonaro, Demier (2019) pondera:

Bolsonaro e sua plêiade de cavaleiros lumpens sabem que chegaram ao poder pelo voto, mas fazem votos e atos para que possam se livrar o mais rápido possível dos inconvenientes do regime político eleitoral. Seu projeto é salvar a sociedade burguesa para a burguesia, mas do seu jeito cruento, tosco e plebeu, o que inclui não só realizar o extermínio de direitos e quaisquer garantias sociais, mas também o extermínio da razão, da ciência, da cultura, da arte, do humor autêntico, dos sindicatos independentes, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, da oposição em geral, e, claro, de muitas vidas de pobres, negros e trabalhadores. A lumpemburguesia neofascista no governo sabe que o único modo de não vir a ser facilmente descartada pelo grande capital é, para além de efetivar o projeto econômico ultraneoliberal deste, atender aos abjetos e já nada secretos desejos dos estratos médios reacionários, cujo ódio aos de baixo, a inveja aos intelectuais, o repúdio à universidade, a aversão à arte, o horror às letras, o temor ao humor crítico e a idolatria ao presidente bufão são tão grandes quanto foi a confiança da mulher de Maomé em seu marido¹²⁵ (Demier, 2019, p. 1).

É basilar lembrar que, durante a exposição de seu plano de governo, o então presidenciável Jair Bolsonaro apontou os caminhos e diretrizes que seriam a base de sua gestão, sendo esta de cunho liberal, atribuindo ao liberalismo o caminho para “reduzir a inflação, baixar os juros, elevar a confiança e os investimentos, gerar crescimento, emprego e oportunidades”. Em relação ao ensino superior, a proposta seria incentivar o empreendedorismo, de forma que o jovem saísse “da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em produtos, negócios, riqueza e oportunidades”, e acrescenta que as pesquisas em universidades deverão ter como foco a atuação com empresas¹²⁶.

Nessa perspectiva, ao elencar os ministros da Educação que ocuparam o cargo durante o governo Bolsonaro, é possível ter um panorama sobre a educação

¹²³ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/sindicatos-perderam-15-milhao-de-associados-em-2018-mostra-ibge>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

¹²⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-manifesta-preocupacao-com-incendios-na-amazonia/>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

¹²⁵ Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/12/26/o-fascismo-adentra-pela-porta-da-frente-notas-sobre-novo-terrorismo-de-direita-no-brasil/>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

¹²⁶ Disponível em: <<https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/conheca-o-plano-de-governo-do-candidato-jair-bolsonaro.html>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

superior no país, em especial, a universidade pública federal, que vai ao encontro dos preceitos anunciados durante sua campanha.

O primeiro foi Ricardo Veléz Rodríguez, filósofo, teólogo e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), que assume o ministério em primeiro de janeiro de 2019 e permanece até 8 de abril do mesmo ano, num total de 97 dias no comando da pasta. Dentre as ações que marcaram sua gestão, destaca-se sua fala em relação ao ensino superior: "a ideia de universidade para todos não existe". Em seu entendimento, estas instituições devem ser restritas para uma "elite intelectual", que não seria exatamente o mesmo que uma "elite econômica", e a proposta é investir no ensino técnico, que traria um retorno econômico com mais garantias que o ensino superior¹²⁷. Sua saída está relacionada, dentre outros fatores, à disputa de poderes entre setores da própria base governamental, como militares, evangélicos, e a Olavo de Carvalho¹²⁸, além das constantes intervenções nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que chegou a demitir a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Inês Fini, por apresentar, no exame de 2018, uma questão de linguagens que tratava do dialeto pajubá, um conjunto de expressões associadas aos gays e aos travestis.

O segundo ministro foi Abraham Weintraub, economista e docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), anunciado por Jair Bolsonaro como doutor, título que posteriormente foi comprovado não existir, além de outras inconsistências presentes em seu currículo¹²⁹. Manteve-se no ministério entre 8 de abril de 2019 e 20 de junho de 2020. No primeiro mês de sua gestão, anuncia o congelamento de R\$1,7 bilhão de reais da pasta da Educação, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (discricionários) e 3,43% do orçamento total das universidades e institutos federais¹³⁰, e, nesse contexto, emite a polêmica declaração: "Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas". A respeito sobre o que seriam as *balbúrdias* dentro do campus, relata: "sem-terra dentro do

¹²⁷ Informações disponíveis em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/relembre-as-polemicas-da-gestao-velez-rodriguez-no-ministerio-da-educacao-23481992>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹²⁸ Um dos poucos representantes do pensamento conservador no Brasil que foi destaque na campanha e em parte do governo de Bolsonaro, além de grande influenciador de seus apoiadores. Biografia disponível em: <https://www.ebiografia.com/olavo_de_carvalho/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹²⁹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/04/08/verificamos-ministro-educacao-doutor>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹³⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verbas-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

campus, gente pelada dentro do campus”¹³¹. A opugnação a todos estes fatos eclodiu e as mobilizações a favor da educação ganharam as ruas, movimentando um número expressivo de pessoas e centrais sindicais.

Fasubra, Andes-SN e UNE convocaram um dia de greve pela educação, e o 15 de maio de 2019 contou com manifestações em todos os estados e no DF¹³². A respeito destas manifestações e das pessoas que a compõem, o presidente Bolsonaro alega que são “idiotas úteis”, “militantes”, “massa de manobra, alunos que “não sabem nem a fórmula da água e servem de instrumento político para uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais”¹³³.

Há um movimento nas declarações da presidência da república, do ministro da educação e de outras autoridades que compõem o governo, expressando diretamente a demonização dos intelectuais e da ciência, inclusive com ataques abertos ao *marxismo cultural*¹³⁴, tornando habituais menções como “o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” e promessas de “combater o marxismo nas escolas” como um sinal de oposição à ideologia de esquerda que atende às minorias, ao movimentos sociais e ao politicamente correto presente no governo PT, segundo discurso da própria base governamental.

Seguindo a mesma retórica, Paulo Freire, patrono da educação brasileira, internacionalmente conhecido pela elaboração de uma política de ensino que preza pela reflexão crítica e pela emancipação dos sujeitos, é repulsado pelo governo, com contínuas ofensas tanto por parte da presidência, como de seus ministros¹³⁵. A estratégia é nitidamente difundir que há uma crise maior a ser enfrentada, para além das questões econômicas, mas que fere diretamente a

¹³¹Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzi-das-diz-weintraub/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹³² Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

¹³³Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/bolsonaro-diz-que-manifestantes-contra-cortes-na-educacao-sao-idiotas-uteis-e-massa-de-manobra.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

¹³⁴ O chamado *marxismo cultural*, apesar do nome, não é baseado nas ideias de Karl Marx, já que o filósofo não descreveu em suas obras esse tipo de estratégia, nem partilhava de tal ideologia. Segundo Marx, a revolução para ascensão ao comunismo seria feita pela tomada dos meios de produção pelo proletariado, e não por meio da cultura de uma nação. De acordo com aqueles que defendem que existe um marxismo cultural, o termo designa, basicamente, uma estratégia para que uma sociedade saia do capitalismo e chegue ao comunismo, ou seja, um plano para a dominação da ideologia marxista. Isso não aconteceria pelo uso da força e da revolução armada, já que os seguidores do marxismo teriam percebido que tal método fracassara. A revolução cultural, como essas pessoas chamam, se daria através de mudanças gradativas na cultura da nação e pela implementação dos dogmas da esquerda nos indivíduos. Dessa forma, o comportamento e a mentalidade – incluindo a visão política – da população seria alterada, abrindo portas para que o comunismo fosse instaurado (MOYA, 2019).

¹³⁵ Inclusive, a Justiça do Rio de Janeiro impetra uma liminar que proíbe o governo de atentar contra a dignidade de Freire. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/por-que-a-extrema-direita-elegeu-paulo-freire-seu-inimigo-dw/>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

família tradicional com discussões de temas como gênero, raça e misoginia. Ou seja, com enunciados repletos de ideologia, Bolsonaro e sua equipe alegam rechaçar a ideologia através de um reducionismo que nega as complexidades presentes na sociedade brasileira. Vieira (2019) considera esse momento o mais grave já enfrentado pelas universidades públicas; o autor entende que “para resistir a esse quadro, a defesa da universidade pública precisa ir além de seu próprio espaço e dos segmentos que a compõem” (Vieira, 2019, p. 99), tendo em vista que a “asfixia financeira se soma a uma ofensiva ideológica do obscurantismo instalado no governo que vê como inimigos a universidade pública, as iniciativas de democratização em seu interior e o próprio conhecimento produzido”. O corte de verbas das universidades públicas não ocorre de maneira isolada. Em paralelo, existe uma valorização das instituições privadas de ensino superior.

Ademais, Weintraub verbaliza: “esse governo defende o viés liberal na economia e conservador nos costumes”, e continua: “Se há duas pessoas honestas tendo uma relação econômica livre, por que alguém tem que interferir? Para que criar um monte de regras entre uma pessoa que quer estudar e um grupo que quer ensinar?”¹³⁶. No decorrer de sua gestão à frente do Ministério da Educação, há uma relevante restrição aos programas de inclusão presentes nas universidades federais, sendo propostas controversas com vistas a taxar o ensino superior, e ainda o anúncio do programa Future-se, que, em definição do próprio Ministério da Educação (MEC): “busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais”¹³⁷. O Andes-SN compreende-o como a extinção da educação federal pública, representando a precarização da própria ciência, além de incorrer no “aumento da desigualdade de gênero na carreira acadêmica”, como pondera Marília Moschkovich¹³⁸. Alinhado à ofensiva e ao projeto ultraneoliberal do governo, há a construção de uma contrarreforma administrativa, com desdobramento direto aos servidores públicos federais, ainda incipiente, sob

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/weintraub-escancara-porta-do-mec-para-setor-privado-no-ensino-superior/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹³⁷ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

¹³⁸ Texto expresso no Blog da Editora Boitempo, disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/08/13/future-se-e-o-aumento-da-desigualdade-de-genero-na-carreira-academica/>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

acompanhamento de centrais sindicais, como a CUT¹³⁹. Registra-se que a organização *Todos pela Educação* considera Weintraub o pior ministro da educação que o Brasil já teve¹⁴⁰.

O terceiro ministro da Educação a ser nomeado foi Carlos Alberto Decotelli, em 25 de junho de 2020¹⁴¹. Porém, após serem apontadas inconsistências em seu currículo e outras contestações, não exerceu, de fato, a gestão como ministro. Assim, o quarto ministro foi Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, teólogo, advogado, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie, que esteve no cargo entre 16 de julho de 2020 e 28 de março de 2022, ocupando quase que a totalidade do tempo em que o Brasil e o mundo vivenciaram o período da pandemia de covid-19. Sua gestão foi considerada ineficiente para o período e o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) alega que as deficiências de planejamento e a gestão durante a pandemia dificultaram o alcance das metas no setor da educação e agravaram a disparidade entre as redes pública e privada¹⁴². Dentre suas exposições que causaram polêmicas durante sua gestão como ministro, destaca-se a referente a pessoas com deficiência (PcD), com posicionamento contra a escola inclusiva, que denominou de "inclusivismo", pois, em sua percepção, a criança com deficiência "era colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprendia, ela atrapalhava o aprendizado dos outros". O ministro declarou ainda que a "universidade deveria, na verdade, ser para poucos"¹⁴³. Em relação à política de cotas nas universidades públicas, entende que: "Pelo menos nas federais, 50% das vagas são direcionadas para cotas. Mas os outros 50% são de alunos preparados, que não trabalham durante o dia e podem fazer cursinho. Considero justo, porque são os pais dos 'filhinhos de papai' que pagam impostos e sustentam a universidade pública. Não podem ser penalizados"¹⁴⁴.

¹³⁹ Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-prepara-mais-um-ataque-brutal-contra-os-servidores-publicos-federais-b18c>>. Acesso em: 07 maio. 2020.

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/weintraub-sai-o-pior-ministro-da-educacao-que-o-brasil-ja-teve/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹⁴¹ Nomeação publicada e disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/carlos-alberto-decotel-e-nomeado-ministro-da-educacao>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹⁴² Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/deficiencias-de-planejamento-e-gestao-durante-a-pandemia-dificultam-alcance-das-metas-no-setor-de-educacao.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

¹⁴³ O ministro foi convidado a prestar esclarecimentos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) a respeito destas declarações. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/14/ce-ouvira-milton-ribeiro-sobre-declaracoes-relacionadas-a-universidade-e-a-educacao-inclusiva>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 05 maio. 2022.

Milton Ribeiro foi exonerado depois de pedir demissão e ser alvo de inquérito da Polícia Federal (PF) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O motivo é as suspeitas de um “gabinete paralelo” em funcionamento dentro do MEC, comandado por dois pastores evangélicos sem vinculação oficial com o governo, cujas ações favoreciam outros pastores ligados a determinados municípios. Houve ainda o vazamento de um áudio, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que o ministro afirma que, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, “a prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar¹⁴⁵”. Andes-SN, Fasubra e o Sinasefe divulgaram uma nota conjunta exigindo a demissão do ministro, que destaca:

A farra com recursos do FNDE no esquema do ‘Bolsolão do MEC’ é inadmissível! Os recursos do fundo devem ser destinados para ações de reestruturação e modernização das instituições de ensino, para garantir assistência estudantil a estudantes de baixa renda, ampliar o número de escolas, investir em pesquisa e contratar professores, e não para beneficiar a construção das igrejas¹⁴⁶.

Victor Godoy Veiga, homem de confiança de Milton Ribeiro e secretário-executivo do MEC durante sua gestão, assume interinamente a pasta até sua nomeação efetiva em 18 de abril de 2022, tornando-se o quinto ministro da educação do governo Bolsonaro, até o momento atual. Formado em engenharia de redes de comunicação de dados pela Universidade de Brasília (UNB), pós-graduado em Altos Estudos em Defesa Nacional na Escola Superior de Guerra, servidor público da carreira de auditor federal de finanças e controle da Controladoria-Geral da União (CGU) desde 2004, tem na parceria com Ribeiro sua única experiência direta com a gestão na área de educação. Godoy, inclusive, é quem assumiu a responsabilidade de esclarecer junto à Comissão de Educação do Senado, caso seja convocado, as questões sob investigação relacionadas ao MEC.

Uma marca que perpassou todos os gestores do MEC e que coaduna com a política educacional anunciada por Bolsonaro está relacionada à nomeação de reitores dos Institutos Federais de Ensino (Ifes). A lista tríplice encaminhada ao MEC para escolha dos reitores¹⁴⁷ sempre teve o primeiro candidato eleito empossado, com raras exceções (a última ocorreu em 1998, na gestão de FHC). No governo Bolsonaro, a exceção virou uma prática, e um total de 22 nomeações

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-deve-afastar-milton-ribeiro-do-ministerio-da-educacao.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

¹⁴⁶ Nota completa disponível em: <<https://fasubra.org.br/geral/fasubra-andes-sn-e-sinasefe-pedem-a-imediata-demissao-do-ministro-da-educacao/>>. Acesso em 02 abr. 2022.

¹⁴⁷ A lista tríplice foi instituída através da Lei Nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

(cerca de 40% do total possível) para reitores, ao longo de seu mandato, não empossaram o candidato escolhido pela comunidade acadêmica, inclusive, a universidade pesquisada nesta tese faz parte da estatística.

O total de reitores eleitos e não empossados engloba diferentes situações: há casos em que o segundo ou terceiro colocado foi nomeado, e outros em que foi indicado um reitor pró-tempore. Os impactos gerados nestas lides são inúmeros: o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) sofreu intervenção da polícia militar durante uma manifestação contra a nomeação de um diretor temporário no interior do campus de Natal. Há registros de agressão a trabalhadores e docentes praticadas pela PM¹⁴⁸; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi nomeado um interventor que desligou 190 cotistas. É singular, entre todas as unidades, o registro de avanço do autoritarismo, ou seja, um apequenamento dos conselhos deliberativos, com reducionismo dos espaços democráticos de participação e perseguição aos opositores.

As representações dos técnicos administrativos, presentes através do Sinasefe, Fasubra e sindicatos de base, do movimento estudantil, pela UNE, Ubes e movimento estudantil local e de docentes, mediante o Andes-SN e os sindicatos de base, organizaram uma articulação e lançaram a campanha nacional *Reitor/a eleito/a é reitor/a empossado* a fim de trazer visibilidade à questão, de forma a envolver a sociedade e demais entidades representativas, como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão da Câmara dos Deputados que trata do Ensino Superior, dentre outras, para coletivizar a luta e modificar a conjuntura. Os reitores eleitos e não empossados registraram uma carta em defesa da democracia, onde reconhecem a peculiaridade do momento histórico vivenciado no país, denunciam a ameaça à autonomia universitária, registram o apoio expressivo do movimento estudantil e do movimento sindical e destacam:

As garantias constitucionais definem a autonomia universitária como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Ao afrontá-la, as recentes nomeações e indicações feitas pela Presidência da República, por iniciativa antidemocrática do MEC, criam uma imagem institucional bastante negativa, corroborando para que a sociedade civil veja com descrédito as Instituições e seus processos decisórios, que devem ser sempre democráticos¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://aspuv.org.br/servidores-e-estudantes-do-ifrn-sao-agredidos-em-protesto-contraintermentor/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹⁴⁹ Carta completa disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Bruna%20PDF/Vers%c3%a3o%20final%20Carta%20aberta%20-%20A%20DEMOCRACIA%20PRECISA%20PREVALECER%20-%2020%20IFES.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

O argumento utilizado pela presidência da república é, novamente, a questão ideológica presente nas universidades e ainda o fato de alguns reitores eleitos serem filiados a partidos políticos de esquerda. O governo editou duas medidas provisórias objetivando alterar o modelo de nomeação. Uma caducou e a outra foi devolvida pelo Congresso. Os reitores das Ifes são organizados pela Andifes desde 1989, que, dentre outras funções, é responsável pela interlocução com o governo federal e com sindicatos docentes, técnicos e discentes. Contudo, em fevereiro de 2022, durante a gestão de Milton Ribeiro, é criada a Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil (Afebras), que contou inicialmente com seis reitores, todos indicados pelo governo Bolsonaro, alegando não possuírem espaço para discutir o ensino superior por meio da Andifes, que finalizou este processo com 63 reitores em sua estrutura.

As mobilizações não reverteram o resultado, então a estratégia passa a ser apoiar a Arguição de Descumprimento Fundamental (ADPF) 759, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Andes-SN, Fasuba e outras entidades somaram esforços e o pleito foi julgado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2021, mas o resultado apenas reforçou a Lei Federal nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, em que o presidente é limitado a escolher candidato presente na lista tríplice, e não obrigatoriamente o primeiro colocado. Em acordo com o dossiê *Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*, construído pelo Andes-SN (2021, p. 41) “o STF não reconheceu a legitimidade da autonomia universitária, com base no artigo 207 da Constituição Federal e desconsiderou os estatutos das Universidades Federais”.

Em verdade, a pauta econômica é um elo entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, que contam com a representação militar em cargos relevantes em todos os eixos, e que, de acordo com o Andes-SN (2021), “representa um dos mais importantes e significativos retrocessos de nossa sociedade contemporânea”, revelando o processo de fascistização das estruturas de poder no Brasil. Este alinhamento permite a aprovação das contrarreformas já realizadas e outras em discussão, como a administrativa e da educação, que acirram a desigualdade socioeconômica e incidem diretamente sobre o direito dos trabalhadores.

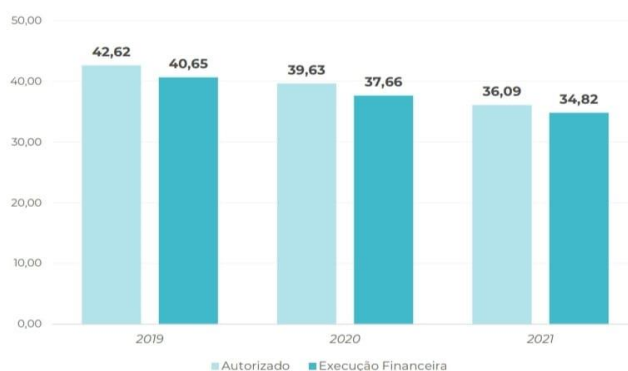
A respeito da política educacional para o ensino superior, há um antagonismo no que tange às práticas experienciadas no governo Lula e no governo Bolsonaro, conforme já exposto ao longo deste trabalho. Não obstante às contrarreformas que promoveu e à política de coalização de classes levada a cabo

em seus governos, Lula evidenciou um movimento de expansão das universidades, presente na criação de novas universidades públicas, na expansão e na criação de novos campi, e na descentralização para regiões não metropolitanas através de programas já assinalados, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Iniciativas que ampliavam o ensino público superior e que, mais amplamente, favoreciam o setor privado da educação, gerando críticas sobre a mercantilização do ensino público. Santos (2102, p. 90) afirma que “para disfarçar o forte apoio dado à iniciativa privada por atender os ditos excluídos da educação, o Estado monta cursos aligeirados, segmentados, tecnológicos e à distância”. Leher (2010, p. 402) também faz uma reflexão crítica sobre o tema, porém, ao analisar o Reuni, registra com uma contradição positiva a realização de mais de dez mil concursos para docentes e salienta que este número está “longe de ter recuperado a força de trabalho necessária para o funcionamento universitário das Ifes e, em especial, para cobrir o déficit histórico e as futuras aposentadorias, a entrada de novos professores é, em si mesma, uma variável importante”.

O governo Bolsonaro chega ao final do seu último ano de mandato com a inauguração de uma única universidade pública federal, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), decorrente do desmembramento do campus de Araguaína e Tocantinópolis, que pertenciam a Universidade Federal do Tocantins (UFT). De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o dispêndio com ensino superior no governo Bolsonaro regrediu consideravelmente, e isto não ocorre apenas em função da pandemia de covid-19 que, em verdade, demandaria um maior investimento, dados os novos desafios para a adequação dos estudos, e não sua diminuição, ou seja, há um projeto político para o enfraquecimento das instituições públicas de ensino superior, e o negacionismo científico nunca foi tão difundido no Brasil. Assim, a execução financeira com as universidades entre 2019 e 2021 apresenta queda de R\$6 bilhões em termos reais¹⁵⁰. O gráfico 1 ilustra este quadro.

¹⁵⁰ Gráfico de nº 12 extraído da página 42 do estudo *A conta do desmonte - Balanço do Orçamento Geral da União 2021* lançado pelo INESC. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Orçamento da Subfunção Ensino Superior | 2019 a 2021
valores em bilhões de reais constantes, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos em 4 de fevereiro de 2022
Elaboração: Inesc

Gráfico 1 – Orçamento Ensino Superior.
Fonte: Siga Brasil, elaboração Inesc, 2022.

O gráfico 1 representa uma queda constante, em todo o governo Bolsonaro, do valor autorizado para os custos com educação, que já não seria o suficiente, pois não é executado em sua plenitude, além disso, a sequência de cortes é mantida. O mesmo ocorre em relação aos órgãos de fomento para pesquisa: o orçamento destinado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) também sofreu cortes significativos¹⁵¹. O momento pandêmico e a visibilidade nacional em torno da necessidade de pesquisa contribuíram para uma autorização maior de verba para o ano de 2022, porém, somente ao final do governo Bolsonaro será possível conhecer a sua real utilização por meio da sua execução financeira.

Orçamento da Capes | 2019 a 2021
valores em bilhões de reais constantes, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos em 4 de fevereiro de 2022
Elaboração: Inesc

Gráfico 2 – Orçamento Capes.
Fonte: Siga Brasil, elaboração Inesc, 2022.

¹⁵¹ Gráfico de nº13 extraído da página 44 do estudo *A conta do desmonte - Balanço do Orçamento Geral da União 2021* lançado pelo INESC. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

O interesse governamental em esmaecer as universidades está materializado não apenas nos cortes de verbas e na (não) construção de uma política educacional, mas também na constância, como já assinalado nesta tese, de pronunciamentos que depreciam a educação e o ensino superior. É nesse caminho que Bolsonaro, em fevereiro de 2022, na saída do Palácio da Alvorada, afirma a seus apoiadores “O Fies é um bom programa [se] feito com responsabilidade. O que a esquerdalhada fez? Criou 1 trilhão de universidades pelo Brasil. Virou negócio. Quem sabe e acompanha um pouquinho vê o que aconteceu”¹⁵². Ratifica-se a criação de 18 universidades durante os governos do PT, além de 173 campi universitários e o acréscimo da oferta de vagas para o ensino superior público de 505 mil para 932 mil vagas.

É nesse caminho que o governo Bolsonaro expressa uma realidade concreta, material que provocou um efeito dicotômico na sociedade, *ou ama ou odeia*, mas este lugar não é ocupado de maneira aleatória, é resultado de um processo social. Seus discursos sobre as universidades e as estratégias de enfraquecimento das mesmas interessam ao grande capital e representam grande parte da sociedade brasileira. E, através dessas práticas, ele conseguiu organizar um lugar para as universidades associado ao socialismo, ao comunismo e a palanques partidários, sobretudo ligados ao PT, em oposição à política educacional de seu governo que combate a ideologia e investe em estudos tecnológicos que atendem à imediatividade das necessidades populacionais e empresariais. Iasi (2019)¹⁵³ relembra que as questões orçamentárias são debatidas há tempos e que as universidades vêm sendo contingenciadas, como tratou o Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino, em 2017. Contudo, ao especificar o governo Bolsonaro, entende que “trata-se de algo muito maior que o mero equilíbrio orçamentário. Trata-se de um ataque contra a concepção de universidade e de ensino público” e finaliza dizendo que “as universidades estão na mira do rancor governista por motivos políticos e ideológicos”.

¹⁵² Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/educacao/bolsonaro-critica-pt-por-criar-1-trilhao-de-universidades/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

¹⁵³ Análise publicada em 27 de maio de 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/27/o-ataque-da-ignorancia-contra-a-razao-a-defesa-da-universidade-publica-e-a-conjuntura/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

2.3.

Trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados: mulheres em foco

Eu particularmente por ser mulher e negra era duplamente atacada, e isso me fez criar mais resistência, eu não posso me permitir recuar, não posso me dar esse direito. Enfrentei muitas coisas na vida e não vou abaixar a cabeça agora por defender o que eu acredito¹⁵⁴.

A trajetória de luta das mulheres no movimento sindical perpassa pela própria história de opressão das mulheres na sociedade, e a ampliação da participação feminina corrobora com o momento de reestruturação e de renovação do próprio sindicato. A diversidade de trabalhadores e trabalhadoras e suas especificidades, as bandeiras propostas pelo movimento feminista e as questões raciais e de LGBTfobia trouxeram pautas complexas a serem debatidas e promovidas no espaço sindical. O relato da coordenadora-geral do sindicato de técnicos da universidade analisada expressa a complexidade da temática e obsecra o debate sobre a diversidade nas universidades e no espaço sindical, além do papel que estas instâncias devem assumir na construção de políticas públicas na área de educação e no trabalho, tendo como foco a saúde.

Nesse caminho, o resgate histórico do lugar da mulher trabalhadora tem sua gênese desde as sociedades pré-capitalistas, que dispõem acerca dos diferentes momentos em relação ao masculino e ao feminino. Há uma soberania do masculino que incide de diferentes formas ao longo da história, porém, também houve momentos históricos centrados no matriarcado. Engels (1984) expõe uma linha histórica de constituição do conceito de família e expõe o matrimônio sindiásmico, pelo qual a decadência era estabelecida com base na linhagem materna, fundado na primitiva lei de herança imperante na gens, e relata a mudança desta lógica. Segundo o autor, “bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando à gens de seu pai” (Engels, 1984, p. 60), abolindo, dessa forma, a filiação feminina e o direito hereditário materno.

Saffioti (1976) registra que as mulheres trabalhavam e compunham a base econômica, que era atribuição da família e envolvia, inclusive, as crianças, principalmente entre as camadas menos privilegiadas da sociedade. A autora

¹⁵⁴ Declaração emitida pela coordenadora-geral do STA, em junho de 2021, mulher, negra, 56 anos, heterossexual, aposentada, com 30 anos de trabalho na universidade.

registra que o lugar da submissão feminina apareceria em função da necessidade de proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da sua fragilidade, e destaca que “a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família” (Saffioti, 1976, p. 33), que não era uma proibição ao trabalho, portanto, “o mundo econômico não era estranho a mulher” (p. 33).

Engels (1984, p. 73), ao refletir sobre a família monogâmica, pondera que esta é reflexo da origem histórica e manifesta claramente o conflito entre o homem e a mulher, com domínio exclusivo pelo homem, o que representa “um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los”. É no capitalismo que as condições adversas às mulheres são perpetuadas à medida que a sociedade é dividida em classes sociais antagônicas e o processo de individualização é principiado, e neste sistema:

A mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerará; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 1976, p. 35).

A separação entre local de trabalho e a casa é firmada no capitalismo; o desenvolvimento da propriedade privada e dos meios de produção é estabelecido, assim como a inovação tecnológica, que acaba por romper a base econômica familiar e, nesse cenário, são atribuídas às mulheres as atividades periféricas da produção e há uma inferiorização de caráter não apenas econômico, mas também social e político, imprimindo o lugar de opressão, acentuado na sociedade do capital. Em um sistema orientado pela valorização do valor a todo custo, as mulheres entram no cenário de produção, especialmente atrelado ao processo de industrialização, porém, em condições precárias, subvalorizadas, com jornadas extensas de trabalho em um grau de expropriação ainda mais elevado do que o praticado aos homens operários. Como registra Engels:

O governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte da produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo - embora apenas para proletária - o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumprir os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode

ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar a sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas (Engels, 1984, p. 80).

Saffioti (1976, p. 48) assinala que, em países desenvolvidos, a contratação de mulheres concentrou-se principalmente na indústria têxtil e de calçados e, em países subdesenvolvidos, sua localização era majoritariamente em funções não produtivas, como o serviço doméstico remunerado, permanecendo, assim, à margem do sistema produtivo de bens e serviços da sociedade de classes. A mulher acumula uma jornada dupla ou até tripla de trabalho, atrelada a piores condições de trabalho, salário desigual e discriminação relacionada a sua condição física, social e biológica, o que é ainda mais perverso quando se trata de mulheres negras. Como pondera Saffioti (2004, p. 134), patriarcado-racismo-capitalismo são singulares, indissociáveis e historicamente constituídos.

No Brasil, apenas foi em 1917 que as mulheres adquiriram o direito de ingressar no serviço público, e a equiparação salarial foi conquistada na Conferência do Conselho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas ainda não é uma realidade. Já a integração ao movimento sindical ocorre apenas em 1920. Carrasco e Petit (2012) registram a entrada das mulheres a partir da Revolução Industrial, acontecendo especialmente nas indústrias têxteis, embora houvesse presença maciça no desempenho de funções como empregada doméstica, cozinheira, lavadeira, telefonistas. A composição é acentuadamente desigual quando a referência são as mulheres negras, cuja concentração era predominante no setor agrícola e dificilmente conseguiam a inserção no setor de serviços. Quando o acessavam, ocupavam lugares inferiores e eram preteridas até mesmo por outras mulheres, as brancas. Saffioti (2004, p. 132) alerta que “sexismo e racismo são irmãos gêmeos”, o escravismo, em sua gênese, revela a diferenciação no tratamento despendido a homens e a mulheres, e conclui: “eis porque o racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo”.

Nesse sentido, as décadas de 1960 e 1970 engendram uma ampliação do número de mulheres na produção, decorrente não apenas do alargamento do acesso à educação e da qualificação pelas mulheres, mas também pela ânsia em ampliar o exército industrial de reserva, corroborando a na desvalorização do trabalhador e na precarização do trabalho e as leis trabalhistas. É também um momento de êxodo rural e de expansão urbana, de crescimento do setor secundário e terciário, mantendo o entrave da desigualdade e da diferenciação

quando se refere à mobilidade social da população negra, que não dispõe de um mesmo acesso à educação formal.

Segundo Souza-Lobo (2021), houve um progresso na contratação de mulheres nos ramos da eletrônica, elétrica e farmacêutica e acrescenta que a desvalorização dos salários e o fim da estabilidade do emprego atrelado ao golpe de estado de 1964 foram imperativos para que a classe trabalhadora oferecesse como resposta “uma estratégia familiar de sobrevivência que obrigava mulheres e crianças da mesma família a ingressarem no mercado de trabalho” (p. 74), intensificando a exploração.

Em relação à exploração da mulher, Toledo (2012) expõe sua expressão, inclusive através de suas características fisiológicas, que são plangentemente utilizadas contra elas. Alegações de inferioridade não apenas física, mas intelectual, quando comparadas aos homens, lhes são imputadas, logo, estes fatores de inferiorização e opressão são empregados para subjugar-las e mantê-las disponíveis para exploração. É iminente a distinção entre opressão e exploração à mulher. Toledo (2012, p. 13) descreve que “a opressão, atitude de aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social cultural e econômica” (p.15), e segue examinando o tema de forma singular:

A opressão é uma categoria diferente da exploração. A primeira é cultural e social; gera uma situação de discriminação, atinge mulheres de diversas classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. A exploração é um fato econômico e dá origem a divisão da sociedade em classes. No entanto, existe uma relação estreita de dependência entre uma e outra. Quando começa a surgir exploração econômica, esta tem a oportunidade de se combinar com diversas situações de desvantagem e de opressão preexistentes, além de abrir caminho para o surgimento de novas. Vai-se estabelecendo, desde o princípio, uma relação contraditória e mediada entre a exploração e as opressões, diferente em cada momento da história e da luta de classes (Toledo, 2012, p. 16-17).

Toledo (2012, p. 102) registra, nas décadas de 1970 e 1980, uma “terceira onda” de lutas feministas, atribuindo às décadas de 1920 e 1960 a primeira e a segunda onda, respectivamente. Para a autora, a terceira onda tem um diferencial, “não foram lutas com bandeiras especificamente feministas, mas sindicais e amplas”. Tal referência traz a singularidade da compreensão do movimento feminista e, embora não seja objetivo desta tese aprofundar-se neste debate, é premente a necessidade de uma contextualização histórica, ainda que brevemente exposta, para apreender as lutas, os avanços e os retrocessos do movimento. A divisão em ondas é uma forma didática de expor a trajetória do

movimento feminista. As três ondas feministas são pautadas nas correntes: liberal, radical e socialista. Contudo, os estudos são complexos, plurais e diversificados. Há linhas acadêmicas que defendem que vivenciarmos o momento de uma quarta onda, marcada pelo ciberfeminismo, e descrevem novas formas de organização do movimento, tal como apresenta Perez e Ricoldi (2019), ou seja, além das três supracitadas, acrescentam-se mais duas, o feminismo negro e o interseccional¹⁵⁵.

A primeira onda ocorre no século XIX, com ênfase na Inglaterra, França e Estados Unidos, marcando o início do feminismo e o do movimento sufragista. A principal bandeira foi a luta pelo voto feminino, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o sufrágio feminino, enfim, a luta por direitos básicos. Mary Wollstonecraft¹⁵⁶ e Sojourner Truth¹⁵⁷ têm destaque nessa conjuntura. O direito ao voto ocorre primeiro na Finlândia, em 1893, e, no Brasil, é conquistado apenas em 1932, com destaque para liderança de Bertha Lutz¹⁵⁸. A vertente que se gesta nesse momento histórico é a liberal, que tem como foco a mulher enquanto indivíduo, seus interesses, escolhas e privações, e é firmada na ideia de liberdade e igualdade. A crítica a essa corrente está no fato de não considerar as diferenças e desigualdades existentes entre as mulheres, pois cada qual parte de um lugar e de uma condição socioeconômica diferente. Outro ponto relaciona-se à construção da luta a partir das instituições existentes, sem romper com a estrutura em vigor.

Outra vertente que surge nesse momento é a do feminismo socialista ou marxista, cuja base é a compreensão dialética das relações de classe, almejando assim, compreender a opressão não apenas pelo viés do machismo, mas a partir das construções próprias do capitalismo, com base na propriedade privada, tendo intrínseca uma sociedade patriarcal e racista que sustenta esse sistema de exploração.

A segunda onda surge a partir de 1960 em um contexto de ditadura presente na América Latina, de Guerra Fria¹⁵⁹ e de revolução cultural. As principais pautas

¹⁵⁵ FRANCHINI (2017) registra que a interseccionalidade não foi uma novidade da terceira onda, pois as mulheres negras feministas sempre existiram desde a primeira onda, porém, registra o negacionismo por parte de mulheres brancas, que inclusive se rebelaram contra o movimento abolicionista.

¹⁵⁶ Bibliografia de Mary Wollstonecraft disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mary-wollstonecraft-220-anos-de-morte/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

¹⁵⁷ Símbolo da luta pela abolição e pelos direitos das mulheres negras nos Estados Unidos. Trajetória disponível em: <<file:///C:/Users/meiry/Downloads/RESIST%C3%8ANCIA+E+AUTORIA+EM+SOJOURNER+TRUTH.pdf>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

¹⁵⁸ Bibliografia de Bertha Lutz disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

¹⁵⁹ A Guerra Fria foi um conflito político-ideológico travado pelos Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. O conflito travado foi responsável por polarizar o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo, e outro alinhado ao comunismo. Ao

eram a legalização do divórcio, as questões sobre a liberdade e a autonomia da mulher, versando sobre o reconhecimento do sexo casual e a legalização do aborto. Destacam-se a obra *O segundo sexo*, da escritora e feminista francesa Simone de Beauvoir, que traz para o debate a construção social da mulher para além da biológica, materializada na frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, p. 12) e, posteriormente, Angela Davis, com a obra *Mulheres raça e classe*.

A questão dos métodos contraceptivos e o uso da pílula anticoncepcional é discutida e propagada extensivamente. A vertente radical ganha força nesse período, ancorada na discussão sobre as origens da opressão à mulher, o patriarcado, a sexualidade feminina, a liberdade e o prazer sexual, o estupro, a violência doméstica, sendo temas vigorosamente debatidos. A presença de homens no movimento é rechaçada, e o conceito de gênero é posto em xeque, pois os papéis sociais atribuídos ao gênero seriam a raiz da opressão sofrida pelas mulheres.

A terceira onda se gesta na década de 1980 e traz à tona pautas já debatidas anteriormente, como o conceito de feminilidade, mas com foco na questão do não binarismo, na interseccionalidade e na teoria *queer*. Judith Butler é o destaque desse período. Na obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, a autora afirma que: “Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte das mulheres que o feminismo afirma representar – sugerem os limites necessários da política de identidade” (Butler, 2016, p. 23).

A teoria *queer* começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 1980 por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificada, especialmente nos Estados Unidos. Traduzir o termo *queer* para a língua portuguesa é complicado, pois “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, como menciona Louro (2004, p. 38). A ideia dos teóricos foi a de positivar a conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Segundo Butler (2002), apontada como uma das precursoras de teoria *queer*, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de

longo da segunda metade do século XX, a polarização mundial resultou em uma série de conflitos de pequena e média escala em diferentes locais do mundo. Esses conflitos contavam, muitas vezes, com o envolvimento indireto de EUA e URSS a partir do financiamento, da disponibilização de armas e do treinamento militar. Contudo, nunca houve um confronto aberto entre americanos e soviéticos, sobretudo pela possibilidade de destruição do planeta em larga escala, caso houvesse um conflito entre os dois, origem da expressão *guerra fria*. Apesar dos discursos afiados e da intensa atuação estratégica para manter sua zona de influência, americanos e soviéticos foram cautelosos ao extremo e evitaram um conflito contra o outro.

degradar os sujeitos aos quais se refere. “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (Butler, 2002, p. 58). Por isso, a proposta é dar um novo significado ao termo, passando a entender *queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

As vertentes presentes nessa onda são a do feminismo negro, cuja base está no fato das mulheres negras não se sentirem representadas pelas outras vertentes, pois, além do gênero, elas enfrentam o preconceito racial. O movimento aponta que o feminismo e o próprio movimento negro negligenciaram as especificidades e as necessidades das mulheres negras. Angela Davis protagoniza o debate já despontado no final da segunda onda. Davis (2016, p. 156) relata que as mulheres brancas “relutaram em admitir que a libertação negra poderia reivindicar uma prioridade momentânea em relação a seus próprios interesses como mulheres brancas, elas não abraçaram integralmente os princípios fundamentais da unidade e da solidariedade de classe”. A autora entende que a “sororidade entre as mulheres negras e brancas era de fato possível, desde que erguida sobre uma base firme” (Davis, 2016, p. 120).

A outra vertente com gênese nessa onda é o feminismo interseccional, construído a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas, mas firmado no fato de que a opressão vai além do gênero, pois existem outros fatores e formas de oprimir a serem considerados, como raça, classe e gênero; fatores que podem ser sobrepostos no sistema de opressão. O racismo é diferente do patriarcalismo, que é diferente da opressão de classe, mas podem se interligar, criando complexas intersecções.

A quarta onda surge em torno de 2010 e ainda está ocorrendo, mas não há consenso sobre a existência desta, embora algumas pesquisadoras defendam a ideia de um *ciberativismo* feminista, tal como Fernandes e Santos (2020), construído em um contexto de desenvolvimento tecnológico e digital, trazendo uma nova lógica às pautas já vivenciadas anteriormente, mas com diferente percepção por parte do indivíduo sobre o contexto em que está inserido e sobre si mesmo.

As redes sociais ampliaram o debate e, também, o número de mulheres que se identificam como feministas. Matos (2014, p. 10) apresenta as características desta onda, “reforçando seu débito incontestável com a necessidade de transversalização do conhecimento e a transversalidade na demanda por direitos (humanos) e justiça social pautada pelas mulheres”.

Nas especificidades do movimento, no Brasil, novamente com recorte para as décadas de 1970 e 1980, Souza-Lobo (2021, p.76) aponta a contribuição oriunda das formas de resistências desenvolvidas pelas operárias concentradas nas fábricas durante os anos de repressão, com ausência de representação sindical. Ela considera dois aspectos relevantes para a renovação sindical: a) a ampliação dos temas das reivindicações para além das questões salariais, abrangendo as condições de trabalho, os abusos de disciplina e a dignidade operária, e b) a modificação nas formas de mobilização com estímulo à formação de grupos de discussão, às iniciativas de descentralização e à consulta às bases. A autora destaca que este avanço precisa estar atrelado ao papel fundamental construído pelo discurso do movimento popular das mulheres e o das correntes feministas.

Toledo (2012) indica um salto na participação feminina nesse período, eclodindo na expansão do número de departamentos femininos em sindicatos, em congressos e em encontros por categoria e na reivindicação de quotas para mulheres nas instâncias de direção dos organismos de classe.

Assim, a história do feminismo se funde com a própria participação das mulheres trabalhadoras no sindicato, e as dificuldades experienciadas na sociedade estão também presentes no ambiente sindical. Faltava uma revisão da estrutura, dos mecanismos de participação, da postura e da linguagem política que respondesse às múltiplas demandas do feminino e de fato promovesse a valorização da participação das mulheres e do debate sobre gênero, raça e diversidade no espaço sindical. É com este objetivo que sindicatos, federações e centrais sindicais, após pressão e luta por parte das mulheres, criam estratégias de ampliação do debate.

A Conlutas, em abril de 2008, realiza o I Encontro Nacional de Mulheres, que contabilizou cerca de mil inscrições, reunindo mulheres de todo o país “para discutir formas de luta contra a opressão, resgatando o seu caráter classista”¹⁶⁰. A partir desse encontro, foi deliberada a fundação de um movimento feminista da Conlutas, de caráter classista e socialista, além de indicar a organização de plenária de mulheres no I Congresso da Conlutas, realizado em julho de 2008. O Movimento Mulheres em Luta (MML), aprovado nessa ocasião, é uma realidade e participa com demandas e ações próprias vinculadas à CSP-Conlutas para além do GT Mulheres organizado pela central sindical.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com/search?updated-max=2011-02-26T10:36:00-08:00&max-results=7&start=56&by-date=false>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

Fonseca (2017, p. 98), ao analisar a pauta feminista presente nas resoluções do I Congresso da Conlutas, registra a criação de secretarias de mulheres em todos os sindicatos e movimentos de forma a propiciar uma “política de discussão, formação e mobilização das mulheres da categoria para o debate dos pontos mais sensíveis e específicos de sua vida pessoal e profissional afetada pelo machismo, para serem incorporadas como pautas de luta da categoria” e a criação de política de cotas para as diretorias sindicais e dos movimentos, proporcional ao número de mulheres na base, como uma estratégia para garantir a presença de mulheres e suas demandas nas diretorias. Destaca-se a resolução de número 3 do Congresso:

3) reconhecer e promover a integração dos sindicatos e movimentos sociais diversos (da juventude, dos negros, das mulheres dentro da organização geral dos trabalhadores), já que, dada a fragmentação imposta pela reestruturação do capital e pelas próprias condições da economia capitalista, a luta de classes se expressa não somente através da luta dos sindicatos, mas de organizações de trabalhadores em movimentos sociais, que devem ser integrados na aliança operário camponesa, visando dar ao conjunto das lutas um viés classista, sendo mais uma forma de dar um caráter de massa à luta sindical e também de mobilizar os trabalhadores precarizados (Conlutas, 2008, p. 84)¹⁶¹.

O 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta acontece em 2013, buscando organizar as mulheres trabalhadoras, articular as diversas campanhas por creches, criar campanha contra a violência e em defesa da saúde pública, contribuir e fortalecer as campanhas salariais, colocando as demandas das mulheres nas pautas de reivindicação, e ampliar o número de mulheres com envolvimento na luta política e sindical. Em 2022, há o destaque para a campanha nacional contra a violência à mulher, além de envolver-se em diferentes lutas vinculadas ao feminismo, como a questão das mulheres negras e de gênero.

O Andes-SN, em seu 20º Congresso, realizado em fevereiro de 2001, delibera pela necessidade de avaliar as ações dos Conselhos Tutelares e das Delegacias de Mulheres para subsidiar a construção de sua política de intervenção sindical no que se refere às questões de gênero e de etnia, e ainda aponta sua função de estimular o conjunto do sindicato e as universidades a se engajarem na luta contra o racismo e as desigualdades raciais, especialmente sobre as mulheres afrodescendentes, como uma forma de preparação para a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de intolerância, convocada pela ONU para agosto/setembro de 2001. A primeira deliberação, nesse sentido, foi:

¹⁶¹ Disponível em: <https://enopes2017.files.wordpress.com/2017/09/2008_conlutas.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

1 - Lutar contra as opressões, desigualdades e discriminações de gênero, etnia, cultura, idade, orientação sexual, classe, religião e nacionalidade, construindo durante o ano de 2001, sob a Coordenação do GT Gênero, Etnia e Classe, estratégias para a inserção do Andes-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados (Andes-SN, 2001, p. 87)¹⁶².

No 38º Congresso do Andes-SN, realizado em 2019, é aprovada a paridade nos 83 cargos da diretoria, “garantindo que todas as secretarias regionais tenham em sua composição a participação de mulheres”¹⁶³. O caderno de texto do 40º Congresso, realizado em 2022, o primeiro presencial em uma conjuntura de fim da pandemia de covid-19, reafirma a opção pelo enfrentamento firmada pela entidade:

São dois anos de pandemia, ainda em curso, em uma conjuntura retrógrada aos interesses coletivos e históricos da classe trabalhadora. Enfrentamos um governo genocida e pró fascista, negacionista, que espraia o fundamentalismo religioso e político, com o aprofundamento do racismo, capacitismo, machismo, lgtbqia+fobia, miséria, destruição socioambiental. Os ataques aos serviços e servidore(a)s público(a)s no conjunto da obra de todo o desmonte das políticas públicas são parte do projeto do capital para privatização do Estado. A disputa pelo fundo público é estratégica aos interesses do capital (Andes-SN, 2022, p. 23).

Em relação à Fasubra, em 1984, tem a primeira mulher a ocupar a presidência, a sra. Vânia Galvão de Carvalho, além de um número expressivo de mulheres compondo a gestão. A federação desenvolve uma trajetória marcada pela discussão de gênero, porém, somente no Congresso da Federação, em 2009, é criada a Coordenação da Mulher Trabalhadora. A partir da construção desta coordenação, há um avanço importante na luta contra o machismo na federação e nas bases dos sindicatos filiados à Fasubra. Atualmente, há uma defesa política que garante a presença de mulheres na coordenação-geral, além da existência de uma Coordenação de Ética formada por mulheres.

O sindicato de técnicos administrativos da universidade analisada aprovou em congresso, em instância máxima de deliberação, no ano de 2016, a obrigatoriedade de que, no mínimo, 40% de membros de uma chapa concorrente à direção sejam compostos por mulheres; em situações em que nenhuma chapa concorrente atenda a este preceito, o mínimo de 40% será reduzido, contudo, tal situação nunca ocorreu. A deliberação decorre de uma discussão proposta pelo GT Mulheres da Fasubra, que aprovou, na federação, medidas para estimular a ampliação da participação de mulheres. No congresso realizado em 2020, foi criada a Coordenação de Políticas Sociais, que visa discutir a questão de racismo,

¹⁶² Disponível em: <<https://www.andes.org.br/sites/relatorios/page:7>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

¹⁶³ Disponível em: <<https://www.andes.org.br/sites/relatorios/page:4>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LGBTQfobia, machismo, e traçar políticas propositivas com foco na diversidade. Vale ressaltar que o atual estatuto do sindicato elenca as situações passíveis de perda do mandato por parte da direção e, no Artigo nº 59, Inciso 8, descreve que “todos considerados culpados após as apurações das denúncias de assédio moral, racismo, machismo e LGBTQfobia devem ter o mandato interrompido”¹⁶⁴.

Entretantes, o avanço no debate sobre a composição sindical não significa, necessariamente, um entendimento progressista e igualitário pelos pares, mesmo tratando-se de um ambiente universitário e sindical, quando a expectativa seria de equidade e aceitação das diferenças. A coordenação-geral do sindicato dos técnicos administrativos (STA) é colegiada. Na ocasião da entrevista realizada para esta tese, era composta por uma mulher negra, de 56 anos, heterossexual, aposentada, com 30 anos de trabalho na universidade, e por um homem negro, homossexual, de 36 anos, técnico em tecnologia da informação, há 11 anos de trabalho na universidade. Sobre esta temática, declaram:

Sabíamos que teríamos um ataque maior, uma direção universitária que tinha o sindicato como inimigo e ainda com a direção negra e atuante, nós sabíamos o que iríamos enfrentar. Chegou um momento de olhar um para o outro e dizer “não vão acabar com a gente não, nós vamos enfrentar”. Existiam questões que sabíamos que seriam diferentes se não fôssemos negros na direção, temos consciência, não é mimimi, não, é consciência. Entrar na reitoria e dizer tudo que precisávamos falar, havia diferença se fosse uma branca, ela seria recebida de outra maneira. Uma neguinha e um neguinho, sim, nós sentimos isso muito forte. Mas, agregamos isso como mais necessidade de enfrentar, a gente representa a categoria, isso nos deu força. Não esperavam que nós iríamos dar conta, e nós fizemos a diferença, e ter consciência disso ajudou (Coordenação Geral do Sindicato dos Técnicos Administrativos, entrevista a autora, agosto 2021).

Os coordenadores do sindicato são também atuantes em militância externa à universidade. A mulher é filiada ao PSOL, e o homem, ao PCB, e afirmam que o histórico pessoal e de luta os tornou resilientes e combativos, o que é necessário para sua sobrevivência. Fanon (2008, p. 26) escreve que “o negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo”. O coordenador-geral do sindicato expressa esta afirmativa: “eu não era respeitado por ser negro e novo, ‘quem é esse menino que entrou agora na universidade, e é negro ainda por cima’, me olhavam assim! Não me enxergavam como diretor do sindicato, e, sim, como funcionário do sindicato, isso foi muito difícil”. Fanon complementa que “o problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada

¹⁶⁴ Disponível no portal da universidade analisada. Acesso em: 20 abr. 2022.II

menos, liberar o homem de cor de si próprio. Avançaremos lentamente, pois existem dois campos: o branco e o negro” (Fanon, 2008, p. 26).

Nesta mesma universidade, ocorreu uma campanha ampla, promovida por mulheres estudantes, que ocupou a grande mídia. Denúncias sobre o crescimento da violência contra a mulher, casos de assédio, estupros e a insegurança no campus foram expostas em diferentes redes sociais; um coletivo de mulheres convocou uma assembleia e mobilizou mais de 600 estudantes para tratar a temática da violência e exprobrar o silenciamento por parte da reitoria e a impunidade dos agressores¹⁶⁵. As denúncias ganharam projeção nacional com apoio do Andes-SN, da Fasubra e dos sindicatos locais, tanto de técnicos administrativos, como de docentes. As reivindicações reverberaram em pauta nos órgãos colegiados da universidade, trouxe visibilidade às bandeiras feministas e obrigou a ampliação do debate e políticas mais efetivas sobre o tema.

O sindicato docente aprova, em 2019, a construção de um grupo de trabalho (GT) permanente que dispõe sobre as políticas de classe para questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual. Em 2021, quando transcorreram as entrevistas para esta tese, o sindicato era presidido por uma mulher e, nesse mesmo ano, houve eleição para uma nova diretoria. A chapa vencedora era composta integralmente por mulheres, uma representatividade significativa para a universidade e para o movimento de mulheres. Porém, assim como expresso pela coordenação do sindicato de técnicos, a representatividade é uma conquista, mas há um sistema hierárquico, machista e patriarcal que marca a sociabilidade brasileira e se expressa nas instituições e nas relações sociais. É nesse contexto que a presidente do sindicato, uma mulher branca, com 60 anos, heterossexual, docente do magistério superior, há 9 anos de trabalho na universidade, sem filiação política partidária, discorre sobre a presidência ser ocupada por uma mulher:

A experiência é boa, normalmente são espaços realizados por homens, não é que existe tanta diferença em respostas ou em posição feminina ou masculina, mas vejo a importância de assegurar enquanto gênero a participação nesses espaços. As mulheres precisam ser mais politizadas, pois têm a tendência a atuar em espaços que não exijam a sua participação política (Presidente da Associação dos Docentes, entrevista a autora, setembro 2021).

Biroli (2018, p. 20) entende que falar em divisão sexual do trabalho é expressar o que vem sendo historicamente definido como trabalho de mulher,

¹⁶⁵ Disponível no portal da universidade analisada. Acesso em: 20 abr. 2022.

competência de mulher, lugar de mulher. Para a referida autora, “as hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens” e, nessa condição, se definem dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias e possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. Passos (2018, p.68), ao tratar da presença feminina no âmbito profissional, destaca sua intensificação, alerta para a “exploração de mulheres em ocupação de tempo parcial, em trabalhos domésticos subordinados ao capital, além da participação em massa no setor de serviços” e ainda pondera a desigualdade salarial marcante em relação aos homens.

A intensidade experienciada por cada mulher no trabalho é regada por condições objetivas e subjetivas que atravessam e reconfiguram sua existência, o que subsidia a necessidade de espaço e de representatividade na base e na direção sindical. Os sindicatos e centrais sindicais promoveram estratégias para impulsionar a participação feminina e atender às pautas pleiteadas pelas mulheres, porém, seguem firme o debate para que esta participação esteja fundamentada na consciência de classe e o lugar da mulher trabalhadora na sociabilidade capitalista, tal como aponta Toledo:

Ver a situação da mulher como um problema de gênero e lutar por políticas de gênero fora do marco da luta geral da classe trabalhadora pela conquista do poder político significa não saber contra quem se luta. Significa dar as costas para a necessidade inadiável de mostrar a mulher trabalhadora, o vínculo indissolúvel que existe entre sua condição de opressão e o capitalismo (Toledo, 2012, p.15).

A afirmativa apontada por Toledo é ponto em comum das entidades sindicais em destaque: Fasubra, Andes-SN, CSP-Conlutas, Sindicato de Técnicos Administrativos e Sindicato Docente da universidade analisada, que mantêm como princípio uma política classista, democrática, de luta e pela base, tendo resultado na defesa de uma agenda imune à retórica da conciliação de classes, e estes fundamentos são a sustentação para a política sindical. O Dossiê da Mulher 2021, do estado do Rio de Janeiro, registra que, a cada cinco minutos, uma mulher foi vítima de alguma violência, em um período de 24h. Em relação ao feminicídio, foram registrados 78 óbitos e, em todo o Brasil, o total foi de 1.319¹⁶⁶ feminicídios. Estas estatísticas, que não são apenas números, mas referem-se a mulheres de todo o Rio de Janeiro e do Brasil, é um indicativo para a manutenção do debate sobre o feminismo e do quanto é imperativo a construção de políticas públicas de

¹⁶⁶ Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

enfrentamento da violência contra a mulher, transversais às áreas de trabalho, educação, saúde, segurança pública e outras.

O levantamento histórico das ações sindicais evidenciou uma trajetória de avanços e conquistas políticas e legais para o trabalhador das universidades federais. Debates sobre gênero, raça e diversidade sexual são necessários em múltiplos aspectos. Contudo, faz-se basilar intensificar a relação entre as pautas sindicais e a saúde do trabalhador.

A CSP-Conlutas organizou, em 2013, o 1º Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador, com o tema: *Os ataques à saúde dos trabalhadores e a importância da organização no local de trabalho*. A justificativa para a criação do evento foi a busca dos trabalhadores pelo espaço sindical em função de problemas relacionados à saúde¹⁶⁷. Em 2017, lançou a cartilha do Setorial Saúde do(a) Trabalhador(a), intitulada *É pela vida dos (as) trabalhadores (as)*¹⁶⁸, e, na apresentação, expõe a organização de encontros, seminários, assembleias e atos com o intuito de organizar a resistência para combater os acidentes, as doenças e as mortes nos locais de trabalho, e propõe a ampliação da discussão de base em defesa da saúde e da segurança no local de trabalho. Em abril de 2021, a central organizou o 4º Encontro Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a), com o propósito de debater as ações de enfrentamento da pandemia de covid-19, inclusive com denúncias à falta de ação efetiva do governo Bolsonaro, além de reivindicar a prioridade para a vacinação em todo o país.

A instituição de direitos que promovam a saúde dos trabalhadores, em especial no serviço público federal, não foi alcançada por espontaneidade do governo e pela valorização do trabalhador. Ao contrário, é resultado de lutas e mobilizações dos trabalhadores organizados, até mesmo por meio do movimento sindical. As ações sindicais, tal qual as promovidas pela CSP-Conlutas, são primordiais para promover a saúde e a segurança do trabalhador nos espaços de trabalho. É com este propósito que o próximo capítulo traz a trajetória da constituição do campo da saúde do trabalhador no serviço público federal.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://www.sindsaudern.org.br/noticias/519/csp-conlutas-promove-1-encontro-nacional-da-sade-do-trabalhador>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/quote-pela-vida-dos-trabalhadoresquot>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

3

A saúde do trabalhador no serviço público federal

Teus filhos te clamam, óh Cidade, Madrasta
que se faz distante, À míngua, à beira, à
margem, Da sociedade ofegante, Que agora
enferma e carente, Sofre, descrente,
inconstante, E com esse mar de gente, Vai
cambaleante – Evandro Navarro e Luizinho
Gonzaga¹⁶⁹.

O presente capítulo tem como proposta explicitar o percurso histórico de estruturação da saúde do trabalhador no serviço público federal e seu estabelecimento em uma universidade pública localizada no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, é dividido em três seções: a constituição do conceito de saúde do trabalhador e as contribuições do movimento operário italiano; a saúde do trabalhador no Brasil e as especificidades do serviço público federal, e a saúde do trabalhador no contexto da universidade analisada. A canção de Evandro Navarro e Luizinho Gonzaga, citada na epígrafe deste texto, nos convida a refletir sobre inclusão e em um dos pontos que nos interessa mais de perto nesta tese, ou seja, sobre o protagonismo do trabalhador nos cuidados com a sua saúde, sem os quais o caminho é de enfermidade e de incertezas.

3.1.

A constituição do conceito de saúde do trabalhador e as contribuições do movimento operário italiano

A compreensão sobre a saúde do trabalhador abarcada por esta tese ocorre em consonância com a percepção sobre o processo saúde-doença ou as determinações sociais em saúde, pois remete-se a vida. O processo saúde-doença acontece em diferentes dimensões, desde o nível celular até o social. Essas diferentes dimensões relacionam-se umas com as outras e não são independentes, antes são fortemente influenciadas pelo modo de vida capitalista. Em cada uma dessas dimensões, dependendo de quem olha e interpreta, a doença pode ser entendida de uma forma, desde uma alteração celular, um

¹⁶⁹ Luizinho Gonzaga, o Luthier, é músico e musicoterapeuta envolvido com a luta antimanicomial. E, em parceria com Evandro Navarro, o Véio, escreveu a letra da canção *Filhos da Cidade*. Disponível em: <<https://www.professorlages.com.br/luizinho-gonzaga-musica-saude-mental-e-resistencia/>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

sofrimento, uma representação cultural ou um problema de saúde pública (Sabroza, 2007). Neste caminho, ao trabalhar com o conceito, processo saúde-doença, o propósito é elucidar o entendimento sobre saúde e doença como aspectos da vida humana que estão relacionados de modo dinâmico com as condições de vida das pessoas e dos grupos sociais – não são, necessariamente, faces opostas de uma mesma moeda. O processo saúde-doença acontece ao longo da vida e é influenciado pela lógica de produção econômica, pelos aspectos históricos, sociais, culturais e biológicos, pela forma como se entende a saúde e a doença e pelo desenvolvimento científico da humanidade (Sabroza, 2007).

O estudo sobre o processo de trabalho e suas implicações para a saúde do trabalhador passou a constituir-se enquanto objeto de intervenção do sistema capitalista na Inglaterra a datar da primeira metade do século XIX, no período da Revolução Industrial, criando a medicina do trabalho como especialidade médica. Esta questão alcança maiores proporções devido à necessidade do empregador de manter o empregado em condição de exercer suas atividades laborais e, posteriormente, às reivindicações do próprio trabalhador. De acordo com Mendes e Dias (1991, p. 341), “o consumo da força de trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, exigiu uma intervenção, sob pena de tornar inviável a sobrevivência e reprodução do próprio processo”.

Mendes e Dias (1991) resgatam esse momento destacando o surgimento do primeiro serviço de medicina do trabalho em 1830, ocasião em que o médico do trabalho foi inserido no espaço fabril com a finalidade de aferir os efeitos das ações laborais sobre o operário e retorná-lo rapidamente ao trabalho. Cabia ao médico, além de propor uma medida terapêutica, posicionar-se em defesa intransigente do empregador e assumir a responsabilidade por quaisquer intercorrências relacionada à saúde no âmbito da fábrica. Em razão da mundialização do capital, associado à fragilidade do sistema de assistência à saúde, este modelo rapidamente se estendeu para outros países.

Nesse período, não havia relação de causalidade entre doença e processo de trabalho, e a intervenção pautava-se em um olhar eminentemente biológico, tratando de forma individualizada o trabalhador adoecido, pois a concepção de doença era desconectada das relações sociais e dos processos que a produziam. O foco dos cuidados era a medicalização, com o isolamento dos riscos em função dos sinais e dos sintomas detectados.

O sistema de saúde é provido por iniciativas filantrópicas, e não extensivo a todas as pessoas, como também não era obrigação do Estado e nem dos

empregadores a sua manutenção. Assim, em 1919, surge, na agenda internacional, a preocupação em prover serviços médicos aos trabalhadores através da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Posteriormente, em 1953, a OIT, através da Recomendação nº 97, dispõe sobre a “proteção da saúde do trabalhador”, com incentivo à organização dos serviços de medicina do trabalho e à qualificação de profissionais para este exercício. Em 1958, opera-se a mudança para “Serviços de Medicina do Trabalho”, sendo formados por especialistas que estudaram a temática e consideraram a existência dos nexos causais entre trabalho e doença. Este dispositivo instituiu a organização dos serviços nos ambientes de trabalho e em suas imediações, destinados a:

Assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo o risco que prejudique a saúde e que possa resultar de seu trabalho ou das condições em que este se efetue; - contribuir à adaptação física e mental dos trabalhadores, em particular pela adequação do trabalho e pela sua colocação em lugares de trabalho correspondentes às suas aptidões; - contribuir ao estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível do bem-estar físico e mental dos trabalhadores (Mendes & Dias 1991, p. 342).

O serviço de medicina do trabalho evolui e se especializa, porém, torna-se insuficiente para atender à demanda dos problemas relacionados à saúde, decorrentes dos processos de trabalho cada vez mais complexos em função da evolução tecnológica e industrial. Mendes e Dias (1991, p. 343) destacam que há muitos desdobramentos desse processo e registram uma relativa impotência da medicina do trabalho para intervir nos problemas de saúde causados pelos processos de produção. Os questionamentos e as cobranças por uma intervenção mais efetiva são disseminados, tanto por parte do trabalhador, “ainda que apenas 'objeto' das ações - e dos empregadores”, quanto dos empregadores contratantes do serviço, “onerados pelos custos diretos e indiretos dos agravos à saúde de seus empregados”, o que é exacerbado pelo momento econômico vivenciado após a Segunda Guerra Mundial.

A resposta a estas questões é racional e científica, expressa na ampliação da atuação médica, com intervenção no próprio ambiente de trabalho e a inserção de outros profissionais e disciplinas de maneira a contribuir para a temática. Nesse contexto, surge a Saúde Ocupacional, em especial no interior das grandes empresas, representando um avanço na medida em que se tornou objeto de estudo científico pelas universidades e pelos institutos de pesquisa, passando a ser considerada como um ramo da saúde ambiental, sobrepondo-se à intervenção eminentemente prática do Ministério do Trabalho (MT) e de serviços médicos empresariais.

Sua organização pautou-se na higiene industrial, na atuação em equipe multiprofissional voltada para o coletivo dos trabalhadores e na preocupação com ações preventivas, de forma a induzir uma diminuição no número de trabalhadores afastados por problemas relacionados à saúde. As ações deste modelo tinham a atribuição de normatizar fluxos de trabalho para torná-los mais seguros. Propunha-se, dessa maneira, a utilização de equipamentos de proteção individuais e de capacitação do trabalhador nas ações de prevenção.

A limitação para a eficácia da Saúde Ocupacional está em não serem considerados os múltiplos fatores de riscos existentes no processo saúde/doença, além disso, a exposição ao risco era considerada natural e a atuação tinha um teor mecanicista tal como era na medicina do trabalho. Mendes e Dias (1991, p. 344) estendem, entre esses fatores, a não concretização do apelo à interdisciplinaridade, pois “as atividades apenas se justapõem de maneira desarticulada e são dificultadas pelas lutas corporativas; o modelo, apesar de focar a questão no coletivo de trabalhadores, continua a abordá-los como ‘objeto’ das ações de saúde”. Para os referidos autores, a insuficiência deste modelo está associada não apenas às especificidades do campo das relações entre trabalho e saúde, mas a sua origem e ao desenvolvimento, determinados por cenários políticos e sociais mais amplos e complexos.

A intensificação do processo de produção, devido ao acelerado desenvolvimento da tecnologia industrial, é dissonante das ações de saúde, que, por sua vez, não acompanham a evolução a ponto de prevenir doenças e agravos à saúde e ainda tratar a complexidade de novas doenças do trabalho. Este descompasso contribuiu para a imperícia do modelo.

A conjuntura nos países industrializados experienciados nesse cenário é de esgotamento do modelo fordista-keynesiano¹⁷⁰, de insatisfação e de organização dos trabalhadores como um processo de resistência a mais uma crise do capital que se configura na intensificação do trabalho e na degradação das condições de saúde.

Os trabalhadores organizam movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e valorização da saúde, práticas como a utilização indevida dos resultados de exames admissionais e periódicos para fins discriminatórios são denunciadas, e as reivindicações incidem sobre o próprio conceito de saúde ocupacional, colocando em xeque este modelo.

¹⁷⁰ Ver capítulo 1, subcapítulo 1.3.

O movimento operário italiano, símbolo da resistência, emerge nesse contexto, embora seu histórico de constituição esteja aproximado ao pós-guerra, com mais intensidade no fim da década de 1950, ligado a um acentuado processo de industrialização, reconhecido como o *milagre econômico italiano*, decorrente, inclusive, do modelo fordista presente principalmente na região norte do país, que envolve Milão, Turim e Gênova, com desenvolvimento de indústria principalmente nas áreas automobilística, petroquímica e têxtil. Este processo foi favorecido pelo grande exército industrial de reserva, formado em função do fluxo interno migratório originário do sul do país, cuja base econômica era agrícola.

Com efeito, o panorama político tem em evidência a Democracia Cristã (DC), partido de maior expressividade que ampliou seu apoio ao fazer aliança com o Partido Socialista Italiano (PSI), coligando ideias de direita e de esquerda em torno do presidente Giovanni Gronchi¹⁷¹, do Partido Popular Italiano (PPI), que recebe ainda, através de Tambroni¹⁷², apoio partidário do Movimento Social Italiano (MSI), de cunho fascista, formado por ex-membros do regime. A coligação DC e PCI provocou um rompimento na unidade de esquerda, isolando o Partido Comunista Italiano (PCI), que, paulatinamente, se afastou também da política soviética e, em 1968, foi o primeiro partido a apoiar o movimento estudantil originado nesse mesmo ano.

No panorama sindical, a Confederação Geral Italiana de Trabalho (CGIL) é o maior sindicato desde o pós-guerra. Vinculado ao PCI, é rechaçado pelo governo liderado pelo DC e sua organização, e a representatividade é atravessada pela configuração partidária, eclodindo em perda de assento nas direções sindicais no interior das grandes fábricas, a exemplo da Fiat (abreviatura para *Fabbrica Italiana Automobili Torino*) e do consequente isolamento da confederação.

Em 1960, frente às manifestações antifascistas, o CGIL convoca uma greve expressiva e de cunho nacional, sem apoio dos demais sindicatos, conquistando ampla adesão em todo o país. Após este feito, novas alianças com o CGIL foram firmadas, envolvendo a Confederação Italiana Sindicato dos Trabalhadores (CISL), vinculada ao DC, e a União Italiana de Trabalhadores (UIL) filiada ao Partido Socialista Democrático Italiano (PSDI) e a alas moderadas do PSI.

¹⁷¹ Foi presidente da Itália entre 1955 e 1962, conhecido por ter se oposto à ditadura fascista imposta por Mussolini. Em seu mandato, deu atenção especial à política externa, o que motivou sua visita ao Brasil em 1958.

¹⁷² Fernando Tambroni foi um político italiano que ocupou o cargo de primeiro-ministro da Itália em 1960.

A compreensão desse cenário político e sindical, aqui brevemente explicitado¹⁷³, é o alicerce para abranger o alcance do Modelo Operário Italiano (MOI), constituído entre as décadas de 1960 e 1970, período em que CGIL, CISL e UIL experienciam uma crise de liderança e representatividade. As manifestações antifascistas associadas a um processo intenso de contestação do capitalismo em todas as suas expressões, o repúdio ao modelo marxista orquestrado pelos Partidos Comunistas e ao socialismo real são evidentes em todo o cenário nacional.

As contribuições de Antônio Gramsci¹⁷⁴ para o MOI são referência seminal, destacando-o como uma liderança intelectual cuja influência foi exercida entre os partidos comunistas de todo o mundo. Acerca do industrialismo italiano, verifica-se que, “abusando da massa crescente de desempregados (que só parcialmente a emigração conseguia eliminar) — foi sempre um industrialismo de rapina, que especulou com os baixos salários e negligenciou o desenvolvimento técnico” (Gramsci, 2001, CC2, p. 270).

A premissa do filósofo está baseada na organização da luta a partir do local de trabalho, espaço em que ocorre efetivamente a exploração capitalista. Ao propor a criação de seções no interior da fábrica e ao oportunizar o conhecimento pleno do processo de trabalho pelos trabalhadores, o pensador sardenho propicia o reconhecimento do saber operário e provoca uma participação mais combativa. Em relação aos sindicatos, sua posição é de superação da organização por categoria e de união entre técnicos e operários, o que se fez necessário para a organização dos conselhos de fábrica, e ainda propôs uma “intervenção ativa” através de um trabalho de informação no campo técnico, com recolhimento de dados para as federações de categoria e órgãos centrais, modelo que, posteriormente, fundamentou a estruturação do mapa de riscos à saúde, como salienta Paiva e Vasconcellos (2011).

A CGIL propaga como meta a luta contra a nocividade nos ambientes de trabalho em um cenário de degradação da saúde dos trabalhadores, materializado pelo aumento expressivo do número de acidentes de trabalho. A base dessa luta

¹⁷³ O contexto histórico construído faz uso da pesquisa expressa na dissertação de mestrado de ROCHA, Marcia Cecília. *Assalto ao céu: operário e gênese do conceito de trabalho imaterial*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Direito. 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49058/49058_4.PDF>. Acesso em: 20 abr. 2022. A pesquisa em tela é fundamentada na tradução para o português da obra de BASCETTA, M. et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004.

¹⁷⁴ Pensador italiano que viveu entre 1891 e 1937, filósofo marxista, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística, membro fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália, deputado pelo distrito do Vêneto, sendo preso pelo regime fascista de Benito Mussolini em 1926.

é o movimento operário que, em 1961, já se configura com maior organização em uma estrutura firmada nos trabalhadores, nos técnicos, nos sindicalistas e nos demais sujeitos sociais do campo político, porém, centralizada no protagonismo do trabalhador, que, juntamente com o corpo técnico, constrói as ferramentas e o mecanismo que favoreçam a saúde.

Segundo Paiva (2012, p. 9), o MOI objetiva “criar um novo método de ação contra a nocividade no trabalho, tendo como seu protagonista o próprio trabalhador”, já que, desde a sua gênese, a proposta é “romper com o paradigma no qual a defesa da saúde ficava exclusivamente a cargo das instituições oficiais”.

Com efeito, Vasconcelos e Lacomblez (2005) retratam a inquietação do médico Ivar Oddone¹⁷⁵ ao ser indagado pelos trabalhadores a respeito dos riscos que as suas condições de trabalho poderiam representar para a sua saúde. Oddone depara-se com a saúde a partir do ponto de vista do trabalhador, que, em muitas situações, era uma contraposição ao conhecimento científico acumulado até aquele momento, compreendendo que “a credibilidade de uma mudança das condições de trabalho, no contexto específico onde elas se encontravam, era o facto psicologicamente importante, que determinava o seu pedido de saúde” (Vasconcelos & Lacomblez, 2005, p. 3). É nesse íterim que um novo modelo científico é desenvolvido e seu objetivo “visava transformar o meio de trabalho em benefício do homem, enquanto o modelo tradicional apenas procurava conhecê-lo (parcialmente)” (Vasconcelos & Lacomblez, 2005, p. 4).

Para conhecer as condições de trabalho sob o olhar do operário, o Partido Comunista Italiano propõe, em 1967, a aplicação de inquérito nas fábricas utilizando como ferramentas questionários e entrevistas, possibilitando a retratação empírica da exploração do trabalho e os efeitos para a saúde dos operários, expondo, inclusive, o conluio das instituições do Estado, que seriam as responsáveis pela garantia de proteção do trabalhador, tal como assinala Berlinguer (1983).

¹⁷⁵ Ivar Oddone (Itália, 1923-2011) foi médico e ativista da luta pela saúde (ou contra a nocividade, como denominavam na Itália, à época). Nascido em 1923, em Imperia, uma comuna italiana na região da Ligúria, Oddone entrou, em 1943, nas fileiras da Resistenza, movimento armado de oposição ao fascismo e à ocupação da Itália pela Alemanha nazista, também conhecido como *Resistenza Partigiana*. Com apenas 21 anos, assume a liderança de um batalhão e, pouco depois, de uma brigada inteira (4ª Brigata), vindo a se tornar o responsável por todo o destacamento que operava na província de Imperia. Ítalo Calvino, que lutara ao seu lado na Guerra Partigiana e foi seu amigo por toda a vida, dedicou a Oddone um capítulo de seu primeiro livro, *A trilha dos ninhos de aranha*, em que descreve a experiência da guerra (CALVINO, 2004). Calvino apresenta Oddone como um argumentador analítico com grande capacidade intelectual e lógica e com um enorme interesse pelo gênero humano. Em 1949, Oddone se graduou em medicina, em Turim, e trabalhou os anos posteriores como clínico geral na Clínica Médica Universitária. Em 1961, passou a fazer parte da Comissão Médica da Câmara de Trabalho de Turim, instituída a partir de lutas da CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro) em função de denúncias de operários da fábrica Farmitalia, relacionadas a situações insustentáveis de nocividade ambiental no contexto de trabalho.

Paiva (2012) registra como um pilar conceitual do MOI a validação consensual dos problemas em que o consenso ocorre primeiro entre os próprios trabalhadores e, na sequência, com a equipe técnica, o que foi gradualmente possibilitando a validação de parâmetros dos riscos à saúde, subsidiando a sustentação no decorrer do processo das reivindicações do operariado.

Nesse caminho, o movimento operário vai se constituindo com maior autonomia de classe, sobrevivendo nos acontecimentos de 1968, reconhecido como um ano de revolução não apenas pela manifestação do operariado, mas pela pluralidade de lutas abarcando o movimento feminista, o movimento estudantil, o movimento negro, dentre outros movimentos sociais. A respeito das inúmeras greves e manifestações de 1968, destaca-se a de Porto Marghera¹⁷⁶, em junho, onde foram organizados piquetes na entrada do polo petroquímico, com denúncia sobre a falta de segurança para garantir a salubridade nas indústrias, subsidiando acidentes de trabalho e intoxicações frequentes. Os sindicatos da categoria não articulavam mobilizações e o movimento operário organizou, de forma autônoma, as lutas e as paralisações, recebendo o apoio dos estudantes, ganhando a cidade com o lema “A saúde não se paga”.

Ainda em 1968, ocorre, em Ravenna, na Itália, a organização de um convênio regional de Medicina Preventiva e Ambiente de Trabalho, em que foi destacado por Odonne os conceitos e os trabalhos já desenvolvidos pelo MOI, como a validação consensual e a não delegação, cuja aplicação necessita de incentivo e de participação dos trabalhadores, preconizando o envolvimento dos sindicatos, inclusive, para identificação dos grupos homogêneos de trabalhadores expostos aos mesmos riscos, que passam a ser referência para a identificação de riscos e tornam-se interlocutores políticos e científicos do processo. Paiva e Vasconcellos (2021, p. 388) destacam que “a síntese desses conceitos que surgiam, enquanto palavras de ordem de uma nova luta, foi retratada no lema ‘a saúde não se vende nem se delega: se defende’”.

No contexto do grupo homogêneo, é originado o Mapa de Risco, resultado da participação e das observações dos operários, se tornando uma importante ferramenta de avaliação das condições de trabalho e de prevenção a saúde. Para Alonso (2007, p. 16), “estas son las bases de la nueva cultura preventiva”, representando uma nova cultura de participação e identificação do trabalhador com sua própria condição de trabalho e saúde.

¹⁷⁶ Porto Marghera é uma área industrial vizinha de Marghera, uma comuna italiana da região do Vêneto, província de Veneza, Itália. Marghera é o nome da área residencial.

O mapa¹⁷⁷ é utilizado atualmente pela saúde do trabalhador em vários países, com chegada ao Brasil em 1980, sendo um instrumento que representa graficamente o conjunto de fatores de riscos ambientais aos quais estão submetidos os trabalhadores e que podem acarretar prejuízos a sua saúde. É composto por círculos de cores e tamanhos diferentes, representando fatores e locais potenciais para gerar situações de perigo decorrentes da presença de agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes.

O movimento operário angariou inúmeras conquistas como fruto das lutas e das mobilizações estabelecidas. Berlinguer (1983) destaca a redução de exposição aos riscos, estabelecida através de estratégias que diminuíssem a exposição, como a realização de rodízios e a redução da carga horária, o que reflete a opção pela saúde em detrimento do ganho de adicionais de insalubridade. Outro destaque é a criação do Estatuto dos Trabalhadores, em 1970, que envolvia o serviço público na fiscalização, apresentava limites aos contratantes no que se refere a acidentes de trabalho e permitia o controle, pelos trabalhadores, no que tange à prevenção de acidentes e às medidas de proteção à saúde. Para Berlinguer (1983, p. 23-24), as medidas adotadas na Itália ganham projeção internacional, suscitando o debate, como “a democracia como participação de massa; a relação ciência-trabalho e ciência-poder; os valores humanos na tecnologia moderna; a relação homem-ambiente”.

Laurell (1984, p. 65) pontua a importância do MOI e do movimento operário para a reforma sanitária italiana, regulamentada em 1978 após complexas lutas, a saber: “Tal es la importancia del Modelo Obrero, que incluso en un momento llega a hegemonizar el campo de la medicina del trabajo y a generar un ambiente sociopolítico que impulsa la aprobación de la Ley de Reforma Sanitaria en 1978”.

A referida autora registra os embates decorrentes da reforma hospitalar de 1968, as contradições político-ideológicas e os entraves ultrapassados até a conquista da reforma que primava pelo direito à saúde, à globalidade e à igualdade.

O MOI deixa um legado para a origem do campo saúde do trabalhador e move este debate no Brasil. Paiva e Vasconcellos (2011, p. 393) afirmam ser o Brasil o país em que a “ideologia da saúde do trabalhador, inspirada no modelo

¹⁷⁷ A Portaria nº 05, de 17 de agosto de 1992, instituída pelo então Ministério do Trabalho e da Administração, atribuiu como obrigatória a elaboração de Mapas de Riscos Ambientais nas empresas cujo grau de risco e número de empregados demandem a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme quadro I da NR 5, aprovada pela Port. Nº 3.214/78. A execução do mapa cabe à CIPA depois de ouvidos os trabalhadores de todos os setores produtivos da empresa e com a colaboração do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da empresa.

italiano, institucionalizou-se de forma mais visceral”. Os avanços já explicitados perpassam por alterações na legislação trabalhista, na maior abrangência e no reconhecimento de direitos evidenciados na recusa ao trabalho em condições de grave risco à saúde.

Não obstante, o movimento operário constrói a luta sem romper com as primícias do capitalismo, que sobrevive da exploração do trabalhador. Rocha (2013), ao retratar o operaísmo italiano, relata a temática da “recusa ao trabalho” presente nas lutas operárias. O Comitê Operário de Porto Marghera, ao divulgar o texto sobre autonomia operária, em 1970, sobreleva: “Há uma coisa que impede a nossa liberdade: o trabalho; na realidade somos obrigados a trabalhar. O dito segundo o qual o trabalho enobrece é uma invenção patronal”¹⁷⁸. A afirmativa se contrapõe ao preceito marxista de trabalho como atividade humana, pois a lógica do capital pressupõe a extração de mais-valor de várias formas que espoliam o trabalhador e deturpa o trabalho como atividade necessária para a própria existência humana. Ao recusar o trabalho, o movimento perde a perspectiva de domínio dos meios de produção e de transformação do trabalho fora da lógica do capital. É nesse caminho que Souza, Melo e Vasconcellos (2017, p. 602) conclamam a “reconstruir o movimento operário em uma luta por fora das instituições burguesas e seu jogo de cartas marcadas”, priorizando “o âmbito do qual se constitui o sistema do capital: a esfera da produção”. Em resumo:

Ao se colocar o centro da luta nessa instância, o movimento operário faz das reformas um processo autônomo, capaz de destruir o capitalismo. Todavia, quando se depara com a impossibilidade (por este caminho), altera sua tática e coloca a prioridade nas conquistas práticas do aqui e agora, rebaixando seu horizonte, o que apenas legitima o processo de valorização, o trabalho assalariado e, portanto, sua exploração (Souza et al., 2017, p. 600).

Para Souza, Melo e Vasconcellos (2017, p. 595), o campo saúde do trabalhador surge em contraposição ao contratualismo vigente entre patrão e empregado, marcando a medicina do trabalho e a saúde ocupacional de forma a romper com a correlação da saúde ao capital, na qual as ingerências e as propostas ficam a cargo do “empresariado e profissionais de saúde e segurança, sem participação da classe trabalhadora e sem vínculo algum com as suas lutas”. Assim, a saúde do trabalhador visa compreender o processo saúde/doença e as relações de trabalho que o compõem, para então intervir nos problemas

¹⁷⁸ Disponível em: <<https://libcom.org/article/recusa-do-trabalho-comitato-operaio-di-porto-marghera>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

detectados, considerando as ações técnicas operacionais e a subjetividade do trabalhador no processo.

O trabalhador assume a centralidade das ações como sujeito e ator deste método, com atuação sobre o ambiente de trabalho e com propostas para torná-lo mais saudável. Mendes e Dias (1991) assinalam que é um processo lento, contraditório, desigual e influenciado pelo contexto sociopolítico. Souza, Melo e Vasconcellos (2017, p. 592) salientam a distinção entre a questão que envolve a saúde dos trabalhadores e o campo saúde do trabalhador, relacionada à centralidade do processo saúde-doença no bojo da sociabilidade capitalista, em que os agravos à saúde são também expressão da questão social decorrente do antagonismo capital e trabalho, o que “demanda respostas concretas, não apenas no sentido de entendê-la, mas de enfrentá-la; não somente para dirimi-la, mas para transformá-la e, se possível, exterminá-la”.

O campo da saúde do trabalhador emerge com o protagonismo do trabalhador como sujeito de transformação. Tal qual observou-se no movimento operário italiano, ele conclama a classe trabalhadora ao enfrentamento de seus problemas de saúde, através do qual ocorrerá o desenvolvimento do saber técnico-científico, desencadeando a institucionalização da saúde do trabalhador como política social pública. A questão se sobrepõe ao campo, e o ‘campo’ enquanto tal investiga e intervém sobre a ‘questão’ e, na medida em que o faz, passa a compô-la, revelando a indissociabilidade que possui na realidade concreta (Souza et al., 2017, p. 594).

Ademais, torna-se desafiador aplicar as perspectivas propostas pelo conceito de saúde do trabalhador. Assim como expressou Minayo-Gomes e Thedim-Costa (1997, p. 25), a saúde do trabalhador compreende “um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum” e, nessa perspectiva, é posto o desafio de envolver o trabalhador como sujeito do processo, imbuir esforços na aplicação das leis já regulamentadas e propor que isso ocorra no serviço público, onde o Estado, além de fiscalizador, é também o empregador, ou seja, responsável por construir, junto ao trabalhador, um ambiente saudável. Como sistematizam os autores:

Em síntese, apesar dos avanços significativos no campo conceitual que apontam um novo enfoque e novas práticas para lidar com a relação trabalho-saúde, consubstanciados sob a denominação de Saúde do Trabalhador, depara-se, no cotidiano, com a hegemonia da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Tal fato coloca em questão a já identificada distância entre a produção do conhecimento

e sua aplicação, sobretudo num campo potencialmente ameaçador, onde a busca de soluções quase sempre se confronta com interesses econômicos arraigados e imediatistas, que não contemplam os investimentos indispensáveis à garantia da dignidade e da vida no trabalho (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 23).

As contribuições do MOI para a constituição do conceito de saúde do trabalhador parecem inequívocas. O movimento contribuiu para provar cientificamente e politicamente a importância da criação de um novo modelo para pensar na produção de conhecimento e na intervenção sobre as situações de trabalho intrinsecamente ligadas à transformação do trabalho e à afirmação da vida. Ademais, deixou patente que a luta pela saúde não se faz apenas com a denúncia dos adoecimentos e com acidentes produzidos nas situações de trabalho, mas também pela ampliação da capacidade de intervenção no seu trabalho e pelo modo como são engendrados os movimentos coletivos.

3.2.

A saúde do trabalhador no Brasil e as especificidades do serviço público federal

Muniz et al. (2013) pondera que a experiência do MOI e as contribuições de Oddone foram o caminho para o despertar do interesse dos sindicatos brasileiros a respeito da saúde dos trabalhadores. O Brasil, na década de 1970, experimenta um momento de luta dos trabalhadores pela democratização da saúde, um movimento pela reforma sanitária, pelo qual a concepção de saúde é ampliada, incorporando o trabalho como fator condicionante do processo saúde-doença. Berlinguer, Teixeira e Campos (1988) fazem um registro dos fatores que devem compor uma reforma sanitária:

A reforma sanitária não é apenas constituída de normas processuais, de decretos de mudanças institucionais. Deve ser um processo de participação popular na promoção da saúde, que envolva milhões de cidadãos; deve impor mudanças sociais, ambientais e com comportamentais que tornem a existência mais saudável; deve mobilizar dezenas de milhares de conselheiros de regiões, de província, de municípios, de circunscrições, de quadros dos movimentos sindicais, femininos, cooperativos, juvenis e milhares de assessores e de prefeitos; deve transformar a atividade cotidiana de médicos, técnicos e enfermeiros (Berlinguer et al., 1988, p. 3).

Há uma premissa pela construção coletiva da saúde envolvendo diferentes sujeitos sociais. Berlinguer, Teixeira e Campos (1988, p. 196) destacam que a saúde é coletiva e delimitada pelas especificidades de seu objeto, ou seja, “o objeto é o coletivo, e o método, o histórico estrutural”. Com efeito, as ideias de Berlinguer são difundidas no Brasil e contribuem para a construção da reforma

sanitária que conta com a redemocratização latente nos setores sindicais pressionados, inclusive, pelos operários das indústrias automobilísticas, principalmente no ABC paulista¹⁷⁹, que incorporou a luta pela saúde nas fábricas. Em 1978, em São Paulo, há o registro de criação da Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho (Cisat), que, posteriormente, ganhou projeção nacional através do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat).

O Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), é criado na década de 1980 como um órgão de assessoria sindical, instituído por iniciativa das entidades sindicais, que traz a saúde do trabalhador como foco de lutas e reivindicações. A pauta sobre condições salubres de trabalho, política previdenciária, prevenção de doenças relacionadas ao trabalho são projetadas e apropriadas pelas unidades sindicais. A dimensão trabalho *versus* doença é analisada por uma equipe técnica, a fim de subsidiar o movimento sindical em suas exigências sobre saúde e condições de trabalho. A equipe era formada por médicos, cientistas sociais, economistas, entre outros, cuja pesquisa e estudos sobre a saúde seria construída a partir do olhar do trabalhador “contrapondo-se ao discurso oficial do governo que coloca a questão dos acidentes e das doenças ocupacionais como se nada mais fosse do que questão de 'educação' dos trabalhadores” (Todeschini, 2012, p. 1)¹⁸⁰.

O movimento reformista é liderado também por setores acadêmicos, além dos movimentos sociais e sindicatos, e sua ampliação reverbera na criação de novas instituições focadas na questão da saúde. Destaca-se a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976, cujo propósito era lutar pela democratização da sociedade, pela defesa dos direitos sociais e pelo direito universal à saúde, e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 1979, como uma organização de apoio ao ensino, à pesquisa, à cooperação e à prestação de serviços no campo da Saúde Pública/Saúde Coletiva. Já na década de 1980, em um contexto de fim do regime militar, eleição indireta para a presidência da República e direta para as prefeituras das capitais, há o incremento do processo de redemocratização e uma reivindicação, por parte da sociedade, por mudanças e transformações na área da saúde.

¹⁷⁹ O ABC paulista é uma área formada pela sigla de três cidades industriais da região metropolitana de São Paulo, a saber: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. E, posteriormente, foi acrescentado o D, referindo-se à cidade de Diadema.

¹⁸⁰ Artigo completo do autor sobre o.... Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/NNQ98FRjQGCM8fxpt6ykDBr/?lang=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Nesse cenário, é realizada, em Brasília, entre 17 e 21 de março de 1986, a VIII Conferência Nacional de Saúde, que contou com cerca de 4000 pessoas e norteou o movimento pela democratização da saúde. Esta foi a primeira conferência aberta à sociedade e seu relatório final¹⁸¹ serviu de base para o capítulo sobre Saúde na Constituição Federal de 1988, resultando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Foram discutidas temáticas que versavam sobre a determinação social da doença no processo de trabalho, questionou-se a concepção de saúde restrita à dimensão biológica e individual, criticou a limitação da concepção de saúde ao não questionar o porquê do adoecimento e apontou as relações entre a organização dos serviços de saúde e a estrutura social. Propôs-se efetivamente uma concepção ampliada de saúde envolvendo promoção e prevenção e aprovou, por unanimidade, a universalização do acesso à saúde e o controle social efetivo em relação às práticas estabelecidas. No bojo da organização, nasce a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST), ocorrida no mesmo ano, em dezembro de 1986, sendo um marco para a inserção da temática na saúde pública, dando início ao processo de elaboração de uma política nacional para a saúde do trabalhador.

Estes movimentos contribuíram para que a Constituição Federal, aprovada em 1988, vinculasse as ações de saúde do trabalhador aos ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde. Em 1990, é promulgada a Lei Orgânica da Saúde, constituída pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. A primeira, em seu Artigo 6º, parágrafo 3º, define saúde do trabalhador como “um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”.

A saúde do trabalhador passou, então, a ser incorporada pelo Ministério da Saúde, sendo uma área da Saúde Pública, prevendo o estudo, a prevenção, a assistência e a vigilância aos agravos à saúde, relacionados ao trabalho. Sendo também campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), definindo, no Art. 200 da constituição, em diferentes níveis, a execução de ações de saúde do trabalhador e a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. Assim, foi criado o Programa de Saúde do Trabalhador, cujas

¹⁸¹ Relatório final completo disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/relatorios-cns/1492-relatorio-final-da-8-conferencia-nacional-de-saude>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

diretrizes propõem a criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), com atribuição para executar as ações curativas e preventivas de promoção e de reabilitação à saúde do trabalhador brasileiro. Esta rede é formada mediante organizações nos estados e municípios e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), que podem ser estruturados na esfera estadual ou regional.

Mendes e Dias (1991) pontuam a assessoria realizada por técnicos da área de saúde do trabalhador aos sindicatos, destacando o apoio do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) e do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho. Tal ação é focada no estudo dos ambientes de trabalho, das condições de saúde, do levantamento de riscos e de seus rebatimentos para o trabalhador, além de apoio em ações fiscalizatórias para o cumprimento das medidas legais. Características básicas deste modelo podem ser elencadas a seguir:

Ganha corpo um novo pensar sobre o processo saúde-doença, e o papel exercido pelo trabalho na sua determinação; - Há o desvelamento circunscrito, porém inquestionável, de um adoecer e morrer dos trabalhadores, caracterizado por verdadeiras "epidemias", tanto de doenças profissionais clássicas (intoxicação por chumbo, mercúrio, benzeno, e a silicose), quanto de "novas" doenças relacionadas ao trabalho, como a LER (Lesões por Esforços Repetitivos), por exemplo; - São denunciadas as políticas públicas e o sistema de saúde, incapazes de dar respostas às necessidades de saúde da população, e dos trabalhadores, em especial; - Surgem novas práticas sindicais em saúde, traduzidas em reivindicações de melhores condições de trabalho, através da ampliação do debate, circulação de informações, inclusão de, pautas específicas nas negociações coletivas, da reformulação do trabalho das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), no bojo da emergência do novo sindicalismo (Mendes & Dias, 1991, p. 348).

A saúde do trabalhador avança em seus aspectos conceituais e nas conquistas legais, porém a implementação destas ações é atravessada pelo contexto dos ideários neoliberais no país, cuja atuação pauta-se na precarização do trabalho, no desemprego estrutural, na flexibilização das relações trabalhistas, na fragilização dos vínculos contratuais e na desmobilização das organizações dos trabalhadores.

A II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST) ocorre em 1994, com o tema *Construindo uma política de saúde do trabalhador*, consubstanciando os avanços para a formulação de políticas públicas para este fim. A III Conferência acontece somente depois de 11 anos, em 2005, intitulada *Trabalhar, sim! Adoecer, não!*, por meio da iniciativa proposta por três ministérios: Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nesse ínterim, antes da realização da III CNST, é regulamentada, em 2004, a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), como resultado de um grupo de trabalho interministerial, composto por três ministérios, MPS, MS e MTE, instituída pela Portaria Interministerial nº 153, de 13 de fevereiro de 2004.

O objetivo da PNSST é “garantir que o trabalho, base da organização social e direito humano fundamental, seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores e sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental”, reconhecendo a perspectiva multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, envolvendo a saúde do trabalhador. No entanto, isso ocorre em um panorama de desmobilização dos serviços públicos e de privatização de empresas estatais, resultando na flexibilização dos vínculos contratuais e na precarização do trabalho, consequências do avanço do neoliberalismo, conforme já explicitado nesta tese.

Em 2008, é instituída a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST), composta paritariamente por representações do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, através da qual foi construído o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Plansat), em 2011, com a proposta de articular os trabalhadores a partir do diálogo e da cooperação entre órgãos governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores. O plano objetiva articular ações para aplicação prática da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011.

A IV Conferência Nacional acontece em 2015, intitulada *Saúde do trabalhador e da trabalhadora, direito de todos e todas e dever do Estado*, tendo como objetivo “propor diretrizes para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”¹⁸². O hiato temporal entre as conferências nos remete à questão da não priorização do tema e à falta de discussão na esfera pública, porém, sobressalta a valorização e a persistência dos coletivos dos trabalhadores pela temática.

A aplicação da PNSST pretendeu contribuir para melhores condições de higiene e segurança do trabalho, vigilância quanto à ocorrência de acidentes de

¹⁸² Nota-se a evolução da temática, incluindo as especificidades inerentes à questão de gênero, que diferencia a exploração no trabalho entre homens e mulheres, expressa, inclusive, na promulgação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em 2012, pelo governo Dilma Rousseff, e incluso na IV Conferência, denominada Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Os relatórios gerais de todas as Conferências estão disponíveis em: <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/conferencias-saude-trabalhador#>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

trabalho e o aprimoramento de sua notificação de forma a possibilitar o embasamento e a construção de dados epidemiológicos, necessários para subsidiar a construção de políticas públicas de promoção à saúde do trabalhador. A viabilidade das propostas aprovadas pela PNSST ficou comprometida, pois coube ao Estado fiscalizar sua aplicação, além disso, este também é envolvido no contexto de reestruturação econômica.

Em agosto de 2012, é instituída, pela Portaria nº 1.823, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), que considera o alinhamento entre a política de saúde do trabalhador e a PNSST de 2011, e a necessidade de implementação de ações de saúde do trabalhador em todos os níveis de atenção do SUS, observando as três esferas de gestão do SUS nos níveis da União, estados e municípios. Ela compõe uma das importantes diretrizes do SUS, tendo como princípios e diretrizes: universalidade, integralidade, participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social, descentralização, hierarquização, equidade e precaução. Em relação ao desenvolvimento e à capacitação de recursos humanos, o inciso I, do Artigo 9, expressa como estratégias o “investimento na qualificação e capacitação integradas das equipes dos diversos componentes da vigilância em saúde, com incorporação de conteúdo específicos, comuns e afins, nos processos formativos”. Ao expor a necessidade de capacitação presente também em outros artigos, a política ainda revela o protagonismo das universidades, reconhecidas como excelência no que se refere à educação.

Cabe ainda pensar em sua aplicação junto à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que traz a classificação dos riscos como forma de estabelecer o nexo entre os agentes ao nível aceitável de exposição aos mesmos, utilizando como ferramenta o Mapa de Riscos, anteriormente exposto nesta tese. Esta política propõe a monetarização dos agravos à saúde, pois a lei determina o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, que seria uma compensação ao trabalhador pelo possível dano e, ao mesmo tempo, minimiza a responsabilidade da empresa em viabilizar um ambiente salubre e com boas condições para o exercício laboral.

A CLT é a principal expressão dos direitos trabalhistas, uma vez que, através dela, são regulamentadas as relações individuais e coletivas do trabalho, além de instituídos os deveres e os direitos dos trabalhadores e empregadores, dentre os quais, têm-se as relações de segurança e medicina do trabalho. Dentre as prerrogativas propostas pela CLT, encontram-se a obrigatoriedade da formação de Comissões Internas e Prevenção de Acidentes (Cipas), a existência de Normas

Regulamentadoras (NRs), para as quais o Estado é fiscalizador de sua aplicação, e os Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), estipulados por um número mínimo de trabalhadores, ponderando a natureza da atividade, a fim de avaliar e controlar as causas de acidentes e doenças do trabalho.

Enquanto a CLT regulamenta os direitos trabalhistas no setor privado, os trabalhadores do serviço público são regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público para as esferas estaduais e municipais, e, na esfera federal, pelo Regime Jurídico Único (RJU). Os trabalhadores terceirizados possuem a Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993. A CLT possui normas e regulamentos elucidados pela OIT, com orientações internacionais sobre as relações e as condições de trabalho, enquanto os demais regimes possuem determinações próprias e não abarcam todas as normas de proteção compreendidas na CLT.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu Art. 39, em sua redação original, que a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios, suas autarquias e fundações públicas deveriam formar um regime jurídico único para os seus servidores. Contudo, seu objetivo não foi alcançado, permanecendo os estados e municípios com legislação própria, e os servidores federais regidos por meio da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que criou o RJU.

O RJU inaugurou os direitos antes negados, visto que, anterior a esse momento, os servidores públicos federais não possuíam instrumento legal de relação coletiva de trabalho, não tinham direito à greve e não podiam unir-se em sindicatos para, desse modo, agir de maneira conjunta e articulada.

As normas existentes na CLT estão ausentes no RJU, que possui apenas um artigo, o de nº 185, que prevê a “garantia das condições individuais e ambientes de trabalho satisfatório”. Cavalcanti (2002) pondera a atuação do Estado enquanto fiscalizador em dissonância com sua atuação enquanto patrão, quando se desobriga de tais determinações, beneficiando-se de sua dupla natureza: empregador e fiscalizador. A autora ratifica ainda a ausência de legislação sobre a saúde do trabalhador e a subjetividade no único artigo do RJU que cita esta questão, não viabilizando os mecanismos para o seu cumprimento.

Ademais, após inúmeras discussões sobre a necessidade de valorizar a saúde do servidor também no serviço público federal, o governo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), inicia sua regulamentação em 2005, com a proposta de estabelecer as diretrizes para ações de saúde. Na ocasião, foi instituído o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público (Sisosp), tendo sido oficializado com o Decreto nº 5.961, de

14 de novembro de 2006. Entretanto, com a mudança do ministro do MPOG e da equipe do SISOSP, em meados de 2007, houve uma estagnação das ações referentes à saúde do servidor público federal.

Em 2008, é designada uma nova equipe de atuação e retomada a discussão sobre a saúde do servidor, que passa a ser considerada no bojo do conceito ampliado de saúde, ou seja, deixa de ser encarada do ponto de vista da saúde ocupacional, para valorizar a saúde integral do servidor. Nesse contexto, é instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) por meio do Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. A organização do Siass contempla uma política sustentada pelos eixos: promoção à saúde, vigilância aos ambientes e processos de trabalho e perícia em saúde, tendo como objetivo o disposto no Artigo 2º do referido decreto:

Art. 2º O Siass tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.

Para estas linhas de atuação, são definidos os conceitos no Artigo 3º:

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - assistência à saúde: ações que visem a prevenção, a detecção precoce e o tratamento de doenças e, ainda, a reabilitação da saúde do servidor, compreendendo as diversas áreas de atuação relacionadas à atenção à saúde do servidor público civil federal;

II - perícia oficial: ação médica ou odontológica com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais;

III - promoção, prevenção e acompanhamento da saúde: ações com o objetivo de intervir no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

O Siass propõe a criação de comissões locais de saúde do servidor, posteriormente denominadas de Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (Cissp), com a finalidade de incrementar as ações de promoção em saúde, pois entende que estas organizações constituem espaços nos quais o servidor pode conhecer os riscos à sua saúde e à sua segurança e negociar com a administração superior mudanças no ambiente e na organização do trabalho.

Nessa direção, em 2011, é estabelecida a Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho (Pass), cuja iniciativa pauta-se na regulação das ações de saúde estruturadas com base em dados epidemiológicos, na relação entre os eixos norteadores do Siass, na promulgação do trabalho em equipe multidisciplinar e na avaliação dos locais de trabalho, incluindo os ambientes e as relações de trabalho.

A Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho é viabilizada pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) módulo sobre saúde, denominado Siape Saúde, um sistema informatizado gerido pelo MPOG e dividido em seis módulos: Perícia Oficial, Exames Periódicos de Saúde, Promoção à Saúde, Vigilância, Investidura em Cargo Público e Informações Gerenciais. Os dados relacionados à saúde do servidor são alocados em um sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), responsável pela sua sistematização e consolidação. O Siass era gerido administrativamente pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, entretanto, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro, ao assumir a presidência do Brasil, extinguiu este ministério e suas funções foram absorvidas pelo Ministério da Economia, o que seria um indicativo da relação a ser estabelecida entre o governo e os servidores públicos federais.

A contextualização acerca da constituição do campo de saúde do trabalhador, no Brasil, e sua localização administrativa não são objeto do acaso ou acontecem sem motivação, ao contrário, introduzem questões que trazem implicações para a saúde no serviço público federal e nas universidades públicas federais, campo desta investigação, remetendo-se a uma reflexão crítica sobre o porquê a saúde do trabalhador, prevista no SUS, sob a gerência do Ministério da Saúde, é tratada no serviço público federal pelo Ministério da Economia; sendo o alvo precípua a relação entre saúde e trabalho, o que faz o Estado brasileiro diferenciar o trabalhador do serviço público federal dos demais, trazendo as complexidades da área da saúde para um órgão de administração de pessoas, vinculado à Economia?

O Siass foi apresentado em todo o Brasil em diferentes eventos promovidos pelo próprio governo, como o Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal e Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino (ENDP), que ocorre anualmente e encontra-se em sua 39ª edição, sempre pontuando os dados financeiros e econômicos que subsidiam sua implantação, tendo como foco as perícias em detrimento das ações de prevenção, promoção e vigilância em saúde.

Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) ressaltam que a saúde do trabalhador como campo de conhecimento é uma construção que assenta um alinhamento de interesses, preservando o momento histórico no qual as questões são politicamente postas, adquirem relevância e consubstanciam condições intelectuais para discuti-las e enfrentá-las sob os pontos de vista científico e epistemológico. Assim, é ilustrativo o fato de o próprio governo iluminar a questão

econômica oriunda da normatização da perícia em oposição aos demais princípios do Siass.

Os trabalhadores do serviço público federal regidos pelo RJU possuem a estabilidade como principal atrativo, o que desperta o desejo de ingresso nesse serviço por grande parte da população. Contudo, em mais uma contradição do sistema capitalista, os trabalhadores desse setor possuem uma legislação de proteção tardiamente promulgada e precárias ações fiscalizatórias sobre seu cumprimento¹⁸³. Os cargos de gestão, por exemplo, nem sempre são designados sob critérios de competências de gestão, mesmo que haja aparatos legais que subsidiem a ação, mas, por indicação política, perpetuando uma metodologia de gestão que propicia ações de violência no trabalho, manifestas por meio de agressões físicas, insultos verbais, discriminações nos campos racial, religioso, deficiências e assédio moral e sexual. São relações e condições de trabalho que, muitas vezes, levam ao adoecimento. Ademais, são limitações legais, operativas e políticas que refletem a insuficiência de ações em prol da promoção da saúde dos trabalhadores.

Os dados relacionados à saúde do servidor são alocados em um sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), conforme já assinalado, responsável pela sua sistematização e consolidação. No SUS, as informações de saúde são compiladas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), ou seja, há também uma separação na organização dos dados, postos em sistemas que não se comunicam, gerando a fragmentação das informações.

O conhecimento sobre as condições de saúde de todos os trabalhadores, independentemente do vínculo empregatício, é essencial, visto que incide diretamente sobre a constituição de estudos epidemiológicos e sobre a construção de indicadores para melhor conhecer e intervir na saúde do trabalhador no Brasil. Dessa forma, ele é necessário para ações de vigilância em saúde e monitoramento das condições laborais, contribuindo para o controle social e para a participação coletiva dos trabalhadores, como designado pela Constituição Federal em vigor e sistematizado pelo SUS.

A Secretaria de Recursos Humanos (SRH), vinculada ao então MPOG, disponibiliza os últimos dados de afastamento do trabalho no ano de 2005, quando sinaliza que implantará uma política de valorização do servidor. O site destaca que

¹⁸³ O governo dispõe que a Advocacia Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) são unidades públicas voltadas para a fiscalização do patrimônio. São pouquíssimas as ações sobre trabalho e saúde fiscalizadas, encontra-se com mais frequência a fiscalização sobre a insalubridade, que incide diretamente sobre o erário, com foco em ações de cunho financeiro.

o governo está preocupado com o alto índice de aposentadoria precoce dos servidores públicos federais, em torno de 14%, (a média do setor privado fica em torno de 2%), o que contabiliza um custo de R\$ 300 milhões por ano à União. A SRH informa também que, para cada 1.000 servidores, 3,2 se afastam por mês, sendo 35% por problemas de lesão por esforço repetitivo (LER); 13% por depressão, e 7% por dependência química. Outro apontamento indica que, para cada R\$1,00 investido em prevenção, economiza-se cerca de R\$ 16,00 ao combater as doenças ocupacionais, diminuindo os afastamentos por doença, o absenteísmo ou as aposentadorias por invalidez.

Nota-se que os dados são de 2005, anteriores à promulgação do Sias. Após a criação desse sistema, não há informações disponíveis para acesso referentes às doenças que mais afastam do trabalho. O sistema permite apenas que o gestor da unidade consiga observar os dados sobre afastamentos exclusivamente de sua unidade, porém, não é possível ter acesso a dados públicos de nível regional e/ou nacional publicamente. Ao realizar uma pesquisa sobre os motivos de afastamento do trabalho, não foi possível acessar uma compilação de dados estatísticos, a exemplo do anuário disponibilizado abertamente a população¹⁸⁴. Foi necessário buscar a rede formada por trabalhadores¹⁸⁵ para solicitar o acesso aos dados.

No Rio de Janeiro, observando as instituições de ensino superior, os transtornos mentais e comportamentais são os que mais afastam do trabalho. Não por acaso são fatores crescentes que ocupam os primeiros lugares também entre os trabalhadores regidos pela CLT. Provindo das mazelas do capitalismo, impostas aos trabalhadores, o crescimento dos transtornos mentais entre os trabalhadores, infelizmente, não surpreende. Destaca-se, nesse aspecto, o suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em setembro de 2017, que trouxe à tona a reflexão sobre a subjetividade do trabalhador e o uso perverso das grandes mídias. “O suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível” (Antunes, 2018, p. 144).

A grande lacuna de tempo para instauração de legislação que normatize o serviço público federal e a divergência na construção de dados epidemiológicos se refletem diretamente na saúde dos trabalhadores federais, que estavam à

¹⁸⁴ Anuários estão disponíveis em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/previdencia-em-questao/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

¹⁸⁵ Aqui se faz referência ao grupo de trabalho sobre saúde do trabalhador no serviço público federal, formado por profissionais de saúde que, voluntariamente, construíram um grupo de Whatsapp com representação nacional e estadual, no caso do Rio de Janeiro.

deriva, submetidos a um Estado que absorvia uma dupla função: empregador e fiscalizador de suas próprias ações. As conquistas legais representam um avanço em ações que buscam a valorização do trabalhador no serviço público federal, porém, a sua materialização em ações requer a continuidade de luta e resistência. Os exames periódicos de saúde, por exemplo, não são realizados na maioria das instituições, além de outros direitos expressos em lei e ainda não viabilizados.

Os direitos conquistados legalmente e ainda não garantidos na prática reforçam as contradições do capitalismo, expostas no primeiro capítulo desta tese, que desvelam a exploração do trabalho. A relação trabalho-saúde revela os agravos à saúde procedentes dessa relação. A precarização do trabalho é intrínseca ao capitalismo, a sua face ultraneoliberal potencializa esse fenômeno e os traços fascistas presentes no Brasil atual exacerbam a questão, inclusive manifestando, em muitos casos, elementos que sustentam a presença, no país, de trabalho análogo ao trabalho escravo¹⁸⁶. Para Antunes (2018), as fases de crise do capital intensificam a precarização em escala global e evocam o processo de individualização do trabalho e a ruptura com a solidariedade entre os trabalhadores. Por conseguinte, ferem a “capacidade de acionamento das *estratégias coletivas de defesa* entre os trabalhadores que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento psíquico e de sua expressão mais contundente, o suicídio no local de trabalho” (p. 143). No que tange à relação trabalho-saúde presente nas universidades públicas federais, será apresentada, a seguir, a experiência de uma universidade federal localizada no estado do Rio de Janeiro.

3.3.

A saúde do trabalhador na universidade analisada

A instituição selecionada para análise é uma universidade federal localizada no estado do Rio de Janeiro que, no ano de 2001, participou do processo de expansão das universidades federais. O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, teve como proposta atingir o percentual de 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Em 2003, houve o investimento na interiorização dos campi das universidades federais, o que possibilitou sua ampliação e descentralização para municípios localizados na periferia das grandes capitais. Como estratégia de ação da PNE, em 2007, o governo federal

¹⁸⁶ Existem estudos que sustentam esta tese, como a pesquisa realizada por Marcela Soares Silva (UFF). Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/9078/13330>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com a proposta de aumentar o número de vagas para ingresso, reduzir a evasão e ocupar as vagas tidas como ociosas.

As universidades federais se organizaram para alcançar esse objetivo e receber a verba oriunda do Reuni. Assim, entre 2007 e 2011, o aumento no número de vagas foi de cerca de 60% em todo o Brasil. Na universidade analisada, o número de alunos quase duplicou e, conseqüentemente, aumentou também a contratação de professores e de técnicos administrativos, porém, ressalta-se que esse crescimento não ocorreu em igual proporção. Relatório redigido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE), intitulado *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*¹⁸⁷, corrobora a afirmação.

As expansões no corpo discente, corpo docente e de técnicos administrativos não foram suficientes para garantir as atuações nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. Havia também a necessidade de infraestrutura para comportar todas essas ações, além de um corpo destinado a atender especificamente à saúde dos trabalhadores desta instituição. A fim de acolher esta demanda, em meados de 2007, foi idealizado o serviço de atenção à saúde do trabalhador da universidade, cujo papel é estratégico na implementação de ações de promoção e vigilância em saúde na atuação junto aos trabalhadores, nos ambientes e nos processos de trabalho, na idealização e na execução dos exames periódicos em saúde e exames admissionais e nas ações de perícia e acompanhamento em saúde. Além de desenvolver atividades voltadas para educação em saúde, sendo estas de caráter informativo, educativo e preventivo.

A atuação do setor é dividida em três eixos: promoção em saúde; vigilância em saúde e segurança do trabalho, e perícia oficial em saúde. De acordo com o setor, a promoção em saúde é o conjunto de ações dirigidas à saúde do trabalhador e busca a precedência das ações de prevenção sobre as de reparação. A vigilância em saúde e segurança do trabalho refere-se ao conjunto de ações contínuas e sistemáticas que possibilitam detectar, conhecer, pesquisar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde e segurança relacionados aos ambientes e processos de trabalho. A perícia oficial em saúde é o ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões

¹⁸⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>. Acesso em: 20 dez. 2021.

relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença de médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.

Para fins desta pesquisa, com o objetivo de compreender o funcionamento técnico e a rotina organizacional do setor, foram entrevistados os gestores da unidade de saúde do trabalhador, a coordenação geral e as coordenações de cada eixo: promoção em saúde; vigilância em saúde e segurança do trabalho, e perícia oficial em saúde. Optou-se também por entrevistar a assistente social¹⁸⁸ da equipe, pois parte-se da compreensão de que as particularidades de formação desse profissional poderão agregar informações capazes de elucidar a relação da saúde do trabalhador com as ações sindicais. Os eixos e as categorias abordados são: 1) dados de identificação: identificação pessoal dividida por idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade; e identificação do setor; 2) organização e processo de trabalho; 3) mapeamento sobre doenças relacionadas ao trabalho; 4) formação de parcerias; 5) estratégias de enfrentamento adotadas pela equipe de saúde do trabalhador; 6) e trabalho em tempo de pandemia de covid-19. Destaca-se que, neste momento, foi vislumbrado o aspecto organizativo da temática, e posteriormente foram incluídos novos sujeitos: docente, técnico administrativo, terceirizados do serviço de limpeza e administrativo, professore substituto, além das gestões sindicais que contribuíram para o estudo da relação entre a ação sindical e a saúde do trabalhador

As questões foram encaminhadas no sentido de conhecer a composição da unidade, quais profissionais a integram, as doenças que mais afastam do trabalho, as ações de prevenção, promoção e vigilância em saúde, os entraves políticos e administrativos que perpassam a unidade, as principais demandas dirigidas ao setor, a existência de parcerias institucionais e as ações conjuntas com os sindicatos e/ou com o coletivo local dos trabalhadores. Nesse aspecto, a primeira questão tratava sobre a identificação da unidade com abordagem de ordem empírica, como o número de trabalhadores da equipe, a história de formação do setor e a localização administrativa na estrutura organizacional da universidade, antes de iniciar o caminho que perpassa pelos demais eixos e categorias.

Nesse primeiro momento de identificação, foi registrada a ampliação da equipe de trabalho multidisciplinar ao longo dos anos, que atualmente é composta por 20 profissionais com as seguintes funções: apoio administrativo (servidor

¹⁸⁸ Em relação à assistente social, ratifica-se que o setor de saúde do trabalhador permaneceu dois anos sem assistente social. No momento das entrevistas, em 2021, havia uma assistente social recém-chegada ao setor. Dessa forma, optou-se por entrevistar a assistente social que permaneceu por seis anos no setor, quando foi redistribuída para outra universidade federal localizada também no Rio de Janeiro.

reintegrado) (1), assistente em administração (1), assistente social (1), auxiliar em saúde (1), auxiliar administrativo (1), engenheiro de segurança do trabalho (1), enfermeiro do trabalho (1), fisioterapeutas (2), médico perito (3), médico psiquiatra (1), psicólogos (2) e técnicos em segurança do trabalho (5). Na sequência, foram expostos assuntos relevantes relacionados à localização administrativa da unidade na universidade, que variou ao longo dos anos.

Inicialmente, em 2007, o setor de saúde do trabalhador era vinculado à Divisão de Saúde da Universidade, órgão ligado diretamente à reitoria. Em 2012, o setor de saúde do trabalhador foi instituído pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) como uma Unidade Siass. Em 2013, se tornou uma unidade no organograma da universidade, passando a ser subordinado diretamente à Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos (Proad). Em 2019, com a mudança da PROAD para Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), passou a ficar subordinado ao Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas (Dasdp) e tem seu nome alterado para Unidade de Saúde do Trabalhador (UST)¹⁸⁹. Foi possível ter acesso ao organograma que apresenta a configuração atual, apresentado na Figura 01¹⁹⁰, a seguir.

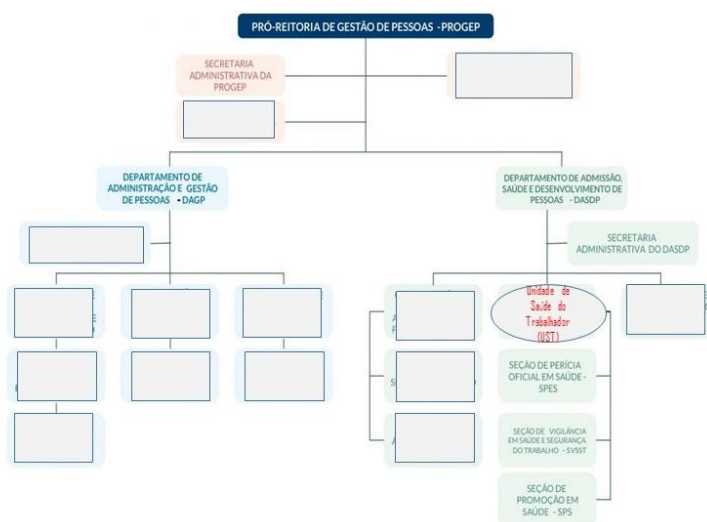


Figura 1 – Organograma Progep.
Fonte: Página da universidade analisada.

A este respeito, em relação a categoria *dados de identificação* os gestores emitiram as seguintes declarações:

¹⁸⁹ Nome fictício para preservar o sigilo sobre a unidade investigada.

¹⁹⁰ Organograma com partes tarjadas a fim de preservar o sigilo sobre a unidade investigada.

Não concordo com o lugar dado a UST na organização estrutural da universidade, isso impede a autonomia no trabalho, “deveríamos ser uma autoridade na área de saúde, mas isso não acontece, questões administrativas se sobrepõem (Coordenador-Geral do setor, homem branco, 36 anos, heterossexual, técnico em segurança do trabalho, cinco anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

Eu acho péssima nossa localização, a gente é subordinada a uma direção de um departamento de desenvolvimento de pessoas, que é subordinado a uma pró-reitoria de gestão de pessoas, sendo que nenhum dos dois possui conhecimentos sobre saúde do trabalhador! A gente acaba sendo uma coordenação afastada, onde nossas decisões são simplesmente acatadas, e isso é ótimo, a gente já viu gestões anteriores em que não era assim, a UST falava uma coisa, o pessoal fazia outra, hoje, pelo menos, a UST fala uma coisa e das duas uma: ou ninguém faz nada, ou concorda, ou fala ‘eu concordo com você’, mas não dá para fazer nada... pelo menos a nossa posição técnica não é questionada e nem contradita, e isso é um ponto a favor. Na minha visão, a UST deveria ser ligada diretamente à reitoria (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

A UST fazia o que dava nas condições péssimas que tinha, nas condições que expressa um baita descaso com a saúde do trabalhador, eu acho que prioridade vai sendo atendida e nunca se movimentaram sem a nossa persistência. Tudo que se conseguiu foi porque a UST lutava. O setor era órfão, o interesse era apenas “a perícia vai funcionar ou não vai?” A UST consegue a sede em 2019, após muita luta, e os próprios trabalhadores é quem limpam, brigaram, organizaram e estruturam o setor. Eu sonho com uma universidade onde a saúde seja priorizada. A saúde do trabalhador deveria estar no centro da tomada de decisões, nós lutamos muito para que essa nova configuração não fosse aprovada, mas não adiantou, eu me sinto enxugando gelo. Essa gestão da universidade conseguiu fazer da saúde do trabalhador um espaço tecnicista. Nossa equipe é uma acatadora de decisões! Decidiram que não pode e nós obedecemos, manda quem pode, obedece quem tem juízo. Se não está na lei, não fazemos, não há mais um coletivo que tente ultrapassar esses limites (Coordenadora do Eixo Promoção em Saúde, mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

As coordenações de cada eixo não existem mais oficialmente como existiram no passado. O governo federal suspendeu várias funções gratificadas no ministério de educação e aí pegaram as funções gratificadas dos três eixos da UST: perícia, vigilância e promoção para suprir essa necessidade. Então, oficialmente o que existe é apenas a coordenação geral e nós ficamos meio que *informais*, somos representantes do eixo, eu não respondo mais os processos oficialmente como coordenador, o que fragilizou bastante a função de cada coordenação. Cogitamos, no início, extinguir tudo, mas optamos por minimamente manter a estrutura de trabalho, mesmo que informalmente, como representação para facilitar a continuidade do serviço pela peculiaridade técnica de cada eixo e o conhecimento técnico cada um, concentrar tudo só na coordenação geral não daria muito certo e seria bastante trabalhoso. (Coordenador do Eixo Perícia Oficial em Saúde, homem, branco, 36 anos, heterossexual, médico psiquiatra, 4 anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Em síntese, a saúde do trabalhador, que tinha uma vinculação direta à pró-reitoria, atualmente é subordinada a um departamento, e este à pró-reitoria, o que incide hierarquicamente sobre a condução de decisões que reverberam sobre a saúde do trabalhador na universidade. Ao burocratizar as deliberações de uma

unidade que deliberava sobre a saúde dos trabalhadores, a gestão da universidade sinaliza a prioridade que a própria saúde do trabalhador possui sob sua administração. O foco está nas diretrizes administrativas, e não necessariamente na saúde.

Em continuidade, a segunda categoria da pesquisa abordou a *organização e o processo de trabalho* da unidade, objetivando apreender a disposição do setor, a constituição e o funcionamento da unidade a partir das suas coordenações de ações já existentes, a saber, promoção em saúde; vigilância em saúde e segurança do trabalho, e perícia oficial em saúde, averiguando como tais ações incidem sobre os trabalhadores e sobre a comunidade universitária, sejam estes docentes, técnicos-administrativos ou terceirizados. A este respeito, as exposições foram as seguintes:

Os eixos funcionam de forma independente, cada qual com sua equipe, há comunicação entre as áreas realizada através das reuniões. Quando necessário, cada coordenador pode acionar um parecer e/ou participação de um profissional de outro eixo para uma ação pontual. A equipe tem uma concentração de médicos lotados na perícia, engenheiro e técnicos de segurança do trabalho, no eixo de vigilância e segurança do trabalho e os demais profissionais de saúde, no eixo de promoção à saúde. (Coordenador-Geral do setor, homem branco, 36 anos, heterossexual, técnico em segurança do trabalho, cinco anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

A vigilância como parte da UST precisa ter uma interação com os outros eixos, essa é a parte fundamental do trabalho, mas, além dos outros eixos, a vigilância é o meio pelo qual se fiscaliza e se orienta a comunidade, no caso, nossa comunidade é os servidores. A UST não tem uma influência direta na relação acadêmica com os estudantes, mas a gente tem influência direta com os servidores. O ponto de partida do contato da saúde do trabalhador com servidor, principalmente no aspecto de prevenção, é a vigilância. E, para isso, a gente precisa ter equipe, precisa ter autonomia para que a gente consiga fazer as coisas e a nossa capacidade técnica seja corroborada. A universidade é enorme, principalmente em extensão, e a gente precisa de infraestrutura, esse é o primeiro ponto para eu falar de como o processo de trabalho da vigilância é no dia a dia. A nossa estrutura hoje é razoável em termos lugar de trabalho de estrutura física, a questão está na falta de pessoas, ou outro engenheiro de segurança do trabalho, e principalmente médico do trabalho. Principalmente em função do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), que a gente não tem, o programa de controle médico não existe, nossos processos de trabalho hoje são muito reativos, a gente simplesmente reage à demanda do servidor, é muito pouco proativo, por diversas razões: posso começar com a tão falada cultura de segurança no serviço público, que, na minha visão, é muito precária, a falta dessa cultura traz para gente uma informalidade, talvez não seja melhor palavra, uma falta de legitimidade no trabalho que a gente sente direto no contato com os servidores. A nossa força de trabalho está sempre montada para apagar incêndio, para resolver problemas pontuais, atender às demandas específicas individuais de servidores, e não nos deixa tempo hábil para fazer essa migração do trabalho reativo para o trabalho preventivo. (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Houve um momento em que eu entendia muito mais dinamismos e interação entre os eixos do que hoje eu vejo. A UST funciona nos três eixos: perícia, promoção e

vigilância, os três deveriam ter igual importância, porque deveriam ter olhar para saúde do trabalhador em qualquer local de trabalho. Mas, na universidade em especial, a UST é conhecida pela perícia, parece que não importa o que se faça, se a perícia está funcionando, a UST funciona; se a perícia não está podendo atender por algum problema, a UST está com problemas. Vem sendo desde sempre uma tentativa de construção de uma imagem de uma unidade de atenção à saúde do trabalhador que não fosse exclusivamente perícia. Os programas de promoção buscaram dar visibilidade a UST para a além da perícia. Mas essa é uma luta que não vejo nem interesse e nem esforço da instituição para que aconteça. Até, para administração superior, se está tudo funcionando bem com a perícia, então está tudo bem com a UST. É uma equipe multidisciplinar que já foi mais distribuída entre os eixos com mais clareza, entre quem atende a perícia, quem está na vigilância e quem está na promoção, no sentido de que todos participavam de todos os eixos e, sob demanda, socorreria os eixos. Mas, em cada um deles, havia um mínimo de profissionais de cada área. O assistente social passeava entre os eixos, mesmo estando na promoção. Nunca houve psicologia na vigilância em saúde, o que, ao meu ver, é um conceito capenga de saúde, aleijado, que não permite ter um olhar, por exemplo, para comunicação de acidente de trabalho que um dia possa se referir a mais que um acidente físico. A perícia claramente está direcionada à doença, ela atende o direito do trabalhador para sua licença para seu cuidado com a saúde já comprometida. O olhar da perícia é a doença. A vigilância olha para o risco, e as barreiras não só apenas arquitetônicas, não é apenas ergonomia, não é apenas dessa ordem, é também psicossocial, as relações sociais precisam ser pensadas e as condições emocionais também, e não é o que acontece. A promoção antecede à possibilidade da doença, é educativa, é de emancipação do trabalhador. Quem conhece sobre saúde tem os caminhos para se cuidar, uma educação para saúde é biopsicossocial, e isso não está claro nem para própria equipe. (Coordenadora do Eixo Promoção em Saúde, mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

A perícia atende à demanda que chega, ela não gera demanda! Isso é exceção, é o que a gente tem diferente dos outros eixos. Eles geram projetos e promove ações de saúde do trabalhador, a nossa função é mais atender a demanda que chega e, a partir dos dados que a gente tem, dos casos que chegam, aí sim nós podemos sinalizar a promoção e a vigilância sobre setores com número grande de afastamento que possa talvez ter alguma relação direta com trabalho, ou uma relação dentro da própria equipe, ou entre equipe e chefia, que pode contribuir para o adoecimento. A gente aciona a equipe de psicologia, fisioterapia da promoção em geral quando a gente entende que uma intervenção vai ajudar o servidor no retorno ao trabalho, ou na patologia em si; aciona a vigilância em questões mais voltadas principalmente para acidente de trabalho ou quando a gente acha que tem algum fator ergonômico que necessite de avaliação da vigilância, ou algum fator que pode estar gerando algum tipo de prejuízo para o servidor. A perícia recebe a demanda que chega e, a partir do que pode acontecer na perícia, a gente aciona os profissionais dos outros eixos, para quando for necessário intervir com a gente, a equipe de perícia é formada por três médicos e acionamos um servidor de outro eixo quando precisamos da avaliação de algum profissional para corroborar uma decisão nossa, eles têm uma ação na perícia, mas não fazem parte da perícia. (Coordenador do Eixo Perícia Oficial em Saúde, homem, branco, 36 anos, heterossexual, médico psiquiatra, quatro anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Estive em atuação nos três eixos de construção da saúde do trabalhador: perícia, promoção e vigilância. Como éramos uma equipe pequena, nos dedicamos a trabalhar em todas as áreas. Entendíamos a separação entre elas de forma clara, assim como as interfaces e as ligações profundas. Estive inserida na equipe de vigilância, e foi necessário enfrentamento com o engenheiro que entendia não ser necessária a presença de uma assistente social. Ele está preso há um conceito ultrapassado de saúde, não entendeu que a vigilância vai além de barreiras físicas. O conceito ampliado de saúde é biopsicossocial, e não por acaso problemas

relacionados à saúde mental no trabalho lideram os afastamentos. Há uma correlação com o ambiente que precisa ser considerada, mas, ao afastar os profissionais de saúde da vigilância, sob alegação de que, quando precisar, aciona, eles sequer irão identificar a demanda. (Assistente Social da saúde do trabalhador, mulher, branca, 32 anos, heterossexual, oito anos de trabalho na universidade, redistribuída há três anos, em entrevista à autora, novembro de 2021).

Minayo-Gomez e Sonia Thedim-Costa (1997, p. 23) sinalizam que, apesar dos avanços significativos no campo conceitual e o enfoque em novas práticas para lidar com a relação trabalho-saúde, consubstanciadas sob a denominação saúde do trabalhador, no cotidiano, prevalecia a hegemonia da medicina do trabalho e da saúde ocupacional. Os relatos expressos na pesquisa de campo demonstram a assertiva presente na afirmação dos autores referenciados. Há uma complexa relação, perceptível na equipe de saúde do trabalhador, sobre o próprio conceito de saúde do trabalhador e, por consequência, sobre o modelo de atuação. Ao ser provocado sobre a temática, o coordenador-geral afirma: “não vejo como um problema, pois cada um atua em sua área e há uma grande demanda de trabalho a ser atendida, quando alguém precisa, chama o outro profissional e resolve a questão”. A fragmentação da equipe e das ações implicam, contudo, a gênese do conceito de saúde do trabalhador, que prevê uma atuação interdisciplinar.

A terceira categoria foi direcionado a conhecer o *mapeamento sobre doenças relacionadas ao trabalho*. A proposta era elencar quais as principais causas de afastamento do trabalho e quais as doenças são mais incidentes, além de observar a existência de estratégias que atuam nessa direção e apurar a existência de construção de nexos causais pela unidade, relacionado ao processo saúde/doença. O coordenador-geral encaminhou gráficos com as ocorrências de afastamento por CID-10¹⁹¹, referente aos anos de 2019 e 2020. Contudo, esclareceu que os dados de 2020 estão comprometidos, pois, em função da pandemia, não estão sendo realizadas perícias¹⁹². Há uma determinação legal que preconiza a realização de perícia apenas de forma presencial. Assim, o setor optou pela organização de um procedimento administrativo para registro das solicitações de licença para tratamento da saúde com junção da documentação

¹⁹¹ CID-10 é a 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, uma lista de classificação médica da Organização Mundial da Saúde. É um termo muito frequente dentro da área da saúde, pois a sigla abrange a **classificação e a codificação das doenças**. A sigla também é utilizada mundialmente como o padrão médico para catalogar os diagnósticos médicos. Para cada enfermidade, é atribuída uma categoria única que remete a um **código com até seis caracteres**. Sendo assim, tais categorias podem incluir um conjunto de **doenças semelhantes**.

¹⁹² Segundo o coordenador-geral, as perícias foram realizadas até o dia 15 de março de 2022.

legalmente solicitada e, a posteriori, será oficializado mediante a perícia presencial. Dessa forma, será analisado o ano de 2019, por possuir referência completa sobre os afastamentos¹⁹³, conforme gráficos expostos a seguir¹⁹⁴.



Gráfico 3 – Ocorrência de afastamento por CID-10 referente ao ano de 2019.
Fonte: Portal da universidade analisada.



Gráfico 4 – Número de dias de afastamento, por CID-10, referente ao ano de 2019.
Fonte: Portal da universidade analisada.

Para compreensão holística dos gráficos, é mister resgatar a carga dos transtornos mentais continua crescendo, com impactos significativos sobre a

¹⁹³ Ratifica-se que a página do setor, na internet, dispõe do mapeamento dos anos anteriores, o que oportuniza melhor compreensão e identificação de doenças que se mantêm em ascensão como a maior motivação de afastamento do trabalho.

¹⁹⁴ Os dados que revelam o nome da unidade foram tarjados a fim de preservar o sigilo da universidade analisada.

saúde e as principais consequências sociais de direitos humanos e econômicas em todos os países do mundo.¹⁹⁵ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁹⁶, globalmente, estima-se que 264 milhões de pessoas sofrem de depressão, uma das principais causas de incapacidade, além dos sintomas de ansiedade. Nesse mesmo estudo, a OMS estima que a depressão e os transtornos de ansiedade custam à economia global US\$ 1 trilhão a cada ano em perda de produtividade. A questão econômica, em um mundo capitalista, é determinante para que um assunto receba a relevância e a pesquisa que lhe cabem. Nesse contexto, a própria OMS destaca que, para cada US\$ 1 investido em tratamento ampliado para transtornos mentais comuns, há um retorno de US\$ 4 em melhoria da saúde e produtividade.

Entre as principais preocupações com a saúde mental do trabalhador, despontam os problemas relacionados à depressão, ao estresse, à ansiedade, à fadiga crônica, à síndrome de *burnout*, que frequentemente evoluem como causas de absenteísmo no trabalho. A OMS destaca que o assédio¹⁹⁷ e o *bullying*¹⁹⁸ no

¹⁹⁵ Segundo informações da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

¹⁹⁶ Dados disponíveis em: <<https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/promotion-prevention/mental-health-in-the-workplace>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

¹⁹⁷ Um assédio pode ser moral, organizacional ou sexual. O assédio moral é a modalidade mais identificada nas relações de trabalho e, possivelmente, a mais conhecida. Tal modalidade ocorre quando o trabalhador é vítima de ações negativas no ambiente de trabalho que tenham como objetivo agredi-lo. Em resumo, é a perseguição contra o trabalhador no ambiente de trabalho. O assédio moral nas relações de trabalho é geralmente identificado por atos envolvendo superiores que tratam os funcionários de forma agressiva ou vexatória, cobranças excessivas, metas excessivas, tratamentos inadequados, controle de idas ao banheiro etc. É o chamado assédio moral vertical. O assédio moral pode ser cometido tanto pelo superior ou por outro trabalhador que tenha um cargo do mesmo nível hierárquico, sendo este último classificado como assédio moral horizontal. O assédio organizacional ocorre quando a estrutura da empresa/instituição empregadora é utilizada como medida para assediar um grupo de trabalhadores. Nesse caso, os atos contra os trabalhadores são praticados durante certo tempo e busca aumentar a lucratividade ou produtividade da empresa/instituição. Ou seja, o empregador passa a desrespeitar os direitos fundamentais dos trabalhadores para aumentar sua margem de lucro, atingir metas. O assédio sexual é visto como a ação de um trabalhador com cargo superior que oferta vantagens ou chantageia o trabalhador com ações de cunho sexual, ou de um trabalhador de mesmo cargo que busca tornar o ambiente de trabalho hostil, o que também pode ser praticado por um trabalhador de cargo superior. Na intimidação, percebe-se que o assediador passou a prejudicar o trabalhador em razão de uma rejeição de uma investida sexual, ou condicionou a realização de uma decisão benéfica ou negativa ao trabalhador à concretização de sua lascívia. Já na chantagem, há a junção de um complexo de ações que buscam transformar o trabalho em um ambiente hostil, intimidativo ou humilhante, sendo a motivação do assédio a questão meramente sexual. Para a caracterização do assédio sexual, o gênero da vítima é irrelevante.

¹⁹⁸ *Bullying* é uma palavra que se originou na língua inglesa. *Bully* significa “valentão”, e o sufixo *ing* representa uma ação contínua. A palavra *bullying* designa um quadro de agressões contínuas, repetitivas, com características de perseguição do agressor contra a vítima, não podendo caracterizar uma agressão isolada, resultante de uma briga. As agressões podem ser de ordem verbal, física e psicológica, comumente acontecendo as três ao mesmo tempo. As vítimas são intimidadas, expostas e ridicularizadas. São chamadas por apelidos vexatórios e sofrem variados quadros de agressão com base em suas características físicas, seus hábitos, sua sexualidade e sua maneira de ser.

trabalho são problemas comumente relatados e podem ter impacto adverso e substancial na saúde mental.

O adoecimento mental manteve-se entre as principais causas de afastamento do trabalho também no Brasil. Dados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) apresentam um *ranking* de pedidos de auxílio doença concedidos em 2020¹⁹⁹, no qual se observa que, entre as vinte primeiras principais causas, há uma liderança dos transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia (hérnia de disco, artrose da coluna e outros), com um total de 49.321 concessões; a infecção decorrente do coronavírus (covid-19) aparece em terceiro lugar, com 37.045 concessões; o episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos (depressão) e o transtorno misto ansioso e depressivo (ansiedade e depressão) figuram em sétimo e oitavo lugar, com 20.986 e 19.413 concessões respectivamente; o transtorno depressivo recorrente, sendo o episódio atual grave, sem sintomas psicóticos, está na décima quarta colocação, com 16.101 concessões, seguido por ansiedade generalizada (preocupação excessiva e de difícil controle durante meses) em décimo sexto, com 13.646 concessões e, por último, o episódio depressivo moderado em décimo oitavo, com 12.778 concessões.

Nota-se que, na hipótese de focar nas doenças mentais, de forma geral, com a possibilidade de somar os afastamentos decorrentes de depressões e os transtornos de ansiedade, o total seria de 82.924 auxílios-doença concedidos em 2020, figurando em primeiro lugar, com ampla margem para o que atualmente foi a primeira doença exposta no *ranking*, a saber, os transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia. Em relação às especificidades da saúde do trabalhador no serviço público federal, retratada no subcapítulo 3.2 deste capítulo, foi exposta a não existência de livre acesso aos dados estatísticos que registram os afastamentos por motivo de saúde entre os servidores, o que, para nós, é alarmante.

Segundo os dados do planejamento, apresentados no painel estatístico de pessoal, o Brasil possui um total de 571.125 servidores do Executivo federal, ativos, regidos pelo RJU²⁰⁰, dentre os quais, 90.396 estão lotados no estado do Rio de Janeiro em um quantitativo que é representado por 45.613 homens e 44.783 mulheres. A universidade analisada dispõe de 2.334 trabalhadores regidos

¹⁹⁹ Dados disponíveis em: <<https://fdr.com.br/2021/02/17/divulgada-doenca-que-lidera-ranking-de-pedidos-do-auxilio-doenca/>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

²⁰⁰ Disponível em: <<http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

pelo RJU²⁰¹ e, destes, 1.151 são docentes do Ensino Superior, dentre os quais, 650 são homens e 501 são mulheres; 60 são docentes do Ensino Médio, sendo 31 homens e 29 mulheres, e 1.123 técnicos administrativos em educação, dentre os quais, 701 são homens e 422 são mulheres. Entre os terceirizados regidos pela CLT, há um total de 411 trabalhadores.

Nessa perspectiva, ao analisar os gráficos 3 e 4 anteriormente apresentados, que tratam sobre os afastamentos por CID-10 para tratamento da saúde, em 2019, sendo o primeiro com a relação de doença e o segundo destinado ao número de dias de afastamento na universidade analisada, foi possível traçar uma hipótese similar aos registros expostos pelo INSS. A doença que mais causa afastamento do trabalhador é a convalescença após cirurgia, com 42 casos registrados. Já o transtorno misto ansioso e depressivo está na segunda colocação, com um total de 10 registros. Contudo, ao somar as doenças mentais, de maneira global, é possível acrescentar a ocorrência de nove casos de ansiedade generalizada; nove casos de episódios depressivos; oito casos de episódios depressivos moderados, e sete casos de transtorno de pânico, totalizando 43 registros de casos de afastamentos decorrentes de doenças mentais.

Tais hipóteses são plenamente possíveis, além de serem ferramentas didáticas utilizadas para demonstrar a relevância da pesquisa e o investimento na promoção da saúde mental no trabalho. Os dados registrados nos gráficos 3 e 4 salientam que é empiricamente comprovado que as doenças mentais são negligenciadas, além disso, urge a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas para esta finalidade. Em termos de dias de afastamento, este somatório representa um total de 1.368 dias de afastamento do trabalho, o que pode representar um momento necessário para cuidados com a saúde. Contudo, exacerba a necessidade de construção de uma ação voltada para o ambiente de trabalho, de estudos e de pesquisas que apurem a existência de nexo causal entre os afastamentos e o ambiente em si. A exposição do coordenador-geral da UST sobre a categoria que trata do mapeamento de doenças já foi apresentada em páginas anteriores. Segue agora o pronunciamento dos demais sujeitos envolvidos que foram ouvidos para esta pesquisa:

Desde a minha entrada, em 2018, a vigilância não teve nenhum trabalho que identificasse quais foram as doenças ocupacionais daquele ano, biênio ou triênio. Esse número de doenças ocupacionais que a UST tem talvez seja o número que venha da perícia, talvez a coordenação de perícia possa te repassar, eles não passam pela vigilância para uma análise e para tomada de atitude futura com

²⁰¹ Disponível no portal da universidade analisada. Acesso em: 20 maio. 2022.

relação a, por exemplo, saber quais foram os maiores acidentes, e fazer uma campanha relativa a isso ou àquilo. Até onde eu sei, antes da pandemia, esse número vinha principalmente de fatores ergonômicos, a ergonomia é um grande agente, já faz tempo, principalmente tendo em vista a característica do trabalho na instituição, pois temos trabalhadores que fazem trabalho no campo, em máquinas que, muitas vezes, são muito antigas, muito velhas, máquina malcuidada, etc. Mas, hoje, a vigilância não tem nenhuma ação específica com relação a receber esses dados, trabalhar esses dados para tomar atitudes futuras em relação às doenças. A questão é que isso deveria ser feito através de um programa de controle médico ocupacional, esse rastreio das doenças do trabalhado dentro de um programa que exige que o trabalhador faça exames periódicos e que se avalie os exames periódicos, dependendo da saúde, isso sem tirar o acidente que é um fator pontual, aí consegue ter um rastreamento de onde ele trabalha e do porquê. Porém, o tipo de afastamento que a médica do trabalho tirou não libera o código de vaga para contratar outro profissional, a gente estava até começando a pensar no PCMSO antes de ela tirar licença, que começaria com o primeiro exame médico periódico e essa avaliação do exame médico periódico serviria de base para a gente começar a ter alguma ação de prevenção dessas principais doenças. Os dados que vêm da perícia são dados sobre as pessoas que se afastaram, às vezes o acidente ocorre e as pessoas não se afastam, a maioria das coisas ocorre sem afastamento, os dados das perícias são importantes e podem ser usados para o início de um trabalho, claro! Mas, às vezes, vamos lidar com casos que são pontos na curva, que às vezes são pontos extremos como um acidente ou um servidor muito idoso, um servidor que já tem algum histórico de doença. Para ter um programa que seja robusto para trabalhar esse tipo de coisa, a gente precisa de um PCMSO, de um programa de controle médico que englobe todos os servidores de uma forma rotineira, senão a gente vai pegar os dados baseados em licença e aí, quando não tiver licença, não tem dado, aí os dados ficam pouco confiáveis, é um início, mas podem estar enviesados, e podemos parar no setor que tenha mais gente idosa e que não necessariamente é o setor com mais risco. Quero enfatizar que o PCMSO não resolve tudo, ele não é mágico, e não vai resolver o problema da instituição, é também um programa reativo, ou seja, ele só pega depois que a doença está instalada, então ele ajuda, ele é ótimo, ele é fundamental para que a saúde do trabalhador seja preservada, mas ele espera o problema acontecer, a gente só vê depois que o problema acontece. Antes dele, a gente precisa ter que o que eu comentei no início, para tornar a vigilância um setor mais prevencionista do que reativo, o que só acontece através do programa de gerenciamento de risco (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Doenças osteomusculares e transtornos mentais, essas são as doenças que mais afastam do trabalho, alternando entre primeiro e segundo lugar de ano a ano. Com a pandemia, a perícia não está sendo finalizada, dessa forma, os dados de causas de afastamento não estão claros em 2020. Estamos perdendo os dados e é uma perda significativa. Lamento, pois a informação deveria ser caracterizada como indicador, até fechar posteriormente. Questões complexas surgiram quando pedi os dados sobre a covid-19, não tenho como informar. Isso já não é sintomático? Não ter os dados em memória, ou não ter interesse em conseguir. Não se faz saúde do trabalhador sem trabalhador, a perícia é uma interface. As pessoas adoecerem pelo mesmo motivo significa alguma coisa. Se a perícia não acionar outros profissionais, se não for interdisciplinar, vai tratar as doenças separadamente e não vai relacionar ao trabalho. O Serviço Social faz muita falta, não ter uma assistente social na equipe é muito ruim, foi um azar da equipe. As demandas são inúmeras, foram feitos exames admissionais, então por que não contrataram assistentes sociais? Há uma tentativa de que os casos que derem entrada por covid-19 sejam repassados a toda equipe. Porém, a notificação é baixa, as pessoas, por estarem em trabalho remoto, não estão solicitando afastamento, mesmo que adoecidas. Elas mantêm o trabalho mesmo adoecidas, e não correlacionam que o trabalho pode contribuir para o adoecimento, elas entendem que já estão em casa, então, precisam trabalhar

(Coordenadora DO Eixo Promoção em Saúde, mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

Nós fazemos o mapeamento para compor os relatórios anuais, e aí a gente avalia as principais causas de afastamento. O último foi feito em 2019, em 2020 só teve perícia até o início de março, e depois entrou a pandemia, o trabalho remoto, e como é proibido fazer a teleperícia, remotamente não há perícia. Então, não tem como avaliar as causas de afastamento, mas, desde que eu trabalho na aqui, as principais causas de afastamento andam muito perto uma da outra, são as causas oriundas de transtornos mentais e transtornos psiquiátricos, e causas ortopédicas, às vezes uma passa um pouquinho a outra, mas andam sempre juntas. Causas ortopédicas englobam eventos traumáticos, doenças relacionadas à ergonomia, posturas, doenças degenerativas, enfim, sempre está ali entre as causas ortopédicas e os transtornos mentais. O Conselho Regional de Medicina e o Sias não autorizam a perícia de forma remota. O atendimento assistencial de forma remota pode ser realizado, com alguns requisitos, mas, para a perícia, não foi autorizada. A gente tentou voltar algumas vezes desde o ano passado, porque nós já temos quase 200 perícias para serem lançadas em fila de espera, então, será um caos quando voltar, porém, não conseguimos voltar por uma série de fatores: falta de apoio institucional, de apoio da própria equipe UST que era contra, e os próprios servidores que se mostraram resistentes a ter que ir fazer a perícia, mas, assim, o problema está posto. Em relação às outras universidades, eu sei que, no início, todos suspenderam, ao menos foi essa minha percepção pelo grupo formado por médicos de todo o Brasil, mas hoje a maioria já voltou a atender presencialmente, mas aqui ainda não. Fizemos algumas ações esporádicas, como exames admissionais, nesse período. A pesquisadora questionou se a perícia de posse dos dados sobre afastamento promove alguma ação na universidade, e foi respondido que eles convocaram a promoção à saúde para esta questão, porém, sempre há uma dificuldade para realizar o trabalho *in loco*, eles alegam a questão da diminuição da equipe e dificuldade de encaixar um trabalho específico, embora façam algumas ações pontuais sobre ergonomia, sobre conflitos no ambiente de trabalho, ministram palestras sobre saúde mental, mas fazer um programa específico de algo relacionado à perícia, isso a gente não conseguiu implantar (Coordenador do Eixo Perícia Oficial em Saúde, homem, branco, 36 anos, heterossexual, médico psiquiatra, quatro anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Durante muitos anos, as doenças mentais lideraram como o primeiro lugar em motivos de afastamento do trabalho. Até quando saí, ainda havia esse protagonismo, fizemos importantes trabalhos na promoção em saúde e desenvolvemos projetos para trabalhar a questão em setores em que havia um maior número de trabalhadores afastados por este motivo. A ideia era ouvir os trabalhadores e construir medidas em conjunto que pudessem promover um ambiente mais saudável ao local. Atualmente não sei como está a situação. (Assistente Social da saúde do trabalhador, mulher, branca, 32 anos, heterossexual, oito anos de trabalho na universidade, redistribuída há três anos, em entrevista à autora, novembro de 2021).

A Investigação das relações saúde-trabalho são essenciais para o direcionamento de ações que promovem a saúde dos trabalhadores. O estabelecimento do nexos causal ou nexos técnico entre a doença e a atividade atual ou pregressa do trabalhador representa o ponto de partida para o diagnóstico e a terapêutica corretos, e, em especial, para a adoção de ações no âmbito do sistema de saúde (Brasil, 2001, p. 25).

Os parâmetros que subsidiam a construção de causalidade nas empresas decorrem das notificações de acidente de trabalho. Na universidade analisada, o eixo que trata sobre saúde e segurança do trabalhado, de acordo com os relatos registrados, está em desenvolvimento e enfrenta, dentre outras questões, a falta de médico do trabalho, a não cultura de notificação de acidentes de trabalho e a inexistência de exames periódicos de saúde desenvolvidos regularmente na universidade.

As circunstâncias experienciadas na universidade remetem à elaboração do mapeamento sobre as doenças relacionadas ao trabalho a partir da perícia em saúde, inclusive, culturalmente, as notificações de acidente de trabalho são denunciadas no setor. Dessa forma, a equipe de promoção em saúde desenvolve ações preventivas e educativas a partir desse parâmetro, e a equipe de saúde e a segurança do trabalho não reconhecem a importância do material, além disso, não sabiam, em meio à entrevista, informar os resultados dos mapeamentos já realizados.

A análise de nexos causal requer a junção de fatores e saberes, o que demanda o envolvimento de uma equipe multiprofissional em um enfoque interdisciplinar. O princípio da saúde do trabalhador não é observado em uníssono entre a equipe, pois a presença da saúde ocupacional atravessa toda a prática do trabalho, inferindo na produção e nas ações de educação, prevenção e promoção da saúde. A Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (Opas) aponta que:

o estabelecimento da relação causal ou do nexo entre um determinado evento de saúde – dano ou doença – individual ou coletivo, potencial ou instalado, e uma dada condição de trabalho constitui a condição básica para a implementação das ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de saúde. De modo esquemático, esse processo pode se iniciar pela identificação e controle dos fatores de risco para a saúde presentes nos ambientes e condições de trabalho e/ou a partir do diagnóstico, tratamento e prevenção dos danos, lesões ou doenças provocadas pelo trabalho, no indivíduo e no coletivo de trabalhadores (Brasil, 2001, p. 27).

A fala da coordenadora de promoção em saúde, já expressa, resume a questão do mapeamento: *Isso já não é sintomático?* Não conhecer ou e/não priorizar o mapeamento de doenças relacionadas ao trabalho revela muito sobre o olhar da própria equipe de saúde do trabalhador.

A organização coletiva dos trabalhadores, através de sindicatos, é um importante mecanismo de acolhimento e fortalecimento dos trabalhadores, contribuindo para a construção de um ambiente mais saudável. A experiência do MOI demonstrou essa afirmativa. Ademais, obviamente a referência é feita ao sindicalismo combativo que represente o coletivo, de cunho socialista, e não aos

que foram envolvidos na dinâmica capitalista, sem compromisso com a classe trabalhadora.

A necessidade de fortalecer as práticas sindicais é premente. Para Lacaz (2007, p. 757), a abordagem das relações trabalho-saúde tem experimentado um retrocesso que pode ser observado quanto à sua apreensão em termos disciplinares. Há uma involução que caracteriza a proposta programática, que privilegia o assistencialismo nas ações da rede de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), somando-se à fragilidade do movimento sindical, pois um sindicato fortalecido e comprometido com as necessidades dos trabalhadores pode contribuir significativamente para a saúde do trabalhador.

Existem autores que são referências no estudo sobre saúde mental no trabalho, tais como Christophe Dejours (1992; 2004a; 2004b) Edith Seligmann-Silva (1988; 2009; 2011), Graça Druck (2010; 2011), entre outros, que se dedicaram, em diferentes obras, a expor suas pesquisas nesta área tão relevante. Seligmann-Silva (1988) descreve que:

Além da dimensão organizacional e ambiental, não se pode esquecer, dentro da questão preventiva, das condições gerais de vida, ou melhor, do contexto social, econômico e político da vida dos trabalhadores, ao qual as condições de trabalho estão vinculadas. A prevenção somente pode ser entendida em termos de transformação e libertação, abrangendo todos os níveis, desde o posto de trabalho até aspectos organizacionais e ambientais, política de pessoal da empresa e contexto mais amplo. Enfim, acho que a prevenção somente pode ser pensada de forma participativa, constituída como processo de mudança em que algumas medidas podem ser acionadas de forma mais imediata (como, por exemplo, a questão ambiental) e outras ao longo de uma luta continuada e consciente (Seligmann-Silva, 1988, p. 3).

A forma participativa descrita pela autora é, para nós, interpretada no sentido de registrar a possibilidade dos sindicatos como um espaço facilitador e reivindicatório de acolhimento e de luta pela saúde do trabalhador, o que salienta a importância da relação entre a unidade de saúde do trabalhador e o espaço sindical. A quarta categoria da pesquisa, *formação de parcerias*, apresentada nesta tese vai nesta direção e foi estruturado para examinar a existência de parcerias firmadas pela unidade de saúde do trabalhador com sindicatos, movimentos sociais, coletivos e demais ações de organização coletiva existentes na universidade e/ou fora dela.

O sindicato incomoda, mas sei que esse é o papel dele. Nós construímos uma parceria com STA para divulgação do trabalho da UST e acolhimento de demandas apontadas pela unidade. Porém, não é uma relação simples, e nem todos os membros da equipe aceitam essa relação, eu procuro estar próximo, na medida do possível, pois entendo a importância do sindicato. Além do sindicato, participamos da disciplina de segurança do trabalho em algumas aulas, a convite do professor do

curso, e, também, oferecemos cursos a todos os servidores através de parceria com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas. Em relação às ações vinculadas a coletivos e movimentos sociais, não há ligação institucional, mas acredita que algumas pessoas da equipe o fazem por iniciativa própria. (Coordenador-Geral do setor, homem branco, 36 anos, heterossexual, técnico em segurança do trabalho, cinco anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

As parcerias que a vigilância tem hoje são com os eixos da UST, o que não deixa de ser uma parceria, é claro que é meio óbvio, porque a gente trabalha junto, e a gente trata de saúde do trabalhador, não ter essa parceria é que seria estranho. Hoje a vigilância, na minha figura de engenheiro de segurança do trabalho, tem uma parceria com a UFRJ, com o pessoal da segurança do trabalho da UFRJ. Existe muita dificuldade em tratar de risco no nosso próprio ambiente de trabalho com nossos colegas do dia a dia, tanto em medidas de prevenção de risco, ou medidas que às vezes são desconfortáveis, e, também, no fatídico laudo de insalubridade. E pelo fato de a gente estar lá todos os dias acaba sendo uma tarefa desgastante que pode causar, às vezes, até um desgaste emocional nas pessoas, então, eu e a UFRJ combinamos. Hoje também eu dou uma ajuda ao professor do curso de administração e hotelaria, nas aulas que ele dá de segurança do trabalho, ele me pediu para que ministrasse uma ou duas aulas como convidado, e estou dando essa ajuda, é uma parceria quase informal, e ele vai entregar toda a certificação de que eu participei, mas é uma parceria que eu faço até muitas vezes fora do horário de trabalho. Sei que a promoção tem outras parcerias, mas aí é com eles lá. Na universidade, a nossa maneira de enfrentar as coisas é arrumar um jeito de que a gente seja o menos legalista possível, e o mais prevencionista possível. Meu jeito de enfrentamento não é protesto, nem entrar em nada, porque nós da segurança do trabalho possuímos uma função muito delicada nessa engrenagem: empresa, órgão público e trabalhador. A gente, às vezes, está no meio do caminho, que é uma posição muito delicada, nós somos a saúde do trabalhador, mas a gente é baseada em leis que é o empregador quem tem que cumprir, a gente fica no meio do caminho e é muito complicado a gente tomar um partido, tomar um lado, como se tivesse um lado! Mas não tem! Fazer esse tipo de enfrentamento, em questões de âmbito político dentro de sindicato, dentro de comissão, dentro de reitoria, é complicado. Eu, dentro da segurança, tento enfrentar esse tipo de coisa elevando o nível técnico da discussão, trazer a discussão não para um perfil pessoal, não para uma coisa política, mas técnica, eu tento informar que a gente está ali para fazer com que as pessoas fiquem saudáveis e um dos meios para que isso aconteça é que as leis sejam cumpridas, a legislação, ela protege o trabalhador muitas vezes de uma forma um pouco capenga, porque nossas principais legislações são muito antigas, é outra coisa que a gente tenta fazer, informar que as legislações, que, teoricamente, teriam que proteger o trabalhador, não protegem. Está no papel do profissional de segurança saber que a proteção do trabalhador não é feita cumprindo a legislação, a legislação sozinha não protege o trabalhador (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Parceria é ganha x ganha contribuições mútuas. Sindicato de técnico é uma parceria na medida em que passaram a fortalecer nossa imagem, dar mais credibilidade, compreender nosso trabalho, e estamos sempre à disposição. É parceria nesse sentido, nós legitimamos o espaço sindical como um espaço que tem seu lugar e precisa ser procurado em determinadas demandas, como uma outra instância. Com o sindicato docente, isso é bem menos, não que tenha portas fechadas, mas não houve procura por nenhum dos lados, eu entendo que seria um trabalho de gestão que não foi feito. Existe o Fórum Siass (RJ), e participar ativamente me trouxe grande amadurecimento, comecei a ir às reuniões mensais, havia uma divisão em GTs para amadurecer alguns pontos, mas depois passou a ser por videoconferência, e o tema mudou para “cuidando de quem cuida”, e foi importante porque, em outras unidades Siass, eles atendem em hospitais, em outros lugares, ou o médico tem outros trabalhos, fizemos um espaço coletivo, uma rede de apoio

para nos fortalecer. Foram feitas palestras no INSS, Ministério da Saúde, recebemos até visita institucional por videoconferência, de forma remota. Internamente a UST pediu ajuda ao Restaurante Universitário, um apoio para construção de material educativo sobre alimentação na pandemia, e desejamos fazer o mesmo com outros setores. Fizemos uma contribuição para o senso de saúde promovido pelo curso da educação física, e tivemos acesso aos dados para municiar o trabalho. Participamos do GT saúde com sindicato, mas é complicado. Quando as assistentes sociais saíram, eu pensei que toda relação com sindicato cairia por terra, então tentei, de alguma forma, manter. Assim, quando o sindicato convocou um GT em meio à pandemia para discutir saúde, fiz questão de participar. Há demandas que o sindicato docente relata sobre saúde e que não chega à UST, não há comunicação entre as unidades. Não sei o porquê, às vezes penso estar relacionado ao fato de sermos um corpo técnico, às vezes atribuo à soberba e à arrogância de professores que podem atravessar essas relações (Coordenadora do Eixo Promoção em Saúde, mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

Existem os pedidos de perícia em trânsito, tanto de outros órgãos que pedem para a gente, quanto nós, que solicitamos aos outros órgãos quando necessário, ou seja, servidores nossos indo fazer perícia em outro lugar ou vice-versa. A perícia é algo muito particular, envolver outros setores é algo complicado, então, envolvemos apenas os setores internos relacionados à promoção e à vigilância. Quando algum médico precisa de licença ou férias, nós solicitamos à divisão de saúde (setor de assistência à saúde da universidade) a presença de algum médico para compor a junta médica, pois somos apenas três e, para fazer a junta, precisamos de três médicos (Coordenador do Eixo Perícia Oficial em Saúde, homem, branco, 36 anos, heterossexual, médico psiquiatra, quatro anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Esse eixo é muito relevante no sentido de buscar interseção com os sindicatos. Isso foi muito marcante. Nós tínhamos uma aproximação com o sindicato de técnicos e, também, o de docentes, uma aproximação no sentido mais formal, quando nós os convidávamos para participar dos cursos, da construção de ações coletivas que fazíamos principalmente pela promoção em saúde. Mas tinha outro fluxo que eu acho que existia, que era meio inevitável, quando eu passei a ocupar os dois espaços, a direção do sindicato começa a procurar o setor para trazer demandas. Quando tinha demandas relacionadas à violência, ao assédio ou a alguma situação com o trabalhador que rebatia na saúde, aí acontecia uma via de mão dupla, nós buscávamos o sindicato, e eles também nos procuravam. Isso abriu um leque de possibilidades, desde nós, como saúde do trabalhador, buscar intervenção em determinados setores que identificávamos níveis maiores de adoecimento, até os sindicatos de docentes buscarem essa interação ao observar os resultados do trabalho. Óbvio que a aproximação era maior com sindicato de técnicos, pois éramos técnicos, e, também, mais técnicos procuravam a saúde do trabalhador, os docentes chegavam menos. Porém, havia uma ligação com sindicatos docentes quando pensávamos na elaboração de um curso, de alguma atividade que contava com o auxílio deles, seja na cessão do espaço ou na divulgação, como movimentos dentro da universidade, essa foi a principal parceria. Em um dado momento, estivemos também próximos ao movimento estudantil quando eles trouxeram questões que passavam pela postura de um professor em sala de aula. Eles falaram, nós sabemos que vocês são da saúde do trabalhador, mas tem um professor adoecendo a turma em sala de aula, então, é importante que vocês tentem intervir nesse processo. Acabamos construindo, na saúde do trabalhador, um ponto de referência para toda a comunidade acadêmica, e isso foi o mais legal daquele período. Diferentes atores dentro da universidade identificaram que aquele era um espaço para procurar e tentar reverter alguma dificuldade. No âmbito do eixo da promoção em saúde, nós realizávamos muitas parcerias. Destaco também o Fórum Siass, nós conseguíamos articular com outras universidades e outros espaços, e isso abriu um leque de trabalho, a UST foi palestrar na previdência e em vários espaços. Inclusive em escola pública do município onde está localizada a

universidade, falamos sobre a conexão entre a saúde mental e os desdobramentos para vida futura de trabalho dos estudantes (Assistente Social da saúde do trabalhador, mulher, branca, 32 anos, heterossexual, oito anos de trabalho na universidade, redistribuída há três anos, em entrevista à autora, novembro de 2021).

Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997, p. 25) sinalizam que a saúde do trabalhador enquanto campo de conhecimento articula o alinhamento de interesses, onde as “questões, politicamente colocadas, adquirem relevância e há condições intelectuais para discuti-las e enfrentá-las sob os pontos de vista científico e epistemológico”. As contradições inerentes à relação capital e trabalho que permeiam as concepções, já que as relações de força, monopólios, estratégias e práticas dos profissionais estão presentes ora de forma explícita, ora latente.

[...] instaurar o novo paradigma implica, por conseguinte, enfrentar e extrapolar as concepções tecnicistas hegemônicas nessa área especializada da medicina e da engenharia. Concepções consolidadas que fornecem soluções modelares, reproduzidas na formação de profissionais e sustentadas por volumosos recursos econômicos e técnicos. O conflito adquire dimensões extremas no momento de intervir nos centros de trabalho (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 25).

A fala do coordenador de saúde e segurança do trabalho transmite muitos significados. É importante atentar para quem é o sujeito da fala, o que coaduna com o perfil beneficiado pela sociedade patriarcal²⁰², exposta neste trabalho: homem, branco, heterossexual, com 39 anos. O entendimento é que a relação capital/trabalho apontada por Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) não está presente apenas nas relações econômicas, mas nos sujeitos que materializam estas relações. Ademais, estão intrínsecos, em sua colação, o lugar e a formação de quem a expressa. Mattos registra que:

Tratamos desse sujeito social em termos de uma classe trabalhadora, o que parece correto e coerente com a perspectiva desenvolvida por Marx e Engels. No entanto, essa “unidade” de classe é construída em meio às relações sociais que, para além de engendrarem a oposição de interesses objetivos entre capitalistas e proletários como decorrência da exploração dos segundos pelos primeiros, produzem também diferenças intraclasse trabalhadora, quer pela via da complexidade da divisão de tarefas propostas pela cooperação do trabalho na grande indústria, quer por meio de formas ideológicas e mecanismos alienantes que atravessam a subjetividade de classe. Nem as condições objetivas de exploração são idênticas para a totalidade da classe nem as identificações de coletivas de sua consciência trabalham sempre de maneira convergente (Mattos, 2019a, p. 57).

O coordenador de saúde e segurança afirma: “a gente, às vezes, está no meio do caminho, que é uma posição muito delicada, nós somos a saúde do

²⁰² Capítulo 2, subcapítulo 2.3 desta tese.

trabalhador, mas a gente é baseada em leis que é o empregador quem tem que cumprir” [...] “não para uma coisa política, mas técnica, eu tento informar que a gente está ali para fazer com que as pessoas fiquem saudáveis, e um dos meios para que isso aconteça é que as leis sejam cumpridas” [...] “está no papel do profissional de segurança saber que a proteção do trabalhador não é feita cumprindo a legislação, a legislação sozinha não protege o trabalhador”. Sua afirmação revela grandes contrações expressas em um mesmo contexto. Além disso, tal como expressou Mattos (2019a, p. 57) na citação supracitada, “revela diferenças intraclasses trabalhadora” apresentadas ora pela complexidade da divisão de tarefas, ora “por meio de formas ideológicas e mecanismos alienantes que atravessam a subjetividade de classe”. Logo, o entendimento é que esta contradição não é aleatória, mas carregada das contradições inerentes à lógica do capital, com a qual a própria subjetividade do homem opera parametrizada, sendo o inconsciente permeado por ela.

As afirmativas: “o sindicato incomoda, mas sei que esse é o papel dele”; “quando o sindicato convocou um GT, em meio à pandemia, para discutir saúde, fiz questão de participar”, e “fazer esse tipo de enfrentamento, em questões de âmbito político dentro de sindicato, dentro de comissão, dentro de reitoria, é complicado”, ditas pela coordenação-geral, coordenação de promoção em saúde e coordenação de saúde e segurança do trabalho, respectivamente, expressam que, em uma mesma equipe, há posicionamentos antagônicos que exprimem e revelam a diferenciação oriunda da formação de uma consciência de classe. A fala da assistente social: “acabamos construindo, na saúde do trabalhador, um ponto de referência para toda a comunidade acadêmica, e isso foi o mais legal daquele período”, decorrente da experiência de atuação em parceria com os sindicatos, aponta na direção de que a atuação de sindicatos mais combativos contribui para a valorização da saúde do trabalhador.

Faz mister o destaque à fala da coordenadora de promoção em saúde direcionada à ausência da assistente social: “quando as assistentes sociais saíram, eu pensei que toda relação com o sindicato cairia por terra, então, tentei, de alguma forma, manter”, pois entendemos que a importância deste profissional, assim como a sua atuação na área da saúde, “passa pela compreensão dos aspectos sociais, econômicos, culturais que interferem no processo saúde-doença e a busca de estratégias para o enfrentamento destas questões” (Bravo & Matos, 2012, p. 43). Logo, a atuação profissional reconhece o espaço sindical como estratégico para o enfrentamento das questões de saúde, que não são

exclusivamente biológicas, mas decorrentes das diferentes expressões da questão social à qual está sujeito o trabalhador.

O trabalhador é exposto a tensionamentos que atravessam o processo de trabalho e incidem sobre sua saúde em seu aspecto biopsicossocial, e a equipe que compõe a unidade de saúde do trabalhador é formada, principalmente, por trabalhadores que estão expostos aos mesmos processos de exploração do capital e, no caso específico de uma universidade pública federal, no Brasil, as condições de trabalho, em sua maioria, não são adequadas, o que reverbera sobre a qualidade dos serviços executados, pois a expropriação de sua força de trabalho é condição precípua para a expressão dos riscos e agravos a sua própria saúde. Freire (2010, p. 55) pondera que “esse processo resulta na ampliação do desgaste físico e mental do trabalhador”.

É nesse caminho que a quinta categoria aborda as *estratégias de enfrentamento adotadas pela equipe de saúde do trabalhador*, buscando compreender a forma como a unidade entende o Estado a fim de abranger a relação entre gestão governamental, a gestão universitária e a saúde dos trabalhadores, procurando examinar, caso existam, os principais entraves administrativos que atravessam a unidade de saúde do trabalhador e indagar sobre a existência de ações realizadas em conjunto com o sindicato desta universidade ou com o coletivo local dos trabalhadores, buscando atender a estas demandas.

Os cortes orçamentários implementados pelo atual governo afetaram a educação e as universidades em todo o país. Assim, as compras de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), por exemplo, foram comprometidas. A direção da universidade não teve como fazer nada, houve cortes severos e, com isso, os EPIs e EPCs não foram comprados, não há dificuldade com a gestão da universidade, quando possível, nos atendem em nossas solicitações, e nós fazemos o que é pedido por eles. Nossas ações, na verdade, são limitadas pela legislação que somos obrigados a cumprir. Isso gera alguns problemas com o sindicato, principalmente em questões de insalubridade ou com a perícia, mas nosso olhar é técnico, nós entendemos as reivindicações deles, é injusto, mas é a lei. Em relação à gestão da universidade, minha única questão é que não concordo com o lugar dado à UST na organização estrutural da universidade, isso impede a autonomia no trabalho, deveríamos ser uma autoridade na área de saúde, mas isso não acontece, as questões administrativas se sobrepõem (Coordenador-Geral do setor, homem branco, 36 anos, heterossexual, técnico em segurança do trabalho, cinco anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

É complicado, a gente está em uma época em que a saúde do trabalhador está quase em último na lista de prioridades do governo, e é compreensível que os trabalhadores e os sindicatos, muitas vezes, tenham matérias de mais importância para serem tratadas antes da saúde do trabalhador. Principalmente o não reajuste do vencimento dos servidores, as condições de trabalho (e aí entra um pouquinho saúde do trabalhador), questões de assédio, questões relacionadas ao trabalho, no sentido que as pessoas, às vezes, estão muito sobrecarregadas em função da não realização de concurso, e não tem renovação de gente. Então, tem milhões de

matérias que o sindicato está preocupado que são mais urgentes para serem tratadas. Há também o desinteresse do governo federal em relação à segurança no trabalho, a coloca em segundo plano. Assim como tem o problema do negacionismo com vacina, o que faz parecer que nós não estamos em uma pandemia, tem o negacionismo com a segurança do trabalho, a renegação da segurança do trabalho, com uma coisa só burocrática, de assinar documentos, eu vou “bater cara crachá” e ver se está cumprindo a legislação ou se não está cumprindo a legislação. Isso leva a segurança para um setor que só precisa verificar se o cara está cumprindo a lei, passa a impressão para o trabalhador de que nós da segurança do trabalho somos um agente fiscalizador chato, que está ali só para travar o trabalho, que não tem dinheiro para comprar os EPIs para o cara, não tem dinheiro para nada, e ainda vem esse chato da segurança exigir isso tudo, só porque está na lei. Eu tento fugir desesperadamente disso no meu dia a dia de trabalho, eu não fiz segurança do trabalho para tratar de papel, fiz segurança do trabalho para tratar de pessoas, para tratar de gente, para fazer com que o cara vá para o trabalho e volte igual, vá e não volte doente, não volte com menos um dedo. Desde que eu entrei na universidade, eu tenho muita autonomia técnica para trabalhar, meus laudos, pareceres e documentos técnicos não são questionados, e isso é um ponto positivo. Mas, em compensação, a gente está, desde que eu entrei, com um processo sobre EPI para andar, não existe uma gestão de equipamentos de proteção individual. O dinheiro, ele vem exclusivamente do solicitante, muitas vezes uma verba que o cara tem para comprar o equipamento de pesquisa é a mesma verba que ele tem para comprar o equipamento de proteção para o trabalhador. A partir do momento em que a instituição, de uma forma geral, não faz, não reserva essa verba como uma coisa necessária para todos os servidores de forma centralizada, e, sim, descentraliza e deixa nas mãos das chefias, a gente perde totalmente o controle de quem está recebendo, de quem não está recebendo, e como está recebendo. Ano passado, nós da segurança do trabalho começamos a escrever um projeto de gestão de EPI onde a UST seria o intermediador de tudo isso, mas, para acontecer, teria que ter um centro de custo em que a UST comprasse e soubesse quem está recebendo, quanto recebeu e quando recebeu, para avaliar quando terá que trocar, porque ele tem validade. Para equipamento de proteção coletiva também, extintores de incêndio, câmara de exaustão para laboratório, todos os equipamentos de proteção coletiva, a UST não tem infraestrutura para fazer essa gestão, mas começaríamos, então, pelos EPIs, essa proposta foi levantada, mas passou reto, a gente não teve nenhuma resposta da instituição, não teve escuta. Então, o que a gente conseguiu tentar fazer foi uma força-tarefa com relação a essa questão do EPI, a gente ia no setor diretamente com parte de um documento que a própria chefia mandava, pedindo tantas botas, tantas máscaras, e aí o que a gente tentou fazer, foi ao menos um filtro nessas solicitações, porque, muitas vezes, quem pede não tem noção do que está pedindo, então, é um problema muito sério na universidade, os gestores gastam dinheiro com equipamento de proteção que muitas vezes não protegem nada, nós tentamos colocar um pouquinho nosso dedo nessa história, para que, pelo menos, não fosse comprado o que não funciona. Em relação ao sindicato, entendo que teria um papel muito bom, mas eu tenho receio de o sindicato usar esse tipo de solicitação nossa, da UST, em um tipo de luta para indicar, às vezes, um lado, indicar que a UST está contra a instituição. É nesse meio do caminho que a segurança do trabalho se encontra, às vezes é um papel muito delicado. A partir do momento em que o sindicato vem ajudar a gente, e diga ‘vamos, nós precisamos apoiar a UST, a vigilância está tentando trazer o EPI para a gente’, aí vem a consequência, o resumo vai ser que a UST está contra a administração, e não é isso, a questão passa por outros meios. Não é questão de querer tomar partido, de ser contra ou a favor, nós somos servidores públicos e temos a nossa estabilidade justamente para ter esse tipo de posicionamento para poder ser contra ou a favor de alguma coisa, mas eu acho que essa posição de colocar trabalhador e instituição em polos separados, esse tipo de coisa, coloca a UST no meio de um caminho. Se a UST propõe uma coisa que a gente não faz, a UST é contra a gestão, polariza muito rápido, e aí entra toda uma questão política no momento em que polariza rapidamente. Assim nós da UST, que somos um setor que está embaixo, do embaixo, do embaixo, o que é outro problema, a gente é um setor dentro de uma

coordenação de uma direção de uma pró-reitoria, a partir do momento em que somos peixes pequenos nessa história, a partir do momento em que a gente compra uma briga e o sindicato ajuda, por mais importante que ela seja, a gente pode comprometer justamente ações para a saúde do trabalhador na instituição que dependam da gestão, de alguma forma, então, a gente fica em uma sinuca de bico. Eu acho péssima nossa localização, a gente é subordinada a uma direção de um departamento de desenvolvimento de pessoas, que é subordinado a uma pró-reitoria de gestão de pessoas, sendo que nenhum dos dois possui conhecimentos sobre saúde do trabalhador! A gente acaba sendo uma coordenação afastada, onde nossas decisões são simplesmente acatadas, e isso é ótimo, a gente já viu gestões na universidade que não eram assim, a saúde do trabalhador falava uma coisa, o pessoal fazia outra, hoje, pelo menos, a saúde do trabalhador fala uma coisa e, das duas uma, ou ninguém faz nada, ou concorda, ou fala 'eu concordo com você, mas não dá para fazer nada...', pelo menos a nossa posição técnica não é questionada e nem contradita, e isso é um ponto a favor. Na minha visão, a saúde do trabalhador deveria ser ligada diretamente à reitoria. Talvez ter os três eixos de perícia, promoção e vigilância juntos, não seja o melhor jeito de se dividir, me refiro a estar dentro de uma única coordenação, porque a gente trata as coisas diferentes. A perícia, quanto mais escondida ficar, melhor, é um eixo que precisa quase do anonimato. A promoção precisa ter voz, mas ela não precisa ter um centro de custos, ela não lida com a vida financeira dos trabalhadores, como a segurança lida, fazemos parte de um mesmo sistema maior, o Siass, mas não necessariamente precisávamos estar dentro de um mesmo organismo. Eu não posso falar pela promoção e nem pela perícia e nem pela UST como um todo, eu falo pela segurança do trabalho, eu acho que a segurança do trabalho precisa ter uma autonomia acima de toda e qualquer gestão, abaixo somente da reitoria. Precisa falar frente a frente com a direção de um instituto, precisa falar frente a frente com a reitoria, sem ficar pedindo benção para os outros, a gente tem um papel muito crítico em algumas coisas, às vezes, a gente precisa interditar uma atividade, por exemplo, uma pessoa que machucou a mão no moedor de cana e o setor precisa ser fechado, quando a gente vai ter autonomia para fechar? A capacidade para fechar? E tem que ser fechado, e às vezes nós não temos autonomia e nem a voz da gestão para falar, e isso é relevante, precisa mudar, não pode ser assim (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Repito o que já disse, nossa equipe é uma acatadora de decisões! Decidiram que não pode, e nós obedecemos, se não está na lei não fazemos! Não há um coletivo que tente ultrapassar esses limites. Em relação ao sindicato, temos uma questão: como eles não nos veem como inimigos, também não nos cobram! Precisa existir um coletivo de saúde do trabalhador, mas está separado, parece que um está esperando o outro dar jurisprudência, é aceitar a história, e não fazer história. As pessoas não discutem mais política para não ofender o outro, as pessoas se sentem ofendidas. E, ao não fazer, estamos engolindo a história, e não fazendo história. Relação sindicato e saúde é muito relevante, as pessoas querem gritar e o fato de existir um espaço para isso é muito relevante. Os gestores entendem que os trabalhadores não estão sozinhos. Eu sou sindicalizada e entendo ser muito importante para a saúde do trabalhador. Para a UST, entendo que o fato de o sindicato ser o desconforto não permite que algumas coisas passem despercebidas. Nosso coordenador-geral não tem noção histórica da UST, mas ele tenta fazer o trabalho. Minha insatisfação é grande porque não quero brincar de saúde do trabalhador, eu quero marcar um gol, e um gol bonito. O que percebo na universidade é um reconhecimento do trabalho individual de alguns trabalhadores, e não do setor, eu não quero mais enxugar gelo. Atualmente não fazemos mais relatórios de gestão, apenas relatórios numéricos para alimentar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os dados se empobrecem. (Coordenadora do Eixo Promoção em Saúde, mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021)

O trabalho da perícia é muito engessado em leis, normativas e na avaliação clínica. Se o governo federal emite alguma lei relacionada ao afastamento, nós somos executores daquela lei. Se, pessoalmente, eu sou contra ou a favor, é outra história, não posso me ater a isso, não posso fugir do que está na lei, muitas vezes isso gera conflito com o servidor que não consegue entender o nosso papel, eles personalizam na gente uma má vontade em determinada situação. Isso acontece muito em processo de isenção de imposto de renda, legalização de proventos e aposentadoria com doença especificada (que acabou agora com a reforma da previdência). O governo federal, desde a reforma da previdência, fragilizou muito as questões relacionadas à aposentadoria, hoje basicamente só consegue aposentar com proventos integrais se for por acidente de trabalho, as doenças especificadas acabaram, então o servidor que precisa aposentar precocemente por alguma doença que gerou incapacidade permanente tem problemas. Teve, por muito tempo, uma ameaça, que ainda existe, de acabar com o Siasp desde que a reforma da previdência ganhou força, é claramente uma vontade do governo federal unificar tudo no INSS e criar um regime único de previdência, e migrar todas as perícias e aposentadorias para o INSS. Isso ainda é um projeto que está vigente, para mim, esse regime que nós temos hoje está bem ameaçado, especificamente para servidores federais, teve um movimento dos médicos peritos para tentar lutar contra isso, mas, com a pandemia, caiu por terra. Esse movimento foi estimulado pelos grupos, tentaram criar uma comissão ou uma sociedade, já que existe uma sociedade de peritos do INSS que conseguiram boas coisas, mas eles têm uma má vontade com a gente, perito que é do Siasp, e essa ideia meio que naufragou. A tentativa era de lutar, por isso até pensando na questão da incorporação na carreira dos peritos em relação à carreira de perito do INSS, teve também um movimento dos gestores do Siasp, que aí não são só médicos, mas não sei como ficou. Em relação ao sindicato, é uma questão muito delicada, a relação da perícia com o sindicato sempre foi uma relação complexa e difícil, a gente sempre apanhou muito do sindicato, então, eu confesso que não consigo ter uma visão harmoniosa do sindicato. Como muitas vezes nós vamos contra o interesse do servidor, mas, por questões técnicas, nada pessoal, como eu disse, nós somos muito engessadas para cumprir as leis e precisamos manter a boa prática clínica, eu não posso dizer a lei fala isso, mas eu tenho outra compreensão, estou com pena de você, a gente não pode fazer isso, seria uma quebra-grave do código de ética médica e uma infração enquanto servidor público, mas as pessoas não entendem isso e recorrem ao sindicato. Por muitas vezes, o sindicato bateu bastante na gente sem procurar saber, inclusive, o nosso lado, o sindicato soltou uma carta dizendo que os peritos estavam levando os servidores ao suicídio, isso ficou muito direcionado a mim, porque sou psiquiatra, e soltaram notas assim, que diziam que, se acontecesse alguma coisa, a gente seria responsabilizado. Em outras vezes, a direção do STA se manifestou contra a gente em reuniões de forma muito agressiva. Não conseguimos nem entender o que estava acontecendo, mas parece que era reclamação de um servidor, teve ainda o corpo jurídico do sindicato que levantou manifestações contra a perícia, a gente sempre sofreu na relação com o sindicato, confesso! Nós ficamos dois anos sem nenhuma assistente social na equipe, então, muito trabalho multidisciplinar que era feito antes ficou comprometido, vira e mexe aparecem questões sociais complexas e difíceis na equipe, e a gente ficou dois anos sem assistência nenhuma, temos que se virar na perícia. A psicologia também, para tentar ajudar a fazer alguma coisa, mas, com um buraco por não ter assistente social, não tinha muito o que fazer, e aí ficamos muito fragilizados, chegamos a ter duas assistentes sociais na equipe e aí depois, de repente, não tínhamos nenhuma. Se você pensar de forma macro, em tudo que uma universidade tem que atender, nenhuma delas vai ter a saúde como prioridade, a parte acadêmica sempre vai falar mais alto. Em relação à gestão da universidade, teve pontos positivos, como a entrega do setor novo, que pode ser vista como um investimento, e alguns novos servidores foram contratados na equipe de vigilância, como, por exemplo, o engenheiro de segurança do trabalho, mas, em compensação, teve fragilização na promoção, por exemplo, com perda da assistente social. Pensando na carga horária, hoje há menos médicos do que antes, teve um período que havia três médicos com 40 horas semanais de trabalho, e hoje são três médicos com 20 horas.

Quando havia os médicos de 40 horas, a vida profissional deles era voltada para a universidade, eles poderiam participar de reuniões, fazer estudo de caso, estar mais junto com a equipe, hoje nós somos 20 horas, ou seja, temos outros vínculos, assim, não podemos participar de reuniões, há dias que não estamos lá, a carga horária menor é totalmente preenchida por perícia, e sobra menos tempo para outras interações. Quando houve a retirada das Funções Gratificadas (FG) pelo governo federal, a universidade priorizou redistribuir as FGs entre os cargos acadêmicos, departamento de ensino, coordenadores, enfim, setores acadêmicos. A gente ameaçou sair das funções, mas tem aquele pedido 'ajuda a gente', cheguei a falar nas reuniões que eles estavam priorizando os setores acadêmicos, eu entendi as dificuldades, mas foi uma decisão da gestão universitária colocar as FGs em outro lugar (Coordenador do Eixo Perícia Oficial em Saúde, homem, branco, 36 anos, heterossexual, médico psiquiatra, quatro anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

O Estado tem uma dimensão contraditória muito grande, ao mesmo tempo em que atende aos interesses econômicos dominantes, se faz necessário manter algumas políticas públicas até para que a classe trabalhadora possa se reproduzir e atender a essas demandas. Pensando na política de educação, a universidade tem uma função muito importante, de formar uma mão de obra ultraqualificada que vai atender às demandas de necessidades do mercado, por exemplo. E, ao mesmo tempo, é um espaço contraditório, pois pode formar um pensamento crítico contrário ao que está dominante na nossa sociedade. Mas é claro que é tudo muito sutil, pensando em uma gestão da reitoria, essa gestão pode estar mais ou menos sintonizada com aquilo que o governo federal está propondo para política de educação. Hoje em dia, não sei como está a universidade, mas espero que não seja um amém para política do Bolsonaro em relação à educação. Na época em que eu estava por aí, vivenciei mais de uma gestão da reitoria, e a gente percebe o quanto uma gestão da universidade pode estar em maior sintonia com as demandas que se apresentam internamente pelos trabalhadores organizados. Vivemos mudanças na reitoria que vieram no sentido de minar o trabalho da saúde do trabalhador, principalmente relacionadas ao eixo anterior, que era de articulação com os movimentos sociais. Isso não é uma determinação do governo federal, mas tinha uma gestão da reitoria que foi tentando, aos poucos, tirar o protagonismo da saúde do trabalhador no sentido de estar mais articulada com os movimentos organizados da universidade. E, pensando na gestão da saúde do trabalhador, porque são diversas instâncias que vão se conectando e se articulando, você também pode ter uma gestão sintonizada com essas demandas, que tem sensibilidade para perceber que até a gestão da universidade pode ser adoecedora, e aí não apenas no âmbito da reitoria, mas na gestão dos cursos, departamentos e outros espaços institucionais. Pode haver uma gestão da unidade de saúde do trabalhador que opte em não mexer com isso, não fazer nenhum trabalho coletivo, de focar mais em demandas pontuais, atendimentos individuais, o que é importante, pois cada um tem seu sofrimento e sua dificuldade, mas, nesse caso, não vai identificar a necessidade de intervenções mais coletivas, mais ativas. Isso é tratar de fato a saúde do trabalhador? Nem há profissionais para atender individualmente a toda universidade. São três instâncias que não necessariamente vão estar em sintonia, tem muita contradição, muitos espaços de atuação diversificada entre eles. A saúde do trabalhador pode ser um espaço de resistência, mas pode ser também um espaço de legitimação do sofrimento dentro da universidade. Pode ser as duas coisas à medida que percebe os problemas e não se coloca. A saúde do trabalhador tem uma potência muito grande, você está falando de algo que é o mais crucial dentro de qualquer espaço, o trabalhador, ele que move a instituição. Cuidar da saúde do trabalhador é conseguir identificar muito dos conflitos existentes. Pode e deve ser um espaço de resistência, mas, na maioria das vezes, não é, acaba sendo um espaço para legitimar determinadas políticas por diferentes motivos: as pessoas não estão dispostas a se desgastarem, porque é um desgaste sem dúvida, e há ainda aquelas que não têm uma visão da correlação de forças na universidade, e são apenas tecnicistas. O assistente social talvez tenha um olhar mais apurado para perceber isso, nossa formação nos permite identificar a correlação de forças e os

projetos em disputa. O que nos remete à importância de uma gestão exercida pelo assistente social na saúde do trabalhador. Da mesma forma, a gestão da universidade, pode haver uma que entende que a saúde do trabalhador, precisa analisar prédios, estrutura física, e olhe lá, acredito e desconfio que ainda assim é sem mexer muito nas estruturas, talvez mais para legitimar uma direção do que problematizar. E pode ter uma gestão da saúde do trabalhador que coaduna com isso, que vai entender que discutir vigilância em saúde é meramente material, concreto, e ignorar que os processos de saúde e doença passam necessariamente pela relação entre as pessoas. Não adianta fornecer EPI, por exemplo, se você não entende os conflitos que estão por trás da decisão do trabalhador de não usar o EPI que ele recebeu. É uma questão simples, e nós pegamos e atendemos com alguma frequência. É muito legal você está fazendo essa pesquisa no doutorado, me faz pensar que, de certo modo, nosso trabalho ganha uma continuidade, não morreu. É importante documentar, quem sabe isso não traz alguma problematização no trabalho. Um dos motivos de eu sair da universidade foi perceber que o trabalho iria se perder, quando não tem aliados, é complicado, fui percebendo que seria difícil manter o foco na saúde coletiva, manter o trabalho que a gente acredita. A equipe aumentou, mas com um perfil que atende à reitoria, e não ao trabalhador. Isso foi desanimador! (Assistente Social da saúde do trabalhador, mulher, branca, 32 anos, heterossexual, oito anos de trabalho na universidade, redistribuída há três anos, em entrevista à autora, novembro de 2021).

Ao apresentar o capítulo que trata a respeito do MOI²⁰³, foi possível identificar que a estratégia era de união dos saberes entre técnicos e operários, o que inclusive possibilitou a criação do mapa de riscos à saúde. Berlinguer (1983), ao idealizar o processo de validação consensual, o fundamentava em uma relação consensual entre o saber operário e o saber técnico, considerando o homem e o ambiente. Na investigação desta tese, foi possível identificar, em diferentes falas, com destaque nesta seção para o coordenador-geral da UST, a priorização do saber técnico e o uso da lei como um ponto limitante. Nas palavras dele: “isso gera alguns problemas com o sindicato, principalmente em questões de insalubridade ou com a perícia, mas nosso olhar é técnico, nós entendemos as reivindicações deles, é injusto, mas é a lei”. O sindicato não é compreendido como um lugar de luta coletiva, até mesmo como um espaço de reivindicação para pressionar os órgãos legislativos. A coordenação de perícia também salienta a limitação legal: “Se, pessoalmente, eu sou contra ou a favor, é outra história, não posso me ater a isso, não posso fugir do que está na lei”. Entende-se que a sua afirmativa é uma justificativa que não exprime uma perspectiva de mudança. Berlinguer (1983) aponta para a necessidade de observar os sinais que subsidiem a manutenção ou os ajustes dos mecanismos de intervenção a fim de cumprir a função social e a política de valor único. Portanto, é imperiosa a construção de estratégias que priorizem a saúde, ultrapassando o viés fatalista.

A questão da relação sindical com a saúde do trabalhador é destaque expresso de forma antagônica entre os trabalhadores da equipe de saúde do

²⁰³ Capítulo 3, subcapítulo 3.1 desta tese.

trabalhador. Ao retratar os trechos da fala do coordenador de saúde e segurança do trabalho, sobressai um aspecto relevante sobre a ação sindical: “Tem milhões de matérias que o sindicato está preocupado que são mais urgentes para serem tratadas”, e, no trecho, “tenho receio de o sindicato usar esse tipo de solicitação nossa, da UST, em um tipo de luta para indicar, às vezes, um lado, indicar que a UST está contra a instituição”. Em contraponto, a coordenadora de promoção à saúde registra: “Repito o que já disse, nossa equipe é uma acatadora de decisões! Decidiram que não pode, e nós obedecemos, se não está na lei, não fazemos! Não há um coletivo que tente ultrapassar esses limites”.

A discussão marxiana sobre os sindicatos²⁰⁴ estabelece uma crítica à organização sindical pautada no viés capitalista. O capital sempre vai na direção de ampliar a valorização do valor, além disso, a espoliação do trabalhador atende a este preceito e por isso quanto menos o trabalhador é entendido como sujeito de direito, mais ele é explorado.

O sindicato vivencia um momento atual de concentração dos esforços para a manutenção dos direitos já conquistados e pouca expectativa de conquistas de novos direitos. De fato, há muitas matérias a serem tratadas pelos sindicatos. Faz-se necessária, então, uma reflexão crítica sobre os mecanismos adotado pelos espaços sindicais, pois é inábil firmar uma bandeira de luta em uma pauta apontada pelo trabalhador sem que este tenha consciência do lugar desta demanda na conjuntura local, nacional e no contexto internacional, sem dimensão aprofundada desta demanda no interior da relação capital/trabalho, tal como se configura as situações expressas na fala do coordenador de saúde e segurança do trabalho. Contudo, a fala da coordenadora de promoção em saúde aponta para a premência de um coletivo que ultrapasse essas limitações. Não por acaso, esta tese inicia sua discussão pautada nos preceitos marxistas para a construção de uma consciência de classe.

A fala da assistente social: “vivenciei mais de uma gestão da reitoria, e a gente percebe o quanto uma gestão da universidade pode estar em maior sintonia com as demandas que se apresentam internamente pelos trabalhadores organizados”, novamente aponta para o lugar da gestão e o quanto ela pode perpetuar a exploração ou representar um espaço de resistência às imposições do capital, inclusive com o respaldo legal. A legislação é construída em um espaço contraditório de disputas, e sua aplicação é também centrada neste lugar da contradição. Um sindicato local combativo atua também nesta direção em

²⁰⁴ Capítulo 2, subcapítulo 2.1 desta tese.

consonância com as ideias de Marx expressas no prussiano, de 1844²⁰⁵, para quem a emancipação econômica das classes trabalhadoras é o objetivo primordial ao qual todo movimento político deve subordinar-se como meio.

O acesso para trabalhar no serviço público ocorre através de aprovação em concurso público e, por este meio, o trabalhador alcança a estabilidade no trabalho, conquistada, dentre outros fatores, para garantir a autonomia no exercício da função, ou seja, seria um pressuposto para o desenvolvimento de sua atividade de forma criativa e crítica, protegida de intimidações e ameaças de superiores, que, em sua maioria, ocupam cargos temporários obtidos por diferentes meios, como eleição para o exercício de um cargo por um tempo determinado ou por indicação política. Por esta razão, o tempo de permanência do trabalhador concursado no serviço público costuma perdurar por longos anos, o que é o caso da grande maioria dos trabalhadores da universidade pública federal analisada.

Nesse contexto, atendendo à lógica do capital, exacerbada em tempos ultraneoliberais, há um constante ataque à *coisa* pública no Brasil e, conseqüentemente, ao trabalhador do serviço público. A falta de investimento em universidades públicas e o corte de verbas para educação e pesquisa são rotineiros, como já demonstrado nesta tese, e o servidor é constantemente colocado sob suspeição pela sociedade. Internamente, estas práticas são perpetuadas, a precarização do trabalho é naturalizada pelos pares de trabalho e a gestão, mesmo exercida por outro servidor, reproduz e multiplica tal prática. Assim, nos últimos anos, observa-se o aumento da violência no trabalho na universidade, manifestada de diferentes maneiras, como assédio moral, insultos verbais, discriminações, perseguições, troca de setores sem critério técnico ou aviso prévio, designação de funções genéricas que subutilizam o trabalhador, dentre outras. O afastamento do trabalho em decorrência de doenças mentais causadas por estas determinações, como já demonstrado, corrobora a afirmativa.

Souza e Ducatti (2017, p. 87), ao analisarem o assédio moral no trabalho, o fazem como uma forma de gestão que encontra suas raízes no modo como o trabalho está organizado na sociedade capitalista, se caracterizando por “um conjunto de condutas praticadas por um chefe hierárquico ou pessoa detentora de poder, que sistemática e repetitivamente atua sobre o fazer profissional do/a trabalhador/a e contra sua subjetividade”. Para referidos os autores, concretamente, o assédio moral ganha corpo nos processos de humilhação e

²⁰⁵ Texto completo disponível em: Karl Marx: Glosas Críticas marginais (1844) (marxists.org).

impacta diretamente a luta de classes, fragilizando o polo dos trabalhadores destacam as três as principais formas pelas quais sua ocorrência impacta a luta de classes:

1. O assédio moral é uma forma de gestão que objetiva livrar-se de trabalhadores/as que apresentam obstáculos ao interesse do capital [...], a parcela mais assediada é exatamente aquela que conscientemente enfrenta e questiona o poder, o que significa que o sucesso do processo assediador já desfalca a classe trabalhadora de seus combatentes, incidindo diretamente sobre as batalhas de classe travadas no trabalho. O desfalque se dá de várias maneiras: demissão do/a assediado/a, transferência e isolamento, fatores que podem levar à desistência da luta, adoecimento mental, suicídio etc. 2. O assédio moral também incide fortemente sobre a luta de classes na medida em que o sucesso do processo do assédio significa colocar o/a trabalhador/a isolado/a de seus pares. Tal trabalhador/a, isolado/a, em profundo sofrimento psíquico, volta-se para si mesmo/a, sua dor é tão imensa que impede o estabelecimento de laços de solidariedade [...]. E, na medida que a literatura aponta para um crescimento do número de assediados/as, esse processo se torna massivo e se perdem gerações inteiras de trabalhadores/as para o conformismo, se perdem possíveis combatentes [...]. 3. O conjunto de trabalhadores/as que não vivenciam em si mesmos/as a experiência de assédio moral, mas assistem à sua ocorrência com o/a companheiro/a, busca evitar quaisquer atos que o coloque na “fila do assédio”. Esse/a trabalhador/a desenvolve mecanismos de defesa que ilusoriamente garanta sua invisibilidade adiante do/a assediador/a, para que ele/ela não seja também assediado/a. Esse mecanismo de defesa inconsciente se revela principalmente na recusa de participar de atos reivindicatórios, especialmente quando ligados aos sindicatos (Souza & Ducatti, 2017, p. 89-90).

As estratégias de enfrentamento descritas pela equipe da unidade de saúde do trabalhador pesquisada não estão descoladas das contradições e complexidades inerentes ao trabalho no capitalismo. A naturalização e a perpetuação deste modelo é experienciada no cotidiano. Romper com esta lógica é apoderar-se de uma consciência de classe, sem a qual não é possível romper com o ciclo. O enfrentamento do assédio moral e da violência no trabalho deve ser coletivo, pois, como já indicava Marx, “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (Marx, 2005, p. 151).

A última categoria arrazoado com a unidade de saúde do trabalhador objetivou desvendar sobre o *trabalho em tempo de pandemia de covid-19*, compreendendo como esta incidiu sobre o trabalho da unidade e quais estratégias foram adotadas para impulsionar a saúde dos trabalhadores da comunidade universitária nesta conjuntura²⁰⁶.

Acesso em: 20 maio. 2022.

²⁰⁶ Esta questão não foi tratada com a assistente social entrevistada, pois já não trabalhava na universidade no período de pandemia.

A pandemia afetou diretamente o setor, foi necessário reinventar tudo o que fazíamos, a perícia parou, a vigilância se dedicou à criação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), mas o real protagonismo veio para a área de promoção em saúde. O eixo de promoção em saúde criou vídeos educativos sobre cuidados com a saúde, promoveu curso em parceria com a vigilância, e criou o hábito de trabalhar em todas as redes sociais, e, assim, monitorar as redes da universidade. O setor manteve o foco em fazer ações que não conseguia fazer no trabalho presencial, como a organização de ações mais burocráticas. A perícia reabriu presencial para fazer exames admissionais, mas não faz perícia. (Coordenador-Geral do setor, homem branco, 36 anos, heterossexual, técnico em segurança do trabalho, cinco anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

Mudou tudo para o trabalho da vigilância. A gente tem o trabalho muito no dia a dia com as pessoas, a gente está muito mais fora da UST do que dentro, na maioria das vezes. Eu passei muito tempo dentro da UST porque estava fazendo laudo de insalubridade nos últimos dois anos, mas, enfim, o trabalho da vigilância, ele é no campo, ele cuida do trabalho das pessoas nas atividades do dia a dia, então, mudou tudo. A gente passou por uma reformulação, de olhar o que a vigilância faz por outro prisma, foi até legal porque, como a gente parou de ter esse trabalho reativo, a gente conseguiu planejar um pouco mais a segurança do trabalho, e hoje estamos focados em documentar um monte de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para tarefas mais corriqueiras na universidade. Estamos fazendo um projeto para a CISSP (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público), ela já foi aprovada no Conselho Universitário Superior (CONSU), mas ainda não conseguimos fazer eleição, porque agora que foi permitido eleição virtual, e fazer a primeira eleição de forma virtual não vai funcionar de jeito nenhum! Estamos fazendo um projeto do como vai ser implementada, qual vai ser a atuação. Na volta, vai ter esse modelo pronto, começamos a pensar melhor a segurança do trabalho, e foi para aí que a gente conseguiu correr, já que tivemos um alívio, digamos assim, do trabalho reativo para atender à demanda. A primeira ação que a vigilância fez, no início da pandemia, foi organizar um curso de 20 horas sobre segurança e saúde do trabalho no lar. Divulgamos para a comunidade inteira, foi um curso de 20 horas, todo na plataforma do Google, abordou o uso de produto químico em casa, acidente com queda, uma ementa bastante abrangente, inclusive com ações sobre a covid-19. Envolvemos a equipe de vigilância, a equipe de promoção fez o módulo sobre assédio, envolvemos a perícia com os médicos, que fizeram um módulo sobre primeiros socorros, na verdade, a revisão. Foi o primeiro trabalho que a gente fez durante o trabalho remoto, e teve um total de 40 alunos, foi divulgado por um meio institucional, que tem bastante aderência, e só tivemos 40 alunos. Depois disso, nós pegamos esse material que foi ministrado no curso e começamos a dividir e transformar em materiais educativos. Nós não repetimos a turma porque chegamos à conclusão de que pode ter assustado um curso de 20 horas, era um curso com prazos e datas para fazer as atividades, entendemos que não funcionou. Então, pegamos o material todo e dividimos em pequenos blocos de informação e começamos a publicar nas redes da UST, e mandamos para a comunicação social da universidade todo o material que a gente produziu, para que ela ficasse à vontade para publicar, a gente tem uma nuvem junto com a promoção para que a comunicação social tenha acesso ao nosso material e possa divulgar para toda a comunidade universitária. Na verdade, o trabalho de prevenção produzido pela UST foi muito pouco utilizado, não foi usado como referência o trabalho que a gente produziu, tiveram algumas publicações com esse intuito, mas basicamente saiu tudo no site da própria UST. A pesquisadora questionou a que atribui a baixa utilização do material, e a resposta seguiu: Eu acho que às vezes pode ser que não seja interessante para comunidade acadêmica que a comunicação acaba abrangendo também o assunto, talvez mais direcionado a produção acadêmica, a comunicação não vai fazer um post exclusivo dedicado à saúde mental do servidor, por exemplo, não sei! Talvez este seja o motivo, falta de conscientização das pessoas, também não dá para deixar tudo na conta da instituição, acho que as pessoas não têm interesse, a gente tem um perfil muito complicado na universidade, servidores com

grau de instrução mais baixo, servidores muitas vezes que não possuem acesso à internet, enfim, não sei o motivo (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho, homem branco, 39 anos, heterossexual, engenheiro de segurança do trabalho, três anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

A promoção em saúde já sabia que tinha um trabalho educativo para fazer sobre vírus e pandemia, só não sabia o tamanho disso. Fizemos um primeiro vídeo bem no início e o fizemos sem máscara, hoje a informação já caiu, e está atualizada. Os vídeos eram grandes, pesados, hoje os grupos de WhatsApp que envolvem toda universidade aumentaram, os vídeos são menores e já mais acessíveis a todos os trabalhadores. Se, nesse momento, nós, da promoção, não mostrarmos aos trabalhadores que nós estamos acompanhando com eles, eles podem se sentir desamparados, então, nós vamos ter que mostrar um trabalho educativo e forte, para dizer: 'nós estamos aqui, não estamos de pijama'. Nós nos obrigávamos a fazer postagem diária, mesmo que fosse pequena. Ativar Facebook, ativar Instagram, e todas as interfaces de conexão com o trabalhador, entramos em grupos de WhatsApp que atendem ao técnico, mas não ao docente. O sindicato de técnico nos cobrava, existia uma interface, já o docente, não. As ações eram por iniciativas nossas. Fizemos material para chefia, sobre trabalho essencial, direcionando as demandas. Começamos a acompanhar os grupos e, se havia uma notícia de falecimento, nós fazíamos contato, acolhimento e oferecíamos os serviços de psicologia. Havia uma expectativa caricatural da psicologia, fisioterapia e profissionais de saúde. Estávamos observando e aprendendo, não temos formação para atendimento em calamidades, fizemos o nosso melhor. Pegamos um material da OMS e tornamos palatável para divulgação e fomos criticados pela administração superior, foi tudo muito difícil, houve muito sofrimento no início do trabalho, aliás, ainda existe. Ao invés de recebermos cuidado para cuidar, recebemos foi muito estresse. Críticas sobre fonte, cores, formatação e, quando pedimos alguém da comunicação para ajudar, a ajuda nunca chegou. O primeiro atendimento foi a um idoso com medo, porque só idoso iria morrer, é triste, como dar conta de uma coisa que eu não controlo e vai assombrar as pessoas. Hoje, o número de atendimento a docentes aumentou, a principal demanda é sobre como separar a vida do trabalho. Conseguimos receber um pequeno curso de comunicação para aprender a fazer vídeos, controlar o tempo, o que entra e o que não entra, e aceitar o desafio de fazer vídeos com conteúdo, e rápido. Mas a universidade tem trabalhadores de campo que capinam, cuidam dos animais, das florestas, e temos pós-doutores, os desafios são enormes, há uma grande quantidade de idosos, como falar para todos? Não tínhamos autorização para trabalhar remoto, buscamos o conselho para conseguir a credencial para atender, ainda que brevemente, ao trabalhador. O Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) teve uma grande procura no formato digital, isso foi bem legal, aumentou a procura. Havia uma reclamação de que a equipe de saúde do trabalhador era presente apenas na sede da universidade onde estava lotada, os demais campos recebiam ações pontuais, ou seja, uma dificuldade posta pela distância física entre os municípios. De repente, como os serviços sendo oferecidos de forma remota, isso foi democratizado e todos tiveram o mesmo acesso. A procura de outros campi acabou sendo pequena, mesmo havendo um grande esforço para divulgação. Nossos acessos são baixos, fazemos material padronizamos, um trabalho pesado e com poucos acessos. Tivemos a perda de um colega que trabalhou anos conosco antes de ser redistribuído para a UFRJ, ele morreu! E a gente nem saiu da perda de um colega, e já estávamos sendo cobrados pela gestão. Eles não querem ouvir, não tem quem escute, não há quem nos escute, não existe quem vai entender isso aqui. Ele foi uma vítima da pandemia. É um período que quem está cuidando está sofrendo. Nós não conhecemos bem o trabalho um do outro, entre os eixos. Aos poucos, conseguimos algumas conquistas. Aumentamos a equipe, trabalhadores de outras áreas passaram para nosso eixo e ampliamos o trabalho. Estudo de caso, não há, o que existe é a previsão do debate entre pares de uma mesma área, e não interdisciplinar. Eu sei que há uma demanda reprimida, à medida que os profissionais de saúde não compõem todas as áreas, acaba

ficando uma visão tecnicista, e não a visão de uma saúde biopsicossocial (Coordenadora do Eixo Promoção em Saúde, mulher, branca, 56 anos, heterossexual, psicóloga, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, junho de 2021).

O eixo da UST mais afetado pela pandemia foi a perícia, com certeza ficamos totalmente engessados naquilo que a gente precisa fazer, que são as perícias, a promoção foi o eixo que melhor conseguiu se adaptar ao trabalho remoto, a vigilância conseguiu fazer parte do trabalho, mas, para perícia, 90% do trabalho ficaram comprometidos. Por força da lei, a perícia só pode acontecer presencialmente, então, fizemos o que foi possível, mas existem processos parados, uma lista que se aproxima de 200 perícias sem serem finalizadas, uma hora isso vai estourar. Tentamos voltar algumas vezes, entendendo toda dificuldade, todo risco envolvido, mas só nós entendemos que precisamos voltar, existe servidor que já ultrapassou o período de dois anos afastado e precisa se aposentar, existe servidor que pode ter morrido no meio do caminho, existem situações complicadas que precisariam de perícia, existem processos parados, quando voltar, vai ser uma bola de neve, há um número reduzido de médicos para um número extenso de perícia, além das perícias correntes, que vão continuar acontecendo. Como disse, tentamos voltar, mas não houve apoio dentro da nossa própria equipe, a gestão da universidade era a favor de voltar, mas também não manifestou um apoio explícito e formal, oficialmente levamos para o comitê covid-19 instaurado na universidade, que aprovou a volta emergencialmente, mas, dentro da própria equipe, foi muito complicado, a resistência foi muito grande, houve certo mal-estar, havia uma resistência também do servidor ser obrigado a ter que ir à perícia, que isso poderia ser um problema, e o próprio sindicato também estava resistente, eu ouvi falar sobre isso, não sei se é verdade, as pessoas não entendem que, se você convoca alguém para perícia, é uma convocação, ela tem que comparecer, ela precisa estar quite com a perícia para ter a licença dela, então, nós não voltamos e fomos muito impactados pelo trabalho remoto (Coordenador do Eixo Perícia Oficial em Saúde, homem, branco, 36 anos, heterossexual, médico psiquiatra, quatro anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

A Fiocruz lançou uma cartilha com orientações aos trabalhadores do serviço de saúde sobre saúde mental e atenção psicossocial na pandemia de covid-19²⁰⁷. O material destaca os impactos na saúde mental decorrentes de tão elevado nível de estresse durante os eventos epidêmicos, o que pode comprometer a atenção e a capacidade de decisão dos trabalhadores. Ressalta ainda que este é um cenário sem precedentes para a maior parte dos trabalhadores e aponta para a necessidade de atenção à saúde mental dos trabalhadores em geral e dos profissionais de saúde. A unidade de saúde do trabalhador não atuou como linha de frente no combate à covid-19, porém procurou trabalhar a questão da educação em saúde com prioridade e acolher os trabalhadores da universidade. Assim, a cartilha disponibilizada pela Fiocruz finaliza: “durante a crise sanitária da covid-19 estamos aprimorando nossas estratégias de cuidado de si e do outro. Depois que o momento agudo passar é bem importante ter espaço para refletir e aprender

²⁰⁷ Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/06/cartilha_trabalhadores_saude.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2022.

com as experiências, extraordinariamente difíceis, de modo a criar uma narrativa positiva e não traumática”²⁰⁸.

Buscamos apontar, através das falas dos sujeitos entrevistados, perspectivas distintas sobre a saúde do trabalhador a partir da concepção de profissionais que compõem uma mesma unidade de saúde do trabalhador. A formação de cada profissional contribui para esta disparidade de concepção e de olhar para a saúde. A concepção crítica e a formação de uma consciência de classe fazem a diferença. Mecanismos e ferramentas precisam ser desenvolvidos para provocar uma percepção de sociedade intrínseca ao capital, ratificando a importância dos estudos de Marx, Engels, Gramsci, e outros autores críticos aliados à formação de profissionais que irão dedicar-se à saúde dos trabalhadores. O assistente social também pode contribuir para este processo, tendo como foco o projeto ético-político profissional, devendo posicionar-se ao lado do trabalhador, de acordo com Vasconcelos (2002), a partir da concepção de interdisciplinaridade, que preconiza a troca de conhecimento entre diferentes disciplinas, contribuindo para agregar a equipe com a sua formação.

Os sindicatos são instâncias de formação que também podem criar iniciativas que contribuam para um olhar crítico do trabalhador sobre sua própria saúde a fim de estabelecer o protagonismo das ações em parceria com a equipe técnica de saúde do trabalhador. É a partir dessa perspectiva que será organizado o quarto capítulo desta tese, que trata da ação sindical e da saúde do trabalhador como uma inter-relação necessária.

²⁰⁸ Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/06/cartilha_trabalhadores_saude.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2022.

4

Ação sindical e saúde do trabalhador: uma inter-relação necessária

Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender. Rosa Luxemburgo²⁰⁹

O presente capítulo aponta, com mais densidade, o resultado empírico desta pesquisa. Além disso, expressa as convicções políticas encontradas na pesquisa, que orientam politicamente as ações sindicais na sua inter-relação com a saúde do trabalhador na universidade analisada. E apresenta os elementos essenciais para a construção de uma identidade sindical baseada no pluralismo de ideias, fortalecido na difusão de uma consciência de classe construída a partir dos trabalhadores que formam o sindicato.

O espaço universitário é constituído por profundas desigualdades sociais, representativas do capitalismo, mas é também um lugar de construção, problematização e propagação de conhecimento capaz de impactar toda a sociedade, tal como expressa Luxemburgo (2022) na epígrafe supracitada, “Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender”.

Estas matérias serão examinadas em três subcapítulos denominados: *Ação sindical na universidade analisada: docentes, técnicos e terceirizados*; *Ações sindicais pautadas na saúde do trabalhador: um caminho possível*; e, *Luta, saúde e resistência em tempos de pandemia de covid-19*.

4.1.

Ação sindical na universidade analisada: docentes, técnicos e terceirizados

O Brasil dispõe de um total de 69 universidades públicas federais responsáveis pela produção de conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico, que prestam serviços fundamentais a toda a sociedade, firmados no preceito constitucional que assegura a tríade ensino, pesquisa e extensão. A

²⁰⁹ Disponível em: <<https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1916/junius/teil1.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

comunidade universitária é composta pelo corpo discente, docente e técnico-administrativo em educação (TAE). A composição dos trabalhadores de uma universidade federal engloba os servidores estatutários, os docentes e os técnicos-administrativos em educação, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU)²¹⁰, divididos entre duas categorias profissionais vinculadas a atividades fins e às atividades meio, respectivamente. Além de trabalhadores terceirizados regidos pela CLT, vinculados à atividade meio²¹¹.

As atividades fins estão ligadas ao ensino através da Graduação e da Pós-Graduação – *stricto e lato sensu*. A pesquisa ou investigação científica também ocorre no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, e a extensão é marcada por diversas atividades de cunho cultural, de formação, saúde e exercício da cidadania. As atividades meio estão vinculadas à gestão acadêmica e administrativa, e podem ser exemplificadas como gestão administrativa e de pessoal, planejamento estratégico institucional, sustentabilidade financeira, políticas internas voltadas ao combate à evasão discente, adequação das bibliotecas, laboratórios e das salas de aula, e, o mais relevante para este estudo, as atividades de saúde do trabalhador²¹².

Necessariamente há uma inter-relação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, porém, para que sua execução seja possível, há uma sucessão de processos que estão diretamente vinculados às atividades meio. As atividades meio, em sua maioria, não possuem visibilidade social e são apreendidas como apoio às atividades fim, além disso, estão vinculadas a outros processos produtivos (Codo, 2002; Coutinho et al., 2008). Este movimento gera tensão entre o corpo docente e os TAEs da universidade. Os técnicos-administrativos são vinculados à execução das atividades meio e, por muitas vezes, preteridos em relação à própria política interna da universidade, postos à margem de processos decisórios e das políticas de gestão. Codo (2002) registra a fragmentação dentro

²¹⁰ O chamado Regime Jurídico Único é o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações, instituído pela Lei nº 8.112/1990. O RJU regula a relação entre os servidores públicos e a administração. A este regime se incorporaram, por ocasião de sua criação, em 1990, os funcionários públicos, que eram regidos pela antiga Lei nº 1.711/1952 (o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), e os empregados públicos, que eram regidos pelo regime celetista.

²¹¹ Vale ressaltar que há um debate sobre as definições entre atividades “fim” e “meio”, inclusive sob a ótica do Direito do Trabalho, uma vez que a litude da terceirização está vinculada a estas definições que não são jurídicas, mas utilizada em diferentes instâncias civis e trabalhistas, inclusive no âmbito na educação. O artigo *Acerca da dicotomia atividade-fim e atividade-meio e suas implicações na litude da terceirização trabalhista detalha a questão*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/201/ril_v51_n201_p175.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

²¹² *Organização das atividades decorrem esquema didático organizado pela Universidade Federal do Ceara*, Disponível em: <<https://www.ufc.br/a-universidade/avaliacao-institucional/338-conceitos-basicos>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

do serviço público entre planejamento e execução, o que potencializa o isolamento entre os trabalhadores e desintegra os TAEs, que ficam distantes do resultado do trabalho.

Alberto e Balzan (2008, p. 752), ao tratarem sobre o projeto político-pedagógico em uma universidade, identificam que é *político*, porque, em uma instituição de ensino, a “atividade-fim proporciona a formação dos alunos para a sociedade e, como atividade-meio, se constrói no coletivo, nas relações dos sujeitos (professores, alunos e funcionários) na prática institucional”. E entende ser *pedagógico*, porque nele está a “possibilidade de tornar real a intenção da instituição: formar seres humanos críticos e criativos”, ademais, considera mais completo quando se consideram as características políticas e pedagógicas de um projeto institucional. Martins e Ribeiro (2018, p. 517) assinalam que, na universidade, as atividades acadêmicas e administrativas coexistem e são mutuamente dependentes, o que imputa aos TAEs um lugar “fundamental e estratégico para o funcionamento dessas instituições, por isso não se pode determinar níveis de importância entre os atores institucionais”.

O processo educativo, entendido em sua amplitude, abrange, de forma integrada, toda a comunidade universitária, com valorização do corpo discente e de todos os trabalhadores, sejam estes docentes, sejam TAEs, sejam terceirizados, além da comunidade atendida pela universidade. Para Vygotsky (2003), o indivíduo é entendido como resultado de um processo sócio-histórico, em que a linguagem e a aprendizagem são necessárias para o seu desenvolvimento, sendo a base de fundamentação da teoria considerada histórico-social. Para o referido autor, o conhecimento é adquirido pela interação do sujeito com o meio, e complementa: “a consciência e as funções superiores se originam no espaço exterior, na relação com os objetos e as pessoas, nas condições objetivas da vida social” (Vygotsky, 1995, p. 91). Assim, a formação de cidadãos capazes de interagir com o conhecimento científico é constituída pela integração de saberes que revela seu caráter participativo, permanente e político presente no processo educacional.

As diferenças entre os corpos técnico e docente é acentuada pela própria Lei nº 9.394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Esta determinação legal é um ponto fundamental de dicotomia entre docentes e técnicos-administrativos. Através de lutas políticas protagonizadas por sindicatos no âmbito do Andes e da Fasubra e, também, por sindicatos locais docentes e de técnicos administrativos, as universidades públicas adotaram a prática de realizar “consulta informal” à comunidade universitária para a escolha de reitores, observando a proporcionalidade paritária entre discentes, docentes e TAEs, onde cada segmento representa 33,3% dos votos. O resultado final é submetido ao CONSU, instância máxima da universidade formada com base na LDB, ou seja, composto por 70% de docentes que ratificam a escolha vencedora da consulta à comunidade universitária. Tal prática é alvo de inúmeros embates políticos existentes no âmbito interno e externo da universidade, com ações, inclusive, no âmbito jurídico que busquem contornar o procedimento e, em muitos casos, o resultado da consulta não é respeitado pela própria universidade, com alterações no próprio colegiado²¹³. O governo Bolsonaro, como já registrado, não respeitou várias escolhas encaminhadas pelas universidades para nomeação²¹⁴.

Apesar de a consulta à comunidade acadêmica ser um importante “avanço”, as diferenças de tratamento e representatividade permanecem, pois os colegiados são formados com base na disparidade entre o corpo docente e as demais categorias, assim como as deliberações e as medidas de gestão da universidade não necessariamente representam o interesse de discentes e técnicos, acarretando desigualdades presentes no cotidiano profissional que potencializam divergências e violências no trabalho. Estas diferenças são alvo de debates no âmbito político, com participação ativa dos sindicatos, e experienciadas no cotidiano dos trabalhadores no interior da universidade.

Neste complexo cenário que engloba os trabalhadores da universidade, estão incluídos os trabalhadores terceirizados, vinculados à atividade meio. Druck et al. (2018) sinaliza que as terceirizações nas universidades públicas decorrem

²¹³ A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é um exemplo de não respeito à escolha do reitor eleito pela consulta à comunidade universitária e não ratificado no conselho universitário. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sob-gritos-de-golpe-unirio-elege-reitor-nao-aprovado-pela-comunidade-academica-23590937>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

²¹⁴ O capítulo 2, item 2.2 desta tese, aborda a temática. O Andes-SN divulgou um dossiê denominado *A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior*, que detalha a questão. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/dossie-sobre-intervencoes-do-governo-bolsonaro-nas-ifes-ja-esta-disponivel-em-versao-digital1>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

das transformações econômicas e dos cortes orçamentários, e aparecem como uma alternativa de modelo de subcontratação de trabalho.

A década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, engendrou uma série de medidas de cunho neoliberal que corrobora para a reforma do Estado e para a alteração do funcionalismo público²¹⁵. O governo sancionou a Lei nº 9.637/1998, que dispõe sobre as Organizações Sociais (OS) que, segundo Druck et al. (2018), implicaram diretamente sobre as atividade fim, com terceirização ilícita nas áreas de educação e saúde. A terceirização é mais acentuada com a promulgação da Lei nº 13.429/2017 e as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias já expostas neste trabalho. Em relação às universidades, Druck et al. (2018) expõem:

No caso das universidades públicas, instituições que produzem conhecimento, formam gerações em todas as profissões, onde estão reunidos os principais intelectuais da sociedade, criou-se uma situação em que elas se tornaram cúmplices de um amplo processo de precarização do trabalho, com a criação de trabalhadores considerados de “segunda categoria”, que não pertencem formalmente à comunidade universitária, embora sejam indispensáveis para o funcionamento da universidade (Druck et al., 2018, p. 135).

A terceirização impõe aos trabalhadores uma situação de desigualdade, em que “recebem menos, trabalham mais, convivem diariamente com a insegurança e a falta de representação sindical” (Leite & Henig, 2020, p. 9). Embora a precarização da educação afete toda a comunidade universitária, docentes e TAEs possuem uma gama mais segura de direitos trabalhistas e sociais e encaram a exploração do trabalho de outro lugar. Ratificam-se os dados já expostos acerca da universidade analisada, que dispõe de 2.334 trabalhadores regidos pelo RJU²¹⁶, sendo 1.211 docentes, 1.123 técnicos administrativos em educação e mais 411 trabalhadores terceirizados²¹⁷. A universidade analisada conta também com trabalhadores externos “anistiados”²¹⁸ ou

²¹⁵ Medidas expostas no capítulo 1, item 1.5 desta tese.

²¹⁶ Disponível no portal da universidade analisada. Acesso em: 20 mai. 2022.

²¹⁷ Ver capítulo 3, subcapítulo 3.3, desta tese.

²¹⁸ Os “anistiados” são os trabalhadores demitidos em massa do setor público, entre 1990 e 1992, e que a este retornam somente a partir do ano de 2009, conforme definição contida na Lei nº 8.878/1994 – conhecida como a “Lei de Anistia”. Sua demissão se deu durante o processo de privatizações e de intensificação da abertura da economia brasileira ao capital monopolista internacional, que caracterizou o período do governo de Fernando Collor (Partido da Reconstrução Nacional – PRN). São reconhecidos como “anistiados”, de acordo com a Lei nº 8.878/1994, os servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, tenham sido: I - exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal; II - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa; III - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por

“reintegrados”²¹⁹ de vários órgãos: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Ministério dos Transportes, Casa da Moeda, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Companhia Docas, Correios, etc.²²⁰, além de 88 servidores com contratos temporários, os professores substitutos. O Sindicato dos Técnicos Administrativos (STA) aprovou a inclusão dos “anistiados” ou “reintegrados” como parte integrante das ações sindicais e, inclusive, conquistaram o direito ao voto em todas os processos eleitorais promovidos pela universidade.

Reitera-se que este estudo parte do proposto que um sindicato combativo, que tenha por primazia a participação e a organização do trabalhador pela base, contribui para a valorização da saúde do trabalhador. É nesta perspectiva que a pesquisa foi desenvolvida. Esta etapa do processo investigativo consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos dirigentes dos Sindicatos de Docentes (SD), composto por presidente e vice-presidente, e ao Sindicato de Técnicos Administrativos (STA), que tem como modelo uma direção colegiada por dois coordenadores gerais. As mesmas questões foram norteadoras das entrevistas realizadas com um docente e um técnico administrativo, componentes da base sindical dos respectivos sindicatos. Os eixos e as categorias previamente elaborados para a coleta e análise dos dados dispõem sobre: 1) os dados de identificação pessoal dividida por idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade, e identificação do setor; 2) a conjuntura política de formação do sindicato; 3) as estratégias de enfrentamento adotadas pelos sindicatos; 4) a formação de parcerias; 5) a atenção à saúde; 6) o trabalho em tempo de pandemia da covid-19.

O primeiro eixo tratou de investigar a *identificação pessoal e identificação do setor analisado*. A identificação pessoal observou idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica e tempo de trabalho na universidade. É fundamental conhecer o perfil do trabalhador entrevistado, e as variáveis “raça”, “gênero” e “orientação sexual” poderiam fundamentar, inclusive, uma segunda

interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego permanente à época da exoneração, demissão ou dispensa.

²¹⁹ Inicialmente os trabalhadores eram chamados de “anistiados”. Contudo, em função de ser um processo de reintegração, popularizou o termo “reintegrados” entre os trabalhadores. O relatório de gestão da universidade ainda utiliza o termo “anistiados”.

²²⁰ O relatório de gestão da universidade não disponibiliza o número exato de anistiados (procuramos também com a terminologia reintegrados) e não há ressalvas sobre o motivo do dado não ser exposto. Ao pesquisar os relatórios de anos anteriores, foi possível notar que, em 2015, havia o registro de 265 anistiados; em 2016, sinalizava “cerca de 200”; em 2017, já não figurava o número de trabalhadores, apenas era apontada a realização de um mapeamento da força de trabalho para localização de lotação dos técnico-administrativos do quadro efetivo e dos servidores reintegrados; entre 2018 e 2021, os relatórios apenas sinalizam a existência destes trabalhadores no quadro da universidade.

pesquisa com abordagem mais direta sobre a relação entre o perfil dos dirigentes e trabalhadores com os respectivos posicionamentos no âmbito das lutas sociais travadas no espaço sindical. Contudo, nesse momento, a proposta de identificação serviu para conhecer o perfil dos entrevistados e compreender o lugar de fala de cada sujeito da pesquisa, pois sua percepção sobre cada situação problematizada pode estar relacionada às experiências objetivas e subjetivas da realidade, como ratifica Bourdieu (2004, p. 28): “Há, portanto, estruturas objetivas, e, além disso, há lutas em torno dessas estruturas”. Em relação à identificação do setor, o propósito foi registrar o tempo de existência do sindicato e sua trajetória de constituição.

A Associação dos Docentes foi criada em 1979 em uma assembleia composta por 240 professores, o que representava, à época, 60% dos docentes da instituição, é anterior à criação do próprio Andes, criado em 1981. Tenho orgulho do histórico de criação de um sindicato combativo. O histórico completo está disponível na página do sindicato, a diretoria ainda possui uma estrutura hierárquica tradicional, a direção não é colegiada. É uma sessão sindical, filiada ao Andes, este, sim, sindicato nacional, e tem em sua história momentos históricos de luta, hoje são mais de 1017 docentes associados, ou seja, mais de 90% da categoria. Seguimos acompanhando os debates nacionais junto o Andes, mas não é fácil em função de demandas internas e externas (Presidente do Sindicato Docente, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Minha antecessora já deve ter feito essa identificação, e há também informações no site. A minha atuação no sindicato, do ponto de vista da direção, é absolutamente recente, eu participava das assembleias tradicionalmente, não ia em todas, mas participava principalmente quando tinha temas decisivos, mas a minha atuação como membro da diretoria é uma novidade que aconteceu somente nesse mandato (Vice-Presidente do Sindicato Docente, homem branco, 53 anos, heterossexual, doutor em física, vinte e seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

O STA foi criado por deliberação da categoria em outubro de 1994. Contudo, a história da entidade tem suas raízes em 1984, quando foi criada a associação. Ela foi formada por companheiros e companheiras que entendiam ser necessária uma organização que defendesse seus interesses. Em 1993, nossos companheiros participaram do Congresso Estadual dos Servidores das Universidades Federais do Rio de Janeiro. Lá, foi instituída a Coordenação Pró-Sindicato, fazendo parte da mesma oito representantes desta universidade. Como desdobramento das atividades de organização da base, foi possível a criação de um jornal unificado. No ano seguinte, o sindicato começou a construir uma trajetória de atuação firme, com presença marcante nas passeatas, atos, plenárias, congressos, mobilizações de luta e greves. Contabilizando derrotas e vitórias, mas nunca se omitindo, conquistamos o reconhecimento, junto a nossa base e nacionalmente, por ser um sindicato autônomo e de luta. Sindicato, em 1994, era uma proposta de ser um sindicato estadual com todas as universidades federais do RJ, após algumas divergências cada universidade partiu para criar seu próprio sindicato, hoje todos possuem sindicato próprio. O STA foi constituído como sindicato dos trabalhadores em educação, porque entendia que deveria agregar também os professores que desejassem participar. Hoje a base é formada por professores, pensionistas, ampliou para os reintegrados, é o único sindicato do país a ter reintegrados, teve uma discussão para incluir terceirizados que não evoluiu, além dos técnicos

administrativos. Inicialmente a direção era no modelo presidencialismo no período da associação, mas logo que virou sindicato a direção passou a ser colegiada. Teve um período que as eleições eram proporcionais e a direção formada a partir do percentual da eleição correspondente a cada chapa, a experiência não foi positiva e mudou após um congresso, e agora retorna este formato, as próximas eleições serão proporcionais. Cerca de 10 anos atrás, começa uma discussão na Fasubra a partir de um GT de mulheres sobre a participação obrigatória de mulheres nas direções sindicais, eu fazia parte da organização deste GT na entidade. À época era também coordenadora-geral do sindicato e trouxe essa discussão nacional para o âmbito local, foi criado um grupo de mulheres que levou a pauta para um congresso e aprovou. Em 2016 o tema volta como pauta em congresso, inclusive com um embate muito grande, mas conseguimos garantir. Uma trajetória para incluir mulheres na direção que tem mais de 10 anos, hoje é obrigatório um mínimo de 40% da chapa para direção seja composto por mulheres. Se não tiver nenhuma da chapa com esse mínimo aí abaixa o percentual, mas não aconteceu essa situação (Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, trinta e dois anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

A companheira já detalhou a história, apenas acrescento que são um total de 16 membros na direção do sindicato, atualmente são 10 membros já no final do mandato. Foi incluído no último congresso a coordenação de políticas sociais que vai discutir a questão de racismo, LGBTQfobia, machismo e todas essas questões²²¹ (Coordenador-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, homem negro, 36 anos, homossexual, superior completo, onze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Nós somos ligados ao Andes e o Andes ao CSP-Conlutas. Ao longo dos meus 14 anos de universidade, teve um momento em que a minha seção sindical tentou escutar a base, mas talvez isso fosse porque atendesse aos meus anseios, talvez você pode perguntar alguma outra pessoa, de outro campo político-partidário que veja a conjuntura de uma outra forma, talvez essa pessoa dissesse de forma diferente. Hoje vejo um sindicato em que as ações não revelam a história combativa que eles dizem existir (Docente – Base de Sindicato Docente, mulher branca, 46 anos, heterossexual, doutorado em Química Biológica, catorze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Eu sou um cara muito livre em relação ao posicionamento político, não falo meu voto para ninguém, nem minha mãe sabe! Não compro briga com ninguém por causa de posicionamento político, às vezes a pessoa fala uma coisa que eu concordo integralmente e eu faço cara de paisagem, ou fala uma coisa que eu discordo integralmente e faço cara de paisagem, não tenho essa postura de afrontamento político, eu acho que a gente tem que conseguir flexibilidade para levantar as bandeiras principais em qualquer cenário político. Eu tenho seis anos de universidade, participo das assembleias, e iria no congresso do STA, que foi suspenso em função da pandemia. A ideia é me aprofundar mais em questões do sindicato, eu ainda me sinto iniciante. Mas o que vejo hoje é há um alinhamento muito grande entre Fasubra e o STA. A coordenadora-geral, que é nossa representante máxima, sempre traz essa aproximação, eu sempre vejo passando os vídeos no sindicato, eles mandando mensagem para o STA, mostrando uma aproximação grande, e eu entendo que isso acontece pelo fato da afinidade política, tudo bem que acaba englobando a parte do interesse dos trabalhadores, mas também por ter um interesse combativo político em comum, eu acredito nisso, não conheço, mas é a minha opinião, não tem propriedade densa para falar sobre isso. Na verdade, eu nem sei essas questões de centrais sindicais, acho que deveria ter um momento para explicar essas coisas para quem chega ao sindicato (Técnico

²²¹ Ratifica-se que a entrevista com a coordenação-geral do STA foi realizada em conjunto, com a presença de ambos os coordenadores. Foi uma sugestão dos entrevistados, e não observamos motivos para objeção.

Administrativo - Base de Sindicato dos Técnicos, homem branco, 35 anos, heterossexual, doutor em Agronomia, seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Ambos os sindicatos se apresentam como combativos e constituem uma história de formação anterior às próprias representações nacionais. O sindicato docente expressa um incômodo com a questão do presidencialismo, tratada como um retrocesso, porém, não é pauta de discussões deste sindicato. A docente atuante na base sindical registra um distanciamento entre a base e a direção e ainda entre o discurso teórico e a prática sindical.

A coordenação do STA é formada por uma mulher e um homem negro, e este tema atravessa muitos embates na unidade. Na identificação, foi salientada a luta pela obrigatoriedade de mulheres na direção sindical e a construção de uma coordenação para tratar sobre políticas sociais, nesta, incluída a questão do racismo, LGBTQfobia, machismo, dentre outras temáticas vinculada a “minorias”. É de extrema relevância a fala sobre a inclusão dos “reintegrados”, como o único do país a registrar este avanço, além de suscitar o debate sobre a inclusão de terceirizados no sindicato, uma pauta complexa e importante mediante o cenário de precarização do trabalho já discutido nesta tese.

O técnico atuante na base do STA registra não ter domínio sobre a organização sindical nacional, embora perceba o alinhamento entre as pautas. A questão da neutralidade política é também ressaltada. Este estudo trouxe a posição de Rosa Luxemburgo (2018, p. 78) sobre a consciência de classe, em que declara: “a consciência de classe é antes criada na ação produzida pela leitura de obras teóricas marxistas, ou de panfletos revolucionários”. O sindicato em questão declara um posicionamento combativo e vinculado às ideias de Marx. Contudo, não tem se configurado como um espaço de formação. O técnico entrevistado participa ativamente das assembleias e aponta a necessidade de uma formação política.

Em sequência, foi percorrida a questão vinculada à categoria *conjuntura política de formação*, que objetivava resgatar o histórico político de construção do sindicato; compreender sobre uma possível vinculação partidária; indagar acerca de envolvimento e filiação a centrais sindicais, caso ocorra, e investigar a composição política da direção e da base sindical. As questões sobre este eixo figuraram, inicialmente, no momento anterior, quando foi exposta à identificação do setor. Contudo, muitos elementos foram acrescentados e aprofundados.

Sessão sindical do Andes, sindicato nacional, que está filiado ao Conlutas, não há filiação partidária em nosso sindicato, mas a Conlutas tem bandeiras partidárias (PSTU, PSOL). Os membros da direção do SD não têm filiação partidária, mas há uma posição de esquerda muito clara, bem definida e progressista. Particularmente, tenho trajetória de estudos no âmbito de pensamento do Marx, estudei, no mestrado, as obras de juventude do Marx e me vinculei ideologicamente ao Marx, mas isso não se traduz em filiação partidária. Fiz uma Pós-Graduação relacionada à luta de classes na França, que contribui muito para quem sou. A falta de formação não permite as pessoas identificarem as classes sociais em um contexto político, entender como a burguesia atua na sociedade, e isso é um motivo de muitas divergências na própria esquerda. O Andes se tornou uma entidade voltada para si mesmo, fechado para professores, uma discussão de educação fechada em si, enquanto dezenas de entidades estão discutindo a educação no âmbito das políticas públicas e as implicações das mudanças no governo. Eu tenho dificuldades com o Andes hoje, na minha visão de história de vida e de luta, eu só consigo ver a luta no diálogo entre as diferenças, no campo das esquerdas obviamente, mas é necessária uma frente ampla, desde os neokantianos até os anarquistas mais radicais, no âmbito partidário vai desde PSTU até PSB, PDT. Não dá para pensar em mudança social no isolamento no sectarismo, isso não leva a nada, neste ponto sou herdeira do Lenin, o esquerdismo é infantil, é doença do comunismo, primitivo, enquanto não superamos esse primitivismo, não vamos caminhar. Emancipação humana pressupõe diálogo, fraternidade, respeito, não dá para achar que sua bandeira é a única verdadeira, isso não é igreja, não há um partido que é a salvação do universo como na religião (Presidente do Sindicato Docente, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho, 2021).

Somos uma seção do Andes sindicato nacional e o Andes, por sua vez, é filiado a CSP-Conlutas. O SD não tem uma filiação partidária, mas, dentro da sua composição, há participação de núcleos partidários, normalmente, através dos seus próprios filiados, há uma atuação político-partidária bastante efetiva, mas ela não é um monopólio de um determinado partido. Há uma atuação partidária que é normal, tendo em vista os filiados terem a sua própria militância partidária. Este tema se tornou mais presente nas últimas eleições sindicais com o slogan “não queremos um sindicato com partidos”, eu falei: eu não entendo como isso pode ser, o partido está presente na sociedade, isso não significa que um partido vai controlar o sindicato. Como a gente vai impedir que os filiados tenham também uma militância partidária? Isso é razoável? Isso é interessante? Não seria melhor que a gente tentasse articular com os partidos para que eles votassem pelas nossas causas, em vez de tentar bani-los da nossa vida. No início, a disputa nas bases me espantou muito, certa segmentação e conflitos internos, o que é visivelmente decorrente de uma disputa de influência de determinadas correntes, isso me espantou muito, hoje em dia já acho mais natural, isso é um elemento presente muito forte. De certa forma, esse tipo de disputa, eu acho prejudicial, porque essa luta pela hegemonia, o processo de hegemonização de diversas tendências ou mesmo partidos mais consolidados é um processo muitas vezes corrosivo para própria questão das metas que a gente tem que atingir na luta pelo todo, pelos nossos interesses como um todo (Vice-Presidente do Sindicato Docente, homem branco, 53 anos, heterossexual, doutor em física, vinte e seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Sempre houve uma dificuldade muito grande da base entender e fazer essa avaliação que você pode ter filiação partidária e o sindicato não obrigatoriamente ter essa ligação. O STA, quando começa, tinha uma dificuldade muito grande em ter coordenadores que fosse filiado a partido. Durante uma campanha, alguns anos atrás, eu concorri à direção, e o slogan da oposição era “vamos tirar o PSTU da direção”, partido ao qual eu era filiada, na verdade, em 21 membros, apenas 3 pertenciam ao PSTU. Sempre foi uma dificuldade, mas, com tempo, enfrentamos essa discussão. Até que entenderam que o diretor ser filiado a partido não muda as decisões que precisam ser tomadas pela base. Hoje eu sou filiada ao PSOL e eu

ao PCB (outro coordenador presente na entrevista), somos os únicos com filiação partidária, a prioridade é o congresso, ele vota o plano de luta, a direção não faz política “da cabeça dela”, somos filiados à Fasubra, então há também uma direção nacional. As plenárias organizam a orientação nacional. Éramos filiados à CUT e hoje somos à CSP-Conlutas. Após eleição do PT, a CUT não conseguiu separar, desvincular o que é a CUT, Central Única dos Trabalhadores, e o mandato do Lula, então nós entendemos ser o momento de se desfilar da CUT. Houve uma discussão em assembleia e depois fechamos no congresso a desfiliação. Hoje sou também parte da direção estadual da CSP-Conlutas. Nós discutimos com a direção do sindicato, com as direções nacionais, e é lógico que nos organizamos, há, por exemplo, na Fasubra o movimento *sonhar e lutar*, é um coletivo dentro da Fasubra, que hoje possui nove coletivos que a compõem, e nós nos identificamos com o *Sonhar e Lutar*, que agrega pessoas com e sem partido, todos de esquerda, é claro. O PSOL tem um coletivo, eu sou da resistência, onde me organizo, e ainda tem a Travesseira, outro coletivo que participo. Mas as direções nacionais são todas discutidas com a base, que pode ou não aprovar. A política que apresentamos é o que é aprovado como plano de luta nacional e o resultado do congresso. O congresso STA aprovou que é contra qualquer governo que retire o direito do trabalhador. Então, entendemos que há uma posição oficial de luta contra o governo Bolsonaro, que ataca esses direitos. A política do ensino emergencial não foi feita no congresso, porque não existia, então, a assembleia debateu e nos posicionamos contra o ensino emergencial. Quando não há o tema discutido no congresso, a assembleia é quem decide. A chegada de Bolsonaro ao poder provocou a manifestação de muitas pessoas dentro dos sindicatos que o apoiaram, mas não houve uma declaração de movimento de direita. Isso logo no início, com posição nas redes sociais em favor do Bolsonaro. Atuavam como direita para desestabilizar as direções, mas não se declaravam direita. A Fasubra sofreu muito ataque. Defenderam o projeto de direita com o argumento de tirar o PT e chamar *Lula ladrão*, há um movimento dentro da Fasubra com a base do PT, e eles sofreram muito. Há universidade no Brasil, como a de São Carlos, que enfrentou, sim, um movimento de direita organizado com a base de professores. Aqui teve uma base do MBL, que decidiu tomar o DCE. Então, a esquerda precisou se unir para manter a direção. Entre os técnicos, não houve um movimento organizado com esse propósito (Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, trinta e dois anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Eu sou militante do PCB, Unidade Classista, e temos pessoas na direção que não pertenciam a nenhum partido, considerados *independentes* na Fasubra. Há um questionamento sobre os independentes, até que ponto são, de fato, *independentes*. Na Fasubra, eles afirmam sempre que são livres, mas se organizam e barganham os votos, fazem um jogo político por cargos, então, até que ponto são *independentes*? Um discurso despolitizado, eles dizem que, por não terem partido, defendem a categoria e atacam os que tem filiação, dizendo que defenderão os interesses do partido, e não da categoria. Na verdade, ao falar isso, eles estão defendendo seus próprios interesses, porque barganham interesse próprio, não se atém a nada, não têm compromisso com nada, não respondem a nada. É verdade que, quando somos filiados ao partido, a gente discute, faz ações relacionadas ao partido, quando é independente, você está livre para barganhar o que lhe convém. Na Fasubra, eles se organizaram e criaram o PS-Livre e tendem para qualquer lado, não têm compromisso com nada. Me preocupa muito esse livre despolitizado (Coordenador-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, homem negro, 36 anos, homossexual, superior completo, onze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Eu sou militante político-partidária desde meus 14 anos, mas tenho tentado nesse tempo de sindicalismo, tentado mesmo, deixar a minha filiação partidária de lado, até porque eu não sou mais filiada ao partido ao qual pertencia até 2008, mais ou menos, hoje sou filiada a outro partido político. Eu era filiada ao PT, agora sou filiada ao PSOL, não tem um ano de filiação, embora já militasse pelo PSOL. Entrando no

campo de ideias em que eu estou desde adolescente, e agora já com 46 anos, seria difícil não falar da importância da esquerda para a construção de quem eu sou. Eu, na época, não sabia o que era classismo, ou o que era consciência de classe, mas isso já me incomodava muito, eu tinha um partido que me representava, e agora eu tenho outro, que também representa as minhas demandas e os meus anseios. O SD, em tese, ele não tem vinculação partidária e não deve ter, mas isso é em tese, na prática, há uma clara ligação entre a minha seção sindical e o partido político para o qual eu militei, aliás, eu fui filiada ao PT, mas dentro de uma parte específica do partido. O PT, assim como PSOL, é partido com correntes e muita divergência e entendimentos diferentes. Eu vejo que minha seção sindical não consegue separar a questão político-partidária, porque eu acredito que deve haver uma independência do sindicato. Independência em relação a tudo que não seja a classe trabalhadora. Por conceito, o SD, ele é classista, mas, na prática, isso não tem acontecido, eu acho que tem muito uma visão das eleições presidenciais, eleições majoritárias, como para governador, deputado estadual, senador, e acho que as coisas se confundem aí, mas ainda acredito que haja um papel do sindicato, mesmo da forma como ele está agora (Docente - Base de Sindicato Docente, mulher branca, 46 anos, heterossexual, doutorado em Química Biológica, catorze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Eu acho positiva a aproximação de pautas sindicais com as lutas políticas de cada um, até certo ponto. As pessoas, quando exercem uma função não remunerada, elas têm que se sentir muito estimuladas para trabalhar e, quando existe possibilidade de atender a outros anseios que sejam anseios políticos, ou ambição pessoal, por ser observado e se tornar um *player* dentro do movimento que se encontra, por exemplo, se quero participar da coordenação da Fasubra, então apresento um bom trabalho no STA e, nesse sentido, eu vejo que traz uma força enorme para o sindicato. Tem o outro lado da moeda, quando você usa a bandeira sindical que representa os trabalhadores, considerando uma situação política pontual do ponto de vista A ou B, isso acaba refletindo nas ações. Uma coisa que não é devida é realmente o movimento político e a posição política do STA. Então, tem um lado motivacional que é excepcional, mas eu acho que a gente deveria caminhar para um sindicato que conversa da melhor forma possível com qualquer cenário político que se encontre. Para citar um exemplo, hoje a universidade fez uma eleição democrática e, por uma questão política, não foi respeitada a vontade da universidade. Então, eu penso assim, será que talvez se o reitor não tivesse um posicionamento político tão exposto, tão visceral, isso teria acontecido? Ou teria sido respeitada a democracia universitária e ele poderia, sim, colocar o que ele pensa de uma maneira menos combativo, porém, mais inteligente, com menos resistência à forma de ele de pensar. Ao final, ele não foi nomeado pelo governo, mesmo ganhando as eleições. Me sinto muito à vontade para votar em quem eu quiser, tenho afinidade com algumas questões da direita, tenho afinidades com algumas questões da esquerda, e me sinto flutuando nesse meio de forma bem confortável. Penso que a questão da conjuntura política de formação do sindicato deveria ser mais colocada para a gente da base, sou uma pessoa nova na universidade, vou às assembleias, mas isso não é uma questão visceral, então, penso que isso poderia ser mais colocado o papel da Fasubra, o papel da CSP-Conlutas. Imagino que a Fasubra seja a representação nacional, e a CSP-Conlutas, eu desconheço. Essas coisas são sobre o funcionamento da máquina sindical e acho que a gente deveria aprender coletivamente sobre isso, pois, sem dúvida, não é uma questão só minha (Técnico Administrativo - Base de Sindicato dos Técnicos, homem branco, 35 anos, heterossexual, Doutor em Agronomia, seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

A presidente apresenta a necessidade de formação sindical também entre o corpo docente, ao mesmo tempo em que registra: O Andes se tornou uma entidade voltada para si mesmo, fechado para professores, uma discussão de educação fechada em si, enquanto dezenas de entidades estão discutindo a

educação no âmbito das políticas públicas, e as implicações das mudanças no governo”, o que vai de encontro do próprio objetivo estabelecido pelo Andes: “defender a Educação como um direito social inalienável da população brasileira e uma política educacional que atenda às suas necessidades e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos” (Andes, 2022)²²². A questão da formação foi repetida na fala do técnico da base dos STA, onde reconhece não ter os conhecimentos necessários para a atuação sindical.

A questão da presença partidária nos sindicatos é um ponto relevante abordado pelo vice-presidente do SD: “Como a gente vai impedir que os filiados tenham também uma militância partidária? Isso é razoável? Isso é interessante? Não seria melhor que a gente tentasse articular com os partidos para que eles votassem pelas nossas causas, ao invés de tentar bani-los da nossa vida”? Esta fala revela uma complexa pauta intrínseca a esta organização sindical. A questão partidária em sindicatos existe desde sua criação²²³, e a disputa de interesses espaço sindical é permeada por críticas expressas no posicionamento da base, conforme fala da docente que compõe a base sobre filiação partidária: “o SD, em tese, ele não tem vinculação partidária, e não deve ter, mas isso é em tese, na prática, há uma clara ligação entre a minha seção sindical e o partido político no qual eu milito”.

A questão do pluralismo está presente em todos os movimentos coletivos, contudo, há um princípio e uma fundamentação que devem reger as diferenças. Este princípio é construído através da compreensão de classe social, com um posicionamento em favor da classe trabalhadora, de acordo com os preceitos marxianos²²⁴. As pautas sindicais que expressam esta fundamentação devem comportar demandas internas, como os embates locais, e, também, externas, vinculadas à conjuntura nacional. Não há dicotomia entre estes elementos, na medida em que questões de âmbito nacional, como mudanças legislativas e nos planos de carreira, irão incidir diretamente na vida do trabalhador. No entanto, a gestão da universidade e a maneira como as questões legais são implantadas localmente também representam um espaço de disputa. São estas as questões já salientadas por Marx (1980), que imprimia uma crítica ao movimento sindical que lutava contra os efeitos, mas não contra as causas destes e, assim, não mudam

²²² Estatuto Andes, art. 5, inciso IX, 2022.

²²³ A questão sindical foi abordada no capítulo 2 desta tese.

²²⁴ A base marxiana de compreensão de classe e sobre o capital foram expressas no capítulo 1 desta tese.

de direção, antes “aplicam paliativos, mas não cura a enfermidade” (Marx, 1980, p. 377)²²⁵.

A próxima categoria traz as *estratégias de enfrentamento adotadas pelos sindicatos* e tem como finalidade compreender a forma como o sindicato entende o Estado; abranger a relação entre gestão governamental e gestão universitária; examinar, caso exista, os principais entraves administrativos que atravessam o trabalho desenvolvido pelo sindicato.

Não é fácil, historicamente o trabalhador sempre usou a greve, máquinas paradas, a greve, como ainda hoje muitos ainda conseguem usar como única forma de luta. Claro que ainda é uma grande forma de luta e tem importância política, mas hoje vimos que o campo da burguesia está mais forte e mais potente e acuou a classe trabalhadora. O Brasil era um grande reduto do trabalhador, com sindicatos fortalecidos, havia o imposto sindical pago anualmente e mecanismos que davam força ao trabalhador, tínhamos um governo popular, que ajudou a fortalecer o trabalho, como? Fiscalizando as empresas, cobrando o cumprimento da legislação trabalhistas. Hoje, a esquerda não lê a realidade, não entende esse cenário, enquanto, na Bélgica, Itália, França, os países europeus, os EUA, os sindicatos já tinham sido minados nos 1990. Aqui chegamos à exaustão do trabalho em 2018, quando teve a reforma trabalhista. Não podemos deixar de olhar o alto índice de desemprego, a terceirização, a reforma trabalhista, isso fez enfraquecer a classe trabalhadora, os trabalhadores passam a sofrer perseguição, são mais cobrados. Temos que olhar para hoje e, assim, reconstruir. A greve exige um grau de organização e consciência que é muito maior hoje que anos atrás, pois há despolitização do trabalhador, o movimento de extrema-direita confundiu os trabalhadores, a formação da consciência é muito mais difícil. Não se vê como classe social. É muito mais difícil fazer greve pelo nível de repressão que sofremos. Precisamos passar por um grau elevado de amadurecimento, o Brasil é uma grande nação, apesar de estarmos sendo destituído pelo governo. A estratégia de luta hoje é jurídica, fomos jogados para este âmbito, e ele tem dado certo, tem o lado corrupto, há esquerda e direita em qualquer espaço. A universidade contribui quando ela assegura um alto grau de formação, com fundamentos práticos e teóricos, uma formação de excelência, o acesso à ciência e uma compreensão mais ampla da realidade, superar o senso comum, as aparências e entender as causas do problema, a universidade cumpre seu papel social de manter a lucidez, ser protagonista de realidade com uma alta formação técnica que envolve a formação científica, para encontrar os caminhos, é o saber fazer no sentido do planejamento, acompanhamento envolvendo todos os indivíduos, não pode ter a racionalidade da burguesia que é financeira, não é essa a lógica, de cortes e lucros a todo custo. O papel social da universidade é de mantenedora dos processos democráticos, e hoje, mais do que nunca, atua no sentido de promover o desenvolvimento regional. Os docentes fazem trabalhos maravilhosos, é admirável, e isso é o que sustenta a nossa esperança. Sobre a gestão universitária, é importante manter a relação, fazer reunião, em desacordo, abre-se processo jurídico, eu procuro não perder a elegância. Eu considero a gestão superior, deve haver uma relação de respeito, pois é um colega que assumiu um posto, um cargo, devem prevalecer o respeito e a cordialidade. No momento em que ele ocupa um cargo, ele vai ter que defender a posição do governo. Exemplo disso é a IN28, que institui a retirada da insalubridade durante o trabalho remoto, foi aberto um processo, que perdemos em primeira instância e depois ganhamos em segunda instância (precisa saber se a universidade recorreu). Isso não significa que não vou cumprimentar o reitor, esse processo foi aberto responsabilizando a gestão superior local, como foi nos orientado, e não deveria ser feita ao ministério da economia. O Andes nacional quase apoiou o governo, o texto concordava com a retirada do adicional, nossa

²²⁵ Esta questão foi aprofundada no capítulo 2, item 2.1, desta tese.

universidade foi uma das poucas que abriu processo e ganhou. Enquanto alguns docentes queriam já declarar a greve de imediato, o que eu entendo que iria favorecer o governo, pois seria fortalecido diante da sociedade, não podemos ser o que era nos anos 1970, “porra louca”, aquele que sai sem direção, cego! Hoje não pode mais ser assim, precisa ter a plena consciência da realidade, conhecer o inimigo e trazer a população para nós, há uma forte campanha conta o funcionalismo público e precisamos trazer a população para o nosso lado. Como estratégia criamos um GT com o STA e SD, não há uma unificação de lutas, mas há avanços. Vejo a necessidade de haver uma formação política para este GT, as estratégias de luta passam pela formação política. Saber lutar, nossa vitória não será com máquinas paradas, como em 1970 e 1980, hoje é preciso ter mais habilidade política, porque a sociedade está contra nós (Presidente do Sindicato Docente, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Eu resumo, essa questão, pensando em como o sindicato se relaciona com as estruturas de poder, o Estado é uma relação mais simples, do ponto de vista da disputa muito claramente política e definida, atuamos em defesa da classe trabalhadora, em particular, na defesa da classe de professores, uma perspectiva mais tradicional da luta de classes e defesa corporativa. Com a universidade, a relação já é mais ambígua, eu sempre converso com as pessoas, nós temos uma particularidade, todo sindicato de professores da educação pública tem uma particularidade que envolve uma ambiguidade na sua atuação, o fato é que nós lidamos com o bem público! Usando como exemplo os metalúrgicos da Volks, eles não têm por que estarem preocupados se a Volkswagen vai produzir 1 bilhão, 1000 milhões ou 10 milhões de carros, porque aquilo não é do interesse da sociedade, não há uma relação tão direta de interesse, não é tão claro o interesse social nisso. Na educação pública, isso é outra situação, porque é um bem público, então o sindicato ele tem uma outra dimensão, ele tem uma atuação mais multidimensional, que foge um pouco do plano corporativo, a gente tem, obviamente, uma dimensão corporativa, que não pode deixar de existir, mas a gente precisa conciliar isso com a preocupação, pelo bem público, e isso gera, para nós, certa ambiguidade, na minha opinião, em nosso relacionamento. E mais ainda, é uma discussão conceitual, ou melhor, não é conceitual à medida que não é debatida diretamente nas assembleias, mas acredito que seja uma diferenciação conceitual entre correntes dentro do sindicato. Porque eu acho que é um equívoco, na minha avaliação, na relação patrão e empregado e patrão em relação à universidade, não é uma relação tradicional de trabalhador e capital, primeiro porque o reitor não é o dono do capital da universidade, ele é um filiado do SD, o presidente da Volkswagen não é filiado ao sindicato dos metalúrgicos, e nem faria sentido se fosse. Os metalúrgicos das Volks não fazem eleição para escolher quem vai ser o seu presidente, aqui, nós fazemos, então não se pode fazer uma analogia imediata, como uma relação entre o trabalhador e patrão da mesma forma, existem dimensões disso, mas não é uma analogia perfeita. Então, tudo isso torna essa relação mais ambígua, a relação do sindicato com a universidade é muito mais ambígua do que a relação do sindicato com o Estado propriamente dito. No trato com os servidores públicos, o Estado é quem normatiza, assim, obviamente, a reação por parte do sindicato não pode ser a mesma da instituição. A instituição tem uma medida de execução da coisa na linha hierárquica, até certo ponto, de execução. E o SD, nesse ponto, não tem qualquer compromisso com isso, ou pelo menos um compromisso muito residual, enquanto servidores públicos, claro, há uma dimensão maior da questão do interesse público, mas é muito mais fraca, então, o enfrentamento pode ser muito mais direto e politicamente muito mais claro. Por exemplo, as medidas aplicadas na pandemia por parte do governo sobre corte dos benefícios, a gente se mobilizou e entrou com processo judicial e ganhamos em primeira instância, mas há muitos aspectos a serem vistos, por exemplo, o instrumento da greve também coloca uma diferenciação, porque a universidade como instituição fica em uma situação bem delicada, os gestores da universidade, ao mesmo tempo em que tem um vínculo de representatividade dos servidores, eles também têm vínculo administrativo, a situação deles é delicada, e a nossa não! E

esse enfrentamento é mais tradicional. Há alguns pontos onde as coisas se confluem um pouco, por exemplo, contra os cortes orçamentários, as duas instâncias confluem, nesse caso, é o zelo pelo bem público, pela educação pública, há dimensões da luta que se superpõem, outras não. Não é consensual e cristalino o grau de interpenetração que deve haver entre as mobilizações políticas do sindicato e as mobilizações políticas da instituição, há espaços onde se confundem e há espaços onde essa separação é mais nítida. A gestão atual do governo é a pior possível, tanto do ponto de vista do bem público, quanto dos trabalhadores, é desastrosa, qualquer palavra é pouco, não consegue capturar a dramaticidade do que a gente está vivendo. Um projeto de destruição devastada em relação a qualquer conceito de estruturação no nível público da sociedade. O Estado atingiu o sindicato diretamente com o *back* do fim da cobrança em folha, o Andes teve que entrar com uma ação judicial, porque isso desarticulou completamente nosso custeio, foi uma tentativa de estrangulamento financeiramente dos sindicatos, depois disso, os ataques mais diretos têm sido mais à universidade e aos trabalhadores, aos servidores e às categorias profissionais do que propriamente ao sindicato em si. Mas isso começou com o Temer, com o fim do imposto sindical, foi uma proposta de estrangular os sindicatos pela via financeira e retirar as estruturas de amparo ao trabalhador (Vice-Presidente do Sindicato Docente, homem branco, 53 anos, homossexual, doutor em física, vinte e seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Ao longo dos anos, nossa política foi sempre de pautar as questões internas sem descolar da nacional. Fazer a conjuntura local baseado no que está acontecendo nacionalmente. As cobranças feitas à administração da universidade têm essa base, não cobramos da direção questões inviáveis, que não há base nacional para conseguir, mas isso não impede que possamos avançar em pautas internas importantes, como a questão do assédio moral, das condições de trabalho, o que é prioridade e o que não é. A conjuntura local pode atuar de forma diferente a partir de uma análise local. Houve um corte de verbas, precisamos elencar o que é prioridade na universidade, sempre defendemos a questão da saúde. A universidade tem uma particularidade, ela tem um “posto de saúde” dentro dela, formado por servidores para atender à comunidade acadêmica, e sempre defendemos a melhoria deste posto. Deveria ter um investimento nesse setor, olhar a metodologia de trabalho. Sempre defendemos a saúde no trabalho e a maneira de ver a saúde do trabalhador dentro da universidade, que deveria ser prioridade. Hoje há uma direção que tirou o posto de saúde da pró-reitoria de gestão de pessoas e jogou para prefeitura universitária, o que caracteriza o descaso com a saúde. São ações mínimas que já caracterizam o descaso com a saúde. Em todos os governos, tivemos problemas, mas eles se intensificam nesse governo. Os ataques e sua relação com o que a administração pensa para universidade. A direção traz a discussão com viés do governo, e não pensando o que é o melhor para atender o servidor, uma discussão muito difícil de ser feita, porque há um entendimento de que isso é passar a mão na cabeça de servidor que não quer trabalhar. Sobre o governo, vale dizer que a primeira grande intervenção foi em relação aos associados. O associado preenchia uma ficha autorizava o desconto e assim era feito, não tinha intervenção do governo. As desfiliações, as pessoas iam ao sindicato, conversavam com as coordenadoras, o que, em alguns momentos, conseguíamos dialogar e às vezes até reverter. O governo Bolsonaro atuou diretamente nessa questão, deixou o sindicato sem arrecadação, suspendeu as filiações logo no primeiro momento. Ele logo ataca os sindicatos através das consignações, passa fazer exigências para dificultar as filiações e ataca os sindicatos, e a todo momento há umas PL que mexe com sindicato. Temos pavor, porque não sabemos até que ponto teremos autonomia. Recebemos um documento que dizia que não poderíamos fazer manifestações contra o governo, isso foi encaminhado a todas as universidades. O SINTUFRJ está sofrendo processo. Há uma pressão muito grande, a todo momento nós ficamos sabendo a nível nacional. O STA é declaradamente contra o governo, mas há uma preocupação de até quando poderemos fazer esse trabalho sem sofrer retaliações. É um ataque à democracia que preocupa qualquer sindicalista que esteja atuando neste momento,

e esta é a realidade (Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, trinta e dois anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

A política do Bolsonaro é acabar com os sindicatos, logo no início, em 2019, ele lança a Medida Provisória nº 873, que suspende a contribuição sindical na folha do sindicalizado, com impacto muito grande para todos os sindicatos, e foi muito difícil remover. Constantemente o governo, através do Ministério da Economia, faz mudanças que dificulta nossa vida como entidade sindical. Ele facilitou a desfiliação, basta acessar ao sistema e clicar. Entrevi na filiação, pois agora não basta preencher a ficha de autorização, é necessário dar anuência no sistema, o que dificulta muito. Tem muito servidor que tem dificuldades no sistema. O STA faz um passo a passo, aí o governo muda. Estamos resistindo, mas é muito difícil. Ainda existe desfiliação, e o próprio sistema derruba a filiação, nós precisamos monitorar, procurar um a um para saber se é real. Teve um período que sistema derrubou todos os pensionistas de uma só vez, é um ataque constante. Fora a política adotada pelo Bolsonaro, com uma grande ofensiva contra a esquerda, alegando que é ser contra a família, e algumas pessoas acreditam e associaram isso, o STA é de esquerda, então não vou fortalecer o sindicato, aí influencia as pessoas a não se filiarem (Coordenador-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, homem negro, 36 anos, homossexual, superior completo, onze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Ainda em relação a esta mesma categoria – *estratégias de enfrentamento adotadas pelos sindicatos* –, os trabalhadores que atuam na base sindical responderam buscando os mesmos objetivos direcionados aos dirigentes, porém, sob o ponto de vista do trabalhador, acrescidos dos seguintes objetivos: avaliar a relação entre a base e a direção sindical como estratégia de enfrentamento organizada neste contexto. Há divergências? Como são trabalhadas as diferenças?

Essa atual gestão da minha seção sindical tem uma relação muito promíscua com atual direção da universidade, atual reitoria. Como eles são de uma mesma corrente político-partidária, eu acredito que a maior parte da base, falando de mim e dos que conheço, tem um desejo do fim do atual governo federal, e nisso, a base, a seção sindical e a reitoria têm um desejo comum. Eu considero o presidente um genocida, mas eu não vejo um movimento real pelo *impeachment*, vejo que eles dizem isso da boca para fora, pois querem esperar as eleições para 2022. O sucateamento da universidade pública não veio desse governo, mas ele foi acentuado agora, e eu sinto que a privatização da universidade pública é iminente e não vejo uma preocupação grande com isso na minha seção sindical e nem na reitoria. Existem poucos encontros deliberativos e poucas assembleias, principalmente durante a pandemia. Mas tem uma parte da base que está satisfeita com isso, um grupo que é filiado pelo desconto em planos de saúde, e acho que a maior parte da base está satisfeita. Eu faço parte de um grupo de docentes que é oposição, um grupo formal, organizado com página na internet, e, também, faço parte de um coletivo o “Rosa Luxemburgo”, um grupo menor, mas bem atuante, é um coletivo dentro da universidade, mas que pertence a uma corrente maior dentro do Andes, sindicato nacional (Docente - Base de Sindicato Docente, mulher branca, 46 anos, heterossexual, Doutorado em Química Biológica, catorze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

O governo federal hoje tem um antagonismo claro com as instituições de ensino, já existe um muro para o diálogo. E as instituições de ensino também, por ter uma força de esquerda muito forte, elas são berço do pensamento de esquerda, eu acho

que também temos uma resistência muito grande para dialogar com o governo federal. No caso do sindicato, pelo menos vou falar dessa gestão anterior, que aparentemente se manteve na esfera institucional, não há diálogo com a reitoria. Eu acho que não é um diálogo que flui! Quando o reitor vai receber o STA, ele já pensa, vem bomba! Nunca vai pensar: tem uma ideia divergente, podemos construir juntos. Quando o STA recebe um comunicado da pró-reitora, ele pensa, vem bomba, não pensa vem um comunicado da gestão, vamos discutir como podemos contribuir. Nesse sentido, estamos em um momento tão combativo que talvez isso consuma as energias e tire a possibilidade de entrarmos em uma esfera construtiva, heterogênea, não precisa ser igual, as pessoas podem ter pensamentos diferente, e normalmente, em ambientes heterogêneos, saem soluções mais criativas, mais impressionantes e mais difíceis, pois temos que abrir mão do que gostaria que fosse, mas respeitando as ideias. Tomar decisões em ambientes homogêneos é fácil, é gostoso e rápido, todo mundo se sente satisfeito, mas não são as melhores decisões, não são as decisões que realmente representam a maioria, no meu ponto de vista. A relação sindicato, gestão universitária e governo federal, eu acho que é formada por uma combatividade tão grande, não que não seja necessário, mas ele é tão grande que impede algo construtivo e colaborativo. Independentemente de quem esteja certo, eu acredito que todos têm um ponto de vista que poderia melhorar, mas estamos em um momento de falta de habilidade para dialogar de forma construtiva, eu sinto um pouco disso. A postura combativa também te agrega liberdade para falar de maneira antagônica, a pessoa que está do lado oposto também tem o seu lado positivo. Não precisamos pisar em ovos, temos que ter liberdade para falar, é uma estratégia. A greve é uma ferramenta, eu não acho que a gente é a esfera da sociedade mais afetada e mais suscetível, somos técnicos administrativos e precisamos ser uma esfera que é respeitada, que é ouvida e que tem o devido valor, muitas vezes a gente é mal visto, de forma injusta, e realmente é importante ter uma ferramenta que permite se colocar de uma forma imperativa, de forma relevante, melhor dizendo! Quando a gente faz greve, a nossa opinião se torna relevante, porque, de alguma forma, ao parar a eficiência de uma máquina pública que tem um investimento enorme, isso reflete na demanda social, nos alunos, em tudo, e isso é uma ferramenta de uma classe que, por não ser a mais privilegiada, precisa se colocar (Técnico Administrativo - Base de Sindicato dos Técnicos, homem branco, 35 anos, heterossexual, Doutor em Agronomia, seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

A presidente do SD expõe a necessidade de novas estratégias para enfrentamento do grande capital. Ademais, ratifica sua formação e posicionamento de cunho marxista e aponta a questão do “esquerdismo infantil”. As formas de enfrentamento são mutáveis à medida que o capital se reinventa e responde sempre de forma mais perversa a sua própria crise, ou seja, é um espaço de contradição. Contudo, a história indica que o próprio capital e as grandes empresas resolveram incidir, inclusive, na forma de organização dos trabalhadores, declarando a ineficiência do Estado ao mesmo tempo em que fazem uso deste²²⁶. Em outras palavras, a principal ferramenta defendida pela presidente do SD – “a estratégia de luta hoje é jurídica” –, é uma alternativa contraditória, haja vista ser um paliativo ao efeito produzido pelo capital, e não a causa da questão, como criticou Marx em *O capital*, quando assinala a função do Direito para o desenvolvimento do próprio capitalismo e para a acumulação do

²²⁶ Questões expostas no capítulo 1 desta tese, itens 1.2 e 1.3.

capital, um recurso atrelado ao avanço da classe burguesa contra a classe trabalhadora. O referido autor destaca a burguesia francesa, que defraudou os trabalhadores do direito à associação, declarando que “toda coalizão de trabalhadores como um atentado à liberdade e à Declaração dos Direitos Humanos, punível com uma multa” (Marx, 2013, p. 812). A coalização foi considerada crime e, em uma analogia aos tempos atuais, a liberdade de manifestação do pensamento e de informação é regulada através de vários mecanismos “legais”.

O vice-presidente do SD, assim como a presidente, aponta a complexidade das questões que envolvem a gestão local da universidade: “o reitor não é o dono do capital da universidade, ele é um filiado do sindicato” e que “a relação do sindicato com a universidade, é muito mais ambígua”. É uma questão a ser problematizada, e os estudos de Marx indicam que é possível personificar a lógica do capital sem ser o dono do capital, ou seja, é o movimento contraditório, até mesmo por envolver relações hierárquicas e de poder. O vice-presidente ainda registra que a “instituição tem uma medida de execução da coisa, na linha hierárquica, até certo ponto, de execução”. As universidades representam a instância máxima de educação no Brasil, e as públicas conquistaram um lugar de excelência em educação, ocupando as primeiras colocações entre as melhores do país²²⁷. O espaço universitário tornou-se alvo de disputa do grande capital, seja com ampliação da oferta de ensino superior em instituições privadas, seja na busca constante em acessar o conhecimento produzido pelas universidades públicas. Assim, a observação ponderada pelo vice-presidente, em que a universidade é entendida como um lugar de execução, nos causa grande inquietação.

A coordenação-geral do STA apresenta um posicionamento diferente, quando compara a direção do sindicato docente em relação à gestão da universidade, verbaliza: “não cobramos da direção questões inviáveis, em que não há base nacional para conseguir, mas isso não impede que possamos avançar em pautas internas importantes, como a questão do assédio moral, das condições de trabalho, o que é prioridade e o que não é”. O posicionamento da docente da base sindical afirma: “essa atual gestão da minha seção sindical tem uma relação muito promíscua com a atual direção da universidade, a atual reitoria”, o que pode

²²⁷ *Ranking* elaborado pela empresa britânica Quacquarelli Symonds, o QS World University Rankings é referência na avaliação mundial de universidades desde 2004. Disponível em: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/noticias/universidades-brasileiras-sobem-no-ranking-2023-de-melhores-do-mundo/352800.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

estar relacionado ao posicionamento assinalado pela direção do SD. Sant'Ana, Carmo e Ortiz (2016, p. 19-20) ponderam que “pensar a universidade como locus privilegiado da produção do conhecimento científico e tecnológico no atual contexto histórico pressupõe considerar a direção social dada a essa produção”, e complementam: “exige pensar a própria lógica que orienta a produção científica”. As contribuições das autoras remetem à questão em tela: para quem servem a universidade e o conhecimento por ela produzido?

As legislações que garantem o ensino público, gratuito e de qualidade são constantemente ameaçadas e alvo de disputas, a exemplo da última investida registrada através da PEC nº 206/2019, que voltou a ser debatida na Câmara dos Deputados em maio de 2022, cujo conteúdo versa sobre a cobrança de mensalidades em universidades públicas. Estas investidas contra a universidade pública são intensificadas no Estado ultraneoliberal, cujo foco é a financeirização de tudo, inclusive da educação. Nesse sentido, pensar na universidade como espaço de execução é alarmante. Ambos os sindicatos registram um posicionamento contrário às políticas desenvolvidas pelo governo Bolsonaro e apontam como estratégia a luta e a resistência. A diferença foi latente apenas em relação à gestão da universidade, como destaca a coordenação-geral do STA: “a conjuntura local pode atuar de forma diferente a partir de uma análise local”.

A docente que atua na base sindical registra: “o sucateamento da universidade pública não veio desse governo, mas ele foi acentuado agora, e eu sinto que a privatização da universidade pública é iminente, e não vejo uma preocupação grande com isso na minha seção sindical, e nem na reitoria”, o que direciona o debate para o campo das práticas em detrimento de organização teórica, haja vista a oposição ao governo ser um ponto em comum entre os sindicatos. Apenas o técnico da base do STA pondera sobre a necessidade de um caminho de diálogo com a gestão governamental: “o governo federal, hoje, tem um antagonismo claro com as instituições de ensino, já existe um muro para o diálogo, e as instituições de ensino também”. O técnico atribui o não diálogo à questão de posicionamento “esquerda” e “direita” e, em seu entendimento “as instituições de ensino também, por terem uma força de esquerda muito forte, elas são berço do pensamento de esquerda, eu acho que também temos uma resistência muito grande para dialogar com o governo federal”. Mattos (2019b, p.43) registra a presença de elementos fascistas no Brasil atual: “o estudo das elaborações clássicas do marxismo sobre o fascismo histórico, quando confrontado com o quadro atual, permite apontar a presença de um componente (neo)fascista nada desprezível no Brasil do primeiro ano de governo Bolsonaro”,

o que nos remete à reflexão: é possível dialogar com o (neo)fascismo? Os elementos já ponderados no capítulo 1 desta tese nos levam a acreditar que não é possível.

A próxima categoria discorreu sobre a questão da *formação de parcerias* e teve como propósito examinar a existência de parcerias firmadas pelo sindicato com movimentos sociais, coletivos e demais ações de organização coletiva existentes na universidade e/ou fora dela.

Há um esforço da diretoria para acompanhar todas as comissões do Andes e os Gts internos do sindicato, são GTs propostos pelo Andes, que as seções sindicais precisam ter. São nutridos internamente, e periodicamente há reuniões promovidas pelo Andes com a temática como congressos e encontros. No momento de aula remota, há uma exigência de mais tempo de trabalho, e não consigo acompanhar tudo. Hoje estou com muitas dores, lombar, costas, e me tornei diabética nesse período. O Andes participou pela primeira vez do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), o que considero importante, vieram desta vez! Mas há uma soberba nos professores, o cara não deixa de ser arrogante, porque ele é de esquerda, sinto essa arrogância no Andes é uma instituição marcada por muitas pessoas arrogantes, vejo nas expressões, no rosto, a falta de humildade é uma coisa muito negativa, ninguém precisa ser melhor que ninguém, temos que ter uma relação de respeito. Foi uma plenária organizada pela CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -, tinha o Andes, a Fasubra, foi muito bacana, foi muito importante, juntou diferentes instituições, associações nacionais de pesquisa, e professores da América Latina, meu coração se encheu de esperança, juntou associações de formação de professores que agregaram inúmeros pequenos agrupamentos de docentes, que não são da esfera o Andes (os que se acham iluminados, fechados entre eles), estar com outros docentes amplia o debate. O Fórum Nacional de Educação tem mais de 50 entidades, é isso! Essas articulações e parcerias precisam ocorrer para ter força social. Impedir a reforma administrativa e a aprovação da DNC (Diretrizes curriculares nacionais) de formação que interfere nas universidades e estrangula a formação de professores, é um absurdo, precisamos impedir! E todas as instituições precisam estar mobilizadas para combater. A parceria precisa ocorrer para se ter força social (Presidente do Sindicato Docente, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

A formação de parcerias é fundamental! Há uma correlação de forças, embora, na minha avaliação geral, já foi pior, já esteve mais desfavorável para os setores progressistas do que está hoje, como no início do governo atual. Nós não achamos que seja uma correlação ainda favorável do ponto de vista político, mas já progrediu, essa articulação, nesse contexto, ela ainda é muito mais importante para a classe trabalhadora. Articulação com diversos núcleos da classe trabalhadora, com movimentos sociais, a gente acha que de fato isso é vital. O nosso sindicato nacional, esta é uma crítica que a gente faz, ele se manteve em uma postura mais isolacionista, acompanhando muito a central sindical que a gente pertence, que é CSP-Conlutas, que tem uma perspectiva mais isolacionista, procura se diferenciar muito acentuadamente de outras centrais, e a nossa avaliação é que essa estratégia, nesse momento, é errada, a gente deve estar acima dessas divergências que certamente existem, devemos procurar alguns núcleos de convergência, uma aproximação que o Andes até pouco tempo resistiu muito, nessa direção atual, parece que isso está sendo flexibilizado e o Andes está se esforçando para se aproximar. Por exemplo, antes não participavam do Fórum Popular da Educação, é um fórum nacional, eles acreditavam que era um setor que tinha muita influência de alguns grupos ligado ao PT, então era o suficiente para eles não quererem tratar qualquer tipo de articulação, de interação, mas, na atual direção, parece que houve

algum tipo de reavaliação, avaliando a necessidade de uma maior aproximação, isso é uma questão positiva, porque vários movimentos estão se articulando em movimentos mais amplos. A nível da nossa seção sindical, também estamos nos articulando bastante, por exemplo, o movimento *reitor eleito é reitor empossado* reuniu técnicos, docentes e discentes, a gente procurou convidar todas as organizações, inclusive as centrais sindicais do CSP-Conlutas compareceram ao movimento, em nossas assembleias virtuais. Estamos tentando também incorporar outras pautas como as questões de gênero, há uma série de plenárias impulsionadas pelo SD, em conjunto com outros movimentos, para discutir gênero, feminismo, as condições de trabalho da mulher, estamos procurando articular com coletivos especializados no tema. Nossas interlocuções são com os coletivos estudantis, como, por exemplo, o de movimento negro, dialogando com diversos coletivos e com a bagagem que eles já possuem. Há um esforço intenso nesse sentido e estamos progredindo (Vice-Presidente do Sindicato Docente, homem branco, 53 anos, heterossexual, doutor em física, vinte e seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Nós discutimos em muitas instâncias, por exemplo, com o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), que encaminha muitas políticas como, por exemplo, a realização do primeiro de maio, que foi mais articulado e organizado. Há também o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, que congrega outras entidades. Participamos de todos os estaduais. Fórum da educação com entidades do RJ, fomos em todos. Hoje a universidade organizou o comitê *Reitor eleito, reitor empossado*, e estamos fazendo a discussão com as três instâncias, é um grande momento de unidade que está acontecendo. Há relação com os coletivos de estudantes, praticamente com todos, somos procurados por eles como referência de luta e sempre participamos. Não como gostaria, mas fazemos ações conjuntas e atividades pela universidade. A gestão anterior do SD tinha uma unidade muito maior, as pautas eram unificadas em muitas frentes, hoje, com atual gestão, é bem menos. Em alguns momentos pontuais, tivemos os terceirizados, já assumimos, inclusive, greve dos terceirizados, eles tiraram em assembleia deles que o STA iria representá-los, e nós aceitamos. Nós somos contra a terceirização, e não contra os terceirizados. Eles são os trabalhadores mais explorados na universidade, e nós temos que defendê-los. Eles têm sindicatos, mas não há relação, eles não conseguem acessar. E agora, com a nova política, eles precisam procurar o sindicato deles para se filiar, que é ainda mais complexo (Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, trinta e dois anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021). (Coordenador-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, homem negro, 36 anos, homossexual, superior completo, onze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Se existe parceria, eu desconheço, não vejo interação com a comunidade em torno, existe uma aproximação com o STA, construída anteriormente. Eu tenho parceria com os coletivos na universidade, como iniciativa própria, por acreditar que este é o caminho (Docente - Base de Sindicato Docente, mulher branca, 46 anos, heterossexual, doutorado em Química Biológica, catorze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Sobre parcerias, eu vejo que a integração do sindicato é uma coisa sobrenatural, eu olho e falo: como consegue tanta força? Desde a distribuição de cesta básica, que é uma situação relacionada à pandemia, até a integração com movimentos sociais. Movimentos sociais que podem estar estruturados ou não, por exemplo: tinha uma moça que vendia feijoada nas festas do STA, e ela não vai vender esse ano, porque não tem festa, aí o STA organizou para que a kombi do STA pudesse entregar a feijoada para as pessoas durante uma festa virtual, isso é uma questão social, movimento que o sindicato abraçou, pode não ser um movimento articulado, mas é, sim, uma integração, e eu sinto que o nosso sindicato não se priva em relação a isso, o trabalho com aposentados que é feito é uma coisa muito bacana e

está associado à saúde do trabalhador e aos coletivos dentro da universidade, eu vejo o STA flutuando muito bem entre todos eles, até pelo fato de ter uma afinidade política grande, incluindo o SD e o DCE. Lembro de uma ação conjunta por conta de uma PEC e o STA mobilizou vários ônibus junto com o SD para Brasília, foi muito articulado. O STA se liga a outras esferas de representatividade, eu sinto, sim, que é um sindicato articulado, ele não compra uma única bandeira, não se restringe sua luta, quando a direção define que é uma questão, uma situação justa para atuação sindical, aí entra com força total. Eu vejo muitas atividades que o STA se dedica, e eu tento participar, você precisa valorizar o esforço de quem está te representando, e saber que, na hora em que você estiver frito, assado e cozido, eles vão te apoiar. Tem representatividade de classe que não representa a classe, que representa o interesse de quem está na direção. Na hora em que o STA vê um técnico em uma situação A, B ou C, ele vai apoiar o técnico, eu vejo isso na figura da nossa coordenadora, inclusive apoiando pessoas que não são bacanas, mas ela responde: “é um técnico e vai ter nosso apoio”. O STA lançou candidato para o CONSU (Conselho Universitário), que é a instância máxima de representação da universidade, onde você era nossa representante. Ele lançou dois nomes, e eu tinha certeza de que eles seriam eleitos, imaginei que as pessoas fossem votar junto com o sindicato, entendendo que precisamos ampliar a bandeira dos técnicos na instância máxima de decisão da universidade. Eu vivenciei o que é ter uma questão pautada, e o quanto é importante ter uma representatividade forte, você está lascado se não tiver. Porém, os que foram eleitos são boas pessoas, mas representam muito mais a gestão da universidade do que a categoria. Eu me perguntei: “cadê a massa? Cadê a turma apoiando?” (Técnico Administrativo - Base de Sindicato dos Técnicos, homem branco, 35 anos, heterossexual, doutor em Agronomia, seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

A formação de parcerias é estratégica para o fortalecimento da classe trabalhadora. Os coletivos e os movimentos sociais representam a resistência ao sistema hegemônico. A presidente do SD novamente atenta para o isolacionismo do Andes e retrata: “Andes é uma instituição marcada por muitas pessoas arrogantes, vejo nas expressões, no rosto, a falta de humildade é uma coisa muito negativa, ninguém precisa ser melhor que ninguém, temos que ter uma relação de respeito”. Marx conclama os trabalhadores de todos os países a se unirem²²⁸, e o capital trilha um caminho estratégico para promover a individualidade²²⁹. O corpo docente é o que detém o maior nível de qualificação acadêmica, com grande acesso ao conhecimento, o lugar do intelectual. Para Gramsci (1982, p. 6), “quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente a imediata função social da categoria profissional dos intelectuais” é considerada a direção na qual incide o peso maior da atividade profissional. O autor assinala que “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer”, ou seja, é a função social que o diferencia, é o elaborar criticamente sua atividade intelectual.

²²⁸ MARX, Karl. ENGELS Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

²²⁹ O capítulo 1, item 1.3 desta tese, expõe as (novas) configurações do mundo do trabalho e apresenta algumas destas estratégias.

A coordenação-geral do STA registra que “em alguns momentos pontuais, tivemos os terceirizados, já assumimos, inclusive, greve dos terceirizados, eles tiraram em assembleia deles que o nosso sindicato iria representá-los, e nós aceitamos”, o que assinala uma ação pautada na inclusão do trabalhador como classe. A fala do técnico que atua nesta base sindical aponta “movimentos sociais que podem estar estruturados ou não” e registra a estratégia do sindicato para apoiar diferentes trabalhadores durante a pandemia. Ele complementa: “pode não ser um movimento articulado, mas é, sim, uma integração, e eu sinto que o nosso sindicato não se priva em relação a isso”, o que sinaliza uma atuação pautada na coletividade dos trabalhadores. Nesse sentido, em acordo com o posicionamento de Stampa (2007):

[...] discutir trabalho, na perspectiva do movimento social, é resgatar um conjunto de elementos que se tinha deixado para trás, como, por exemplo, recuperar o trabalho como categoria chave da compreensão da história, e reestabelecer o primado do sujeito na teoria social, bem como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito da história. Essa compreensão é fundamental para que se possa repensar o “mundo do trabalho”, que não é mais somente o mundo da fábrica (Stampa, 2007, p. 31).

A possibilidade de articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais pode ampliar sua base de atuação, além disso, um elo para a construção de uma luta unificada, tal como expressa o técnico da base sindical: “você precisa valorizar o esforço de quem está te representando e saber que, na hora em que você estiver frito, assado e cozido, eles vão te apoiar”.

As próximas categorias direcionadas aos dirigentes sindicais e aos trabalhadores da base de atuação sindical são *atenção à saúde e trabalho em tempo de pandemia*. Contudo, esta temática será abordada nos próximos subcapítulos que tratarão especificamente deste conteúdo.

Esta seção, observando a mesma base de fundamentação dos eixos e categorias empregadas, porém, com a devida adequação para captar a percepção dos trabalhadores com outros vínculos empregatícios junto à universidade, segue com a exposição das entrevistas realizadas com mais três trabalhadores, sendo um professor substituto²³⁰, um terceirizado com atuação em área administrativa, um terceirizado lotado nos serviços gerais da universidade, mais especificamente na área de limpeza, e um trabalhador “reintegrado”. Os eixos e categorias

²³⁰ É o professor contratado para suprir a falta de professor efetivo em razão de: vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento, ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus (Art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, e § 2º - Lei nº 8.745, com redação dada pela Lei nº 12.425, de 17 de junho de 2011).

abordados foram: 1) os dados de identificação: identificação pessoal dividida por idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade, e a identificação do setor no qual esteve lotado durante a prestação de serviço a universidade; 2) a participação em sindicato da categoria; 3) as estratégias de enfrentamento adotadas pelos trabalhadores; 4) a atenção à saúde, e 5) o trabalho em tempo de pandemia da covid-19.

O primeiro eixo tratou sobre *identificação pessoal e identificação do setor*, buscando conhecer o setor no qual o trabalhador esteve lotado durante a prestação de serviço na universidade ou a trajetória de participação nos diferentes setores da universidade, caso tenha ocorrido. Em relação à identificação pessoal, foram utilizadas as mesmas variáveis e objetivos em todas as entrevistas decorridas até este ponto da investigação.

Eu fui chamado em setembro de 2019, fizeram um contrato e me alocaram em uma vaga que pertencia ao vice-reitor, só que precisava de uma autorização do MEC para isso, aí me pediram para que eu trabalhasse enquanto fizessem toda a tramitação. Passou um mês, passou outro mês, eu fui questionando por que não conseguia nem entrar no sistema, eu não tinha matrícula e nada, e eu continuei questionando, até que uma pessoa do departamento se dispôs a ir comigo para resolver a situação, porque via que o memorando não estava tendo resposta. E aí disseram que não ia conseguir resolver meu problema, então a solução foi: entrou uma professora de licença e nós vamos jogar você para a vaga dessa professora, mas, quando fizeram isso, disseram que eu não poderia assumir, porque fui assistente social do hospital de Bonsucesso e não tinha dois anos de interstício, na verdade, eu fui contratado do hospital por quase 18 anos, e já havia saído desse hospital há mais de dois anos, eu apresentei toda a documentação, mas eles continuavam dizendo que não poderia me contratar. Então eu busquei outra universidade federal para me amparar, e eles me mostraram uma lei que dizia que, em função de eu ter prestado processo seletivo, os dois anos que eles estavam alegando caía por terra, mas, ainda assim, eles não aceitaram, aí eu disse que colocaria na justiça, porque eles teriam que me pagar, pagar o período em que eu trabalhei, aí, nesse momento, apareceu alguém que se importou com a minha situação, eu fui até o SD da universidade, por uma orientação do pessoal da outra federal. Eu só consegui apoio no SD através de uma relação pessoal que eu tenho com os professores da outra federal, em função de um grupo de pesquisa que eu participei lá, e aí uma professora da outra federal, que é companheira de um professor desta universidade, fez para que ele me atendesse. O sindicato desta universidade disse que não poderia fazer nada, e aí esse professor, companheiro da minha amiga, falou para eu voltar lá e falar com o advogado do SD, então eu tive que ir no centro do Rio de Janeiro, esse professor ligou para o advogado do SD, e foi aí que puderam sentar comigo e me explicar todo o processo. Então, eu peguei todas as orientações e o material e fui até o DP da universidade, e aí foi que a universidade percebeu que o erro era deles e que eles teriam que pagar, e me refiro às pessoas de forma individual e não institucional, entenderam que o processo poderia ser contra eles, aí começaram a se movimentar, e, no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, é que me chamaram na universidade e fizeram um acordo comigo. O acordo foi que eles iriam me chamar em abril de 2020 e, no final do meu contrato, eles iriam prolongar mais três meses, sem eu trabalhar, para pagar os três meses que eu já havia trabalhado anteriormente, para que eu não entrasse com o processo. Ok, tudo bem! Eu aceitei e fiquei só acompanhando o processo on-line. Em março, começou a pandemia, e eu já imaginei que teria problemas, mas duas professoras do serviço social, que são minhas amigas de outro lugar, conseguiram

pressionar, e eu fui contratado. Mas só me chamaram em novembro de 2020, dizendo que eu ficaria dezembro, novembro e janeiro para pagar os três meses que eles me deviam e pronto. Mas exigiram de mim atividades, mesmo que não em sala de aula. Eu tive que ministrar curso de extensão, participei de bancas de TCC, então foi atividade, não saiu de graça. Em meados de fevereiro, eles renovaram, porque eu estava no meio do curso de extensão que eu havia encarado sozinho, mas ficou no nome de outros professores. Aí renovaram de fevereiro a agosto de 2021 e disseram que vai rever nesta data, porque o contrato é renovado por período, diferente de todas as outras universidades. Em relação à universidade, eu não tive nenhum acesso, eu só consegui apoio do sindicato através de uma pessoa externa que me ajudou, as relações na universidade são baseadas em quem conhece quem, essas professoras que eu já conhecia são próximas a mim, têm uma relação diferenciada, mas com os outros professores é assim: você é o cocô do cavalo do bandido, deixavam bem claro isso! Você tem que pegar três disciplinas, você tem que fazer o que a gente quer, você é o último, você não pode escolher, e até hoje tem esse tipo de distanciamento, nós somos os professores, e você é o substituto, e isso é muito claro na relação com os professores. Você pode até ser considerado uma pessoa legal, mas, quando vem uma questão em um colegiado e você discute, pronto, aí eles têm absoluta direção de rebaixar você, e rebaixa mesmo, mas, como eu sou abusado, eu encaro eles, já rodei em tudo quanto é lugar, não vou abaixar a cabeça (Professor Substituto, homem branco, 42 anos, homossexual, doutor em serviço social, dois anos em períodos não sequenciais de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Entrei como bolsista em 2008, como aluna de administração, e, em 2010, fui contratada como auxiliar administrativa terceirizada, quando ainda era do corpo discente. Estive todo o tempo como secretária do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e depois migrei para secretariar o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), quando foi criado o instituto. Foram dez anos de trabalho até encerrar os contratos com terceirizados administrativos. Minha grande preocupação era sempre quando trocava de empresa, fiquei anos sem conseguir tirar 30 dias de férias, em relação à troca de diretores do instituto, isso nunca me preocupou, a relação dentro da secretaria era bem amistosa, o clima organizacional era bem legal, trocávamos bastante informação, eu consegui criar amizades, existe uma grande confiança no meu trabalho em função do tempo em que eu exerço minha função, eu sabia bastante coisa. Depois de ter aprendido o trabalho, foi eu quem ensinei a todas as outras secretárias. Eu, como terceirizada, repassei as informações a todos os servidores. Meu professor foi quem me colocou lá dentro e, por conta disso, as pessoas tinham muita confiança em mim, porque ele confiava no meu trabalho, e ele era meu professor, e eu entrei como bolsista. Eu tinha um bom trânsito em todos os lugares, era bem recebida pelos servidores, pelos professores, por todo mundo, na verdade, algumas pessoas nem sabiam que eu era terceirizada, mudavam a direção, e eu não tinha nenhuma preocupação, a preocupação era sempre com final do contrato. O contrato era assinado por 3 anos e, ao final, tinha burocracia para renovação, às vezes a empresa mudava, eu passei por três empresas diferentes, uma chamada New Quality, as outras, eu não lembro o nome. A parte ruim era a questão das férias, não havia direito à escolha de período, eles avisavam que estávamos de férias em cima da hora, cerca de 2 dias antes é que descobríamos que estaríamos de férias. Teve uma situação, à época da implementação do novo instituto, que eu fui avisada que estava de férias e tinha muito trabalho acumulado, então eu pedi ao professor que intervisse, e ele foi à pró-reitoria de planejamento para que chegasse até a empresa e solicitasse que minhas férias fossem adiadas, e assim eu conseguisse organizar o trabalho. E depois eu pude escolher minhas férias de acordo como calendário do instituto. Existem bons professores, mas nem todos tinham o traquejo administrativo (Auxiliar Administrativa Terceirizada, mulher parda, 43 anos, heterossexual, superior em administração, dez anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Atuei nos alojamentos estudantis por oito anos, alternando entre eles, depois fui para o postinho por 241rês meses, e depois para o prédio principal, por último, estive 15 anos no Instituto de Zootecnia (IZ), onde recebi muitas homenagens. Quando estive no IZ, meu pai adoeceu e precisou de muitos cuidados, a secretaria não compreendeu minha necessidade e se juntou com o encarregado que não gostava de mim e por isso fui transferida para o ginásio de esportes, onde construí boas relações, havia muitas pessoas boas que me trataram com carinho e respeito. Até eu começar a ser perseguida por uma encarregada que me levou à demissão. Ao longo dos meus 28 anos de universidade, eu passei por muitas empresas, não lembro todas. Em todos os anos de universidade, fui muito querida e bem acolhida por todos, tive apenas um problema quando meu pai adoeceu e depois foi resolvido. Meu problema atual ocorreu devido à entrada de uma encarregada da empresa chamada “Maria”²³¹. Ela se apaixonou pelo rapaz que trabalhava comigo e, por consequência, começou a me perseguir, inventava que eu chegava atrasada e não voltava após o almoço, como eu não voltava se minha folha de ponto estava assinada integralmente?! Os meninos assinavam a folha uma vez ao mês, eu assinava diariamente e, ainda, assim era cobrada por cada minuto. Ela conseguiu o apoio do “João”²³², que era servidor da universidade e responsável pelo contrato, ele fazia questão de dar bom-dia nominalmente a todos os funcionários a minha volta, menos a mim. A questão do “João”, eu entendi que era perseguição, porque, alguns anos atrás, eu namorei o “José”²³³, ele era divorciado e eu separada, mas “João” ficou incomodado e reclamava muito, ligava para o setor, falava mal de mim. “José” era pai do “João”, e ele não aceitou a situação dos pais, e ficou com ódio de mim. Todas as vezes que eu falei com ele, ele é alto, então ele ficava olhando para o celular e não me olhava e nem me ouvia. Ele entendeu que era uma vingança. Na verdade, meu filho estudava na mesma escola que o “João”, filho do “José”, na verdade, nem era filho biológico, mas foi criado por ele. E nós namoramos nessa época, mas a mãe dele estava adoecida com problemas na perna e “José” cuidada, mesmo estando separado. Imagino que o ódio venha desta questão. Meu filho casou e a encarregada não deixou que eu faltasse para ir ao casamento. Não consigo entender porque tanta crueldade. Todas as vezes que precisasse de cobrir alguém, ela pedia, e eu fazia tudo, eu não consigo entender, eu confio muito em Deus e coloquei nas mãos Dele. Os contratos com todos os terceirizados de limpeza da universidade foram encerrados coletivamente em agosto de 2020. Em julho de 2021, estão novamente recrutando para retornar as atividades. Eu enviei meu currículo e acionei os professores que gostam muito de mim, tenho esperança de voltar, eu preciso do trabalho e, também, seria o justo. Eu procurei a pró-reitoria de gestão de pessoas, o prefeito universitário e ninguém fez nada. Só recebi apoio mesmo do STA e dos alunos, e de alguns professores próximos que gostavam muito de mim. Mas não conseguimos resolver. O “João” é vice-prefeito, ele acabou conseguindo o que queria (Auxiliar de Serviços Gerais Terceirizada, mulher negra, 65 anos, heterossexual, Ensino Médio incompleto, vinte e oito anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, maio de 2021).

Eu trabalhava na AGU (Advocacia-Geral da União), sou marceneiro, mas lá aprendi a mexer no computador, fiquei fera nos processos. Eu tive problemas de pressão e excesso de trabalho, porque os demais funcionários da AGU ficavam em casa, tinha privilégios, eu, além de fazer o meu, fazia o trabalho do restante. Minha pressão chegou a 22, eu pedi para sair, era apenas eu e meu amigo para fazer tudo, os funcionários de lá mesmo (servidores) não faziam nada. Minha chefe não queria me deixar sair, aí eu tive que me exaltar, mas antes eu fui em um setor lá da minha empresa de origem (não sabe precisar o nome do órgão) e fiz uma prova, eu consegui uma aprovação para sair e ir para o Ministério do Trabalho, ou para a universidade, o fato de eu saber com usar o computador ajudou, eles cresceram o olho para me ter. Em função da localização, escolhi a universidade, e já tenho treze anos de casa. Antes disso tudo, eu era da CBTU, era ferroviário, trabalhava na Central do Brasil, em 1991, fomos todos obrigados a sair, me virei como marceneiro,

²³¹ Nome fictício, para preservar o sigilo do entrevistado.

²³² Nome fictício, para preservar o sigilo do entrevistado.

²³³ Nome fictício, para preservar o sigilo do entrevistado.

era essa minha profissão. Quando veio a lei para reintegrar, foi um alívio! Sei que hoje não existe mais trabalho, não existe emprego, eu fico questionando essas pessoas que fazem universidade, como a senhora que faz doutorado, para quê!? É só olhar para o governo, está acabando tudo, vai privatizar tudo, para quê estudar e estudar, nadar e nadar e morrer na praia. A não ser que seja filho de riquinho, como tem lá na universidade, aí vai ajudar o papai. Tem muito pobre lá dentro da universidade, mas tem muito mais gente com dinheiro! Do jeito que banda toca, é nadar para morrer na praia. Você não viu que tem pessoas com universidade fazendo prova para gari? Isso uns tempos atrás, agora nem isso, o serviço público está acabando, esta universidade vai ser privatizada, escuta o que estou te falando. Eu vou dar entrada na minha aposentadoria enquanto ainda posso curtir a vida, tenho mais 20 anos, porque ninguém passa dos 80, não quero estar mais aqui, eu sei que isso vai acabar (Auxiliar Administrativo Reintegrado, homem pardo, 58 anos, heterossexual, sexto ano do Ensino Fundamental, treze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2022).

A trajetória inicial do professor substituto apresenta elementos relacionados à própria gestão da universidade. O registro é de não acolhimento do órgão de recursos humanos e a solução é ancorada em outra universidade: “busquei outra universidade federal para me amparar”, “as relações na universidade são baseadas em quem conhece quem”. O SD, como instância de representação do trabalhador, também não atuou, tal como registra o professor: “eu só consegui apoio no sindicato docente através de uma relação pessoal que eu tenho com os professores da outra federal, em função de um grupo de pesquisa”. Estas primeiras colocações antecederam à contratação formal do docente.

Nota-se que a Constituição Federal, no Art. 207, estabelece que “as universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, a gestão da universidade é de responsabilidade da própria unidade, existem os preceitos legais que necessitam ser observados, mas a aplicação de uma gestão democrática, inclusiva, com protagonismo do trabalhador está relacionada à gestão interna da unidade. Ratifica-se o aspecto já elencado neste trabalho, em que Souza e Ducatti (2017, p. 90) relacionam o assédio moral a um modelo de gestão e, segundo os autores, urge a necessidade de formas de autogestão que “pressionem para que as práticas de gestão mudem”.

Ferreira (2012), ao analisar a qualidade de vida no trabalho, pondera que uma gestão não associada à inclusão do trabalhador no processo decisório gera impacto para o trabalho. O autor ressaltar alguns indicadores que exemplificam os impactos desse modelo para os trabalhadores: absenteísmo crônico, superando taxas administráveis e agravando as condições daqueles que permanecem trabalhando, sobretudo pelo aumento da carga de trabalho, e presenteísmo, avesso ao absenteísmo, que se expressa pela desmotivação dos trabalhadores,

pela falta de engajamento efetivo na execução das tarefas, falta de iniciativa, dentre outras, que ainda podem contribuir para o crescimento de acidentes de trabalho, adoecimento e sofrimento que podem gerar incapacidades laborativas temporárias e permanentes, aposentadorias precoces, dentre outros efeitos prejudiciais à saúde.

Em continuidade à questão da gestão universitária, é preciso elucidar sua responsabilidade sobre a gestão dos contratos, ou seja, a contratação das empresas terceirizadas e a supervisão destes contratos são de responsabilidade da universidade. Nesse sentido, o relato da assistente administrativa terceirizada é bem ilustrativo: “a parte ruim era a questão das férias, pois não havia direito à escolha de período, eles avisavam que estávamos de férias em cima da hora, e cerca de dois dias antes é que descobríamos que estaríamos de férias”. E ainda: “fiquei anos sem conseguir tirar 30 dias de férias”. Há uma corresponsabilidade da universidade que precisa ser observada. A auxiliar de serviços gerais, também terceirizada, afirma ter sofrido perseguição no trabalho e relata: “eu procurei a pró-reitoria de gestão de pessoas, o prefeito universitário e ninguém fez nada”. O professor substituto, em sequência às suas declarações, afirma: “as professoras que eu já conhecia são próximas a mim, têm uma relação diferenciada, mas com os outros professores é assim: você é o cocô do cavalo do bandido, deixavam bem claro isso”. É possível observar um encadeamento de violência no trabalho, sem qualquer amparo por parte da universidade.

Em acordo com a fala da auxiliar de serviços gerais: “só recebi apoio mesmo do STA”, o sindicato dos técnicos foi o único órgão a acolher a demanda da trabalhadora, fato que não ocorreu no sindicato docente na situação registrada pelo professor substituto, que necessitou de uma segunda visita para ter a demanda acolhida: “o sindicato desta universidade disse que não poderia fazer nada, e aí esse professor, companheiro da minha amiga, falou para eu voltar lá e falar com o advogado do sindicato”, e registra a necessidade de intervenção de um associado direto para que fosse devidamente atendido. O sindicato, como um espaço de organização coletiva, indubitavelmente precisa ser um lugar de fortalecimento do trabalhador²³⁴. Para Souza e Ducatti (2017, p. 90), as mudanças nas condições de trabalho decorrem da organização dos trabalhadores e não somente de sua mobilização, e devem ocorrer de modo a “fortalecer as representações de classe e criar mecanismos coletivos pelos quais

²³⁴ O movimento sindical no Brasil e a universidade pública federal são abordados no capítulo 2, subcapítulo 2.2, desta tese.

trabalhadores/as se reconheçam como sujeitos com o mesmo interesse, que é o fim da exploração/opressão”.

O trabalhador reintegrado registra o retorno ao serviço público após, aproximadamente, 20 anos de afastamento. Sua função original, atrelada ao nível fundamental e formação técnica, já está extinta. Com isso, foi realocado em desvio de função. Contudo, retrata o alívio com o retorno ao trabalho formal: “em 1991, fomos todos obrigados a sair, me virei como marceneiro, era essa minha profissão. Quando veio a lei para reintegrar, foi um alívio!” O trabalhador registra seu olhar sobre a universidade e o emprego: “sei que hoje não existe mais trabalho, não existe emprego, eu fico questionando: essas pessoas que fazem universidade, como a senhora que faz doutorado, para quê!?” E continua: “do jeito que banda toca, é nadar para morrer na praia [...] e esta universidade vai ser privatizada, escuta o que estou te falando”. O posicionamento do trabalhador está alinhado à condição histórica e objetiva que vivenciou.

A segunda categoria versa sobre a *participação em sindicato da categoria* e tem por finalidade resgatar o histórico de atuação em sindicatos próprios para trabalhadores terceirizados e apurar se há ligação entre o sindicato de base e os sindicatos de servidores da universidade, sejam estes de docentes, sejam de técnicos, e como se constrói esta relação.

Não tem nenhuma unidade entre professores substitutos, nem nesta universidade e nem em outros lugares, eu conheço alguns professores substitutos, e a gente troca ideia, por conversar, mas ter algo que ligue, que direcione a gente, não existe. Esse distanciamento entre quem é o professor efetivo e quem é o substituto, os colegas de outras instituições dizem que eu ainda estou no mar *não revolto*, porque eu ainda falo, em outros lugares, eles não têm nem a fala, é comum essas questões, mas não tem nada que ligue a gente, na verdade, *o professor substituto, em todas as partes, ele é um zé ninguém na universidade*. A relação com os alunos é outra, eu me refiro entre os professores, eu tenho um compromisso com meu trabalho, então os problemas que eu vivo em relação à gestão não atravessa sala de aula (Professor Substituto, homem branco, 42 anos, homossexual, doutor em serviço social, dois anos em períodos não sequencias de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

As empresas tinham sindicato, mas creio que só no papel, porque eu nunca cheguei a participar. Eu tinha o desconto sindical na minha folha, mas nunca fui procurada por eles, quando eu tive problemas e precisei de sindicato, que já foi próximo a minha saída, quem me ajudou foi o STA da universidade. A empresa atrasou o salário e nós procuramos o STA e falamos com a coordenadora e o sindicato dos técnicos da universidade pressionou e eles acertaram o salário da gente. Os terceirizados não tinham um coletivo, mas era um grupo unido, havia bastante conversa e encontros pelos próprios corredores da universidade, no meu instituto, eram três terceirizados, e nós procurávamos falar com os terceirizados de outros locais, e aí combinava o que fazer, vamos juntos, vamos conversar, pressionar. Isso nas vezes que o salário atrasou, chegamos a ter que ir pessoalmente na sede da empresa que era em Piedade, um lugar horrível. Não havia uma liderança entre nós, todo mundo se ajudava e conversava para chegar a um consenso, e o STA se

colocou à disposição para o diálogo com a empresa quando eles chegassem a universidade. Foi tudo nessa época de atraso do salário, inclusive, se nós entendêssemos que havia algum cálculo errado no salário, poderíamos chamar o STA, eles se colocaram à disposição, na verdade, a coordenadora, mas nós vimos que estava tudo certo e não precisamos chamar. Nunca procuramos o nosso sindicato, na verdade, não sei nem exatamente qual era, quando precisamos de apoio, o STA foi quem nos ajudou (Auxiliar Administrativa Terceirizada, mulher parda, 43 anos, heterossexual, superior em administração, dez anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Não conheci o sindicato que me representava quando era terceirizada, mesmo tendo passado por inúmeras empresas, quando precisei de ajuda, procurei o STA, e eles me ajudaram. Eu meio a tudo que aconteceu, os alunos e o sindicato dos técnicos procuraram me ajudar, foi feito um abaixo-assinado para que meu contrato não fosse rompido. Foi lindo, houve muitas assinaturas, e o sindicato dos técnicos escreveu também uma carta ao reitor, pedindo a revisão do meu caso. A universidade alegou que estava fazendo redução do quadro e que outros trabalhadores também foram desligados e que não poderia resolver naquele momento. A universidade é minha casa, eu criei meu filho nos corredores dela, eu tenho amor por essa universidade (Auxiliar de Serviços Gerais terceirizada, mulher negra, 65 anos, heterossexual, Ensino Médio incompleto, vinte e oito anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, maio de 2021).

É uma coisa que para mim é insignificante, não tem nada, uma vez eu fui falar com eles para pedir alguma coisa, aí falaram que era só para associado. Como a gente já não tem direito a nada dentro da universidade, eu deixei para lá. Eu larguei minha família e vim morar aqui perto, a universidade tem umas casas para os trabalhadores, eu abri o processo, mas não consigo, é só para os funcionários da universidade. E olha que eu dou sorte, porque o instituto em que estou hoje, o diretor gosta muito de mim, já fui até na casa dele, eu sei que não presto muito, mas as pessoas da universidade gostam de mim. Aí pergunto, e o sindicato, por que não brigou por isso? O que eles resolvem? Nada! Então, mas eu tive um problema grande, chegou a época dessa doença, a universidade mandou a gente ficar em casa, aí a “Joaquina”, diretora do instituto que eu era, inventou de fazer um curso on-line, imagina, eu tendo que fazer curso usando meu telefone ruim! Ela estava de sacanagem, né? Eu avisei para ela que teria que ir ao botequim para pegar internet, porque, na minha casa, não tem, e a do celular não dá para curso, mas ela ignorou! Foi lá falar para o reitor que, no ICHS, todas as pessoas estão fazendo curso, tudo lá funciona melhor, lá é tudo uma maravilha, falou em conselho universitário e todo mundo bateu palmas, mas eu e um senhor que não sabia usar internet não fizemos o tal curso, aí ela surtou! Ela escreveu uma carta para minha empresa, mandando a empresa cortar o ticket alimentação e meu ponto por um mês, dizendo que eu fiquei em casa por um mês sem trabalhar. Foi aí que a coordenadora do sindicato, (agora eu falei direto com ela, e não com as pessoas que ficam por lá), aí ela me apoiou. Ela chamou o advogado do sindicato, ele abriu um processo que nem precisou ir adiante, aí eu tive ajuda sem ser associado, mas é porque ela é comprometida, ela levou tudo para assembleia e conseguiu aprovar tudo, foi aí o reitor entendeu que a diretora não tinha capacidade para fazer o que ela fez. Quem era ela para falar direto com a empresa? Ela não tinha moral para fazer isso! Então o reitor ligou para empresa e resolveu tudo. Enquanto tudo não era resolvido, a coordenadora do STA conseguiu lá pelo sindicato uma cesta básica, trouxe na minha casa, outro diretor disse que me aceitaria no instituto dele. Eu estou louco para encontrar a “Joaquina” pelos corredores, ela não é mais a diretora, agora é outra, mas eu quero dar um “beijo nela”. Eu sou do sindicato ferroviário, sempre vou ser, porque lá é Lula! Não sou da universidade, eu reconheço a coordenadora do STA, ela, sim, faz a diferença, mas, quando ela sair, as pessoas lá, será que serão iguais? Eu não acredito, não (Auxiliar Administrativo Reintegrado, homem pardo, 58 anos, heterossexual, sexto ano do Ensino Fundamental, treze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2022).

As trabalhadoras terceirizadas não são associadas aos sindicatos da universidade, e não há contribuição financeira, e elas possuem outro sindicato de referência (diferente do professor substituto e do reintegrado), que não conhecem, mas contribuem financeiramente, mas não mantêm relação com a universidade. Dessa maneira, para os sindicatos da universidade acolherem esses trabalhadores, precisariam ter uma visão ampliada sobre a classe trabalhadora. A coordenadora do STA, em uma fala exposta neste mesmo subcapítulo, retratou a discussão sobre a inclusão de terceirizados para, oficialmente, integrarem o sindicato dos técnicos, “mas não evoluiu”, além de registrar que, “em alguns momentos pontuais, tivemos os terceirizados, já assumimos, inclusive, greve dos terceirizados, eles tiraram em assembleia deles que o nosso sindicato iria representá-los, e nós aceitamos”. É um debate complexo, mas, ao classificar um sindicato como classista e combativo, entendemos ser este o caminho, o de inclusão do trabalhador, tal como a coordenadora-Geral do STA registrou: “nós somos contra a terceirização, e não contra os terceirizados”.

Ambas as terceirizadas registram não conhecerem o sindicato de referência, embora houvesse o desconto e a contribuição sindical: “as empresas tinham sindicato, mas creio que só no papel, porque eu nunca cheguei a participar. Eu tinha o desconto sindical na minha folha, mas nunca fui procurada por eles”, e em sequência relatam: “não conheci o sindicato que me representava quando era terceirizada, mesmo tendo passado por inúmeras empresas”.

O capítulo 2²³⁵ desta tese buscou expressar os efeitos da contrarreforma trabalhista e previdenciária para as universidades e para os sindicatos. Dentre eles, foi salientada a questão do fim do imposto sindical e as divergências sobre o tema. As centrais sindicais que defenderam o fim da cobrança compulsória alegavam, dentre outros motivos, o exposto na fala das trabalhadoras terceirizadas, que externalizam a não relação entre sindicato e trabalhador, apesar do pagamento obrigatório ser efetivado. O professor substituto alega não ter sindicato para esta finalidade e que suas demandas não foram acolhidas pelo SD, em um cenário de contrarreforma trabalhista em que já foi aprovada a terceirização ampliada, sendo permitida e perpetuada em áreas estratégicas na construção do conhecimento, inclusive atingindo a docência. Diante do exposto, é possível antever questões complexas e desafios aos sindicatos das universidades, sejam estes docentes, sejam técnicos.

²³⁵ Mais especificamente o subcapítulo 2.2.2: *Ação sindical e as universidades públicas federais em conjuntura ultraneoliberal*.

Em relação ao STA, o trabalhador reintegrado pondera: “é uma coisa que, para mim, é insignificante, não tem nada. Uma vez eu fui falar com eles para pedir alguma coisa, aí falaram que era só para associado”, e, em seguida, registra: “a coordenadora do sindicato (agora eu falei direto com ela, e não com as pessoas que ficam por lá), aí ela me apoiou” e, ao final, justifica a diferença: “Eu sou do sindicato ferroviário, sempre vou ser, porque lá é Lula! Não sou da universidade, eu reconheço a coordenadora do STA, ela, sim, faz a diferença, mas, quando ela sair, as pessoas lá, será que vai ser igual?”

Lenin (1920)²³⁶, em **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**, convoca os comunistas a levarem a plena consciência às tarefas fundamentais de princípio, da luta contra o oportunismo e o doutrinismo "de esquerda", compreendendo as particularidades concretas presentes em cada luta. A coordenadora do STA, com posicionamento comunista declarado, compreende o sindicato como espaço de luta e conscientização e, nesse sentido, avalia a necessidade de constante debate e movimentação junto à base para ratificar a função do sindicato. Os questionamentos do trabalhador, sobre ser ou não uma posição institucional, só poderão ser afirmados junto à base da seção sindical.

O trabalhador reintegrado comunica à direção do instituto que não possui infraestrutura para atividades on-line, contudo, a informação é ignorada. “Eu avisei para ela que teria que ir ao botequim para pegar internet, porque, na minha casa, não tem, e a do celular não dá para curso, mas ela ignorou”. Prevaleceu a lógica da exploração, de um “vale-tudo”: trabalho análogo ao escravo, generalização da terceirização, informalidade e intermitência (Antunes, 2022). Nesta situação específica, a recompensa não foi a valorização do valor financeiro, mas o reconhecimento e o estabelecimento do *status quo* diante da reitoria, ratificada pelos aplausos no Conselho Universitário, o que remete a relações hierarquizadas e de poder.

A terceira categoria direcionada aos trabalhadores versa sobre as *estratégias de enfrentamento adotadas pelos trabalhadores* e tem como finalidade examinar como é estabelecida a relação entre a direção da universidade e os trabalhadores. E, em caso de desacordo, quais estratégias de enfrentamento são utilizadas. Além de buscar averiguar se há ações realizadas de forma coletiva pelos trabalhadores e as estratégias individuais e quais as possíveis consequências oriundas dessas ações.

²³⁶ Recurso digital, capítulo 10, p.1. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/cap07.htm#topp>>. Acesso em: 10 jul.2022.

Eu entendo que, já na parte de identificação, eu relatei os problemas e as estratégias adotadas, em função da situação envolvendo meu ingresso na universidade (Professor Substituto, homem branco, 42 anos, homossexual, doutor em serviço social, dois anos em períodos não sequencias de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Todas as vezes que eu precisei me afastar por quaisquer motivos, eu tratava direto com a chefia, a empresa não ficava sabendo, não levava nada para empresa, nunca tirei licença, se eu precisasse faltar dois ou três dias por algum motivo ou se tivesse uma prova ou algum curso de capacitação, eu falava direto com o diretor do instituto e era liberada sem problemas, eu negociava com a chefia, com a secretária da época e era liberada tranquilamente. Inclusive, quando trocou a firma, eu tinha sido liberada para um congresso em Resende e, quando cheguei em Resende, eu recebi uma ligação de uma colega, eu já estava todo organizada para o congresso, ficaria de quinta a domingo, só voltaria na segunda-feira, com a liberação do meu diretor e, na própria quinta-feira que eu cheguei, recebi uma ligação de uma colega dizendo que a firma esteve lá e já estava saindo e, se não entregasse o documento naquele dia, eu não teria o contrato renovado, seria no máximo até amanhã (no caso sexta-feira), ela disse: “se você não entregar, você vai ficar sem emprego”, e fui embora para universidade. Perdi o congresso, mas mantive o emprego. Eu nunca tive problemas com o fato de ser terceirizada, todas as pessoas me tratavam normal, inclusive uma vez encontrei a reitora e perguntei sobre concurso e ela levou um susto, porque não sabia que eu não era do quadro de servidores. Eu é quem fazia questão de dizer que era terceirizada, porque muitas vezes as pessoas repassavam as responsabilidades que eram delas para a gente, me refiro à questão de senhas, tipo “o trabalho é meu, mas quem faz é você!” Tínhamos muita responsabilidade, mesmo sendo terceirizados, existia terceirizados muito capacitado. Os problemas que eu tive quando terceirizada era principalmente a falta de comunicação da empresa com os funcionários, a gente não tinha acesso à empresa, eu não era funcionária da universidade e, quando eu precisava de alguma coisa, principalmente dúvidas quanto ao salário, a empresa não nos atendia nem quando ligávamos para eles, tínhamos que nos organizar, procurar no grupo alguém para ir até lá pessoalmente e tirar a dúvida e, quando chegava lá, era muito estranho, porque a empresa não tinha cara ou estrutura de empresa, cheguei a procurar uma pessoalmente, e era parecido com uma casa, quando eu chamei, ele jogou a chave pela janela, abriu e disse “entra aí”, era tudo muito informal, eu ficava pensando na falta de cuidado que a universidade tinha na contratação dessas empresas. E a gente sabia que o mesmo dono tinha várias empresas, quando dava problema em uma, ele criava outro CNPJ e fazia tudo novamente, e assim em diante. Posso dizer que o tratamento não é o mesmo com os terceirizados que são da limpeza, lembro de uma funcionária da limpeza que estava na universidade antes de mim e uma vez que eu orientei um colega a pegar uma informação com ela, ele não sabia de quem se tratava, ela limpava a sala de um professor há anos e ele não sabia quem ela era, ela era invisível para ele. Eu sempre me senti parte da universidade, porque era muito bem tratada, mas entendo que é importante dizer que eu não era, eu sempre falo isso para os bolsistas que eu tenho hoje, porque teve colegas que trabalhou aqui por anos, se sentiu parte da universidade e, quando o contrato acabou, desligaram todos os terceirizados Inclusive eu fui desligada junto, nós precisamos começar tudo de novo no mercado de trabalho, o terceirizado precisa pensar no depois, não pode se acomodar naquele lugar só porque é bem tratado pelos colegas, teve um ótimo profissional que, depois disso, não conseguiu ser recolocado no mercado de trabalho. Eu fiz o concurso muitos anos atrás e, como terceirizada, ficava acompanhando a lista, muito otimista, esperando me chamar, eu olhava nome a nome e pensava “está chegando a minha vez, vai chegar!” Perguntava ao pessoal do DP e ficava muito preocupada de quando iriam me chamar e, quando faltavam cerca de cinco pessoas para chegar minha vez, eu procurei a “Joaquina²³⁷”, que era a diretora do instituto que trabalhei a vida toda, eu

²³⁷ Nome fictício, para preservar o sigilo da entrevistada. Nota-se que é a mesma diretora envolvida na questão relatada pelo trabalhador reintegrado.

pedi para falar com ela, então eu disse que o concurso estava chamando e eu seria convocada logo, logo! Eu queria saber se, quando chegasse a minha vez, a ela poderia intervir para que eu voltasse para o mesmo instituto, porque eu vi acontecer isso com outro colega que trabalhou antes, quando terceirizado, e quando conseguiu ser chamado pelo concurso, foi colocado em um outro trabalho, mas o diretor interveio, e ele conseguiu voltar para o trabalho de origem. Então eu pedi que ela fizesse isso por mim, para que eu voltasse ao meu trabalho de origem, e ela me respondeu: “esquece isso, ninguém nunca vai te chamar”, eu fiquei sem ação e perguntei “jura, professora?”, e ela disse: “ninguém vai te chamar, esse concurso não está andando”. Fiquei sem ação, e aí meus colegas começaram a falar com o diretor do outro instituto (na verdade, era inicialmente um único instituto que foi dividido em dois e por isso divide quase o mesmo espaço físico) e o diretor foi lá no DP intervir por mim, quando recebi o telegrama de convocação, eu fui designada para outro setor, e assim que cheguei lá para a posse, fui informada que, na verdade, eu iria para o instituto onde meus colegas estavam, esse que o diretor interveio, eu chorei, pulei, fiquei muito feliz, e eu só consegui ficar junto dos meus amigos, porque o diretor ficou direto dialogando com DP, interveio a meu favor. Se você puder, coloca essa história na sua pesquisa! (Auxiliar Administrativa Terceirizada, mulher parda, 43 anos, heterossexual, superior em administração, dez anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Nós não tínhamos problemas direto com a universidade, a questão era quando trocava de empresa, e isso aconteceu muitas vezes. Havia sempre problemas com as férias, salários atrasados, e sempre uma incerteza na transição. Os colegas que decidiram ficar à frente procuraram o STA, porque não sabemos nem qual é nosso sindicato. Recebemos ajuda e orientação, mas, depois de um tempo, esses mesmos colegas foram demitidos. A situação me fez muito mal, eu gostaria de ser respeitada como um ser humano, e não fui. (Auxiliar de Serviços Gerais Terceirizada, mulher negra, 65 anos, heterossexual, Ensino Médio incompleto, vinte e oito anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, maio de 2021).

Meus problemas, eu resolvo sozinho, vou de cara com quem for, seja reitor, seja professor, eu encaro! A universidade não faz nada pela gente, não é ela quem paga nosso salário, ela recebe nossos serviços de graça. Eu não tenho direito comer na bandeja, não tenho direito à casa, sei que ninguém tem direito ao bandeja, são só os alunos, mas o sindicato deveria brigar por isso, deveria ter esse direito, pagando, ué. É por isso que não tenho interesse na universidade e nem no sindicato dela, porque, dentro de casa, não resolve nada, aí quer ir para rua resolver o problema do país. Quando tive meu problema de pagamento, eu fui lá encarar o reitor, fiz um vídeo na reitoria contando tudo que a universidade fez comigo, que uma professora sem noção cortou meu pagamento, aí eu fui lá no sindicato e mostrei o vídeo para coordenadora do STA, e contei tudo a ela! Ela disse para segurar o vídeo, para usar como uma ajuda depois, e deu certo. Falei com uma senhora lá na reitoria e depois cheguei ao reitor. Eu resolvo meus problemas (Auxiliar Administrativo Reintegrado, homem pardo, 58 anos, heterossexual, sexto ano do Ensino Fundamental, treze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2022).

O relato das trabalhadoras terceirizadas aponta diferenças no tratamento por parte dos trabalhadores concursados, docentes e técnicos em relação aos trabalhadores da limpeza (auxiliar de serviços-gerais), o que não ocorreu em relação aos terceirizados do quadro administrativo. “Ela era invisível para ele”, registra a auxiliar administrativa ao constatar a relação de um professor com a auxiliar de serviços-gerais. A precarização estrutural do trabalho e a subcontratação implicam novas formas de organização e exploração do trabalho,

a desigualdade das condições se junta à discriminação, que é vinculada à divisão sociosexual e racial do trabalho.

Em efeito, é possível notar que a auxiliar administrativa, ao mesmo tempo em que assinala não perceber nenhuma diferença no tratamento direcionada ao trabalhador do quadro técnico, relata: “inclusive, uma vez encontrei a reitora e perguntei sobre concurso, e ela levou um susto, porque não sabia que eu não era do quadro de servidores”, o que remete à hipótese de não diferenciação por não saber distinguir o técnico concursado do terceirizado em função de desempenharem a mesma função. Outra hipótese está relacionada ao trecho da fala da auxiliar administrativa terceirizada: “eu é quem fazia questão de dizer que era terceirizada, porque muitas vezes as pessoas repassavam as responsabilidades que eram delas para a gente, me refiro à questão de senhas, tipo, o trabalho é meu, mas quem faz é você”, o que mascara o tratamento desigual a partir da possibilidade de usufruir do trabalho realizado pelo trabalhador terceirizado, perpetuando a lógica de exploração.

Segundo Praun (2019, p. 199), a não imposição de limites à exploração e ao conjunto das opressões está vinculada à desarticulação da coletividade, o que tem impedido a classe trabalhadora de impor limites às ameaças a sua existência. A autora afirma que o contexto de fragilização das práticas solidárias tende a gerar, como uma forma de minimizar o sofrimento, “*estratégias individuais de defesa*”, no sentido de expressão das relações construídas sob o capitalismo, decorrentes do processo de acumulação flexível. Assim, a fala do trabalhador reintegrado coaduna com esta constatação: “meus problemas, eu resolvo sozinho, vou de cara com quem for, seja reitor, seja professor, eu encaro”, e, mesmo diante do apoio sindical, personificou a ação na coordenadora-geral, e não como uma ação sindical.

Nesse caminho, a auxiliar administrativa registra um relato de ansiedade e êxito com a aprovação no concurso para a universidade em que foi terceirizada por tantos anos e ainda a expectativa mediante a possibilidade de retorno ao setor em que permaneceu por 10 anos. Descreve o não apoio da diretora do instituto em que trabalhou e o apoio do diretor do instituto vizinho, que contribuiu para sua alocação no setor desejado. Ao finalizar o registro, pondera: “se você puder, coloca essa história na sua pesquisa”. O destaque é para as ações de cooperação no trabalho, que tendem a repercutir positivamente para a saúde dos trabalhadores, sendo indicadas por diferentes autores, como Seligmann-Silva (2011), Sennet (2009) e Dejours (2004b), como um caminho para o trabalho

saudável, logo, o entendemos no sentido da resiliência, considerando todas as mazelas do trabalho na sociabilidade burguesa.

A auxiliar de serviços gerais registra que um grupo de trabalhadores procuraram o STA e reivindicaram o pagamento de salários atrasados, e que a situação foi resolvida, contudo, após os encaminhamentos, os trabalhadores que lideraram as reivindicações foram demitidos: “a situação me fez muito mal, eu gostaria de ser respeitada como um ser humano, e não fui”. Os desafios impostos aos sindicatos universitários em relação à terceirização são imensos, em sua maioria, não há organização sindical representativa e participativa para estes trabalhadores. Na universidade analisada, o STA tem mantido uma posição de apoio aos trabalhadores, mas as formas de enfrentamento precisam ser criticamente analisadas. O Dieese (2022, p. 32)²³⁸ assinala, no balanço de greves, um crescente em relação às greves protagonizadas por terceirizados, em sua maioria por regularização dos salários, e ressalta que o risco de desemprego, em decorrência de algum gesto de retaliação, “não chega a ser o suficiente para frear a mobilização”.

A próxima categoria direcionada aos trabalhadores terceirizados são as mesmas abordadas com os dirigentes sindicais e com os trabalhadores da base de atuação sindical, a saber: *atenção à saúde e trabalho em tempo de pandemia*. Contudo, os desdobramentos serão expostos nos próximos subcapítulos desta unidade, que tratam sobre a *Luta, saúde e resistência em tempos de pandemia e Ações sindicais pautadas na saúde do trabalhador: um caminho possível*, respectivamente.

4.2.

Ações sindicais pautadas na saúde do trabalhador: um caminho possível

As transformações do trabalho retratadas ao longo deste estudo são lastreadas por relações sociais de produção constituídas no bojo da sociabilidade burguesa e marcadas pelo conflito de classe e hegemonia do grande capital. Frente a um Estado que reflete a ideologia neoliberal e protege a ordem estabelecida, a precarização do trabalho, a terceirização, o sucateamento do serviço público são condições adversas e exíguas para o desenvolvimento do sindicalismo e nocivas à saúde dos trabalhadores.

²³⁸ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2022/estPesq102Greves2021.html>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

As estratégias de enfrentamento dos sindicatos frente ao cenário neoliberal foram sendo ajustadas, as ações de caráter mais combativo, como as greves de longa duração, sofreram com mudanças legais que penalizam o trabalhador, portanto, tornando mais complexo organizar e conseguir ampla adesão dos trabalhadores a este tipo de estratégia, embora seja reconhecida sua eficácia e precisão²³⁹. Os mecanismos de enfrentamento observam a conjuntura política e a situação socioeconômica experienciada em cada momento histórico, contudo, o argumento marxista no qual foi ancorada esta tese remete a uma mudança que decorre da transformação socialista da ordem social, sem a qual o caminho será de luta contra os efeitos das mazelas do capital, e não contra sua gênese.

Não obstante, é primordial construir estratégias que direcionem o caminho de luta, que preservem a vida do trabalhador, e que o despertem a construir junto o caminho pela emancipação, pela saúde e pela vida. Berlinguer (1983) traz a experiência da luta pela saúde em uma fábrica italiana que subsidiou a construção de ferramentas para a saúde do trabalhador²⁴⁰, inclusive no Brasil. O autor registra que “na fábrica tudo isso é mais intenso, mais violento. Mais intensa e violenta, porém, é a vontade de revelar-se, de mudar” (Berlinguer, 1983, p. 72), e é com este ímpeto que compreendemos que as ações sindicais pautadas na saúde do trabalhador são um caminho possível, obviamente apreendendo as metamorfoses do trabalho, o momento histórico e as especificidades das universidades federais, cenário desta pesquisa, tal qual foi elucidado ao longo deste estudo.

Iniciativas como a construção do Fórum Intersindical de Formação em Saúde Trabalho Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador, existente desde 2013, que nasce a partir da percepção da necessidade de estreitar laços entre o movimento sindical, as instituições públicas de vigilância da saúde e as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, além de outras instituições com interesse nas relações saúde-trabalho²⁴¹, em execução pela Fundação Oswaldo Cruz, com financiamento do Fundo Nacional de Saúde, apontam o caminho estratégico para a organização e mudança. Santos et al. (2019) assentam a respeito do Fórum:

O engendramento do Fórum enquanto um novo espaço de articulação, que busque sentidos de justiça sanitária e crie sujeitos sanitários, teve entre suas motivações estabelecer diálogos e pedagogias entre os setores comprometidos com a defesa da ST. O Fórum agrega representações de trabalhadores (sindicatos, associações, movimentos), enquanto sujeitos-alvos e protagonistas da política; representantes de

²³⁹ O capítulo 2, subcapítulo 2.2 desta tese, retrata esta questão.

²⁴⁰ Ver capítulo 3, subcapítulo 3.1, desta tese.

²⁴¹ Histórico de apresentação do Fórum disponível em: <<https://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/forum-intersindical-saude-trabalho-direito>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

instituições de ensino, enquanto detentores de um saber dito acadêmico, legitimado pela ciência institucionalizada; e profissionais e representações do controle social, inseridos nas instâncias responsáveis pelas políticas públicas de saúde do trabalhador do SUS (Cerests, CISTTs e conselheiros de saúde). Embora a convocação seja prioritariamente dirigida aos segmentos assinalados, a comunidade é totalmente aberta e receptiva a qualquer representação institucional que tenha interesse no campo da ST (Santos et al., 2019, p. 3).

Em efeito, o campo estratégico que valorize os sujeitos envolvidos no processo de trabalho/saúde subsidia e indica os percursos das ações sindicais em saúde do trabalhador. Berlinguer (1983) salienta a necessidade de formação de uma coincidência substancial de interesses entre os trabalhadores operários e o médico (o profissional do campo da saúde do trabalhador), que ocorre repleta de implicações culturais e políticas, além das consequências científicas e filosóficas. Para o autor, esta é uma lição imperiosa, que se gesta “da luta social dos trabalhadores, da expressão mais madura da vida coletiva dos homens, da vontade desses homens de defender a vida. Da vida, portanto, deverá nascer uma reformulação do saber médico e da atividade sanitária” (Berlinguer, 1983, p. 55).

Berlinguer (1983, p. 72) acredita que existe “uma força sindical e política com as suas virtudes e suas carências, uma capacidade de impor mudanças parciais e gerais: no interesse dos operários e de todos”. A partir deste preceito, esta investigação retorna às entrevistas realizadas com os dirigentes sindicais. Será explicitada a categoria que trata sobre *atenção à saúde*, cujo propósito é elucidar acerca das possíveis parcerias e ações que versam sobre a saúde dos trabalhadores, se há vinculação com a unidade de saúde do trabalhador e as estratégias traçadas nesse sentido, além de elencar as principais demandas apresentadas ao sindicato e quais as estratégias de enfrentamento.

Convidei a coordenadora do STA para pensar sobre assédio na universidade, pois entendo precisa ser uma discussão coletiva. Neste ponto, a assessoria jurídica não está sendo legal, ela afirma que não pode agir, porque o outro lado também é associado. A coordenadora do STA tem escrito um protocolo de conduta para assédio moral, nosso sindicato vai discutir o assédio para implantar um protocolo. Neste ponto, a entrevistadora resgatou uma ação de cerca de cinco anos atrás experienciada na universidade, em que existia um comitê²⁴² formado por SD, STA, DCE, UST e quem mais desejasse participar, para debater a saúde do trabalhador na universidade. A proposta foi elucidar que o assédio é também uma questão de saúde peculiar a todos da universidade. A presidente do sindicato decente prosseguiu: Eu não sabia deste trabalho, não acompanhei, estou encantada, acho um caminho excelente. Na verdade, pensando em saúde, eu perdi a noção do que é trabalho remoto e trabalho de casa, a pandemia acelerou esse processo. Assédio é a nossa principal demanda, na verdade, só chegou à questão do assédio como demanda, as outras questões de saúde, eu acho importante, mas não apareceu como demanda de professor. LER, dores lombares, saúde mental, tudo é saúde, mas até hoje só um único professor me procurou pedindo ajuda para aquisição de

²⁴² A existência deste comitê foi registrada na introdução desta tese.

computador, não teve outras demandas. Pessoalmente estou com muitas dores, eu acabei com minha saúde, olha o que fiz comigo, só pensei em terminar o trabalho, e agora estou assim, precisando fazer pausas em função das dores. Nunca tive isso, está acontecendo alguma coisa horrível comigo, a pandemia acelerou muito as coisas (Presidente do Sindicato Docente, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

A pauta sobre saúde é importantíssima, mas ela tem uma dimensão técnica, e por isso precisa de fato de uma parceria, como, por exemplo, com os setores de apoio da própria universidade. Eu acho que a universidade faz muito pouco em relação à saúde, e ela poderia fazer muito mais, deveria fazer muito mais, e digo especificamente em relação à saúde emocional. Talvez ela esteja dando o primeiro passo, mas ainda está muito aquém do que seria necessário, principalmente a questão do acompanhamento emocional, eu acho que, por inúmeros motivos, a pandemia é um deles que veio a gravar diversos outros existentes e acrescentar outros, mas existem milhões de razão pelas quais as pessoas precisam de apoio. Eu acho que o SD ainda está se conscientizando sobre o tema, esta é a minha avaliação, tem uma *mea-culpa* também, mas acho que o SD ainda está se conscientizando, porque é um ponto que deveria ser muito mais enfatizado, por exemplo, tem um núcleo de assistência psicológica no papel, mas não sei até que ponto isso é funcional, se é o necessário para atender. A questão do assédio é uma demanda que chega muito, estamos tentando estabelecer um protocolo para o acolhimento, mas isso não é uma coisa simples! Depois que começamos a nos inserir no problema é que a gente entende a complexidade dele, por exemplo, quando a gente tem uma situação em que ambos são associados nosso, aí vem a questão, qual será o procedimento correto para associação intervir no conflito entre dois de seus associados? Aí entram questões éticas dentro da questão do assédio, é um problema muito complexo, é mais simples quando é uma autoridade da universidade praticando uma demanda descabida ou até visivelmente mal-intencionada contra um professor, aí é mais simples é atuação. Mas nem todo caso é como esse, e a gente recebe de todos os tipos de casos (Vice-Presidente do Sindicato Docente, homem branco, 53 anos, heterossexual, doutor em física, vinte e seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Primeiro preciso dizer que, na universidade, a questão da licença médica e da perícia ficou à frente da discussão da própria saúde. O servidor é visto como vagabundo que não quer trabalhar. Há uma dificuldade muito grande em fazer essa discussão envolvendo o governo, a universidade e a saúde, mas não desistimos. Criamos o GT saúde da universidade, é mais uma tentativa, ele não é novo, mas retomamos em mais uma tentativa, com SD, STA, DCE, e a UST. Não tem como tirar o sindicato dos trabalhadores de uma discussão de saúde do trabalhador, é impossível não agregar isso. Na pandemia, a universidade criou um comitê de saúde que não responde a nada, não fala sobre a construção de protocolos, os cuidados, a prevenção, como estão sendo atendidas às pessoas. Se tivéssemos uma GT saúde forte formado pela base, eles não poderiam fazer isso. Eles dizem que estamos em bandeira vermelha, mas não responde a nenhuma questão sobre os cuidados com os que estão trabalhando presencial e muito menos os que estão em trabalho remoto, essa dificuldade que nós temos com certeza vai trazer mais adoecimento. Não só emocional, como físico, poderíamos contribuir muito mais se a gente tivesse alguma interação, eu fico muito frustrada com isso. A gestão passada entendeu que não precisa se envolver com o sindicato, tem o STA como inimigo, e justamente onde é o setor que discute saúde, vinculado à pró-reitoria de gestão de pessoas da universidade, uma pró-reitoria de gestão de pessoas que não entendeu a necessidade de discutir saúde do trabalhador com o sindicato. Temos hoje uma grande dificuldade de fazer essa relação e isso só prejudica os trabalhadores. A UST pensa que sindicato é sindicato e que eles são outra instância, eles estão vinculados à administração. Eles entendem que o papel do STA é só cobrar, mas nós dissemos que não, queremos caminhar juntos. Na pandemia, eles (UST) estão fazendo um trabalho muito legal, e o STA promoveu *lives* com

diferentes temas, inclusive sobre saúde, e, ao final, parecia que era uma competição. Convidamos para uma reunião e pontuamos os pontos que chegaram até nós, como o assédio moral, e eles disseram que já iriam falar sobre isso, parece uma competição. Nós apresentamos uma *live* com um tema e logo depois eles apresentam o mesmo tema, uma coisa desnecessária, porque eles entenderam que não podem se misturar com a gente, inclusive por conta da administração, para que eles não pensem que estão do nosso lado. Olha a que ponto chegamos, que loucura é essa. Espero que com a nova administração recém-empossada isso mude, mas como é o mesmo grupo, acho complicado. Não fizemos um enfrentamento sério com UST por conta de serem técnicos administrativos, entendemos que não vai resolver, o problema não é da UST, é um problema de gestão universitária, brigar com a UST não vai trazer o resultado que a gente precisa. Eles assimilaram o discurso da gestão e têm medo de ser nosso aliado. Teve um momento que avançamos quando a “Joana”²⁴³ era coordenadora do STA e assistente social da UST, ela politizou o debate na UST, e aí teve uma abertura para o sindicato. Mas não foi a UST que entendeu a política, foi a “Joana” que conseguiu levar o debate e abrir o espaço. Se fosse uma mudança de conceito, não teria uma mudança tão drástica agora, não teria esse retrocesso após a saída dela. As pessoas não tiveram essa consciência, foi apenas o trabalho dela. Nesse momento também tinha uma gestão da UST que acolhia a pauta que a “Joana” levava, que participava do STA, e atrelava saúde do trabalhador ao sindicato. A gestão passada da universidade ao assumir a reitoria logo retirou essa coordenadora da UST, a que acolhia a pauta sindicato e saúde do trabalhador. Há uma estratégia política da direção da universidade para silenciar o trabalho de parceria com o sindicato, mas a culpa não é só da gestão universitária, ela fez o trabalho de tirar as pessoas e acrescentar outras que pensam como ela. Mas, ao tirar essas pessoas, ela prova que a equipe não assumiu a bandeira, e as pessoas novas que entraram não vivenciaram essa experiência e as que ficaram não foram convencidas da importância deste trabalho. Elas dizem, “mudou a gestão e a gente não pode se envolver com sindicato, eles aceitam o que a gestão faz, não há resistência”. A gestão impôs, mas os trabalhadores aceitaram, e quem pensou em reagir não conseguiu. Fazer unidade é muito difícil, mas é necessário, sozinho, nós não vamos conseguir, ninguém vai conseguir. A qualquer momento, o governo diz qualquer coisa e muda tudo na UST, porque ela aceita tudo (Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, trinta e dois anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

O STA nunca levantou a bandeira de discutir insalubridade, sempre foi sobre qualidade de vida, melhoria das condições de trabalho, queremos um ambiente em que as pessoas não adoecem. Mas enquanto isso não acontece, vamos discutir insalubridade. Então, nós participamos da comissão de insalubridade anos atrás. Foi uma longa briga na universidade. Não havia regulamentação, e o governo veio regulando por instrução normativa, então ao discutir hoje com o engenheiro do trabalho, ele vem com a instrução na mão, não há espaço para discussão. A insalubridade é discutida pela ON (Orientação Normativa), e não pelo viés do direito do trabalhador. Hoje há um absurdo de dois técnicos que executam o mesmo trabalho e ocupam o mesmo laboratório, um recebe 10% e outro 20% e, quando vamos questionar, a resposta é que a ON é a partir do ano tal, então mudou e apenas para o trabalhador que precisou de laudo novo está submetido a ela, e aquele lá que recebe 20% é baseado em uma discussão anterior. Paramos a discussão, porque era arriscado o que recebe 20% perder e se tornar inimigo do STA por ter perdido 10% do salário dele. Em 2015, foi aprovado, no CONSU, a criação da CISSP e até hoje não foi implementada em sua totalidade na universidade, seria uma das ações que poderia discutir a questão da insalubridade entre outros casos. Hoje, na pandemia, se existisse a CISSP, esse comitê também não estaria como está, apenas avaliando bandeira, sem olhar nem se existe EPI. Os técnicos administrativos que atuam em laboratório perderam, no período da

²⁴³ Nome fictício, para preservar o sigilo da entrevistada.

pandemia, por meio da ON 28, sua insalubridade. Fizemos a discussão com a Progep, que não aceitou e seguiu à risca a orientação do governo e cortou de todo mundo, mesmo, tendo brechas na lei pela 8112 que poderia permitir a manutenção do pagamento como aconteceu em outras universidades. O SD moveu uma ação neste mesmo ponto e perdeu na primeira instância, mas já ganhou em segunda instância. O STA também entrou com ação, mas perdeu, ainda tem como recorrer. A ação é contra a universidade, algumas perderam, outras ganharam, há diferenças no país inteiro, depende da avaliação do juiz. O argumento é que o governo diz que você não pode trabalhar. Mas, pela lei, não perdemos os adicionais em meio a férias, então por que perder agora. A CSP-Conlutas tem um GT que discute saúde do trabalhador e propor isso na universidade também vem desta ação. As demandas que mais chegam ao STA são sobre assédio moral e adoecimento por questões mentais. As pessoas dizem que não aguentam mais vir à universidade. Pessoas surtando, porque diminuiu o número de técnicos e aumentou o trabalho. É difícil lhe dar com isso, porque o sindicato tem as questões políticas de enfrentamento, mas a pessoa chega fragilizada, então, ao receber, precisamos ter muito cuidado para acolher. Aprovamos em assembleia um passo a passo para lidar com essas situações. Teve um caso recente de assédio sexual por meio das redes sociais, o contato com a chefia era pelo WhatsApp e conseguimos provar pelas mensagens, conseguimos agir, ela foi transferida, e ele perdeu o cargo. Não esperava por isso na pandemia. A servidora chorava muito ao telefone e disse que tinha medo de procurar o STA, porque não sabia como o sindicato iria receber, e ela já sabia que o STA vai logo fazendo denúncia de tudo e poderia ser pior para ela. Ai depois de resolvido, fizemos uma matéria sem dizer que era ela, ela leu e ficou feliz, a situação se resolveu sem ninguém saber. Não temos psicóloga e assistente social, mas precisamos ser um pouco de cada coisa e terminamos nos envolvendo para resolver as questões. Nesse momento, se tem uma interação melhor com a saúde do trabalhador seria ótimo, embora eu a encaminhasse para psicóloga da UST (Coordenador-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, homem negro, 36 anos, homossexual, superior completo, onze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

A questão do assédio moral²⁴⁴ e sexual tem merecido atenção especial por parte da ação sindical por pressão decorrente das demandas que chegam às unidades. A temática está presente em ambas as unidades sindicais. Entretanto, a presidente e o vice-presidente do sindicato docente apontam a existência de uma limitação legal sobre o posicionamento do sindicato: “quando a gente tem uma situação em que ambos são associados nosso, aí vem a questão, qual será o procedimento correto para a associação intervir no conflito entre dois de seus associados?” Nos causa estranheza a complexidade da questão ser o aspecto legal entre associados, e não o acolhimento a vítima.

A respeito do amparo legal sobre assédio moral, em âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) possui várias convenções que dispõem sobre a proteção da integridade física e psíquica do trabalhador, a exemplo da Convenção nº 155, de 1981. Em nível nacional, a Câmara Federal aprovou, em março de 2019, o Projeto de Lei (PL) nº 4742/2001, que define o assédio moral no trabalho como crime. É preciso ressaltar que a universidade

²⁴⁴ A temática sobre assédio moral no trabalho foi exposta ao longo desta tese, com destaque para o capítulo 3, subcapítulo 3.3.

analisada está localizada no Rio de Janeiro, e, em relação ao assédio moral, o estado do Rio de Janeiro destaca-se entre os demais estados da federação, pois já possui a Lei Estadual nº 3.921, de 23 de agosto de 2002, com a qual veda o assédio moral no trabalho, no âmbito dos órgãos, repartições ou entidades da administração centralizada, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, do poder legislativo, executivo ou judiciário do estado do Rio de Janeiro, inclusive concessionárias e permissionárias de serviços estaduais de utilidade ou interesse público, e dá outras providências²⁴⁵.

Em relação ao assédio moral na universidade analisada, ratifica-se a existência, em 2014, de um Comitê de Saúde do Trabalhador, formado por SD, STA, UST e DCE, aberto à participação da comunidade universitária, que promoveu, nesse mesmo ano, um fórum na universidade, com discussões sobre violência no trabalho e saúde do trabalhador, e teve como pauta: assédio moral, doença laboral e precarização no trabalho²⁴⁶. Este trabalho foi apresentado à presidente do SD, que desconhecia a informação, mas que reconhece a necessidade de ser um debate coletivo: “convidei a coordenadora do STA para pensar sobre assédio na universidade, pois entendo que precisa ser uma discussão coletiva”, ao mesmo tempo em que registra que o SD “vai discutir o assédio para implantar um protocolo” e, nesse caso, personaliza a conduta sobre assédio moral ao corpo docente. A coordenadora-geral do STA recorda que, à época, a proposta era a construção de uma política de enfrentamento e combate ao assédio moral na universidade, e o fórum registra o debate ampliado na universidade. Contudo, as ações não seguiram, mudanças na gestão dos sindicatos e na UST atravessaram o trabalho.

A categoria *atenção à saúde* examinou as ações sindicais relacionadas à saúde do trabalhador e esta temática foi também abordada com a assistente social e os coordenadores dos eixos da UST nas categorias que tratam sobre *estratégias de enfrentamento adotadas pela equipe de saúde do trabalhador e formação de parcerias*. Os conteúdos, em sua totalidade, foram expostos no capítulo 3, subcapítulo 3.3, desta tese. Dessa forma, serão resgatados alguns trechos expressos em suas falas a fim de realizar um comparativo entre as informações transmitidas pelos dirigentes sindicais e pela UST.

A partir do momento em que o sindicato vem ajudar a gente, e diga “vamos”, nós precisamos apoiar a UST, a vigilância está tentando trazer o EPI para a gente, aí vem a consequência, o resumo vai ser que a UST está contra a administração, e

²⁴⁵ Disponível em: <<https://bityli.com/AScDlx>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

²⁴⁶ Fato mencionado na introdução desta tese, cujas informações foram resgatadas de uma página própria do Comitê encontrada em redes sociais.

não é isso, a questão passa por outros meios (Coordenador do Eixo Vigilância em saúde e Segurança do Trabalho – UST).

A UST pensa que sindicato é sindicato e que eles são outra instância, eles estão vinculados à administração (Coordenadora-Geral – STA).

O sindicato incomoda, mas sei que esse é o papel dele (Coordenador-Geral – UST).

Em relação ao sindicato, temos uma questão: como eles não nos veem como inimigos, também não nos cobram (Coordenadora do eixo Promoção em Saúde – UST).

Não fizemos um enfrentamento sério com UST por conta de serem técnicos administrativos, entendemos que não vai resolver, o problema não é da UST, é um problema de gestão universitária, brigar com a UST não vai trazer o resultado que a gente precisa (Coordenadora-Geral – STA).

É possível notar uma divergência em relação ao papel do sindicato na universidade. A UST apresenta concepções diferentes em relação à cobrança por parte do sindicato. A coordenação do STA afirma não realizar enfrentamento por serem técnicos administrativos e afirma direcionar o foco à gestão da universidade. O coordenador de vigilância tem receio de solicitar apoio do STA em um tema tão relevante, como a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), para não se indispor com a gestão da universidade, e “assumir um lado”. Não há conhecimento sobre o papel dos sindicatos na universidade, não há entendimento do trabalhador como classe social, e o resultado desta complexa relação é nocivo ao trabalhador que, a exemplo da situação em tela, não possui o EPI:

É complicado, a gente está em uma época em que a saúde do trabalhador está quase em último na lista de prioridades do governo, e é compreensível que os trabalhadores e os sindicatos muitas vezes tenham matérias de mais importância para serem tratadas antes da saúde do trabalhador (Coordenador do Eixo Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho – UST).

A pauta sobre saúde é importantíssima, mas ela tem uma dimensão técnica, e por isso precisa, de fato, de uma parceria, como, por exemplo, com os setores de apoio da própria universidade [...]. Eu acho que o SD ainda está se conscientizando sobre o tema, esta é a minha avaliação, tem uma mea-culpa também, mas acho que o SD ainda está se conscientizando (Vice-Presidente – SD).

Relação sindicato e saúde é muito relevante, as pessoas querem gritar e o fato de existir um espaço para isso é muito relevante. Os gestores entendem que os trabalhadores não estão sozinhos. Eu sou sindicalizada e entendo ser muito importante para a saúde do trabalhador (Coordenadora do Eixo Promoção em Saúde – UST).

Só chegou a questão do assédio como demanda, as outras questões de saúde, eu acho importante, mas não apareceu como demanda de professor. LER, dores lombares, saúde mental, tudo é saúde, mas até hoje só um único professor me procurou. Eu acabei com minha saúde, olha o que fiz comigo, só pensei em terminar o trabalho, e agora estou assim precisando fazer pausas em função das dores.

Nunca tive isso, está acontecendo alguma coisa horrível comigo, a pandemia acelerou muito as coisas. (Presidente – SD).

O entendimento sobre a importância e o lugar da saúde do trabalhador na universidade é apresentado mediante uma contradição: o sindicato docente, ao mesmo tempo em que ressalta a relevância da temática, afirma não ser prioridade entre suas ações, e ainda registra que não é uma demanda do corpo docente, à exceção da questão do assédio moral. Entretanto, a própria presidente expressa que acabou com sua saúde em função do trabalho. A percepção do coordenador de vigilância está alinhada ao posicionamento do SD, apesar de haver incentivo e ações concretas relacionadas ao debate sobre saúde do trabalhador, presente no Andes e na CSP-Conlutas, entidades nacionais às quais o SD e o STA são filiados, estas ações não são pautadas na universidade analisada. A coordenadora de promoção em saúde ratifica a importância do espaço sindical e de sua participação junto à base, porém, este posicionamento não é representativo dos demais trabalhadores da UST:

Em relação ao sindicato, é uma questão muito delicada, a relação da perícia com o sindicato sempre foi uma relação complexa e difícil, a gente sempre apanhou muito do sindicato, então, eu confesso que não consigo ter uma visão harmoniosa do sindicato (Coordenadora do Eixo Perícia em Saúde – UST).

Por muitas vezes, o sindicato bateu bastante na gente, sem procurar saber, inclusive, o nosso lado, o sindicato soltou uma carta dizendo que os peritos estavam levando os servidores ao suicídio, isso ficou muito direcionado a mim, porque sou psiquiatra, e soltaram notas assim, que diziam que, se acontecesse alguma coisa a gente, seria responsabilizado (Coordenadora do Eixo Perícia em Saúde – UST).

Primeiro preciso dizer que, na universidade, a questão da licença médica e da perícia ficou à frente da discussão da própria saúde. O servidor é visto como vagabundo que não quer trabalhar (Coordenadora-Geral – STA).

Pessoas surtando, porque diminuiu o número de técnicos e aumentou o trabalho. É difícil lidar com isso, porque o sindicato tem as questões políticas de enfrentamento, mas a pessoa chega fragilizada, então, ao receber, precisamos ter muito cuidado para acolher (Coordenador-Geral – STA).

Aspectos relacionados à dimensão subjetiva do trabalho, que afetam a saúde física e mental, não estão descolados da precarização e da exploração do trabalho, ao contrário, são consequências deste sistema. O adoecimento mental se mantém entre as principais causas de afastamento do trabalho no Brasil e na universidade analisada²⁴⁷. Para Laurell e Noriega (1989, p. 110), as refrações do processo de trabalho sobre o corpo do trabalhador engendram a necessidade de adaptação, que se traduzem em “desgaste, entendido como perda de capacitação

²⁴⁷ O capítulo 3, subcapítulo 3.3 desta tese aborda a temática.

potencial e/ou efetiva corporal e psíquica”. Os autores entendem as cargas psíquicas a partir de dois grupos: um relacionado a tudo que provoca uma sobrecarga psíquica, tais como situações de tensão prolongada, e outro à subcarga psíquica, ou seja, a impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica, tais como a perda de controle sobre o processo de trabalho. Seligmann-Silva (2017, p.107)²⁴⁸ reflete sobre os fatores psíquicos atrelados às condições objetivas de trabalho e pondera: “a continuidade de situações opressivas e decepções no trabalho, na inexistência de possibilidades de mudança ou enfrentamento, conduz o processo de desgaste a uma progressão que dará lugar a quadro clínico de transtorno psíquico e/ou psicossomático”.

Mediante a situação de ansiedade e a aflição, o trabalhador elabora táticas para atenuar e minimizar as circunstâncias, encobrindo o sofrimento, que é exacerbado de diferentes formas e somatizado em problemas físicos, biológicos e psicossomáticos, eclodindo em adoecimento e no conseqüente afastamento do trabalho. Em efeito, a perícia em saúde é a responsável por avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais, e o médico é o responsável por esta ação. Conforme já elucidado ao longo deste trabalho, a perícia é o eixo da saúde do trabalhador vinculado ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) de maior investimento e normatização por parte do governo federal em função dos ganhos financeiros decorrentes do não afastamento do trabalhador.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) apresentou o estudo com dados demográficos dos médicos no Brasil, detalhando os concluintes de medicina em 2019²⁴⁹. O registro aponta que 67,1% se autodeclararam da cor ou raça branca; 24,3% se declararam pardos, enquanto 3,4% se autodeclararam da cor ou raça preta. Os demais se declararam de cor ou raça amarela (2,5%) e indígena (0,3%), além de 2,4% que não quiseram declarar, e ainda complementa a diferença quando a formação se refere à escola privada de medicina, em que 72,6% eram brancos. Em relação à renda familiar, o estudo sinaliza que, em 2019, 25,6% recebiam entre 10 e 30 salários-mínimos, e 9,3%, acima de 30 salários-mínimos. Este brevíssimo perfil demográfico é exibido para ratificar as desigualdades no Brasil e indicar que há um perfil elitista do médico em relação à população brasileira.

²⁴⁸ Entrevista concedida pela Prof.^a Edith Seligmann Silva à revista Laborativa, em outubro de 2017. Disponível em: <<https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1849/pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

²⁴⁹ Demografia Médica no Brasil 2020, p. 112-113. Disponível em: <https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/DemografiaMedica2020_9DEZ.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

Não há pretensão de generalizar ou aprofundar o debate, mas é necessário problematizar a relação entre a formação médica, que vai atuar como profissional na perícia, e os relatos dos trabalhadores já adoecidos, que são atendidos por este serviço. Na universidade analisada, a coordenação de perícia em saúde é exercida por um homem branco, heterossexual, com 36 anos. Estas informações não estão descoladas do registro da coordenação do STA de acolhimento a pessoas em surtos pela precarização do trabalho, ou decorrentes de assédio moral. A estratégia de enfrentamento de culpabilização do médico não é a mais assertiva, e o resultado deste embate médico/sindicato recai sobre o trabalhador. A assistente social da UST registra:

A saúde do trabalhador tem uma potência muito grande, você está falando de algo que é o mais crucial dentro de qualquer espaço, o trabalhador, ele que move a instituição. Cuidar da saúde do trabalhador é conseguir identificar muito dos conflitos existentes. Pode e deve ser um espaço de resistência, mas, na maioria das vezes, não é, acaba sendo um espaço para legitimar determinadas políticas, por diferentes motivos: as pessoas não estão dispostas a se desgastarem, porque é um desgaste sem dúvida, e há ainda aquelas que não têm uma visão da correlação de forças na universidade, e são apenas tecnicistas.

A premissa é de protagonismo do trabalhador, porém, sem romantizar o espaço de luta e resistência que, por muitas vezes, exige o comprometimento da própria saúde dos envolvidos. Berlinguer (1983, p. 73) salienta a tentativa de utilizar a ciência para antever os agentes nocivos à saúde e buscar remédios para combater os efeitos, e destaca a necessidade de aumento do peso da organização autônoma dos trabalhadores, ou no amadurecimento da consciência sindical e política dentro da fábrica. E tudo isso com fim imediato e o último da salvaguarda, da revalorização do homem.

A respeito do protagonismo do trabalhador, com foco na mesma categoria que trata sobre *atenção à saúde*, porém, com aplicação direcionada aos trabalhadores docente e técnico administrativo que atuam na base dos respectivos sindicatos, foi exposta à temática cuja a finalidade foi: elucidar acerca das possíveis parcerias e das ações que versam sobre a saúde dos trabalhadores promovidas pelo sindicato e se há vinculação com a UST, e as estratégias traçadas nesse sentido; apurar se há alguma discussão sobre o tema proposto em assembleia ou algum outro espaço da universidade; observar se é pauta de reivindicação presente na base sindical, e investigar se houve alguma experiência pessoal que envolveu a UST e se é possível fazer correlação com sindicato.

Eu tive depressão ano passado, gostaria muito de ter um espaço para discutir o tema, mas não tem nenhum espaço, não que eu saiba. Eu tive uma depressão bem

grave, fiquei de licença por quatro meses, foi muito severa, eu gostaria de ter contado com apoio do SD e da instituição, mas não aconteceu. Estou para me filiar ao STA, mesmo sendo professora, sei que é permitido, pois é um sindicato que pertence a todas as categorias, embora tenha a base formada por técnicos administrativos em educação. Vou ficar sindicalizada no SD e no STA. Eu vi uma situação assim com dois professores de outra universidade, tem um custo financeiro, mas eu acho que serei melhor atendida no STA, não deixarei o SD, porque tem as questões práticas de greve e outras questões que preciso me colocar. Eu sofro assédio moral do chefe do meu departamento há muito tempo e gostaria muito de debater a pauta. Não é apenas por isso que quero ir para o STA, mas sei que eles debatem a pauta, sei que eles discutem saúde do trabalhador (Docente - Base de Sindicato Docente, mulher branca, 46 anos, heterossexual, doutorado em Química Biológica, catorze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

A maneira como o sindicato trabalha atinge direto à saúde do trabalhador. Eu desconheço um grupo de trabalho que discuta saúde do trabalhador, mas vejo o sindicato com condições para discutir qualquer tema relacionado ao trabalhador e ele confortavelmente tratam qualquer tema. A UST tem um curso de formação de gestores, eu participei do curso e a gente via uma ausência de líderes participando do curso, era um curso para líderes onde os líderes não aderiram! Esse curso foca muito na relação hierarquizada da chefia com o subordinado, ensina como perceber quando as pessoas estão desconfortáveis, o que é o assédio, como lidar com situações particulares, eu penso que se os gestores da universidade tivessem acesso à informação facilitada, isso ajudaria muito na saúde trabalhador, eu penso que deveria ser pré-requisito para pessoa assumir um cargo, é um curso e ele passa informações valiosas. Para o gestor, manter a gestão através do medo é interessantíssimo, mas é essa a universidade que a gente quer? É esse ambiente de trabalho que a gente quer? Não sei se é o melhor, então eu sugeri ao chefe do meu setor que fizesse o curso, e ele respondeu que não tem tempo para isso, concordo que o tempo é escasso para todos, mas talvez, se os sindicatos colocassem a relevância do curso junto às esferas superiores da instituição, e se as esferas superiores estimulassem seus líderes a participarem, talvez melhorasse um pouco o cenário de adoecimento na universidade (Técnico Administrativo - Base de Sindicato dos Técnicos, homem branco, 35 anos, heterossexual, doutor em Agronomia, seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

A temática assédio moral, violência no trabalho e adoecimento mental novamente é destacada, contudo, a partir de um relato pessoal da trabalhadora. Embora, segundo a OMS, existam mais de 264 milhões de pessoas que sofrem de depressão, uma das principais causas de incapacidade, e absenteísmo no trabalho²⁵⁰, ainda é uma temática alvo de preconceito, que coloca em dúvida o relato do trabalhador. O assédio moral, já exposto neste trabalho como resultado de uma prática de gestão, está incluído no bojo deste debate, tendo na invisibilidade um de seus pilares fundamentais, e, segundo Souza e Ducatti (2017), o caminho de construção do enfrentamento deste fenômeno é coletivo, portanto, fortalecer o coletivo dos trabalhadores é uma saída para esta situação. Nesse sentido, os autores recomendam:

²⁵⁰ Dados expressos no capítulo 3, subcapítulo 3.3. desta tese.

Não internalizar o assédio moral, isso ajuda a não se fragilizar; – O/a assediado/a sofre o processo de assédio moral pelas qualidades que possui, não pelas eventuais fragilidades, naturais em todos os seres humanos; – Reunir provas para a sua comprovação, anotando detalhes de todas as humilhações sofridas (dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do/a agressor/a, colegas que testemunharam, conteúdo da conversa e o que mais o/a trabalhador/a achar necessário). Isso auxilia tanto para dar veracidade ao processo, como para manter a saúde mental do/a assediado/a, para que ele/ela mesmo/a não venha a duvidar de que isso aconteceu, por esquecer detalhes do ocorrido; Dar visibilidade, procurando ajuda dos colegas, principalmente daqueles/as que presenciaram o fato ou que já sofreram humilhações do agressor; – Evitar conversar sem testemunhas com o/a agressor/a; – Relatar em voz alta para que a maioria dos presentes ouça tudo o que o/a assediado/a fizer, dando assim visibilidade àquilo que ele quer que fique escondido; – Procurar seu/sua representante sindical e relatar os fatos; – Procurar o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, a Câmara de Vereadores da cidade, a Assembleia Legislativa etc. (Souza & Ducatti, 2017, p. 92-93).

A docente base atuante do SD destaca não ter encontrado espaço de acolhimento na universidade para auxiliar no processo de adoecimento decorrente de uma grave depressão e acrescenta: “Eu sofro assédio moral do chefe do meu departamento há muito tempo e gostaria muito de debater a pauta. Não é apenas por isso que quero ir para o STA, mas sei que eles debatem a pauta, sei que eles discutem saúde do trabalhador”. O caminho vislumbrado pela docente é de fortalecimento do debate e, apesar de entender que o sindicato docente não estabelece prioridade para a pauta sobre saúde do trabalhador, não diminui a importância da luta sindical e pretende fazê-lo em outro espaço sindical da própria universidade, o sindicato dos técnicos administrativos em educação.

O técnico base atuante do STA relata: “a maneira como o sindicato trabalha atinge direto à saúde do trabalhador. Eu desconheço um grupo de trabalho que discuta saúde do trabalhador, mas vejo o sindicato com condições para discutir qualquer tema relacionado ao trabalhador, e eles confortavelmente tratam qualquer tema”. Há o reconhecimento do espaço sindical como uma instância relevante para o debate sobre a saúde no trabalho e o sindicato reconhecido como combativo, nesse caso, o STA é o identificado pelo trabalhador como um local de construção coletiva. Nota-se que este reconhecimento decorre tanto da docente que expôs sua identificação com uma política de esquerda, quanto do técnico que se posicionou como neutro em relação a sua localização política²⁵¹.

O técnico base atuante do STA reconhece também a potencialidade da unidade de saúde do trabalhador. Há o registro de um curso de gestão aplicado pela UST que tratou a temática das relações hierárquicas e do assédio moral. Segundo o técnico, o curso “ensina como perceber quando as pessoas estão

²⁵¹ Declarações expressas neste capítulo 4, subcapítulo 4.1, desta tese.

desconfortáveis, o que é o assédio, como lidar com situações particulares. Eu penso que, se os gestores da universidade tivessem acesso à informação facilitada, isso ajudaria muito na saúde do trabalhador”. É mister o registro que o curso mencionado pelo técnico ocorreu quando a UST ainda possuía, em seu quadro de profissionais, uma assistente social, a “Joana”, que compunha também a coordenação do STA, e uma coordenadora-geral da UST atuante na base do STA²⁵². O momento atual retratado por esta pesquisa revela uma nova composição da equipe da UST, mais alinhada à gestão da universidade, e alguns conflitos internos em relação ao posicionamento dos membros de sua equipe²⁵³.

Nesse sentido, é possível apontar a potencialidade presente na inter-relação entre as ações sindicais e a saúde do trabalhador, porém, reconhecendo as limitações e os desafios presentes em todo o processo. Ratifica-se que as trabalhadoras terceirizadas, tanto a auxiliar de serviços gerais, como a assistente administrativo, já haviam corroborado com esta assertiva: “quando precisei de ajuda, procurei o STA, e eles me ajudaram”, e ainda: “nunca procuramos o nosso sindicato. Na verdade, não sei nem exatamente qual era. Quando precisamos de apoio, foi o STA foi quem nos ajudou”²⁵⁴. O técnico atuante na base do STA faz uma ponderação primordial para o debate sobre assédio moral: “Para o gestor, manter a gestão através do medo é interessantíssimo, mas é essa a universidade que a gente quer? É esse ambiente de trabalho que a gente quer?” Ele vai ao encontro da identificação teórica sobre assédio moral no trabalho, cuja teoria de Souza e Ducatti (2007) subsidiou o entendimento deste estudo.

Em continuidade, tomando como foco a compreensão do trabalhador e mantendo a categoria *atenção à saúde*, agora alusiva às experiências das trabalhadoras terceirizadas e do professor substituto, que expuseram suas impressões, com vistas a compreender, indagamos: quais as medidas existentes em relação à promoção a saúde dos trabalhadores terceirizados? São as mesmas dispensadas aos servidores? Como eram acolhidas as demandas relacionadas à saúde destes trabalhadores? Havia alguma ação promovida pela unidade de saúde do trabalhador? Havia alguma ação sindical nesse sentido? Vale registrar que a proposta da investigação foi observar a temática a partir do olhar de trabalhadores com vínculos contratuais diferenciados junto à universidade

²⁵² A coordenadora-geral do STA registra a participação de “Joana” e da coordenadora-geral da UST nesta mesma seção.

²⁵³ Declarações presentes nas falas dos coordenadores de eixo da UST expostas no capítulo 3, subcapítulo 3.3, desta tese.

²⁵⁴ Trechos retirados das falas expostas no capítulo 4, subcapítulo 4.1, desta tese.

analisada e com posições hierárquicas divergentes, no sentido de quem planeja e quem experiencia a ação.

Eu nunca fui procurado pela saúde do trabalhador da universidade, inclusive eu cheguei dando uma disciplina de saúde do trabalhador e busquei me aproximar UST para poder trazer as experiências para a sala de aula, mas não fui bem acolhido no momento, então eu deixei para lá. Inclusive, eu tenho um problema crônico de coluna e operei um pouco antes de entrar para esta universidade, na verdade, eu estava operado quando fui chamado, mas eu não tive que apresentar nada, nem da primeira vez, nem da segunda. Eu sei que, em caso de adoecimento, os primeiros 15 dias, eu seria atendido pela UST e depois iria para o INSS. As pessoas falam tanto da perversidade do Capital, mas reproduzem isso o tempo inteiro. Eu já atuei como gestor em outros espaços, e sempre me cobrei isso, porque as pessoas acham que deixam de ser assistente social quando se torna gestor, mas isso não é verdade. O problema das instituições é entender a saúde do trabalhador não como saúde do trabalhador, mas como saúde ocupacional, esse é o maior problema que a gente tem, tanto em gestões, como em algumas pessoas que vão para o serviço de saúde trabalhador e incorporam a condição de saúde ocupacional. Não entendem que a saúde do trabalhador está dentro de um cenário, de uma política universal, que é o SUS, e ainda há o isolamento que a própria universidade tem do SUS. Em universidades que têm um hospital universitário, ainda se discute o SUS, mas fora, não tem ligação, assim como o postinho nesta universidade. Os sindicatos são políticos, eles querem um espaço político, eles não querem um espaço efetivo de luta pelo trabalhador! Eles querem um espaço político onde possam brilhar, onde ele gere uma força política das relações de poder, para tencionar aquilo que é do interesse dele, muito mais do que do próprio trabalhador, então ele vai bater de frente com questões de salário, de carga horária, mas outras questões que são específicas, como, por exemplo, insalubridade no local de trabalho, a estrutura do local de trabalho, isso não é discutido. Como você constrói a consciência coletiva se travar apenas luta jurídica? E esse tem sido o caminho escolhido pelo SD (Professor Substituto, homem branco, 42 anos, homossexual, doutor em serviço social, dois anos em períodos não sequencias de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Teve uma única vez que chegou uma pessoa da saúde do trabalhador da empresa para ver o lugar que eu estava trabalhando, foi verificar as instalações, e a pessoa disse que era tudo muito bonito e muito organizado, aí eu respondi que era porque a universidade estava organizando o lugar, e não a empresa, e aí o mostrei que eu não tinha altura para ficar sentada na cadeira e um colega havia improvisado um suporte de madeira para eu colocar o pé. A pessoa da saúde do trabalhador não entendeu para que o suporte, e eu expliquei a questão da ergonomia, ela se disse saúde do trabalhador e não sabia o que era ergonomia, eu achei muito interessante uma pessoa da saúde trabalhador não saber nada, depois de algum tempo, a universidade me deu um suporte para o pé, mas não por ação da empresa. Sobre a saúde do trabalhador da própria universidade, eu nunca ouvi falar, nunca precisei e nem fui procurada por eles (Auxiliar Administrativa Terceirizada, mulher parda, 43 anos, heterossexual, superior em administração, dez anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

A empresa tem um plano de saúde bem ruim, mas tem! Eu era consultada no postinho da universidade, eles atendiam muito bem. Mas, para empresa, não servia, se precisasse de faltar somente com atestado do posto de saúde do município. Eu nunca ouvi falar em saúde do trabalhador na universidade, existe? Os EPIs, eu passei a receber da empresa de 2014 para frente, antes não tinha nada (Auxiliar de Serviços Gerais Terceirizada, mulher negra, 65 anos, heterossexual, Ensino Médio incompleto, vinte e oito anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, maio de 2021).

A universidade tem um postinho, quando passo mal, eles ajudam, o atestado de lá não vale na empresa, não faz nenhum tratamento grande, mas ajuda. A entrevistadora tentou esclarecer que não era o postinho (unidade de saúde assistencial da universidade) e explicou ser sobre o setor de saúde do trabalhador. Eu nunca ouvi falar, existe isso? Acho que não tem isso na universidade, não, porque eu tive com problemas com insalubridade e a empresa nunca mandou ninguém para fazer o laudo, e a universidade não disse nada que tinha um setor que poderia me orientar, acho que ninguém sabe deste setor aí não, porque falei com vários colegas sobre as coisas de saúde e ninguém nunca falou nada disso. É só o postinho mesmo que eu sei que tem lá para saúde. Você sabe que os trabalhadores da universidade são idosos, uma parte está aposentando e a outra morreu na pandemia, é a gente quem segura o trabalho por lá (Auxiliar Administrativo-Reintegrado, homem pardo, 58 anos, heterossexual, sexto ano do Ensino Fundamental, treze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2022).

Os trabalhadores terceirizados mais precarizados e com vínculos empregatícios mais frágeis estão mais expostos aos riscos e agravos à saúde, e não possuem um órgão ativo de fortalecimento coletivo na universidade. A auxiliar administrativa registra: “sobre a saúde do trabalhador da própria universidade, eu nunca ouvi falar, nunca precisei e nem fui procurada por eles”, e a auxiliar de serviço gerais segue com a mesma afirmação: “eu nunca ouvi falar em saúde do trabalhador na universidade, existe?” A situação não é diferente na percepção do trabalhador reintegrado: “eu nunca ouvi falar, existe isso?”

Mediante este cenário estrutural, desconhecer a existência de uma unidade de saúde do trabalhador, cuja gênese está no ano de 2007, é sintomático. Vale registrar que ambas as terceirizadas identificaram ações de saúde do trabalhador nas empresas terceirizadas, embora reconheçam a inabilidade e o fato de ser uma ação pontual, e a não continuidade é a referência que ambas possuem sobre a temática: “os EPIs, eu passei a receber da empresa de 2014 para frente, antes não tinha nada”, e “teve uma única vez que chegou uma pessoa da saúde do trabalhador da empresa para ver o lugar que eu estava trabalhando”.

O professor substituto corrobora com a informação das trabalhadoras terceirizadas e do servidor reintegrado: “eu nunca fui procurado pela saúde do trabalhador da universidade, inclusive eu cheguei dando uma disciplina de saúde do trabalhador e busquei me aproximar da UST para poder trazer as experiências para a sala de aula, mas não fui bem acolhido no momento”.

Não existe saúde do trabalhador sem o trabalhador. Os trabalhadores que compõem a base do SD e do STA registram acolhimento por parte da UST, diferente dos trabalhadores terceirizados que dividem o mesmo espaço de trabalho e sequer conheciam a unidade. A UST entende que o SD não procura a unidade para construção de ações em saúde e registra divergência no

posicionamento da unidade em relação ao STA. Há uma questão complexa a ser problematizada.

Laurell e Noriega (1989, p. 147), ao analisarem o trabalho operário, registram que o desgaste não pode ser entendido como “simples resultado de uma constelação de fatores de risco, mas sim é expressão concreta da dinâmica que se estabelece entre a base técnica, a organização e a divisão do trabalho e a organização social dos trabalhadores”. Nesse sentido, é preciso considerar os trabalhadores que formam a equipe da UST, cujos relatos remetem à carência de profissionais e à ausência de estrutura física adequada, resolvida apenas nos últimos anos, além da falta de autonomia para implantação do trabalho atravessada pela localização administrativa na universidade. Porém, não foi evidenciada uma estratégia coletiva de organização para enfrentamento das questões objetivas observadas pela equipe, tal qual salientado por Laurell e Noriega em seu estudo.

Para o professor substituto, “os sindicatos são políticos, eles querem um espaço político, eles não querem um espaço efetivo de luta pelo trabalhador! Eles querem um espaço político onde possam brilhar, onde ele gere uma força política das relações de poder, para tencionar aquilo que é do interesse dele, muito mais do que do próprio trabalhador”. O espaço sindical é tensionado, há uma correlação de forças, sua organização é formada por trabalhadores, sua existência é intrínseca ao próprio capitalismo. Dessa forma, as ações sindicais que efetivamente podem intervir na relação saúde/trabalho referem-se a um sindicato cuja fundamentação seja classista, combativa, formada pela base e contra a ordem hegemônica. Manter estes princípios no cotidiano da prática sindical parece ser o desafio. A pandemia da covid-19 exigiu esforços das unidades de saúde em todo o mundo e requereu dos sindicatos a prioridade da temática sobre a saúde e o trabalho. O próximo subcapítulo revela o desdobramento destas ações frente ao momento pandêmico.

4.3.

Luta, saúde e resistência em tempos de pandemia de covid-19

O panorama pandêmico, como registrado na introdução desta tese, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 em função da alta velocidade de disseminação da síndrome associada ao

insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus. A covid-19²⁵⁵, como ficou conhecida a doença, na avaliação de Harvey (2020), não é exatamente um evento natural. Há uma dialética na relação metabólica com a natureza, que não está separada da cultura, da economia e da vida cotidiana. O capital, ao modificar as condições ambientais decorrentes do processo produtivo e da própria reprodução, contribui intencionalmente para desastres naturais, como as mudanças climáticas. A partir deste olhar, não existe um desastre verdadeiramente natural. “Os vírus sofrem mutações o tempo todo para terem certeza. Mas as circunstâncias em que uma mutação se torna ameaçadora e fatal dependem das ações humanas” (Harvey, 2020, p. 9).

Segundo Antunes (2022), há uma inter-relação entre a crise econômica e a exploração da pandemia do coronavírus que tem gerado profundos impactos na humanidade, além da ampliação da taxa de mortalidade, que amplia também o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. “Foi no solo da *crise estrutural do capital* que a pandemia se proliferou intensamente, levando à morte de milhões de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras” (Antunes, 2022, p. 21).

Harvey (2020) registra que, para o corporativismo da grande indústria farmacêutica, não há interesse na prevenção, em investimentos que antecedam às crises sanitárias e invistam em saúde pública, inclusive a família do coronavírus já era conhecida desde 1960, com ausência de investimentos em pesquisas sobre a temática.

No Brasil, a pandemia é enfrentada não apenas como uma crise sanitária de gravíssima proporção, mas ganha contornos políticos que se sobrepõem às medidas de prevenção e ao combate à doença, o que atravessou todo o período pandêmico. Ao longo desta tese, foi buscado evidenciar que o Estado brasileiro vivencia o capitalismo em sua face ultraneoliberal, e este princípio norteou as ações governamentais no momento pandêmico. O resultado foi considerado por muitos como um *genocídio*, uma vez que medidas sanitárias poderiam ter evitado muitas mortes²⁵⁶.

²⁵⁵ O nome covid é a junção de letras que se referem à (co)rona (vi)rus (d)isease, o que, na tradução para o português, seria “doença do coronavírus”. Já o número 19 está ligado ao ano de 2019.

²⁵⁶ Um relatório produzido por cientistas de 16 países, denominado *Comparative Covid Response: Crisis, Knowledge, Politics* (CompCoRe), e que recebeu colaboração de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp), apresentou o resultado de uma pesquisa sobre como as autoridades e a população compreendem e enfrentam a covid-19. Em relação ao Brasil, o resultado foi: “Tomando como uma deixa a postura pública de Donald Trump, o presidente Jair Bolsonaro abafou o vírus e pressionou por uma política de “isolamento vertical”, politicamente inviável, procurando atingir os que estariam em maior risco,

Não houve uma ação coordenada pelo Ministério da Saúde em reconhecimento ao *lockdown* como uma medida estratégica no combate ao avanço da pandemia, não houve incentivo, por parte do governo federal, ao distanciamento social e ao uso de máscaras, não efetivou a compra suficiente de respiradores e equipamentos de proteção individual (EPI) e retardou a compra de vacinas²⁵⁷. Estas medidas foram alavancadas por estados e municípios, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), demandada em decorrência das constantes intervenções da presidência da República, inclusive no próprio Ministério da Saúde. O presidente Jair Bolsonaro, por diversas vezes, fez pronunciamentos em rede nacional, ocasiões em que propagava informações falsas que incentivavam o descaso com a prevenção e o tratamento da doença, proferindo termos e expressões como: “superdimensionado”, “gripezinha”, “eu não sou coveiro”, “cloroquina e tubaína”, “se tomar vacina e virar jacaré, não tenho nada a ver com isso”, “não está comprovada cientificamente” (relacionada à vacina CoronaVac)²⁵⁸. Neste caminho, o Brasil finalizou o ano de 2021 com 616.018 mortes em decorrência da covid-19²⁵⁹. Para Antunes:

Com Jair Bolsonaro, o quadro se tornou verdadeiramente desesperador para a classe trabalhadora. A política econômica do seu governo expressa um enorme e desprezo pela *vida* do(a) assalariado(a) as maiores vítimas da pandemia. O dilema da classe trabalhadora tornou-se mais rude e duro: se voltam a trabalhar ou se permanecem em seus postos de trabalho, convertem-se em reais candidatos à vala comum de cemitérios; se acata o isolamento e a quarentena, a classe trabalhadora que se encontra na informalidade morre de fome (Antunes, 2022, p. 43).

As centrais sindicais, em atos unificados, pediram o pagamento de auxílio emergencial, isolamento imediato no país, implantação de um plano de vacinação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)²⁶⁰. O SUS, em meio à pandemia, ao mesmo tempo em que constatou sua importância e a de seus

enquanto manteria a economia aberta. Em meio às controvérsias emergentes, o ministro da saúde, publicamente confiável, foi demitido por apoiar as medidas de quarentena impostas por governadores e prefeitos, mas politicamente consideradas desastrosas por Bolsonaro. O sucessor do ministro da saúde declinou do cargo em poucas semanas, as mortes por covid-19 no Brasil subiram até o patamar de colocar o país como o segundo em número de mortes no mundo” *Comparative Covid Response: Crisis, Knowledge, Politics* (CompCoRe) – 2021, p. 13. Trecho com tradução livre pela autora da tese. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2021/02/Comparative-Covid-.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

²⁵⁷ Citamos uma matéria que expõe a situação experienciada em Manaus/AM, mas a realidade foi a mesma em todo o país. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/15/covid-em-manaus-sem-oxigenio-pacientes-dependem-de-ventilacao-manual-para-sobreviver-em-manaus.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

²⁵⁸ Resumo das declarações disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

²⁵⁹ Dados estatísticos disponíveis em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

²⁶⁰ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/01/pandemia-centrais-sindicais-pedem-auxilio-emergencial-e-isolamento-imediato-no-pais/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

profissionais, expôs suas fragilidades oriundas da falta de investimento e sucateamento dos serviços de saúde, acentuado inclusive após aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016²⁶¹. Evidenciou-se a necessidade de defesa deste modelo de saúde pública universal, com investimentos reais no setor de saúde²⁶², porém, o que foi demonstrado no relatório final da CPI da covid-19 foi o superfaturamento na compra de vacinas, o crime de epidemia, que teve mortes como consequência, o charlatanismo, a prevaricação, dentre outros²⁶³.

No que tange à educação, especificamente ao Ensino Superior, a situação pandêmica suscitou a adoção de tecnologias de comunicação para favorecer o ensino à distância, e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram a debater a adesão e a implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), ou equivalente. Há muitos entraves para o ensino à distância. Alessi e Soares et. al. (2021, p. 17) alertam para o risco de apropriação do agir docente em seu processo de trabalho e pontuam que “corporações, como a Google e a Microsoft, dominam e fidelizam os clientes professor e aluno na dependência do consumo, agem abertamente para acumular patentes de direitos intelectuais, que são bens de capitais, gastando milhões dentro dessa lógica”, e seguem em sua avaliação:

Os docentes são submetidos às modalidades do trabalho remoto, enquanto o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre o trabalho vivo e o morto. Assim, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional (Alessi & Soares et al., 2021, p. 17).

O relatório da ANDIFES (2021, p. 7-8) apurou que as IFES, em sua maioria, concentraram esforços em manter as “ações de permanência estudantil (auxílio emergencial; auxílio para compra/empréstimo de equipamentos de informática; auxílio para conexão de internet; adaptar ações de suporte psicossocial e de saúde mental para atendimento remoto; entre outras)”, além de organizar capacitação para técnicos e docentes para o uso de tecnologias digitais necessárias para implantação do ERE.

²⁶¹ Alguns alcances desta emenda foram, conhecida como *PEC da Morte*, apresentados no capítulo 2 desta tese.

²⁶² O CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) apresenta a importância do SUS na pandemia. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/o-sus-foi-importante-para-pandemia-e-ter-papel-fundamental-no-periodo-pos-covid-avaliam-especialistas-durante-debate-organizado-pelo-conass/>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

²⁶³ Relatório final disponível em <<https://www.brasilefato.com.br/2021/10/20/leia-a-integra-do-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia-apresentado-por-renan-calheiros-no-senado>>. Acesso em: 10 maio. 2022.

O ERE é uma dimensão da precarização do trabalho experienciado na pandemia que transcorre de forma ainda mais perversa em trabalhadores *uberizados*, informais, terceirizados²⁶⁴. Para Antunes (2022, p. 41), quando se tem um sólido conjunto de leis que protegem o trabalho, quando há uma sólida organização da classe trabalhadora em sindicatos, “qualquer decisão tomada por governos e empresas tem de respeitar essas leis que funcionam como uma espécie de anteparo social”. Obviamente, a crise estrutural do capital incide sobre a totalidade da classe trabalhadora, e não há, de fato, uma solidez para a classe trabalhadora, tal como pode ser observado no processo de devastação e corrosão dos direitos trabalhistas, expresso, por exemplo, através das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias²⁶⁵.

Neste caminho, é preciso registrar que o ensino público superior brasileiro foi alvo de análise do Grupo Banco Mundial (BM)²⁶⁶ através do relatório *Análise do gasto público no Brasil*, publicado em novembro de 2007, que dedicou parte do seu conteúdo a esta finalidade. As medidas do capitalismo, em sua variante ultraneoliberal, que direcionam o Brasil, não nascem na pandemia, mas encontram, neste complexo momento, um meio para exacerbar suas ideias e “passar a boiada”²⁶⁷ de deliberações devastadoras a classe trabalhadora, próprias do projeto do capital em desenvolvimento. Em síntese, é possível observar o resumo do relatório através dos recortes de alguns trechos:

Enquanto professores do ensino básico recebem salários equivalente em linha com países de renda similar, os salários dos professores universitários parecem estar acima de vários países com renda per capita maior (128); Em média, um estudante em universidades públicas no Brasil custa de duas a três vezes mais que estudantes em universidades privadas (p. 131); A análise de eficiência realizada por meio da metodologia DEA confirma a existência de um alto nível, de ineficiência, de tal forma que os mesmos resultados poderiam ser atingidos com cerca de 17% menos de recursos; a ineficiência é maior em universidades federais: o valor adicionado é baixo em comparação com os seus custos (p.133); Os retornos do ensino superior são altos no Brasil, o que justificaria deixar que os estudantes paguem pela própria educação (p.136); Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB (p.137). Uma opção

²⁶⁴ O capítulo 1, subcapítulo 1.4, desta tese aborda a questão da uberização.

²⁶⁵ O capítulo 1, subcapítulo 1.5, desta tese aborda a questão das contrarreformas.

²⁶⁶ O Grupo Banco Mundial é dividido em instituições especializadas, quatro das quais atuam no Brasil: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), International Development Association (IDA), International Finance Corporation (IFC) e Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA).

²⁶⁷ Expressão utilizada pelo ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles, em referência à aprovação de mudanças legislativas, o ministro entendeu ser uma oportunidade, pois o foco da sociedade e da grande mídia estava no combate à pandemia. A fala aconteceu em uma reunião ministerial com o presidente da República Jair Bolsonaro, cujo vídeo foi exposto na grande mídia posteriormente. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares (Banco Mundial, 2007, p. 138).

Pereira (2012) pondera que a abordagem do Banco Mundial interferiu na gestão do sistema educacional, propondo uma reforma com base em princípios administrativos em detrimento aos pedagógicos ou políticos. Para o referido autor, a “ausência de qualquer consideração séria sobre o poder e a política resulta num tratamento administrativista da educação, que exclui da discussão as transformações econômicas, políticas e sociais provocadas por décadas de liberalização econômica” (Pereira, 2012, p. 7). Para Druck et al. (2017), as conclusões expressas no documento não são firmadas em uma pesquisa seriamente executada, já que a solicitação do estudo foi realizada com base em interesses econômicos e políticos, e os argumentos e indicadores apontados são destinados a justificar uma convicção político-ideológica falaciosa previamente existente, qual seja: “o Estado gasta muito, além do que seria necessário, e gasta de forma ineficiente” - bordão da direita e do capital financeiro repetido há muitos anos, independentemente de qualquer tipo de estudo” (Druck et al., 2017, p. 621).

Há um ataque à educação pública e às universidades, que é intrínseco ao capitalismo, cujas estratégias foram sendo expostas ao longo desta tese e acentuadas na pandemia. O relatório produzido pela ANDIFES (2021), já assinalado, versa sobre as atividades das instituições de Ensino Superior no ano de 2020 e expressa também o compromisso das universidades no enfrentamento à covid-19 e sua propagação. Como uma instância produtora de conhecimento, houve uma mobilização no estudo do vírus a fim de encontrar sentido para os efeitos da doença na vida das pessoas, abarcando as seguintes dimensões: na saúde, na educação, no trabalho, na economia, na política, na qualidade de vida, no desenvolvimento da criança e do jovem, etc. (ANDIFES, 2021, p. 4).

Outrossim, as universidades públicas federais retornam, em sua maioria, às atividades presenciais em março de 2022, porém, antes desta decisão, houve forte pressão por parte do Ministério da Educação para o retorno às atividades presenciais, inclusive com críticas à deliberação do Andes-SN, que condicionou o retorno à vacinação de trabalhadores e estudantes. Logo em sequência ao retorno, no mês de maio, o governo anunciou um corte orçamentário de mais de R\$ 1 bilhão nos orçamentos das universidades e institutos federais brasileiros. A ANDIFES emitiu uma nota em que ratificava o êxito e o protagonismo das universidades no combate e no controle direto da pandemia de covid-19 e que o orçamento de 2022 já havia sido aprovado abaixo das necessidades das IFES.

Em nosso entendimento, há uma relação estabelecida entre as medidas expressas no relatório do Banco Mundial e as ações governamentais, inclusive a PEC nº 206 (já mencionada nesta tese), que trata da cobrança de mensalidades no Ensino Superior público e se soma a este entendimento.

As ações sindicais, que, no Brasil, já atravessavam um momento de forte ataque não apenas pelas transformações do mundo do trabalho, como pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária²⁶⁸, encontra, na pandemia, mais um momento histórico de grande desafio. O foco das ações sindicais foram: campanha contra a votação da PEC nº 32, que dispõe sobre a Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados; posicionamento contra os constantes ataques do governo aos trabalhadores do serviço público, acentuados em meio à pandemia, com alusão ao privilégio no trabalho; protagonismo em campanhas pela cobrança de recursos e políticas públicas para áreas de saúde, pesquisa e tecnologia; forte posicionamento em favor da não redução de direitos e salários, e o repasse financeiro através de auxílios à população. A forma de luta necessitou ser adaptada em função dos novos desafios para a mobilização da classe trabalhadora, que já não podia mais ocupar as ruas em função da prevenção a doenças. As estratégias foram redimensionadas, ganhando espaço a disseminação maciça de informações pelas redes sociais, a pressão sobre as representações políticas (deputados, senadores, vereadores, ministros) através de abaixo-assinados organizados virtualmente, ajustes legais e técnicos para organização de assembleias, plenárias e congressos constituídos remotamente.

Para Antunes (2022, p. 27), a pandemia também ressalta, para o desespero do capitalismo, a relevância e a centralidade do trabalho, uma vez que as máquinas não criam valor, mas o potencializam, em resumo: “sem o trabalho não há valorização do capital, o que estampa seu traço de autêntico parasita”. Contudo, o autor ressalta que o *capital pandêmico* é intensamente diferenciado ao atingir e penalizar as classes sociais, ao contrário do discurso policlassista em que o vírus não faz qualquer distinção social, não escolhe classe, etnia e gênero, pois há uma exorbitante diferença na exposição de trabalhadores homens e trabalhadoras mulheres, a diferença entre trabalhadores e trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiados, LGBTQIA+. “Sob impulsão das *necessidades mais elementares que lhes são vedadas*, tais setores da população dirigiram-se ao trabalho e à aglomeração social, aproximando-se potencialmente da contaminação e da morte” (Antunes, 2022, p. 30).

²⁶⁸ Ver capítulo 2 desta tese.

Estudos realizados pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, e por outro grupo do Instituto Polis apontaram que a população negra (pretos e pardos) morre mais que os brancos. Os dados revelados pelo grupo da PUC-Rio, ao final do primeiro ano de pandemia, demonstram que enquanto 55% de negros morreram por covid-19, a proporção entre brancos foi de 38%. O Instituto Polis apresentou a taxa de óbitos tendo por base a capital paulista, em que 172/100 mil habitantes foram de morte entre negros, e 115 óbitos/100 mil habitantes entre brancos²⁶⁹. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) registrou que as ações de prevenção, saneamento e o atendimento dos serviços de saúde são fatores que colocam em risco a população negra. Há ainda o apontamento da demora do Ministério da Saúde em colocar em seus registros os itens sobre cor, gênero e bairros das pessoas com covid-19, o que prejudicou a análise inicial²⁷⁰. Nogueira e Passos (2020, p. 6) chamavam a atenção, já nos primeiros meses de pandemia, para as desigualdades existentes no processo de propagação e morte ocasionado pela covid-19, em que a problemática foi relativizada para o bem-estar do mercado, dos bancos e da economia neoliberal, e aponta para o fato de “as mulheres negras, pobres, faveladas, e suas famílias, serem as mais atingidas”.

Neste cenário pandêmico aqui brevemente exposto, observando os desafios impostos pela própria pandemia da covid-19, a última categoria da pesquisa, mas não menos importante, que, em verdade, atravessa todas as outras questões em função das entrevistas, é *o trabalho em tempo de pandemia de covid-19*. Em relação às direções sindicais, o propósito foi desvendar como a pandemia incidiu sobre o trabalho e sobre as ações e mobilizações promovidas pelo sindicato, e quais estratégias foram adotadas para manter os princípios defendidos pelos sindicatos nesta conjuntura.

Fizemos muitas coisas com o STA, colocamos quatro *outdoors* em pontos estratégicos com orientações sobre a pandemia e contra a reforma administrativa, mostrando como o serviço público é importante. Contratamos um carro de som para circular pelo município com orientações sobre o cuidado com a saúde na pandemia, e divulgamos, a cada semana, temas que mostravam a importância da universidade, da pesquisa, para toda população. Houve reuniões com outras universidades para buscar novas estratégias, teve uma universidade que contou que viajava para fazer corpo a corpo com os parlamentares, não na pandemia, mas foi legal ter acesso a esse tipo de informação, fizemos reuniões com diversos setores. Estar distante me possibilitou participar de congressos virtuais, o que me fez muito bem. Criamos o SD on-line, que incentivou os professores a escreverem mais, ampliou os canais de comunicação com os professores. O grande desafio era

²⁶⁹ Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

²⁷⁰ Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/desigualdade-racial-por-que-negros-morrem-mais-que-brancos-na-pandemia/49455/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

como atingir a população, o carro e *outdoors* foram muito importantes, mas o carro só circulou no município onde está a sede da universidade, para os demais campi, não conseguimos, fizemos inúmeras *lives* e jornais on-line. A pandemia prejudicou, mas trouxe novas estratégias. Agora o mais importante que é o associado não foi plenamente atingido por estas ações, procuramos ser transparentes, dar o melhor atendimento para acolher o associado. Estamos aprimorando e capacitando os funcionários para melhor atender ao professor. O difícil foi o debate sobre o ensino remoto, eu fui uma voz dissonante, o grupo ligado ao Conlutas era contra o trabalho presencial e, o trabalho remoto, eu fui muito atacada! Falei como professora, e não como presidente, que era meu direito, não vou calar minha boca, porque sou a presidente, antes disso, sou professora. Não tem como lutar pela educação sem lutar pelos alunos, na Educação Básica, isso não acontece. Se faz greve, tem que repor aula, jamais vai fazer como o pessoal do Conlutas, que fala que não tem que repor, eu jamais vou fazer isso, eu sou professora, eu tenho um compromisso com meus estudantes, eu disse que os alunos não poderiam ficar dois anos sem ter aulas, vai desaparecer tudo, essa universidade vai fechar as portas, se nós ficarmos sem esse trabalho, se nos recusarmos a trabalhar remotamente, eu não estava defendendo trabalho presencial, é para assegurar a continuidade dessa universidade. Tudo que esse governo quer é que nós lavemos as mãos e deixamos tudo correr solto, e fiquemos parados dois anos! O governo vem aqui e diz: “olha, a sociedade não tem condições de manter a universidade assim”, e fecha as portas, e aí a sociedade vai dar todo apoio ao governo. Fui umas das apoiadoras da estratégia da reitoria, não fiz parte do grupo que deu a capacitação no primeiro semestre, mas foi uma decisão correta. Todo mundo ficou com muita raiva de mim, tive dores de barriga porque não é fácil quando as pessoas são muito agressivas com a gente, elas não sabem ser discordantes na educação e no respeito. São gritos, ofensas, ataques e, graças a Deus, eu sobrevivi, o trabalho remoto foi construído e meu trabalho tem sido de excelência, dentro das limitações, o trabalho presencial é o ideal, mas tínhamos que assegurar a formação de alunos prestes a se formar, a entrar no mercado de trabalho. Uma professora questionou: “não tem mercado de trabalho”, puta que pariu, se pensar que não tem emprego, ah, então, não vou estudar? As pessoas buscam qualquer argumento para sustentar as falácias de seu pensamento, sabem tudo, dizer que não tem mercado de trabalho é uma ofensa ao estudante, se volta contra o estudante. Eu fiquei muito chateada, mas foi minha posição, podem falar que isso é ser pelego, o que quiserem, mas essas pessoas não têm história do movimento operário, não sabe o que é ser pelego, não conhecem o papel do “Joaquinzão” na Ditadura Militar. Não sabem o papel do “Paulinho da Força”, o quanto ele ganha das empresas para fazer o que ele faz, ele ganha para não levar processo trabalhista adiante, isso é ser pelego, chamar qualquer um de pelego, porque discordam das suas opiniões, é ser medíocre, elas são pequenas, e se acham esquerda, eu nem sei, elas atrapalham, elas impedem a revolução, é isso, elas são tão fofoqueiras, se colocam tanto no lugar do ataque pessoal que impedem a revolução. Estou nervosa só de lembrar o que aconteceu fui tão atacada tão desmerecida, as pessoas tentaram me desqualificar, não foi uma vez ou duas, foi até agora! Há pouco tempo que começaram a ficar mais amenas, não sei por que, será que tudo isso foi porque nós ganhamos sindicato? Quer dizer que sindicato tem dono? Só pode um grupo ser direção do sindicato, outro grupo não pode ser? Os iluminados, a igreja que acha que é iluminada, só ela pode ser dirigente, o outro não pode ser e, também, participar do sindicato? Nós lutamos para as mulheres participarem, e sou mulher, mas, na cabeça maluca das pessoas, só alguns podem estar na direção do sindicato, isso é uma doença, o esquerdismo, doença infantil do comunismo. Eu trabalho muito, fui uma louca em ter entrado nisso, acho que não pensei direito, é levantar às 7h e ir dormir às 2h, isso é um terror, eu preciso parar com isso. Meu mandato termina em outubro, estou contando os dias, não pretendo reeleição de forma alguma. Faço meu trabalho com muito zelo, a SD está ficando impecável, organizada, estou organizando arquivos, dando formação aos funcionários, eles precisam melhorar o atendimento, não pode atender de qualquer jeito, a gente precisa melhorar o atendimento ao público, receber bem quem chega, eu sinto uma diferença, acho que é uma questão regional, precisa melhorar nosso trabalho

(Presidente do Sindicato Docente, mulher branca, 60 anos, heterossexual, doutora em educação, nove anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2021).

Durante a pandemia, nós evidenciamos o caso de pessoas que estavam passando por situação de angústia em função das circunstâncias, como conciliar isso com trabalho pensando na angústia que a pessoa já estava vivendo em função do próprio contexto? O sindicato teve uma atuação importante. O SD estabeleceu uma ação política para criação de um GT de parentalidade que tratasse as questões das pessoas que durante a pandemia estavam envolvidas em situações de angústia emocional em função de uma série de complicações e como conciliar isso com a sua atuação profissional. Mas sei que, em outros pontos em relação à saúde, a gente está deixando a desejar, por não ter clareza ainda de qual o melhor caminho para atuar nessa questão. O SD está fazendo um questionário sobre saúde que vai ser distribuído entre os docentes, relacionando à saúde, à questão da pandemia, como a pandemia afetou a saúde? Está demorando um pouco a sair, porque está sendo muito bem-feito, é uma ação que será bem-feita. A entrevistadora questionou se tem algum profissional de saúde ajudando a montar o questionário. Respondeu que tem uma pessoa da veterinária e que apresentaria a UST posteriormente, e continuou: o SD sente um pouco de desconforto em envolver instâncias da própria universidade em uma discussão sindical. Você vai fazer uma parceria ainda que seja sobre uma questão de aconselhamento técnico, mas isso não é uma coisa tranquila, do ponto de vista político, até onde pode ir esse relacionamento? Não é uma coisa tranquila para sindicato, eu sou mais liberal nesse sentido, a gente tem amadurecimento para interagir sem se deixar cooptar, mas tem muita gente que tem uma resistência muito séria, e isso é um elemento dificultador. Eu entendo que o motivo é porque muitas pessoas enxergam aquilo dali como um setor da universidade, da estrutura administrativa da universidade, existe uma visão de que o sindicato tem que antagonizar a universidade, eu entendo que é uma visão errada, mas isso é presente, então, qualquer tipo de interação com setores da estrutura da universidade é vista com desconfiança por alguns. Isso dificulta um pouco o diálogo, passa a ser mais complexo por conta disso. A militância em tempos de pandemia é completamente diferente, por incrível que pareça, eu acho que ela é mais absorvente do que em tempos presenciais, foi essa a nossa percepção, porque a todo tempo estamos sendo demandados para uma ação, que parecia em tempos presenciais, que era mais localizada. E agora, não sei se pelo fato de poder ser virtual, e aí pode ser tratado com mais com mais frequência, fizemos *lives* sobre todos os assuntos, ações e atos sobre todas as questões, eu diria que a minha percepção subjetiva da militância de forma virtual é que ela é muito mais intensa em tempos de pandemia, contrariando a minha própria expectativa, eu achei que fosse ser diferente. Tivemos que fazer uma avaliação do estatutos e das regras de sindicato, que não aceitava nada virtualmente, teve que ser adaptado, porque, de repente, esse passou a ser o único mecanismo, criou-se uma tensão de verdade sobre isso, entre o que se pode fazer e o que não se pode fazer virtualmente, até onde você pode ir de forma objetiva, mas a militância se intensificou, surgiram demandas imediatas do próprio trabalho remoto e, nesse ponto, o SD foi muito atuante, conseguiu várias conquistas para os docentes, por exemplo, a questão da adesão ao ensino remoto, o SD se posicionou, já que a adesão ao ensino remoto é voluntária, não faz sentido que os professores sejam cobrados sobre isso para progressão funcional. Em relação à própria implementação do ensino remoto, quais são as questões, por exemplo, de direitos autorais, propriedade intelectual das aulas, surgiram uma série de questões em função do ensino remoto, e o sindicato teve uma atuação bastante intensa. Uma coisa muito marcante da pandemia foi a questão da extensão do trabalho, o fato de você estar na sua casa é mais complicado, o trabalho se intensificou, então, veio a preocupação, você não sai mais do trabalho e diz relaxei, não é mais assim, isso se perdeu, o que ficou amanhã, eu trato, não! Você continua em casa, pensando nas mesmas coisas o tempo inteiro, vai dormir pensando nas coisas, porque, antes, havia essa separação, e isso é uma mudança muito marcante do trabalho remoto, impactou negativamente na minha opinião. Há uma preocupação permanente, uma soma de elementos de tensão que

vai contribuindo para o estresse. Outra demanda permanente que apareceu foi o suporte técnico para o treinamento e sobre equipamentos. A direção atual foi muito criticada, porque não disse simplesmente não ao ensino remoto. A gente avaliou que não havia condições políticas de sustentar o não trabalho remoto por tempo indefinido. Então, nós preferimos atuar no sentido de dizer precisamos de tais e tais e tais condições para o trabalho remoto, dentre elas, o treinamento e a capacitação do professor, porque é uma metodologia nova para a qual 90% dos professores não estavam preparados. Não fomos atendidos de forma satisfatória, mas insistimos muito. Não fomos atendidos, cada um está assumindo com o que tem. O SD tem procurado abrir espaço para professores associados ou não, inclusive em nossos grupos de trabalho, e claro que isso está facultativo ao professor substituto, ele não tem espaço nas deliberações, aí não tem como, precisa ser associado, mas, na verbalização das expectativas, a gente abre para toda a categoria, associados ou não. Os professores substitutos, de fato, não tiveram treinamento, este foi um dos aspectos mais negativos desse processo, deixaram os técnicos e substitutos de fora do treinamento, e nós descobrimos que essa questão foi da nossa universidade, em muitas outras universidades, não aconteceu dessa forma, houve um suporte muito maior para todos (Vice-Presidente do Sindicato Docente, homem branco, 53 anos, heterossexual, doutor em física, vinte e seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Foi uma grande mudança e uma grande adaptação, eu tenho orgulho de dizer que nosso sindicato foi elogiado nacionalmente. Ficamos felizes! Conseguimos entender esse momento de pandemia e se reinventar, demos uma guinada para adaptar, entendemos que as redes sociais são um espaço que deveria ser ocupado, e precisamos alimentá-las, criamos uma dinâmica de ter que ter notícia todos os dias, antes não precisava, não tinha essa necessidade. Dinâmica de oferecer aos técnicos espaços de participação, e utilizamos as *lives*, vídeos, seminários, colunas, tenho muito orgulho, fizemos várias assembleias on-line. Inclusive, no virtual, aumentou a participação em assembleias. Fizemos festas on-line, bingos, festa junina, festa de fim de ano, todas on-line. Fizemos uma paralisação com participação on-line e atividade durante um dia inteiro, e foi muito legal, houve muita participação. Mas isso exige uma entrega muito grande. A pandemia é péssima, mas entendemos que não dava para ficar apenas chorando, e hoje nosso sindicato tem ainda mais visibilidade nacional (Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, mulher negra, 56 anos, heterossexual, superior completo, trinta e dois anos de trabalho na universidade, aposentada, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Fizemos um trabalho social de arrecadação de mantimentos e roupas e distribuimos no município, montamos cestas básicas e levamos aos trabalhadores que estavam com mais dificuldades, a região é muito pobre e isso fez muita diferença e, também, trouxe grande visibilidade. Lembramos que estamos na baixa fluminense, então, a internet aqui é muito ruim, foram muitos desafios. Tivemos uma assembleia que foi invadida, muitas pessoas entraram sem autorização em bloco e xingaram, usavam palavras de baixo escalão, aí tivemos que mudar de plataforma. Hoje temos a TV STA, um canal no Youtube, e fizemos muitas atualizações (Coordenador-Geral do Sindicato de Técnicos Administrativos, homem negro, 36 anos, homossexual, superior completo, onze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, setembro de 2021).

Antunes (2022) avulta a imensidão de desafios impostos pela pandemia e destaca o desafio da *auto-organização*, entendido como um dos principais elementos estratégicos mediante o momento de fragilização dos sindicatos, somado à acomodação de seus setores mais cupulistas e conciliadores. Os relatos das direções sindicais indicam a estratégia de mecanismos, cujo foco é

alcançar o protagonismo da classe trabalhadora e ainda de aproximação da universidade à comunidade local, como é possível perceber nas ações praticadas pelo SD e pelo STA em meio à pandemia, conforme trechos em destaque:

[...] colocamos quatro *outdoors* em pontos estratégicos com orientações sobre a pandemia e contra a reforma administrativa, mostrando como o serviço público é importante. Contratamos um carro de som para circular pelo município com orientações sobre o cuidado com a saúde na pandemia e divulgamos, a cada semana, temas que mostravam a importância da universidade, da pesquisa, para toda população. Houve reuniões com outras universidades para buscar novas estratégias (Presidente – STA).

[...] criação de um GT de parentalidade que tratasse as questões das pessoas que, durante a pandemia, estavam envolvidas em situações de angústia emocional (Vice-Presidente – STA).

[...] entendemos que as redes sociais é um espaço que deveria ser ocupado e precisamos alimentá-las, criamos uma dinâmica de ter que ter notícia todos os dias, antes, não precisava, não tinha essa necessidade. Dinâmica de oferecer aos técnicos espaços de participação, e utilizamos as *lives*, vídeos, seminários, colunas, tenho muito orgulho, fizemos várias assembleias on-line (...) fizemos festas on-line, bingos, festa junina, festa de fim de ano, todas on-line. Fizemos uma paralisação com participação on-line e atividade durante um dia inteiro, e foi muito legal, houve muita participação (Coordenadora-Geral – STA).

[...] fizemos um trabalho social de arrecadação de mantimentos e roupas e distribuímos no município, montamos cestas básicas e levamos aos trabalhadores que estavam com mais dificuldades, a região é muito pobre. e isso fez muita diferença e também trouxe grande visibilidade (Coordenador-Geral – STA).

Para Antunes (2022), algumas práticas se convertem em verdadeiros laboratórios de experimentação, e destaca como exemplo o *home office*, o teletrabalho, e o ensino à distância (EaD). Estes pontos sobressaem na fala das direções do sindicato docente, com destaque para o ensino remoto emergencial (ERE), que foi experienciado na universidade a partir de um complexo debate no interior do SD. Segundo a presidente, “o difícil foi o debate sobre o ERE, eu fui uma voz dissonante, e o grupo ligado à Conlutas era contra o trabalho presencial e o trabalho remoto, eu fui muito atacada”, e ratificou que o posicionamento ocorre em defesa dos discentes: “eu sou professora, eu tenho um compromisso com meus estudantes, eu disse que os alunos não poderiam ficar dois anos sem ter aulas, vai desaparecer tudo, essa universidade vai fechar as portas”. O vice-presidente do SD, em relação ao ERE, assinala: “quais são as questões, por exemplo, de direitos autorais, propriedade intelectual das aulas? Surgiu uma série de questões em função do ensino remoto, e o sindicato teve uma atuação bastante intensa”.

O ERE foi brevemente abordado nesta seção e as questões de propriedade intelectual haviam sido sinalizadas por Alessi e Soares et al. (2021, p.17), em que denunciam que grandes empresas, como a Google e a Microsoft, agem para acumular patentes de direitos intelectuais, que são bens de capitais. Para o Andes-SN (2020, p. 13): “*ensino remoto* são atividades síncronas e assíncronas que meramente permitem, sem nenhum apoio pedagógico ou qualquer estrutura adequada, a transposição de aulas presenciais para virtuais”, e segue com a ponderação acerca da realidade brasileira, em que “4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet. Em uma realidade em que 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador” (Andes-SN, 2020, p. 14). Ou seja, a entidade não apoiou a adesão ao ERE, e, sim, a realização de um debate aprofundado e expressivo nas universidades, para então deliberarem a respeito. E assinalou a preocupação com gestores que transvistam “seus processos com cara e cheiro de democracia, mas sem de fato promovê-la, quando realizam as etapas do ‘diálogo’ com prazos exíguos” (Andes-SN, 2020, p. 44).

Faria et al. (2021, 140) apresentam a análise dos efeitos do ERE na vivência dos estudantes e sinalizam:

Em relação às condições satisfatórias para o estudo remoto, 42.4% dos estudantes afirmaram não as possuir para o ensino remoto. Durante o período de isolamento social, 41.7% dos estudantes relataram intenção de abandonar os estudos. Foi observado que 62.6% sofreram impactos financeiros negativos em decorrência da pandemia da covid19 e 80% afirmaram ter sofrido impactos psicológicos. Esses últimos, quando solicitados a descrevê-los, apontaram a ansiedade (84.8%) e o estresse (69.7%) como os principais sintomas.

Segundo a ANDIFES (2021), as IFES expressaram grande preocupação em subsidiar as condições necessárias aos estudantes para o ensino remoto e a capacitação do corpo docente. Para a entidade, durante a experiência do ensino remoto, foi observada a exigência de novos hábitos, habilidades e competências, e o processo provocou inquietações, saberes, frustrações e êxitos, “fazendo com que outros horizontes, na esfera educacional, precisassem ser rapidamente incorporados pelas IES, de forma incontornável, dada a necessidade de preservação da vida” (ANDIFES, 2021, 79). Neste momento pós-pandêmico, a ANDIFES (2021) destaca o uso de outra modalidade, o ensino híbrido, caracterizado pelo uso de soluções combinadas ou mistas, envolvendo interação entre as modalidades presencial e EaD, que está sendo adotado, resguardadas as medidas de biossegurança, no período em que o ensino remoto ainda permanece enquanto ocorre um retorno gradual das atividades letivas presenciais.

A presidente do SD, na sequência de seus relatos, afirma que foi chamada de *pelega*²⁷¹ ao defender a adesão ao ERE: “podem falar que isso é ser pelego, o que quiserem”. Antunes e Silva (2015, p. 525), no dossiê *Para onde foram os sindicatos?*, indicam uma resposta à questão, em que as últimas décadas favorecem ao novo sindicalismo uma “esdrúxula combinação, síntese de, ao menos, três movimentos: a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a forte influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada, ainda, pelo culto da negociação e defesa do cidadão”. A questão do peleguismo é associada à política conciliatória, em que não há rompimento com as práticas governamentais.

A presidente do SD segue seu relato e desabafa: “o esquerdismo, doença infantil do comunismo”, e traz ao debate a problemática de posicionamento da esquerda na política brasileira. A esquerda é heterogênea, e buscar uma ação unificada tem se constituído em um grande desafio. Para Antunes (2022, p. 45), as esquerdas sociais e políticas não podem mais continuar seguindo as rotas tradicionais, e seu maior desafio “é atuar na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras para avançar no desenho de um novo projeto humano e social, um novo modo de vida”. Obviamente, o cenário é complexo, o avanço da extrema-direita polarizou a sociedade e está assumindo uma posição *ultra-agressiva*, como ratificou o autor. Mas a história atual apresenta indícios de novos contornos, e há elementos para afirmar que as estratégias, ainda que vagarosamente, vêm alcançando seus objetivos. Nesse sentido, a derrota de Donald Trump, nos EUA, é significativa, à medida que representava uma liderança para a extrema-direita e para o (neo)fascismo. Lideranças progressistas vêm ganhando espaço na América do Sul, como a vitória de Alberto Fernández, na Argentina, em 2019, Gustavo Petro e Francia Márquez, na Colômbia, em 2022, Andrés Manuel López Obrador “AMLO”, no México, em 2018, Gabriel Boric, no Chile, em 2019, dentre outros, e o Brasil segue vivenciando, neste ano de 2022, seu período de eleições presidenciais, que despontam na liderança o ex-presidente Lula (no momento da escrita deste trecho da tese, final de julho de 2022, com 47% das intenções de votos) e Bolsonaro (com 29%)²⁷².

Em continuidade, Antunes (2022, p. 44) reafirma: “sabemos que há um real desafio para o *sindicalismo de classe e de base* que será o de representar o

²⁷¹ A questão do peleguismo é abordada no capítulo 2, subcapítulo 2.1, desta tese.

²⁷² Pesquisa realizada em julho de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/07/28/datafolha-lula-tem-47percent-no-primeiro-turno-contra-29percent-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

conjunto amplo, compósito e heterogêneo da classe trabalhadora em sua nova morfologia”. Dessa forma, o caminho para a constituição de um *sindicalismo de classe e de base* não é linear, mas é um princípio que norteia as ações sindicais comprometida com a construção de uma nova sociedade.

A investigação seguiu com a mesma categoria – *trabalho em tempo de pandemia de covid-19* – e buscou, a partir dos trabalhadores atuantes na base sindical, desvendar como a pandemia incidiu sobre o trabalho, as ações e mobilizações promovidas pelos sindicatos e quais as estratégias adotadas para manter os princípios defendidos pelos sindicatos nesta conjuntura, além de apurar se a forma como a direção adaptou o trabalho em tempos de covid-19 contribuiu para a promoção a saúde e atendeu aos preceitos da base.

Mais uma vez não vejo nenhum trabalho da seção sindical que pense na saúde do trabalhador, mesmo em meio à pandemia. A precarização do nosso trabalho é absurda, vários cortes, e não tem auxílio para o *home office*, custos de luz, terei que comprar um computador novo. Eu implorei para que isso fosse pauta em uma assembleia deliberativa, ainda não entrou, é muito negligenciada essa questão das condições de trabalho que repercute sobre a saúde. Não vejo nenhum movimento da seção sindical. Sei que tem um comitê covid-19 na universidade, mas que ele é dirigido pela pró-reitora, que não é da área de saúde, e agora vai ser por outra pessoa, que também não é da saúde. A questão da saúde está intrínseca, deveria ser dirigido por alguém da saúde, como um assistente social, pois precisa pensar em como planejar, organizar a questão da saúde na pandemia. A gente pode morrer a qualquer momento, está muito difícil, para minha saúde mental, é extremamente desafiador, eu estou bem, porque ainda estou medicada com antidepressivos, menos do que usava quando estava depressiva, mas ainda uso. Quando eu soube do ensino remoto e conhecendo das fragilidades da nossa COTIC (Coordenação da Tecnologia da Informação e Comunicação), e várias outras coisas, eu fiquei desesperada, isso foi um gatilho importante. Tinha também coisas pessoais, eu me divorciei em meio à pandemia, mas, de fato, é muito complicado. São condições que levam ao adoecimento. Penso em pedir licença novamente, mas eu gosto muito de estar em sala de aula, mas é tanta cobrança, e nada é aliviado. A universidade só transmite as cobranças do MEC e não dialoga com a base, o sindicato também não, então, eu estou me sentindo muito à deriva. Teve uma assembleia sindical para discutir o ensino remoto, eu e outros colegas nos colocamos, mas acontece que atual gestão é muito ligada à reitoria, tanto a passada, como a atual, que é o mesmo grupo e a mesma corrente político-partidária. Dentro de uma universidade, que é uma coisa ampla, eu acho muito absurdo que a gente não tenha um espaço de trocas entre sindicatos, estudantes, técnicos e docentes, e isso é ainda mais grave em tempo de pandemia (Docente - Base de Sindicato Docente, mulher branca, 46 anos, heterossexual, doutorado em Química Biológica, catorze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Quando eu penso no perfil das pessoas que frequentavam as assembleias presenciais, eu imaginei, tudo bem, é um público heterogêneo, mas a maioria era mais idosa, composta por aposentados. Fiquei pensando, como vão fazer para se articular?, o STA fez *lives*, abriu Instagram, esse público ainda não surfou nessa onda, então pensei: “vamos perder o contato do sindicato com a sua base”, eu acho que até aconteceu, esse público se afastou, mas o STA fez um trabalho incrível, abriu Telegram, Instagram, Facebook, Twitter, Youtube, houve um esforço do sindicato para conseguir atingir a todos, às vezes as pessoas nem comentavam e curtiam as páginas, mas era perceptível o esforço do sindicato para continuar ativo, e eles descobriram uma nova força. Eles fizeram isso com uma naturalidade, uma

força muito grande, fizeram o melhor frente à pandemia, agora, se por um lado o perfil que frequentava presencial, acabou se afastando um pouquinho, por outro lado, as assembleias virtuais que eu participei fizeram com que novas pessoas frequentassem e passassem a participar, acho até que aumentou e muito. Além de, por exemplo, quando tinha assembleia física, dava umas 11h, as pessoas começaram a levantar para sair para almoçar, na assembleia virtual, isso não aconteceu, elas já estavam em casa, então, conseguiram participar e fazer as suas coisas. O sindicato se colocou de uma forma muito correta, em conjunto com a declaração do reitor e o posicionamento da gestão superior, de que só era para funcionar os serviços essenciais, e tem tentado defender que as pessoas não vão em caso de não estarem atuando em um setor que não seja essencial. O meu setor, por exemplo, não é essencial, pode até morrer uma planta no campo, mas não é a saúde direta da pessoa, não é mais grave do que o aluno ficar sem aula, não somos setor essencial, mas estamos funcionando todos os dias por meio período. Não foi o chefe que impôs, na verdade, eu venho porque adoro meu trabalho, e não quero ver as plantas morrendo, eu não tenho muito contato com as pessoas, ao vir trabalhar, não me sinto em risco, eu tenho esse privilégio, trabalho em uma sala sozinho e tenho o privilégio de trabalhar no campo, além de não usar transporte público. Estamos funcionando, sei que é o contrário da orientação do sindicato e da própria gestão, mas temos funcionado. Um terceirizado e um vigilante tiveram covid-19, bem no início, não dá para saber se foi relacionado ao trabalho, mas, como somos poucos, se parar para pensar, representa 30% da equipe. São pessoas que nós gostamos muito, ficaram bem depois, mas foi um livramento. Em relação ao restante da universidade, acho que foi muito coerente, é um setor essencial? Não é? Então temos que trabalhar dentro dessas instâncias máximas e pronto, tenho visto uma grande discussão sobre como vai ser trabalho remoto junto com a pró-reitora e como isso se daria, eu acho que isso é muito importante, quando você fala de trabalho remoto, para docente há um tipo de plano de trabalho, quando você fala de técnico, é diferente. Eu, por exemplo, tenho dois técnicos que são jardineiros, como vai fazer um trabalho remoto, é complicado. O produto final sobre a regulamentação do trabalho remoto tem que ter o dedo do sindicato, a participação efetiva do sindicato (Técnico Administrativo - Base de Sindicato dos Técnicos, homem branco, 35 anos, heterossexual, Doutor em Agronomia, seis anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

A fala da docente atuante na base do SD apresenta algumas contradições em relação às ações descritas pela direção sindical. A docente registra: “mais uma vez não vejo nenhum trabalho da seção sindical que pense na saúde do trabalhador”. O vice-presidente cita a criação de um GT sobre parentalidade e um questionário sobre a saúde na universidade. A docente da base pondera sobre a negligência em relação à “questão das condições de trabalho que repercute sobre a saúde” e denuncia a existência de um comitê covid-19 na universidade “dirigido pela pró-reitora, que não é da área de saúde”. O vice-presidente do SD, ainda a respeito do questionário sobre a saúde docente, relata dificuldades em realizar parceria com a UST: “eu entendo que o motivo é porque muitas pessoas enxergam aquilo dali como um setor da universidade, da estrutura administrativa da universidade, e existe uma visão de que o sindicato tem que antagonizar a universidade”. Esta fala ratifica o relatado pela coordenadora de promoção em

saúde da UST: “há demandas que o sindicato docente relata sobre saúde e que não chega à UST, não há comunicação entre as unidades²⁷³”.

A experiência do MOI, apontada nesta tese²⁷⁴, registra que, enquanto os sindicatos da categoria não articulavam as mobilizações que contemplassem as demandas dos operários, o MOI organizou, de forma autônoma, lutas e paralisações com o lema “a saúde não se paga”. O alcance do movimento foi atrelado a autorrepresentação dos trabalhadores, já sinalizado por Antunes (2022) como um elemento de resistência. O desafio para um *sindicalismo de classe e de base* parece ser, de fato, representar os interesses dos trabalhadores de forma a abarcar toda a sua heterogeneidade. É imperioso estar atento sobre a individualização dos trabalhadores, que é uma estratégia do capitalismo. Berlinguer (1983, p. 54) assinala que o médico (estendo a referência técnica aos demais profissionais de saúde do trabalhador) deve observar “o conjunto das relações de trabalho e sociais”, em detrimento a um olhar apenas biológico. Esta é uma premissa que precisa ser elaborada junto à UST, mas o SD não a provoca sobre o tema e se restringe a fazer parte da gestão. A equipe da UST não quer vinculação aos sindicatos, e os trabalhadores da universidade sentem que sua saúde não é priorizada nem em meio a uma pandemia.

O técnico atuante na base do STA registra o esforço do sindicato para criar mecanismos de participação em meio à pandemia: “às vezes as pessoas nem comentavam e curtiam as páginas, mas era perceptível o esforço do sindicato para continuar ativo, e eles descobriram uma nova força”, e avalia que o formato digital ampliou o número de trabalhadores participantes em assembleia, porém, não conseguiu manter a base de idosos e aposentados que frequentavam no modelo presencial. Em relação ao trabalho presencial na pandemia, a condição foi: “é um setor essencial? Não é? Então temos que trabalhar dentro dessas instâncias máximas e pronto”. É preciso pontuar que a luta sindical em relação ao que era essencialidade transcorreu no âmbito do conselho universitário. O comitê covid-19, já exposto na fala da docente da base, possuía uma liderança vinculada à gestão da universidade não ser protagonizada por um profissional de saúde. A luta sindical foi determinante para a garantir o trabalho não presencial e a prioridade à saúde.

Em continuidade, foi abordada a mesma categoria, *trabalho em tempo de pandemia de covid-19*, junto aos trabalhadores com diferentes vínculos

²⁷³ Fala registrada no capítulo 3, subcapítulo 3.3, desta tese.

²⁷⁴ Ver capítulo 3, subcapítulo 3.1, desta tese.

empregatícios que compõem a universidade: professor substituto, auxiliar administrativo terceirizada, auxiliar de serviços gerais terceirizada e o servidor reintegrado. O objetivo foi desvendar como a pandemia incidiu sobre as ações laborais desempenhadas pelo trabalhador, houve alguma adaptação? Quais as ações realizadas com vistas a sua saúde?

Quando eu retornei para a universidade, a pandemia já estava em vigor, então todas as estratégias já estavam definidas, os períodos já estavam marcados, o que eu vejo hoje na pandemia acontecendo é a preocupação com os estagiários, com os alunos que precisam ir para o campo de estágio, porque, se dependesse de um grande grupo da universidade, já estava todo mundo na rua. Alegam que tem assistente social da saúde que está trabalhando, e tem outros que não estão, e tem outros que estão trabalhando remotamente, e isso acabou influenciando os alunos que também acham que deveriam estar no campo, só que nós tentamos preservá-los mediante a vacinação, se vacinou, tudo bem, mas, se não, melhor não ir para lá. Em relação ao trabalho na pandemia, eu posso falar de uma visão geral e uma visão muito particular da universidade, na visão geral, todos os professores, sejam de universidades privadas ou públicas, estão extremamente fadigados. Na privada, porque exigem muito desse professor, ele precisa ser o cara, ou artista, então usa várias estratégias, e isso acaba cansando. Na pública, estamos tendo um período em cima do outro, então o professor não descansa, ele está emendando várias atividades e cada atividade vai sobrecarregando mais, o professor está muito sobrecarregado! Em particular, nesta universidade, a gente vê isso pela conversa dos professores, pela intolerância com algumas coisas no âmbito das reuniões, às vezes você está discutindo uma coisa que é essencial, o cara até entende a importância, mas ele já está de saco cheio de discutir, de reunião, ele não aguenta mais ficar em reunião, ele já está querendo explodir o computador, porque ele fica muitas horas na frente de um computador, fica horas preparando a aula e fica horas dando aula. Isso gera uma sobrecarga maior do que antes, eu ouvi um professor dizer que, antes, conseguia corrigir 50 trabalhos em 4 horas de leitura, e hoje não! Porque você tem que puxar uma seta dali uma outra daqui e isso cansa, está uma fadiga muito grande dos professores, e essa questão de colocar vários períodos em um tempo muito curto está sobrecarregando ainda mais. Eu acredito que vão chegar no fim do ano poucos professores, alguns vão precisar tirar licença no meio do caminho porque estão com o psicológico não muito bom, você tem medo do invisível, você preserva a sua família, e ao mesmo tempo você não tem a privacidade que você precisa para dar aula, é tudo uma reorganização que atinge demais a saúde mental e justamente essa saúde mental que precisaria estar boa para o professor dar aula, e isso vai rebater sobre os alunos, inclusive eu li na avaliação dos alunos falando sobre a sobrecarga de leitura, mas por conta de ter que fazer atividade síncrona e assíncrona, então você precisa estar preparado para aula síncrona e ainda fazer atividade da aula assíncrona, e ainda tem professores que mantêm o formato de prova e outros trabalhos padrões, então a sobrecarga é muito grande para esses alunos, que acabam também gerando uma intolerância para com os professores, é um momento muito ruim, que ninguém estava preparado tecnologicamente e psicologicamente. Eu acredito que vai haver uma proposta de retorno presencial e que vai vir uma pressão de cima para baixo de um híbrido, que não se tem estrutura para acontecer, o que vai exigir ainda mais o professor, como o professor vai dar conta de uma relação híbrida sem infraestrutura, a universidade pública não tem, primeiro pensando na realidade da sala de aula, que é enorme e cheia de eco, mal iluminadas, imagino o acesso à internet. Há um desgaste para saúde do trabalhador, inclusive eu achava que a saúde do trabalhador tinha que estar à frente nesse momento, reconhecendo todas as limitações dos colegas que estão sendo sobrecarregados por esse processo trabalho, eu achava que a saúde trabalhador tinha que está aí, à frente, questionando, brigando, lutando pela vacina, auxiliando, apoiando e instrumentalizando para construção de justificativas, inclusive sobre o não retorno, para questão do trabalho remoto, de como será esse

trabalho remoto, do período de trabalho, brigando pelo período de descanso entre um período e outro. O professor, nos 10 dias que teria de férias, não consegue desligar, porque ele ainda tá fechando uma nota ou outra, atendendo um aluno ou outro, até porque, na pandemia, você começou a socializar mais o seu telefone e perde ainda mais a sua privacidade, você perde tudo, na verdade, é uma invasão de tudo, antes você respondia ao aluno quando estava na universidade, agora você responde por 24 horas, você está com aluno por 24 horas, seja pelo WhatsApp, seja pelo e-mail, seja em meio a uma reunião, o aluno sempre está ali presente, exigindo de você. É uma pressão institucional que você tem que cumprir períodos, prazos, você tem que dar conta, e eu acrescento uma peculiaridade desta universidade, ninguém me ensinou nada, ninguém me falou nada sobre como funcionava esse sistema, eu entro em meio a um período que o sistema está sendo implantado e que ninguém sabe me explicar como se usa o sistema, só diz assim: “entra no SIGA e faz isso entra no SIGA e faz aquilo, e você se vira para buscar tutorial”. Eu tento sempre dinamizar a aula, porque eu odeio o professor que só fala, fala, fala, que às vezes o pensamento do professor está muito longe, então tento trazer coisas mais reais e concretas da realidade do aluno, eu trago casos, situações, e tento concretizar o conteúdo. Entendendo todas as limitações dos colegas da saúde trabalhador, mas eu penso que eles deveriam se fazer mais presentes nesse momento! Talvez o professor não chegue até o sindicato para falar isso, ele fica tão doente que ele não consegue chegar nem até o sindicato. Fazer um bom trabalho ofusca os brilhos políticos de outras pessoas, e partir daí o processo de assédio é muito maior. (Professor Substituto, homem branco, 42 anos, homossexual, doutor em serviço social, dois anos em períodos não sequencias de trabalho na universidade, em entrevista à autora, outubro de 2021).

Quando chegou o período da pandemia, eu já era servidora, então esse eixo não se aplica. Mas sei que a universidade já não tinha servidor terceirizado neste período, na área administrativa, e na área de limpeza, mandou embora todos os terceirizados. (Auxiliar Administrativa Terceirizada, mulher parda, 43 anos, heterossexual, superior em administração, dez anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, agosto de 2021).

Quando a pandemia iniciou, em março de 2020, eu já havia saído da universidade, eu saí em janeiro, mas sei que todos foram demitidos. (Auxiliar de Serviços Gerais Terceirizada, mulher negra, 65 anos, heterossexual, Ensino Médio incompleto, vinte e oito anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, maio de 2021).

Eu não tinha como fazer meu trabalho, eu não tinha internet, meu celular é ruim, eu não tenho computador, não tem uma internet boa. Eu fui lá algumas vezes, assinei meu ponto, ajudei lá um pouco, quando alguns professores pediam, mas não trabalhei, não, fiquei em casa (Auxiliar Administrativo - Reintegrado, homem pardo, 58 anos, heterossexual, sexto ano do Ensino Fundamental, treze anos de trabalho na universidade, em entrevista à autora, julho de 2022).

Existem muitos elementos presentes na fala do professor substituto, em relação à saúde e à UST, dos quais, destacam-se: “eu acredito que vão chegar no fim do ano poucos professores, alguns vão precisar tirar licença no meio do caminho, porque estão com o psicológico não muito bom”; “é tudo uma reorganização que atinge demais a saúde mental, e justamente essa saúde mental que precisaria estar boa para o professor dar aulas, e isso vai rebater sobre os alunos”; “há um desgaste para a saúde do trabalhador, inclusive eu achava que a saúde do trabalhador tinha que estar à frente nesse momento”; “entendo todas as limitações dos colegas da UST, mas eu penso que eles deveriam se fazer mais

presentes nesse momento”, “talvez o professor não chegue até o sindicato para falar isso, ele fica tão doente que ele não consegue chegar nem até o sindicato”.

O relato do professor substituto corrobora com as questões sobre trabalho e saúde já elencadas ao longo deste estudo. Marx (2013, p. 342) assinala que “o capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração”. O lugar de protagonismo da UST em meio à pandemia, na universidade analisada, não acontece. Os relatos das coordenações da UST também corroboram para esta informação. Os motivos a serem considerados perpassam pela visão da gestão da universidade sobre a saúde do trabalhador, pelo entendimento da própria UST com uma atuação alinhada à saúde ocupacional e a não cobrança por parte dos sindicatos sobre este protagonismo²⁷⁵.

A saúde do corpo docente em meio à pandemia também foi considerada: “o cara até entende a importância, mas ele já está de *saco cheio* de discutir, de reunião, ele não aguenta mais ficar em reunião, ele já está querendo explodir o computador”; “você perde tudo, na verdade, é uma invasão de tudo, antes, você respondia ao aluno quando estava na universidade, agora você responde por 24 horas, você está com o aluno por 24 horas”; “é uma pressão institucional que você tem que cumprir períodos, prazos, você tem que dar conta, e eu acrescento uma peculiaridade desta universidade, ninguém me ensinou nada, ninguém me falou nada sobre como funcionava esse sistema”; “eu acredito que vai haver uma proposta de retorno presencial e que vai vir uma pressão de cima para baixo de um híbrido que não se tem estrutura para acontecer, o que vai exigir ainda mais do professor”.

A pandemia é marcada por momentos de incertezas que atravessam o cotidiano, o trabalho e, no bojo das relações saúde-doença, sobressaem como lugar de angústia, uma vez que a ausência de uma política pública efetiva na condução do momento pandêmico contribui para os agravos a saúde. Ao tratar especificamente do corpo docente, os impactos do ERE sobre a saúde precisam ser considerados, são muitas adaptações exigidas, a realidade do *home office* é complexa. Para Antunes (2022), o *home office* tem um caráter sazonal, nesse caso, somente durante a pandemia, e o trabalho realizado em casa deve ser igual ao realizado *in loco*, com idêntica carga horária. Contudo, não é considerada a estrutura física para a realização da atividade e as adaptações do próprio sistema

²⁷⁵ Ratifica-se que os relatos dos coordenadores da UST estão expostos no capítulo 3, subcapítulo 3.3, desta tese.

didático pedagógico, os fatores de saúde inerentes a esta grave crise sanitária, que incidem sobre a saúde física e mental de forma peculiar em cada trabalhador. Em meio a estes fatores, a lógica do produtivismo foi mantida. Os reais efeitos do ERE para a saúde dos trabalhadores ainda não podem ser dimensionados, dado que as aulas presenciais ainda estão sendo estabelecidas em sua totalidade e as consequências serão apreendidas no decorrer do momento pós-pandêmico.

A auxiliar administrativa relata que a universidade já havia extinguido o quadro de terceirizados do serviço técnico antes do período de pandemia e por isso não poderia contribuir com esta categoria de análise. A auxiliar de serviços gerais havia sido demitida em função do que definiu como “perseguição no trabalho”, em um período anterior à pandemia, e, também, não poderia contribuir com esta categoria. No entanto, ambas relataram ter conhecimento que todos os trabalhadores terceirizados vinculados aos serviços gerais haviam sido demitidos em meio à pandemia.

Nessa perspectiva, foi possível apurar que a empresa terceirizada que prestava serviços na área de serviços gerais na universidade analisada demitiu cerca de 160 trabalhadores decorridos cinco meses de pandemia. Estes trabalhadores não haviam interrompido as atividades presenciais, mesmo com todas as atividades suspensas na universidade, representando uma acentuada disparidade em relação a todos os demais trabalhadores e uma exposição direta ao vírus.

Um documento organizado pelo movimento estudantil da universidade relata²⁷⁶: “a universidade nada fez contra os abusos e omissões da empresa contratada”, ratificando ações de negligência quanto ao direito à vida de cada trabalhador. O movimento estudantil segue em seu relato: “a mesma administração que se mostrou tão preocupada com a aprovação do ERE, [...] que não os deixaram esconder a pressa e a urgência que tinham em aprovar essa gambiarra de EaD, se ausentam de demonstrar o mesmo esforço e preocupação em garantir o bem-estar de seus trabalhadores” e finalizam o documento fazendo comparações entre as diretrizes do projeto Future-se, anteriormente negado, e as atuais práticas da universidade que caminham no sentido do “sucateamento e privatização do ensino superior, reflexo de uma sociedade que busca, a todo custo, mercantilizar nossos corpos e nossas vidas”. Ao final, o movimento cobra a reversão das demissões, o que não ocorreu. Na verdade, a universidade decidiu por não contratar uma nova empresa terceirizada até que estivesse próximo ao

²⁷⁶ Documento intitulado: *Contra a demissão dos(as) 161 terceirizados(as)! Lutamos pelo direito à vida digna!* Localização suprimida para não identificar a universidade analisada.

retorno presencial, alegando falta de verba em função dos ajustes orçamentários oriundos do corte de verbas da educação.

O trabalhador reintegrado registra que sua função não tinha como ser executada remotamente, porém, precisou realizar assinatura de ponto presencialmente. Pondera também não possuir estrutura para a realização de atividades remotas. Em alusão aos relatos dos trabalhadores, há o registro de Antunes (2022), apurando que, se a realidade se expande como uma praga em períodos de “normalidade”, no período pandêmico, o capital vem realizando vários experimentos para intensificar e potencializar os mecanismos de exploração. “os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora, que além de ser a única que não tem a menor responsabilidade por essa tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece” (Antunes, 2022, p. 29).

5 Considerações Finais

Ao final deste trajeto de pesquisa, efetivam-se alguns elementos de análise desenvolvidos no decorrer da investigação. Em primeiro lugar, foi possível ratificar a importância da obra marxiana, cuja análise atravessou toda a tese, para compreender o momento atual de avanço das ideias ultraneoliberais e seus impactos sobre o trabalho e os trabalhadores. A neoliberalização do Estado requereu, de forma ainda mais acentuada, sua intervenção e engendrou a perda de direitos para a classe trabalhadora, além de favorecer a ampliação da lucratividade do capital, determinações contraditoriamente vinculadas na sociabilidade capitalista. As contrarreformas trabalhista e previdenciária representam a materialidade da referida perda de direitos.

Em resultado, foram expostos à ampliação do desemprego, o aumento da jornada de trabalho, a redução salarial, o alargamento do processo de *uberização* do trabalho, a restrição de direitos sociais, inclusive com ações para limitar a livre manifestação e a organização coletiva, o que representou importantes entraves para a organização coletiva dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a luta sindical. A contextualização histórica do trabalho e do Estado, em sua variável neoliberal, foi o que subsidiou a compressão dos reais desafios postos ao movimento sindical, os limites do sindicalismo e como estes fatores reverberam na construção de suas ações. Considerou ainda os entraves que atravessam a relação trabalho-saúde e a apreensão das complexidades e possibilidades presentes em uma universidade pública federal no que concerne a esses elementos.

Neste caminho, em relação ao serviço público federal, há um intenso processo de terceirização, principalmente das atividades fim, a desestabilização do trabalhador, na medida em que não há reposição das vagas oriundas de trabalhadores aposentados, além de constantes alterações no processo de trabalho decorrentes do acúmulo de funções pelo trabalhador. A lógica do produtivismo é disseminada nas universidades federais, com pressões por produção e prazos, sem considerar a precária condição de trabalho e a redução do número de trabalhadores. A constatação é de superexploração do trabalhador, o servidor efetivo que compreende o corpo docente e os técnicos administrativos em educação, extensivo ao professor substituto, aos trabalhadores reintegrados

e aos terceirizados²⁷⁷. As consequências são muitas, como exposto ao longo desta tese, com destaque para o adoecimento físico e mental e o comprometimento da saúde dos trabalhadores.

O segundo elemento a ser considerado foi a concepção de Marx e Engels sobre as *trades' unions*, referente às limitações da organização sindical, haja vista sua gênese atrelada ao próprio capitalismo. Nesse sentido, os sindicatos tratam os efeitos economicistas e reformistas, e não as suas causas, ou seja, acabam sendo funcionais aos interesses do capital. Esta afirmativa pôde ser observada em muitos sindicatos e centrais sindicais que apoiam ativamente a implantação de políticas neoliberais, a justificando como um meio conciliatório. São os sindicatos “pelegos”, os que lucram e reproduzem a própria lógica do capital. Para estes, a luta sindical é limitada, assim como os objetivos. Neste aspecto, foram abordadas as divergências entre a Força Sindical e a CUT, entre o PT e o PSDB, entre a CUT e a CSP-Conlutas, com ciclos hegemônicos no que se refere à liderança nacional, até eleição de Jair Bolsonaro, do PL, em representação da tomada de poder pela extrema-direita no país.

A expansão e a difusão dos sindicatos também se tornaram expressão de massa e organização do movimento operário, passando a apoderar-se do cenário político mais efetivamente. Nesse sentido, efetivou-se potencialmente como um lugar de luta e formação, capaz de representar um obstáculo, uma oposição à dinâmica do capital. Assim como espaço de luta e formação, o sindicato é um lugar propício para o estudo e a disseminação de ideais anticapitalistas, meio pelo qual é possível alcançar um olhar sobre a totalidade, crítico ao capital, pois, para Marx, a principal luta da classe trabalhadora é pela revolução social, e somente através deste movimento é possível alcançar a emancipação social e humana.

Em síntese, no que tange à compreensão de Marx e Engels sobre os sindicatos e o sindicalismo foi exposta, ao longo do trabalho, a existência de uma dupla dimensão, marcada inicialmente por uma contradição real do ponto de vista histórico-ontológico, caracterizada, “de um lado, pelo reconhecimento pleno dos limites do sindicalismo diante do movimento do capital e, por outro lado, pela defesa intransigente do valor dos sindicatos (e das lutas operárias de caráter econômico)” (Alves, 2003, p. 335). É a partir desta perspectiva que a tese

²⁷⁷ A exploração incide de forma mais acentuada nos trabalhadores terceirizados, conforme já assinalado ao longo da tese, que não dispõem das mesmas legislações protetivas dos trabalhadores concursados. Há ainda diferenciação em relação ao trabalhador reintegrado, que é servidor público, mas, pelo fato de não pertencer ao órgão de origem, está exposto em outras formas de opressão e violência no trabalho. O professor substituto é temporário, outra modalidade de contratação e exploração do trabalho. O capitalismo está sempre em busca de novas formas de exploração e as diferenças contratuais também consubstanciam essa exploração.

reconhece o espaço sindical no interior de uma universidade pública federal como um lugar possível de resistência aos avanços ultraneoliberais, aos elementos fascistas que marcam a atual conjuntura brasileira, obviamente considerando os interesses econômicos que atravessam o ensino em uma universidade pública federal.

O terceiro elemento relevante abordado na tese foi a participação das mulheres no espaço sindical. O debate apresentado, ainda que incipiente, sobre a divisão sociossexual e racial do trabalho foi alavancado. A categoria identificação registrou a identificação pessoal dos entrevistados com recortes sobre idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica e tempo de trabalho na universidade, com o objetivo de aprender a quem pertencia cada relato expresso e o seu lugar de referência. Neste caminho, sobressaiu que a direção de ambos os sindicatos investigados era exercida por mulheres, sendo o sindicato docente presidido por uma mulher branca, e o sindicato dos técnicos administrativos em educação liderado por uma mulher negra. A coordenação-geral do sindicato dos técnicos administrativos é exercida por uma mulher negra, heterossexual, e um homem negro, homossexual. Ambos assinalaram sofrer com racismo estrutural, e a mulher acrescentou o machismo, práticas presentes na gestão da universidade e entre alguns membros da base do sindicato. Como estratégia de enfrentamento, a entidade publicizou as denúncias, transformou o enfrentamento às violências sofridas em resistência e fomentou o debate sobre o tema nas assembleias e nas mídias sociais da universidade.

As políticas de garantia de mulheres na composição da direção sindical esteve presente em todas as entidades sindicais analisadas, Andes-SN, Fasubra-Sindical, sindicato dos docentes e sindicato dos técnicos administrativos. Os caminhos para alcançar esta condição foram construídos à base de lutas e resistências, protagonizados à luz do movimento feminista. As unidades também possuem organismos que debatem a questão de gênero e raça na sociedade, com vistas a difundirem as lutas pela base sindical. Contudo, o registro é que os avanços não garantem o respeito à diferença e à diversidade, e esta luta é cotidiana, porém, trazem visibilidade ao debate, assegurando a participação das mulheres em todas as instâncias que compõem a organização sindical.

O quarto elemento em evidência está relacionado à questão da saúde do trabalhador no serviço público federal. A contextualização sobre o campo saúde do trabalhador permitiu identificar avanços na esfera legal, mesmo em meio a disputas e contradições do sistema capitalista. Contudo, ao tratar do serviço público federal, observou-se que as legislações foram tardiamente instituídas, e

não se converteram em condição menos precária para o trabalho, tampouco, em garantia de saúde aos trabalhadores. Os dados epidemiológicos produzidos pelo SIASS não estão acessíveis publicamente e não fazem ligação com o SUS, o que fragmenta as informações e atravessa a organização eficaz de políticas de saúde, comprometendo as ações de vigilância em saúde e o monitoramento das condições laborais, ou seja, impede o exercício do controle social e a participação coletiva dos trabalhadores, conforme designado pela Constituição Federal em vigor e sistematizado na saúde pelo SUS.

Os trabalhadores do serviço público federal vivenciam a precarização e o sofrimento não pela alta rotatividade do trabalho e demissões, mas pelo isolamento, pelas mudanças constantes de setores sem nenhum diálogo na sua colocação em funções com as quais não possuem nenhuma identificação, no assédio moral usado como forma de gestão, que afasta o trabalhador e o coloca à margem da organização de seu próprio trabalho. Os cargos de gestão, por exemplo, nem sempre são designados sob critérios de competências de gestão, mesmo que haja aparatos legais²⁷⁸ que subsidiem a ação, mas, por indicação política, perpetuando uma metodologia de gestão que propicia ações de violência no trabalho manifestas através de agressões físicas, insultos verbais, discriminações nos campos racial, religioso, de deficiências, sexual e assédio moral.

A investigação constatou o assédio moral como uma das principais demandas apontadas pelos trabalhadores para enfrentamento no ambiente de trabalho da universidade analisada, assim como o adoecimento psíquico consta entre as principais causas de afastamento do trabalho. Não é possível fazer uma relação direta com os dados empíricos que comprovem o nexo causal entre estas demandas, aliás, esta é uma das principais dificuldades para a comprovação do assédio moral. Porém, os dados coletados por este estudo sugerem ser inegável a inter-relação entre o assédio moral e o adoecimento psíquico, e acrescenta ainda, a partir deste processo investigativo, a gestão na universidade.

A gestão na universidade é o quinto elemento a ser realçado e atravessou as falas em todas as entrevistas realizadas, independente dos vínculos contratuais ou da posição hierárquica de cada entrevistado. A gestão de pessoas, enquanto instrumento que exerce controle sobre o trabalho, visa imprimir qualidade nos serviços prestados, além disso, é também marcada por contradições que podem

²⁷⁸ Decreto Federal nº 5.707/2006 versa sobre a necessidade de gerir competências no Serviço Público Federal (BRASIL, 2006).

potencializar ou diminuir o adoecimento e o sofrimento no trabalho. A pesquisa apresentou estudos sobre assédio moral que associam o assédio a uma forma de gestão, o que ratifica a assertiva sugerida sobre a inegável inter-relação entre o assédio moral, o adoecimento psíquico e a gestão.

A Unidade de Saúde do Trabalhador (UST) registra esta problemática relação. De forma geral, o entendimento dos sujeitos da pesquisa que compõem as coordenações da UST é que a unidade deve ocupar um lugar de mediação entre o trabalhador e a gestão da universidade, o que “justifica” a sua não adesão aos sindicatos para não firmar um posicionamento. Detectamos pontos dissonantes sobre esta alegação durante as entrevistas, mas que não representam o entendimento da maioria. A revisão bibliográfica oportunizou uma contraposição ao entendimento da UST, pois o campo da saúde do trabalhador prevê a interdisciplinaridade entre a equipe que compõe a unidade e o protagonismo do trabalhador. O que foi assinalado na investigação remete ao conceito de saúde ocupacional, com atuações disciplinares, sem relação entre o corpo técnico, e o trabalhador é visto como usuário do serviço, e não como sujeito da ação.

É imperioso registrar o posicionamento da assistente social da UST analisada, para quem o conceito de saúde e as medidas de aplicação do trabalho coadunam com o conceito de saúde do trabalhador em sua plenitude. As contradições e limites do serviço da universidade analisada foram registradas pela profissional, assim como as lutas e os movimentos de resistência que protagonizou. Sua intersecção com as ações sindicais representaram um momento de avanço sobre a valorização da saúde na universidade, reconhecido, inclusive, pelos demais membros da equipe que, apesar de registrarem uma compreensão divergente sobre a saúde, apontam a ausência da profissional como significativa, evidenciando mais uma contradição presente na UST.

A experiência do comitê de saúde do trabalhador que existiu na universidade indica uma estratégia de enfrentamento ao assédio moral na instituição, pois atende às indicações expostas na literatura sobre o tema, ou seja, traz visibilidade, coletiviza o debate, inclui os sindicatos no enfrentamento do assédio moral, além de estimular a denúncia, pois é comum a individualização e o silenciamento frente ao assédio, o que pode corroborar para o adoecimento no trabalho.

Chama a atenção o desconhecimento deste trabalho entre alguns entrevistados e o fato dos que vivenciaram a experiência não saberem precisar o motivo de sua extinção que, ao que parece, está relacionada à troca das gestões

tanto dos sindicatos, como da UST. É também provocativa a opção da assistente social em sair da universidade analisada e associar a saída ao desânimo pessoal decorrente da troca da gestão máxima da universidade (reitoria) e da gestão da UST.

Sobreleva o acirramento e a rivalidade entre as categorias que formam a classe trabalhadora na universidade, reflexo da ideologia neoliberal. Nota-se que a pesquisa denominou “terceirizados” todos os trabalhadores com diferentes vínculos contratuais que compõem a universidade, portanto, incluiu os reintegrados e os professores substitutos. Foi uma opção didática para a organização do processo investigativo, em função do interesse de captar os eixos e categorias analisadas a partir dos diferentes pontos de vista e diferentes vínculos contratuais. Porém, o trabalhador reintegrado é um servidor público, como já elucidado ao longo deste estudo, e o professor substituto é um trabalhador temporário. Nesse contexto, a fragmentação do capital presente no espaço universitário instiga a competitividade e impõe, ao trabalhador, seu caráter multifacetado, exigindo a máxima utilização da força de trabalho, intensificando e elevando a jornada de trabalho com cobrança e pressão exacerbada, inferindo diretamente sobre seus aspectos de saúde biopsicossocial.

Nesse caminho, a conjuntura descrita revelou a dicotomia entre docentes, técnicos e terceirizados. A denominação atividade meio e atividade fim engendra uma categorização e individualização das pautas e ações. A própria presidente do sindicato docente adjetiva alguns professores como “arrogantes”, e a equipe da UST assinala o distanciamento e as dificuldades em construir ações conjuntas com o corpo docente. O professor substituto assinala um tratamento diferenciado entre os pares de trabalho, e o servidor reintegrado registra sobrecarga de trabalho. Os efeitos destas diferenciações atendem aos preceitos do próprio capital, e é possível personificar a lógica sem ser o dono do capital. Os trabalhadores lutam e produzem uma vacina, um antídoto ao vírus do capital, mas ele se transmuta e se reproduz. Não por acaso as estratégias de enfrentamento mais promissoras expostas na investigação são as que compreendem o conjunto dos trabalhadores da universidade como classe.

O sexto elemento refere-se à terceirização no serviço público, compreendida por Druck et al. (2018, p.135) como “um dos mecanismos mais importantes e eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização”. A pesquisa revelou que o tempo de permanência das trabalhadoras terceirizadas é longo, uma com mais de 20 anos de trabalho na universidade, e outra com 10 anos, mesmo quando as empresas são modificadas, as trabalhadoras

permanecem. Ou seja, elas são consideradas partes do quadro permanente, sem de fato o ser²⁷⁹. A partir desta constatação, alguns elementos se sobressaem: o primeiro é que, apesar da longa permanência, as trabalhadoras desconhecem a UST ou qualquer ação de saúde do trabalhador promovida pela universidade. A longa permanência revela que as trabalhadoras estão suscetíveis às mesmas exposições dos trabalhadores efetivos, porém, não dispõem da mesma legislação protetiva, o que legitima, a nosso ver, o STA a representar esta categoria, mesmo sem a possibilidade de filiação oficial, portanto, com ausência de contribuição financeira.

O sétimo elemento evidenciado está relacionado à organização sindical. Os sindicatos da universidade, o sindicato dos docentes (SD) e o sindicato dos trabalhadores técnicos administrativos (STA) são vinculados às respectivas federações nacionais, Andes-SN e Fasubra-Sindical, e pertencem a mesma confederação, CSP-Conlutas. É notório um alinhamento entre as pautas que unificam a luta em muitas expressões, mas há também uma diferenciação que remete à autonomia local. O ensino remoto emergencial (ERE) é um exemplo de divergência entre as entidades, pois o Andes-SN e a Fasubra-Sindical foram contrários à sua aceitação, mas, na universidade analisada, e praticamente em todo o Brasil, foi aceita esta condição. As contrições sobre este momento não permanecem apenas durante o período de sua implementação, vinculado ao momento pandêmico, mas nos efeitos sobre toda a comunidade acadêmica e ainda no uso deste mecanismo no interesse do capital. A universidade pública é um espaço reconhecido pela formação de excelência em diferentes profissões e aloca grandes intelectuais, um olhar crítico sobre a sociedade do capital, mas a mercantilização das ações e das pessoas é também apreendida no espaço universitário.

Assim, é peremptório que os trabalhadores e a comunidade acadêmica estejam munidos de conhecimento e estratégias para o enfrentamento das crises do capital que avançam, em sua recomposição, nos direitos e em mais exploração sobre a classe trabalhadora.

O oitavo e último elemento a ser destacado está relacionado ao trabalho em tempo de pandemia de covid-19. Os sindicatos registraram um ágil e forte poder de adaptação, pois as ações buscaram atingir o entorno da universidade e o

²⁷⁹ Concordamos com o exposto por Druck et al. (2018, p.134): “Temos, aqui, um indicador de que esses ‘servidores terceirizados’ deveriam pertencer ao quadro efetivo da UFBA, pois assim são vistos pela própria instituição”. A situação é similar a vivenciada na universidade analisada”.

registro de *lives*, *outdoors*, carro de som, ampliação de informações via redes sociais, dentre outros elementos corroboram esta afirmativa.

Em relação às ações direcionadas aos trabalhadores que compõem a universidade, a problemática trouxe outras complexidades. O não protagonismo de ações de saúde em meio a um momento de grave crise sanitária é um elemento que envolve a gestão da universidade, as unidades de saúde do trabalhador e os sindicatos e exacerbam as questões que já estavam sendo apontadas pelos trabalhadores, ou seja, o momento pandêmico intensifica as pautas e as demandas e as fragilidades da organização se sobressaem.

Outros elementos se elevam nesta investigação e mereciam ser evidenciados, mas são muitos aspectos a serem aprofundados e os elencados nestas considerações finais nos parecem mais urgentes, embora não sejam intensamente mais ou menos relevantes que todas as expressões da questão social expressas ao longo da tese. Em verdade, outras inquietações surgiram ao longo da pesquisa. Contudo, será necessário outro espaço científico para aprimorar e dar continuidade e aprofundamento aos estudos.

A conjuntura contemporânea reafirma a relevância desta tese, os debates produzidos são experienciados no interior da universidade, no espaço sindical, entre os trabalhadores, com reflexo em toda a sociedade. Os constantes cortes orçamentários nas verbas destinadas às universidades federais continuam acontecendo, o que demanda um engajamento por parte dos trabalhadores e dos sindicatos quando a contrarreforma administrativa está em pauta para ocorrer e o país vivencia um momento eleitoral complexo, com forte ameaça à democracia, logo, a precarização do trabalho reverbera ainda mais severamente sobre a saúde dos trabalhadores.

Não obstante, a hipótese central norteadora desta investigação foi de que o espaço sindical, fundamentado em princípio classista, combativo e organizado pela base, é estratégico para o fortalecimento coletivo e pode contribuir para a valorização da saúde do trabalhador. Acreditamos que a pesquisa demonstrou ser possível sustentar esta afirmativa, porém, também revelou que o resultado só é alcançado em meio a um processo árduo de luta e resistência coletiva.

O estudo indica a necessidade de ampliação do campo de ação sindical, investimento na construção de parcerias sólidas com os movimentos sociais e demais entidades educacionais, para além do espaço universitário. A ação isolada mostra-se insuficiente para enfrentar as multiplicidades de questões alavancadas no espaço universitário, mas que impactam toda a sociedade.

Por fim, a trajetória de construção da tese representou um caminho longo e repleto de desafios. Sustentar um processo investigativo em meio à pandemia nos fez crescer como pesquisadora e como ser humano. O poema de Berlot Brecht, *Aos que hesitam*²⁸⁰, registrado na epígrafe desta tese, nos convida a reconhecer o inimigo, nos faz lembrar que nossa causa é forte e que em muito o cansaço e o desânimo atravessam nosso objetivo, além disso, questiona: “Precisamos ter sorte? Isto você pergunta. Não espere nenhuma resposta senão a sua”. Com esta tese expressei minha resposta. Sigamos!

²⁸⁰ Disponível em: <<http://www.poetanarquista.blogspot.com/2013/02/poema-critico-de-brecht.html>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

Referências Bibliográficas

ALBERTO, J. L. M.; BALZAN, N. C. Avaliação de projeto político pedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/k3JmdvkDJYDVsgRKpHccLnf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ALESSI, S. M.; SOARES, M. S. A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES-SN, n. 60, p. 8-21, jul. 2017.

ALMEIDA, J.; FURTADO, M. As reformas, a universidade e a resistência popular. **Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES-SN, n. 60, p. 6-19, jul. 2017.

ALONSO, A. C. (Org.). El modelo obrero. In: _____. **La salud no se vende ni se delega, se defiende**. Madrid: Fundación Sindical de Estudios-CC.OO-Ediciones GPS, 2007. Disponível em: <<http://www.relats.org/documentos/SST.General.Carcoba4.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Limites do sindicalismo** – Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Giovanni Alves, 2003.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Orgs.). **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDES-SN. **Grupo de Trabalho de Política Educacional**. Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Brasília: ANDES-SN, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **Dossiê “Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino construído”**. Brasília: ANDES-SN, 2021.

_____. **Estatuto atualizado e consolidado até o 40º congresso.** Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022. Disponível em: <https://aduferpe.org.br/novosite/wp-content/uploads/2022/05/189_22_Anexo1_Relatorio-final-do-40o-CONGRESSO-do-ANDES-SN.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ANDIFES. **Relatório de atividades das instituições federais de ensino superior no ano letivo de 2020.** Brasília: ANDIFES, 2021. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=89806>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ANFIP. **Análise da Seguridade Social 2020.** Fundação ANFIP de estudos tributários e da seguridade social. Brasília: ANFIP, 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV:** trabalho digital, autogestão e expropriação da vida, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Capitalismo pandêmico.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____.; SILVA J. “Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511 – 528, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1322>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____.; SILVA, J. B. Para onde foram os sindicatos? Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ARACY, V. Bolsonaro é ou não um neofacista: In: MOTA, A. E. et. ali. **O neofascismo no poder (Ano I):** Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 101-116.

ARAÚJO, A. M. C.; OLIVEIRA, R. V. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas In: OLIVEIRA; BRIDI; FERRAZ (Orgs.). **O sindicalismo na era Lula:** paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Novembro de 2017. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 5 de ago. 2022.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**, v. II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: _____. SALVADOR, E. LIMA. R. L. (Orgs.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERLINGUER, G. **Saúde nas Fábricas**. São Paulo: Editora Cebes-Hucitec, 1983.

_____.; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G. W. S. **Reforma Sanitária**: Itália e Brasil. São Paulo: Editora Cebes-Hucitec, 1988.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira São Paulo: Brasiliense, 1988 (reimpressão, 2000).

_____.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990:** dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. de 1990.

_____. **Lei nº 8.112 de 19 de setembro de 1990:** dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 abr. 1991.

_____. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

_____. **Decreto Federal nº 5.707**, de 23 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador:** Proposta para Consulta Pública. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2012.

_____. **Código de ética do/a assistente social.** Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. revista e atualizada. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRAVO, M. I.; MATOS, M. Reforma sanitária e projeto ético-político do serviço social: elementos para o debate. In: BRAVO, M. I. S.; et al. (Orgs.). **Saúde e Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BUTHER, J. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R.; M. M. **Sexualidades transgresoras.** Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

CALVINO, I. **A trilha dos ninhos de aranha**. Tradução de Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CANTOR, R. V. A expropriação do tempo no capitalismo atual. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. v. IV. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras, PUC-Campinas. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

CARRASCO, C.; PETIT, M. **Mulheres Trabalhadoras e Marxismo**: um debate sobre a opressão. 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2012.

CAVALCANTI, L.; ZUCCO, L. Elementos para análise da política de saúde na década de 1990: os assistentes sociais como atores na construção do espaço público Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 62, p. 282-289, set./out. 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1928/4391>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

CERQUEIRA FILHO, G. **"Questão social" no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CODO, W. A arte de não fazer. O funcionário público faz o que precisa ser feito? In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 296-308.

COUTINHO, M. C.; DIOGO, M. F.; JOAQUIM, E. P. Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. **Psic**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 99-108, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142008000100012&lng=pt&nr m=iso>. Acesso em: 05 ago. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]; Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Addendum, da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004a.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção**, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004b.

DESLANDES, S. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Vozes: Petrópolis, 2012.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre 2015. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 77, ago. 2015. <<https://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq77balancoReajustes1sem2015.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2022.

_____. **Nota Técnica 203**. PEC 06/2019: a desconstrução da Seguridade Social. Mar. 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec203Previdencia.html>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. **Nota Técnica 207** - Reformas trabalhista e previdenciária podem aumentar a exclusão previdenciária e reduzir a densidade contributiva. Junho de 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec207exclusaoprevidenciaria.html>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

DRUCK, G. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

_____.; FILGUEIRAS, L.; MOREIRA, U. Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do Banco Mundial. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 242, p. 602-634, 2017.

_____. et al. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, A. G. (Org.). **Terceirização do Trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. Edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAGNANI, E. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão**, Unicamp. IE, Campinas, n. 308, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3537/TD308.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

FARIA, A. M. G. B. T., PEREIRA-NETO, L. L., ALMEIDA, L.S. Efeitos da aprendizagem remota em estudantes do ensino superior. **Educação em Debate**, Fortaleza, a. 43, n. 86, set./dez. 2021

FERNANDES, T.; SANTOS. E. Ciberfeminismo e multiletramentos críticos na cibercultura. DOSSIÊ - Cultura digital e educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e76124, 2020.

FERREIRA, M. C. **Qualidade Vida no Trabalho**: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2012.

FONSECA, F. F. **Um estudo do campo popular na CSP-Conlutas**. Juiz de Fora, MG, 2017, 191p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5814/1/felipe-defreitasfonseca.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FONTES, V. **O Capital Imperialista** – teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ: EPSJV/UFRJ, 2010.

_____. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo092dae3a>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

FREIRE, L. M. B. **O serviço social na reestruturação produtiva**: espaços, programas, direções e processos de trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTIL, D. Dominância financeira e o desmonte do sistema público de previdência social no Brasil. In: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

GOHN, M. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GONÇALVES, G. L. Crise, expropriações e autoritarismo. In: MOTA, A. E. et al. **O neofascismo no poder (ano I) análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Americanismo e fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian, São Paulo: Hedra, 2008.

_____. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

GRANEMANN, S. Conciliação de classe: mediação ao aumento da exploração do trabalho? In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 341-362.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlack, São Paulo: Annablume, 2001.

_____. **Anticapitalismo em tempos de pandemia: Marxismo e ação coletiva (Pandemia capital)**. [Recurso eletrônico] 1. ed. São Paulo: Boitempo, Edição do Kindle, 2020.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HELOANI, J. R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

HOBBS, T. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 13. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2000.

IANNI, O. **O Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. (Org.). **Karl Marx: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **A questão social**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Seade, jan./mar. 1990. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf>. Acesso em: 7 de ago. 2022.

_____. **A ditadura do grande capital**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ocupação no Setor Público Brasileiro**: tendências recentes e questões em aberto. Brasília: Ipea, 2011.

LACAZ, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Revisão – Caderno Saúde Pública**, v. 23, n. 4, abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/Dbjb9TcStGxFcbdZ3Fh3Mbg/>>. Acesso em: 5 ago. de 2022.

LADOSKY, M.; RAMALHO, J.; RODRIGUES, I. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M A.; FERRAZ, M. (Orgs.). **O sindicalismo na era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LARA, R.; SILVA, M. Trabalho e crise social no Brasil contemporâneo. In: RICARDO, A. (Ed.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (Org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Ciência y experiencia obrera: La lucha por La salud em Itália. **Cuadernos Políticos**, DF, n. 41, p. 63-83. México: jul./dic., 1984. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.41/CP41.6AnaCristinaLaurell.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde**: Trabalho e Desgaste Operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEHER, Roberto. Educação no governo de lula da silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, J. P. A. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEITE, S. M., HENIG, E. V. Processo de Expansão da Terceirização na Universidade Federal de Rondonópolis. **Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social. 2020**. Disponível em: <<https://politicassocial.ufes.br/pt-br/encontro-internacional-e-nacional-de-politica-social>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na Revolução. Porto: Vale Formoso, 1970.

LIGUORI, G. Estado ampliado. In: _____. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LIMA, R. C. et al. A construção do direito à saúde na Itália e no Brasil na perspectiva da bioética cotidiana. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 118-130, 2009.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LOURO, G. L. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social**: os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, R. **O protagonismo das lutas de massa**. Isabel Loureiro (Org.) 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. (Os economistas). São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Editora da Unicamp/Editora Ensaio, 1990.

MARCONSIN, C. CATEANO, M. Empregos ou direitos: a “escolha de Sofia” dos trabalhadores na contemporaneidade brasileira. In: MOTA, A. E. et al. **O neofascismo no poder (Ano I)**: Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 161-178.

MARQUES, M. O fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe à ortodoxia neoliberal. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 48-67, jan./jun. 2016.

MARTINS, H. S.; RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**: Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 155-182, out. 1999 [editado em fev. 2000].

MARTINS, J. C.; RIBEIRO, J. L. L. S.; A participação dos servidores técnico-administrativos na avaliação institucional: o que dizem os relatórios autoavaliação institucional. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 509-530, out. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/BMTHvTWv5DJYpfQDvV3k9mG/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARTUSCELLI, D. E. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 542-568, nov. 2010.

MARX, K. **Para uma crítica da economia política**. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Moraes, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf>>. Acesso em: 5 de ago. de 2022.

_____. **A ideologia alemã**: Karl Marx, Friedrich Engels. Tradução de Luiz Claudio de Castro e Costa, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia política. Livro I: O processo de circulação do Capital. Tradução de Rubens Enderle. (Marx-Engels) 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____.; ENGELS, F. **Sindicalismo** – Coleção polêmicas operárias. Tradução de José Roberto Marinho. São Paulo: CDHE Editorial, 1980.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, M. A Quarta Onda feminista e o Campo Crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. **38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/oDbiST>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MATTOS, M. B. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais do Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana da Educacion Superior**, 2013, p. 135-142.

_____. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: MOTA, A. E. et. al. **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 17-46.

MAUSES, O. O sindicato da educação superior e as políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 252-262, dez. 2015.

MELO, S. D. G; TAVARES, R.H. (Des)caminhos do sindicato dos professores da universidade federal de minas gerais. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 09, p. 563-586, jul./dez. 2020.

MENDES, R.; DIAS E. Da medicina do trabalho a saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública**, v. 25, São Paulo, 1991. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/VZp6G9RZWNnhN3gYfKbMjvd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O conceito de dialética em Lukács**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Tradução de Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINAYO, C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social, Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 239 – 262, jul./set. 1993.

MINAYO-GOMES, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 21-32, 1997.

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In:_____. **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 135-148.

MOYA, I. Marxismo cultural: o que é isso? **Politize!** 16/10/2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/marxismo-cultural/>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

MUNIZ, H. P. et al. Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online]. v. 38, n. 1, p. 280-291, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/CDTqVWfM7xKVQpxNNv6c77w/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 21. ed. Vozes: Petrópolis, 2012.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, n. 111. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ensaio de um marxista sem repouso**. Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020

NOGUEIRA, A. J. F. M. **A liberdade desfigurada**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NOGUEIRA, M. C.; PASSOS, R. G. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleith Saffioti. **Caderno C R H**, Salvador, v. 33, p. 1-9, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36118>>. Acesso em: 04 maio. 2022.

OLIVEIRA, R. V. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 545-567, set./dez., 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1322>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OSORIO, J. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, p. 25-51, jul./dez. 2017.

PAIVA, M. J. **A influência do pensamento de Antonio Gramsci no modelo operário italiano de saúde do trabalhador**. Rio de Janeiro, 2012. 156 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

PAIVA, M. J.; VASCONCELLOS, L. C. F. **Modelo Operário Italiano**: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. Rio de Janeiro: Educam, 2011. Disponível em: <https://www.multiplicadoresdevisat.com/_files/ugd/15557d_493ebd9017d24c7b847a110866422ead.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PASSOS, R. G. **Trabalho, gênero e saúde mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. São Paulo: Cortez, 2018.

PASSOS, S. S.; LUPATINI, M. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Espaço tema livre**, Florianópolis, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/qVVvQN4Wg5Zx8937PxmTGVp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PEREIRA, J. M. M. A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 47, p. e242157, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147242157. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186964>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M., A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. **X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)**, 2019. Disponível em: <<https://alacip.org/?todasponencias=a-quarta-onda-feminista-interseccional>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PHILIPPI, P. C; LISBOA, A. M Perspectivas do sindicalismo nas universidades. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 123, Agosto, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12725/7610>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1980.

PRAUN, L.; Trabalho, Adoecimento e decartabilidade humana. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROCHA, M. C. **Assalto ao céu**: operaísmo e gênese do conceito de trabalho imaterial. Rio de Janeiro, 2013. 104 p. Dissertação (Departamento de Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49058/49058_4.PDF>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RODRIGUES, A.; SOUZA, K. Trabalho e saúde docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 221 – 242, jan./abr. 2018

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT (1983-1993)**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011.

_____. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos?”. In: SANTANA, M. A. (Org.). Para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1322>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social princípios do direito político**. Tradução de Antônio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SABROZA, Paulo. **Concepções sobre saúde e doença**. Curso de Aperfeiçoamento de Gestão em Saúde. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2007. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/UserFiles/File/13%20CNS/SABROZA%20P%20ConcepcoesSaudeDoenca.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade classes**. Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, M. A. Cultura sindical e identidade nos anos 80/90. **Revista de Ciências Humanas Florianópolis** v. 13 n.17 e 18 p.82 – 90, 1995.

_____. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____.; RAMALHO, J. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Para onde Foram os Sindicatos? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 453-456, set./dez. 2015.

SANT'ANA, R.; CARMO, O.; ORTIZ, F. G. A universidade pública e os desafios postos a formação em serviço social no Brasil. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 15, n. 1 (21), p.15-36, jan./jun., 2016.

SANTOS, A. P. M. B et al. Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito: uma comunidade ampliada de pares para caminhar na saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/p7XCPvWZVxnjwDZxcGr3Vhk/?lang=pt>>. Acesso em: 02. jul. 2022.

SANTOS, D. **Graduação Tecnológica no Brasil: crítica à expansão do ensino superior não universitário**. Curitiba: CRV, 2012.

SELIGMANN-SILVA, E. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 35 n.122, p.187-191, 2010.

_____. Os vínculos entre condições de trabalho e saúde mental. **Psicologia, Ciência e Profissão. Fascículo publicado em 1988**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/VZPpTqSBBgS6Sm8gjrkwBCd/?lang=pt>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

_____. E. Saúde mental no trabalho contemporâneo. In: VÁRIOS AUTORES. **Congresso Internacional de Stress da ISMA-BR**, Porto Alegre. 2009.

_____. **Desgaste mental no trabalho dominado**. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011. No prelo.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais**. Tradução de Lya Luft; Revisão de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUZA, D.; MELO, A. I. S. C.; VASCONCELLOS, L. C. F. Saúde do(s) trabalhador(es): do 'campo' à 'questão' ou do sujeito sanitário ao sujeito revolucionário. **Saúde bate**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 591-604, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7WMrrh89tBK9LXBbMpDzkgH/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOUZA. T., DUCATTI, I. O enfrentamento do assédio moral pelos sindicatos: contribuições marxistas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 20, n. 1, p. 79 – 94, 2017

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

STAMPA, I. T. De Norte a Sul: reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social no Brasil recente. In: CUNHA, M. G. N.; et al. (Orgs.). **Procad Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no norte e no sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

_____. **E agora companheiros? Ação sindical das ferrovias do Rio de Janeiro e a reinvenção da política.** Rio de Janeiro, 2007. 223p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. Trabalho e movimentos sociais: diálogo possível? **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 2010.

TOLEDO, C. **Mulheres o gênero nos une a classe nos divide.** Série: Marxismo e Opressão. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

VASCONCELOS, E. M. Serviço social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: _____. **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, R.; LACOMBLEZ, M. Redescubramo-nos na sua experiência: O desafio que nos lança Ivar Oddone. **Laboreal**, Porto, v. 1, n. 1, p. 38-51, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26628745_Redescubramo-nos_na_sua_experiencia_O_desafio_que_nos_lanca_Ivar_Oddone>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VASCONCELLOS, L. C. F. Vigilância em Saúde do Trabalhador: decálogo para uma tomada de posição. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 43, supl.1, 2018.

VICTORA, C. G.; KNUTH D. R.; HASSEN M. de N. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VIEIRA, R. B. O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público. **ANDES-SN Universidade e Sociedade**, n. 64, jul., 2019.

VYGOTSKY, L. **Obras Escogidas**, v. III. Madrid: Visor, 1995.

7 Anexos

7.1.

Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



I

CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 038/2021 – Protocolo 55/2021

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Transformações do trabalho, sindicalismo e saúde do trabalhador: a especificidade da universidade pública federal" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Meiryellem Pereira Valentim (Doutoranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientadora: Inez Terezinha Stampa (Professora do (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar as refrações das transformações contextuais e do trabalho para a organização dos sindicatos dos trabalhadores no serviço público federal, tendo como referência a Universidade [REDACTED] e sua interface com a saúde do trabalhador, em cenário de (re) estruturação do capitalismo, expansão da extrema direita e avanço das ideologias ultraconservadoras, em meio à conjuntura da pandemia da COVID-19. Abordará integrantes do Sindicato dos Trabalhadores [REDACTED] Docentes [REDACTED] e Unidade de Atenção de Saúde do Trabalhador da [REDACTED] Fórum Permanente de Saúde do Trabalhador do Rio de Janeiro, utilizando entrevista semiestruturada por meio digital. Também, prevê realizar observação em espaços coletivos de organizações de trabalhadores por meio online, pois em função da pandemia as assembleias têm sido no formato remoto.

Aspectos éticos: O projeto e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados, à exceção do caso em que o participante renuncia a tais direitos, dado a relevância para os objetivos da pesquisa. Informa sobre a possibilidade de interrupção da pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado

Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Coordenadora da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2021.

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vrac@puc-rio.br

8 Apêndices

8.1. Apêndice 1 – Roteiro de Entrevistas



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista semiestruturada direcionado aos diferentes atores que compõem o universo da pesquisa, a saber:

- 1) Unidade de saúde do trabalhador da UFRRJ – Coordenação-geral; Coordenação de promoção a saúde; Coordenação vigilância em saúde e segurança do trabalho; Coordenação perícia oficial em saúde; Assistente Social.
- 2) Direções sindicais – Presidente do Sindicato docente; Vice-presidente do Sindicato docente; Coordenadora-Geral do Sindicato de Técnicos-administrativos; Coordenador Geral do Sindicato de Técnicos-administrativos;
- 3) Para o docente e o técnico-administrativo atuante na base sindical
- 4) Para os trabalhadores terceirizados – Professor substituto; Trabalhadora terceirizada auxiliar administrativa; Trabalhadora terceirizada auxiliar de serviços gerais; Trabalhador reintegrado.

1) Para a Unidade de Saúde do Trabalhador

Eixo e categorias: dados de identificação

Subdivido em duas etapas, a primeira refere-se à identificação pessoal, dividida por: idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade. Conhecer o perfil do entrevistado, seu lugar de referência e sua relação com a universidade. A segunda é Identificação do setor: Apurar o número de trabalhadores da equipe e a quais categorias profissionais pertencem. Identificar o tempo de existência da unidade, a história de formação do setor e a localização administrativa na estrutura organizacional da universidade.

Eixo e categorias: organização e processo de trabalho

Apreender a organização e disposição do setor, a constituição e o funcionamento da unidade a partir das suas coordenações de ações já existentes, a saber, promoção em saúde, vigilância em saúde e segurança do trabalho, e perícia oficial em saúde. Averiguar como essas ações reverberam sobre os trabalhadores da comunidade universitária, sejam esses docentes, técnicos-administrativos ou terceirizados.

Eixo e categorias: mapeamento sobre doenças relacionadas ao trabalho

Elencar quais as principais causas de afastamento do trabalho, quais as doenças são mais incidentes, e observar a existência de estratégias que atuam nessa direção. Apurar a existência de construção de nexos causais pela unidade, relacionado ao processo saúde/doença.

Eixo e categorias: formação de parcerias

Examinar a existência de parcerias firmadas pela unidade de saúde do trabalhador com sindicatos, movimentos sociais, coletivos e demais ações de organização coletiva existente na universidade e/ou fora dela.

Eixo e categorias: estratégias de enfrentamento adotadas pela equipe de saúde do trabalhador

Compreender a forma como a unidade entende o Estado. Abranger a relação entre gestão governamental, gestão universitária e a saúde dos trabalhadores. Examinar, caso existam, os principais entraves administrativos que atravessam a

Unidade de Saúde do Trabalhador. Indagar sobre a existência de ações realizadas em conjunto com o sindicato desta universidade ou com o coletivo local dos trabalhadores.

Eixo e categorias: trabalho em tempo de pandemia da covid-19

Desvendar como a pandemia incidiu sobre o trabalho da unidade. Conhecer as ações e as estratégias promovidas pela unidade para impulsionar a saúde dos trabalhadores da comunidade universitária nesta conjuntura.

2) Para as direções sindicais.

Eixo e categorias: dados de identificação

Subdivido em duas etapas, a primeira refere-se à identificação pessoal, dividida por: idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade. Conhecer o perfil do entrevistado, seu lugar de referência e sua relação com a universidade. A segunda é identificação setor: Registrar o tempo de existência do sindicato na universidade e sua trajetória de constituição.

Eixo e categorias: conjuntura política de formação

Resgatar o histórico político de construção do sindicato. Buscar compreensão sobre a possível vinculação partidária. Indagar sobre o envolvimento e filiação a centrais sindicais, caso ocorra. Investigar a composição política da direção e da base sindical.

Eixo e categorias: estratégias de enfrentamento adotadas pelos sindicatos

Compreender a forma como o sindicato entende o Estado. Abranger a relação entre gestão governamental e a gestão universitária. Examinar, caso exista, os principais entraves administrativos que atravessam o trabalho desenvolvido pelo sindicato.

Eixo e categorias: formação de parcerias

Examinar a existência de parcerias firmadas pelo sindicato com movimentos sociais, coletivos e demais ações de organização coletiva existentes na universidade e/ou fora dela.

Eixo e categorias: atenção à saúde

Elucidar acerca das possíveis parcerias e ações que versam sobre a saúde dos trabalhadores, se há vinculação com a unidade de saúde do trabalhador e as estratégias traçadas nesse sentido. Elencar as principais demandas apresentadas a este sindicato, e quais as estratégias de enfrentamento.

Eixo e categorias: trabalho em tempo de pandemia de Covid-19

Desvendar como a pandemia incidiu sobre o trabalho, as ações e as mobilizações promovidas pelo sindicato e quais estratégias foram adotadas para manter os princípios defendidos pelos sindicatos nesta conjuntura.

3) Para o docente e o técnico-administrativo atuante na base sindical

Eixo e categorias: dados de identificação

Subdivido em duas etapas, a primeira refere-se à identificação pessoal, dividida por: idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade. Conhecer o perfil do entrevistado, seu lugar de referência e sua relação com a universidade. A segunda é identificação setor: Conhecer a trajetória do trabalhador e sua relação com o sindicato em que atua.

Eixo e categorias: conjuntura política de formação

Resgatar o histórico político de construção do sindicato. Buscar compreensão sobre a possível vinculação partidária. Indagar sobre o envolvimento e filiação a centrais sindicais, caso ocorra. Investigar a composição política da direção e da base sindical. Nota-se que as questões serão abordadas a partir da compreensão do trabalhador sobre estes aspectos.

Eixo e categorias: estratégias de enfrentamento adotadas pelos sindicatos

Compreender a forma como o sindicato entende o Estado. Abranger a relação entre gestão governamental e a gestão universitária. Avaliar a relação entre a base e a direção sindical, como as estratégias de enfrentamento são organizadas neste contexto. Há divergências? Como são conduzidas as diferenças?

Eixo e categorias: formação de parcerias

Examinar a existência de parcerias firmadas pelo sindicato com movimentos sociais, coletivos e demais ações de organização coletiva existente na universidade e/ou fora dela. A base participa de algum movimento por indicação do sindicato? Existe alguma proposta encaminhada pela base neste sentido?

Eixo e categorias: atenção à saúde

Elucidar acerca das possíveis parcerias e as ações que versam sobre a saúde dos trabalhadores promovidas pelo sindicato e se há vinculação com a unidade de saúde do trabalhador e as estratégias traçadas nesse sentido. Apurar se há alguma discussão sobre o tema proposto em assembleia ou algum outro espaço da universidade; observar se é pauta de reivindicação presente na base sindical; investigar se houve alguma experiência pessoal que envolveu a unidade de saúde do trabalhador, e se é possível fazer correlação com sindicato.

Eixo e categorias: trabalho em tempo de pandemia de covid-19

Desvendar como a pandemia incidiu sobre o trabalho, as ações e as mobilizações promovidas pelo sindicato e quais estratégias foram adotadas para manter os princípios defendidos pelos sindicatos nesta conjuntura.

4) Para os trabalhadores terceirizados**Eixo e categorias: dados de identificação**

Subdivido em duas etapas, a primeira refere-se à identificação pessoal, dividida por: idade, orientação sexual, cor/raça, formação acadêmica, tempo de trabalho na universidade. Conhecer o perfil do entrevistado, seu lugar de referência e sua relação com a universidade. A segunda é identificação setor: Conhecer a trajetória do trabalhador e sua participação nos diferentes setores da universidade.

Eixo e categorias: participação em sindicato da categoria

Resgatar o histórico de atuação em sindicatos próprios para trabalhadores terceirizados. Apurar se há ligação entre o sindicato de base e os sindicatos de trabalhadores da universidade, sejam estes de docentes ou técnicos-administrativos, e como se constrói esta relação.

Eixo e categorias: estratégias de enfrentamento adotadas pelos trabalhadores

Examinar como é estabelecida a relação entre a direção da universidade e os trabalhadores. E, em caso de desacordo, quais as estratégias de enfrentamento são utilizadas. Averiguar se há ações realizadas de forma coletiva, as estratégias individuais, e quais as possíveis consequências oriundas dessas ações.

Eixo e categorias: atenção à saúde

Compreender quais as medidas existentes em relação à promoção a saúde dos trabalhadores terceirizados. São as mesmas dispensadas aos servidores? Como eram acolhidas as demandas relacionadas à saúde destes trabalhadores? Havia alguma ação promovida pela unidade de saúde do trabalhador? Havia alguma ação sindical neste sentido?

Eixo e categorias: trabalho em tempo de pandemia de covid-19

Desvendar como a pandemia incidiu sobre as ações laborais desempenhadas pelo trabalhador. Houve alguma adaptação? Quais as implicações diretas e indiretas lhe foram impetradas.

8.2.

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, Meiryellem Pereira Valentim, estou desenvolvendo uma pesquisa para a minha tese de doutorado em Serviço Social, intitulada *Trabalho em vertigem: ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública federal em tempos de ultraneoliberalismo e de pandemia de covid-19*.

O objetivo da pesquisa é analisar a relação entre ação sindical e a saúde do trabalhador em uma universidade federal localizada no estado do Rio de Janeiro, frente a um cenário de expansão da extrema-direita e avanço de ideologias ultraconservadoras, em meio à conjuntura de pandemia de covid-19. Em específico, procura investigar as formas de resistência construídas pelos sindicatos na universidade analisada, considerando as dimensões políticas, econômicas e estruturais; apurar as coligações pactuadas entre os sindicatos dos trabalhadores da universidade analisada e as centrais sindicais a estes relacionadas, em sua conexão com a saúde dos trabalhadores; examinar a interface entre as ações sindicais e as demandas associadas à saúde do trabalhador, considerando as principais causas de adoecimento responsáveis pelo afastamento do trabalho na universidade analisada, e averiguar as estratégias articuladas pelo sindicato e pela unidade de saúde do trabalhador frente à conjuntura pandêmica.

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa a ser realizada com: a direção do sindicato docente e sindicato dos técnicos-administrativos, coordenações da unidade de saúde do trabalhador, trabalhadores terceirizados e reintegrado, e um professor substituto de uma universidade federal localizada no Rio de Janeiro. Serão entrevistas semiestruturadas, com duração média de uma

hora, e sua participação é importantíssima, pois consideramos que trazer as especificidades dos sindicatos no serviço público federal, identificando o protagonismo que as universidades devem assumir na sociedade, é promissor não apenas para o âmbito acadêmico, como também para toda a sociedade. Refletir sobre as inflexões que a nova morfologia do trabalho oferece para a saúde dos trabalhadores é uma forma de privilegiar a própria saúde e de colaborar com subsídios para a saúde coletiva.

As questões contidas na entrevista destinada aos sindicatos versam sobre a trajetória de constituição do sindicato, as articulações estabelecidas e os principais desafios enfrentados com foco na saúde do trabalhador. Para as unidades de saúde do trabalhador, busca conhecer a composição da unidade, levantar as ações de prevenção, promoção e vigilância em saúde e a existência de ações conjuntas com os sindicatos. Em todas as entrevistas, buscaremos também desvendar como a pandemia incidiu sobre o trabalho, as ações e mobilizações promovidas pelos sindicatos e pela unidade de saúde do trabalhador e quais estratégias foram adotadas nesta conjuntura.

Sabemos que, ao conceder a entrevista, o participante é exposto a alguns riscos e intercorrências, tais como: cansaço, desconforto, incômodos relacionados a alguma questão, alterações provocadas pela evocação de memórias desagradáveis e ainda preocupação quanto ao sigilo com as informações relatadas. Por esse motivo, é importante esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isso lhe acarrete qualquer ônus ou prejuízo. Ratificamos o compromisso e o empenho em garantir o mais absoluto sigilo e a preservação de sua identidade, limitando-se ao uso das informações para os fins desta pesquisa e a confidencialidade dos dados coletados.

Os benefícios esperados são: possibilitar reflexão sobre a relação trabalho, saúde e doença, instigar a construção de ideias que versam sobre o papel dos sindicatos nessa relação, e contribuir para a construção de conhecimento científico sobre a saúde do trabalhador.

Em função da pandemia de covid-19, resguardaremos o isolamento social e preservando a saúde de todos os envolvidos. Assim, a entrevista ocorrerá remotamente, por meios digitais, preferencialmente através de videoconferência. Faremos a gravação de áudio das entrevistas, caso você concorde, com o objetivo único e exclusivo de facilitar a transcrição das informações a serem utilizadas na pesquisa. Os dados serão armazenados por um prazo mínimo de cinco anos de guarda, e a única a ter acesso aos registros gravados é a pesquisadora. Os

resultados deste trabalho poderão ser apresentados aos envolvidos na pesquisa, além de, possivelmente, ser apresentados em encontros e/ou revistas científicas, preservados o sigilo e as informações relacionadas a sua identificação.

Quaisquer dúvidas sobre os procedimentos ou sobre a pesquisa em si serão prontamente respondidas pela pesquisadora ou pela orientadora da pesquisa. É possível contatar a pesquisadora Meiryellem Pereira Valentim através do telefone: (21) 99800-1199, que também é WhatsApp, e pelo e-mail: meiryvalentim@gmail.com. E a orientadora, Prof.^a Dra. Inez Stampa pelo e-mail inestampa@puc-rio.br.

Caso a dúvida esteja relacionada às questões éticas, poderá ser respondida pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, que tem por atribuição analisar do ponto de vista ético os projetos de pesquisa dos professores, pesquisadores e discentes da Universidade, quando solicitada. Portanto, é a instância dedicada a este fim, localizada a rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Kennedy, 2º andar, Gávea, CEP:22453- 900, Rio de Janeiro, RJ, telefone: 3527-1618.

Ratifica-se que o projeto foi submetido à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, onde foi idealizada e está sendo desenvolvida a pesquisa. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida e assinada e entregue à pesquisadora.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2021.

Pesquisadora Responsável

Meiryellem Pereira Valentim
RG: 011680144-0

_____, tendo sido devidamente esclarecido/a sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Data: _____

Assinatura: _____